

OS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU



António Soares Lopes (Tony Tcheka)

Bissau, 2015



Imagem do bombolom, o símbolo da comunicação na Guiné-Bissau

OS MEDIA NA GUINÉ-BISSAU

António Soares Lopes (Tony Tcheka)

Bissau, 2015

FICHA TÉCNICA

AUTOR: António Soares Lopes (Tony Tcheka)

NOTA PRÉVIA: ASL (TT)

SUMÁRIO EXECUTIVO: ASL (TT)

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Miguel de Barros e ASL (TT)

FOTO DE CAPA: MB-PF, ilha de Formosa, 2009

IMAGEM: Carbar

REVISÃO DO CONTEÚDO: ASL (TT)

REVISÃO TIPOGRÁFICA: António Pedro Delgado

CONCEÇÃO GRÁFICA: Diogo Lencastre

IMPRESSÃO: Europress

1ª Edição, Agosto de 2015

Edições Corubal (corubalgb@gmail.com)

Todos os direitos estão reservados ao autor e ao UE-PAANE. É permitido reproduzir parcial ou totalmente o conteúdo, na condição de, por escrito, seja dada a devida autorização e a fonte devidamente indicada.

***“Sem comunicação, não há saúde,
não há educação, não há desenvolvimento.
Sem comunicação não há vida”***

Palavras de um velho camponês guineense,
participante no Encontro Regional da Província
Norte para Definição de uma Estratégia Nacional
de Comunicação para o Desenvolvimento”

(in jornal Comunitário nº 25 Agosto de 1984)

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	9
NOTA PRÉVIA	11
SUMÁRIO EXECUTIVO.	13
1. INTRODUÇÃO	17
2. QUADRO METODOLÓGICO.	21
2.1 Metodologia	21
2.2 Grupo alvo	29
2.2.1 Órgãos de Comunicação Social (Rádios, Imprensa Escrita e Televisões)	29
2.2.2 Órgãos Profissionais e Instituições	31
2.2.3 Informantes Chave	33
2.2.4 Ardinas	33
2.2.5 Antigos diretores, editores e jornalistas seniores	33
3. CONTEXTO HISTÓRICO: PRIMÓRDIOS.	35
3.1 Da Tipografia à Imprensa Escrita	35
3.2 Rádio: Entre a Colónia e a Província	38
3.3 PAIGC, o precursor de uma comunicação de matriz guineense	41
3.4 Instabilidade restringe a comunicação livre	45
3.5 O quadro jurídico e os défices de tolerância	51
4. OCS: PERCURSOS E SINGULARIDADES	55
4.1 Enquadramento Legal	56
4.2 Órgãos de Comunicação Social Públicos	58
4.2.1 Radiodifusão Nacional (RDN)	58
4.2.2 Imprensa Escrita.	64
4.3 Órgãos Privados.	71
4.3.1 Jornais	71
4.3.2 Rádio.	73
4.4 Rádios Comunitárias	76
4.4.1 Uma intervenção de proximidade	76
4.4.2 Uma localização privilegiada.	78
4.5 Organismos Profissionais e Instituições ligados à Comunicação Social	82
4.5.1 Casa da Imprensa	83
4.5.2 Imprensa Nacional (INACEP)	87
4.5.3 Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTECS)	89
4.5.4 Rede Nacional das Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau (RENARC)	90
4.5.5 Iniciativa de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias (INFORMORAC)	99
4.5.6 Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS)	99
4.5.7 Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau	100
4.5.8 Estruturas do Governo ligadas à área da Comunicação Social	101

5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO	103
5.1 Rádio Pública	104
5.1.1 Rádio Difusão Nacional – RDN (91.5/104.0 FM)	104
5.2 Rádios Privadas	106
5.2.1 Rádio Pindjiguiti (95.0 FM)	106
5.2.2 Rádio Bombolom (106.2-FM)	107
5.2.3 Rádio Sol Mansi (90.0/101.8FM)	108
5.2.4 Rádio Nossa (98.9FM)	111
5.2.5 Rádio Jovem (102.8 FM)	112
5.2.6 Outras rádios	113
5.2.7 Rádio Phoenix (92.0)	114
5.3 Televisão (TGB)	115
5.4 Imprensa Escrita	117
5.4.1 Nô Pintcha (público)	117
5.4.2 Gazeta de Notícias	119
5.4.3 Última Hora	120
5.4.4 Bantaba di Nobas	119
5.4.5 Democrata	120
5.4.6 Os Ardinas	123
5.5 As Rádios Comunitárias	123
5.6 As Televisões comunitárias	132
5.7 Agência de Notícias da Guiné-ANG (público)	134
5.8 A Casa da Imprensa	135
5.9 RENARC	137
5.10 SINJOTECS	140
5.11 Especificidades e constrangimentos	142
5.11.1 Falta de disponibilidade financeira	148
5.11.2 Mercado pouco convidativo para os <i>media</i>	149
5.11.3 Carências Técnicas e de Recursos Humanos	150
5.11.4 Definição editorial: Conteúdos e a centralidade do tema “política”	152
5.11.5 Reduzida parceria. O papel do Estado e outras Organizações	156
5.11.6 Jornalismo de investigação	158
5.11.7 Jornalismo militante/partidário	159
5.11.8 Oportunidade e igualdade (Géneros)	159
6. RECOMENDAÇÕES - POR UMA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ BISSAU	161
7. CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
LISTA DE ANEXOS	179

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFP	Agence France-Presse / Agência Francesa de Notícias
AJE-GB	Associação de Jovens Empresários da Guiné-Bissau
ALTERNAG	Associação de Estudos e Alternativas (ONG)
AMARC	Associação Mundial das Rádios Comunitária
ANE	Atores Não Estatais
ANG	Agência de Notícias da Guiné-Bissau
ANOP	Agência Noticiosa de Portugal
ANP	Assembleia Nacional Popular
APS	Agência Oficial de Notícias da Argélia
ASDI	Autoridade Sueca para Desenvolvimento e Cooperação
BAD	Banco Africano do Desenvolvimento
CECI	Centro Internacional de Estudos e Cooperação / Canadá
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental
CI	Casa de Imprensa
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DENARP	Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza
DICS	Departamento de Informação e Comunicação Social da UNICEF
EMGFA	Estado Maior General das Forças Armadas
FAJ	Federação Africana de Jornalistas
FAO	Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FENAJ	Federação de Jornalistas Brasileiros
FJLP	Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa
GNCS	Gabinete Nacional de Comunicação Social
ILAP	Inquérito Ligeiro para Análise da Pobreza
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INFORMORAC	Iniciativa de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias
INIC	Instituto Nacional de Investigação Científica
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos

- IPAD** Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- OCDE** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OCS** Órgãos de Comunicação Social
- ODM** Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- OGE** Orçamento Geral do Estado
- OIJ** Organização Internacional de Jornalistas
- OJGB** Ordem de Jornalistas da Guiné-Bissau
- OMS** Organização Mundial de Saúde
- ONUIGBIS** Gabinete das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
- PAANE** Programa de Apoio aos Atores Não Estatais
- PAIGC** Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
- PGR** Procuradoria-Geral da República
- PIFAS** Programa de Informação das Forças Armadas
- PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- UE** União Europeia
- RDN** Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau
- RENARC** Rede nacional das rádios comunitárias na Guiné-Bissau
- REPACAP** Repartição de Assuntos Cíveis e Ação Psicológica
- REJACA** Rede de Jornalistas Amigos da Criança
- RFI** Rádio France Internacional
- RL** Rádio Libertação
- RTGB** Radiotelevisão da Guiné-Bissau
- SEI** Secretaria de Estado da Informação
- SINJOTECS** Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social
- SWISSAID** Agência de Cooperação Suíça
- TANJUG** Agência de Notícias da Jugoslávia
- TASS** Agência de Notícias Soviética
- TGB** Televisão da Guiné-Bissau
- TVE-GB** Televisão Experimental da Guiné-Bissau
- UEMOA** União Monetária da África Ocidental
- UJA** União de Jornalistas da África
- UJAO** União de Jornalistas da África Ocidental
- UIT** União Internacional de Telecomunicações
- UNECA** Comissão Económica das Nações Unidas para África
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNICEF** Fundo das Nações Unidas para Infância
- UNNIR** União e Inclusão em Redes de Rádios
- UNTG** União Nacional dos Trabalhadores da Guiné

NOTA PRÉVIA

Enalteço com apreço e gratidão os diferentes grupos e declarantes entrevistados, que com o seu registo, muito contribuíram na feitura deste Estudo. Alargo o reconhecimento às pessoas que me concederam momentos do seu tempo de lazer, e em certos casos, de trabalho, para conversas informais e outros contributos que se viam a revelar elementos substantivos para um melhor conhecimento dos media na Guiné-Bissau. Aos arduos de Bissau, pelos jornais que deixaram de vender, enquanto conversavam comigo, fica o sentimento de respeito e solidariedade pela árdua tarefa de levar o jornal às mãos do leitor, mesmo em espaços considerados públicos onde lhes é vedado o acesso.

Destaco alguns nomes de personalidades que colaboraram e prestaram informações de elevada utilidade: Joaquim Tavares Moreira (antigo locutor e apresentador da Emissora Oficial da Guiné-Portuguesa; Carlos Lopes Pereira (Jornalista/Historiador, primeiro diretor do *Nô Pintcha* e editor do *Militante*); Augusto C. Tolentino (primeiro Diretor-Geral da Imprensa Nacional); Leopoldo Amado (Historiador e Catedrático); Luís C.S. Lopes, (Administrador/Gestor); Myriam Aly (Especialista em Recursos Humanos); Ana Alves (Gestora); Vladimir Monteiro (Jornalista/ONUIGBIS); David M. S. Lopes, (Economista); Waldir Araújo (Jornalista RDP/Africa); Pires Laranjeira (Professor e Investigador); Agnelo Regalla (jornalista, primeiro diretor da RDN e atualmente dirigente político); Miguel Barros, (sociólogo); Linda de Souza (Conselheira Política da ONIOGBIS); Aldje Baldé (Catedrático e Investigador) e João Quintino Teixeira, jornalista, antigo diretor do *Nô Pintcha*, atualmente em serviço na CNE.

À coordenação da UGP do UE-PAANE e aos colegas de trabalho o muito obrigado pela disponibilidade. Um até sempre à prestável e dedicada Cláudia que tão cedo nos deixou. Uma palavra muito especial ao Diogo Ferreira, pela confiança e entusiasmo. Registo igualmente os contributos das sucessivas coordenadoras de projetos do IMVF e da CESO-Internacional.

O reconhecimento ao apoio concedido pela Delegação da UE em Bissau, na pessoa de Eleonora Formagnana. A Piero Valabrega, e Juelma Nazareth pela participação nas sessões de trabalho referenciadas e na fase final dos Ateliês de Validação dos Grupos-Alvo.

E porque se impõe, um muito obrigado ao decano das artes plásticas guineenses, CARBAR (Carlos Barros) pela ilustração do Bombolom, considerado o símbolo da comunicação e do jornalismo na Guiné-Bissau.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Estudo “Os Media na Guiné-Bissau” enquadra-se no âmbito do Programa de Apoio aos Atores Não Estatais, designado pelo acrónimo UE-PAANE e tendo por lema “*Nô Pintcha pa dizinvolvimentu*”. A particularidade deste trabalho reside no facto dele propiciar um conjunto de dados qualitativos e quantitativos de diferentes épocas, para além de registar informações relativas à evolução historiográfica-sociológica da comunicação social na Guiné-Bissau. O trabalho contempla a situação do sector até aos dias de hoje, pelo que comporta o desenho atual dos *media*: as realizações, os constrangimentos as sugestões, concorrendo tudo no sentido de uma maior perspetivação e enquadramento dos *media* no diálogo que se quer multifacetado e participativo sobre o desenvolvimento da Guiné-Bissau, por sinal, um país em construção.

Com efeito, a abordagem seguida permitiu registar uma primeira fase, em que o regime decorrente da colonização, remontando-se assim a 1811, época em que, a então metrópole era a verdadeira “Redação Central”. Numa fase posterior, que coincide com os finais da década de sessenta, que neste trabalho se privilegiou em relação aos demais, registou-se uma fraca existência dos *media*, sendo de ressaltar o facto de os órgãos de informação então embrionários terem enfrentado as vicissitudes de uma confrontação político-militar que os obrigou a redimensionar e a realocar a sua “máquina de propaganda” para o palco direto das hostilidades, passando os conteúdos a centrarem-se no noticiário local. O movimento liderado pelo PAIGC, na abordagem seguinte privilegiou a informação e a propaganda ideológica como “uma segunda arma”, ao mesmo tempo que, como enaltecia Amílcar Cabral, criava os seus órgãos, escrito e falado, num processo que privilegiou o embrião do cinema guineense¹ que data dessa época e até se criou uma organização a que designou, na altura, por Núcleo de Jornalistas do PAIGC.

Este trabalho regista, efetivamente, a dimensão histórica, pelos ensinamentos que propiciam, designadamente, pela via do enquadrando do percurso inicial a que se seguiu toda uma evolução ulterior, para depois se deter no período que vai da independência (1973/74) aos dias de hoje (Março de 2013). É esta abordagem que enceta uma dissecação analítica do monolitismo (Partido/Estado) por via de um exercício

¹ Sana na Hada, Flora Gomes, Fina Crato e José Bolama, foram os pioneiros do cinema guineense

correlativo do desempenho dos órgãos de comunicação social com a situação política então vigente, em suma, uma análise que privilegiou, outrossim, uma análise caso a caso das associações e outras estruturas socioprofissionais então adstritas a Comunicação Social. Neste particular, os dados recolhidos permitem reconhecer que, na primeira fase da República – não obstante o sistema então em vigor e de toda uma orientação política assente em pressupostos do princípio ideológico do “centralismo democrático”, que engendraram situações de clara censura e de autocensura – houve atitudes e comportamentos editoriais resilientes a que designaríamos de não-resignação, marcadas estas pela diversificação de conteúdo em prol de questões relacionadas com o pulsar do país no seu dia-a-dia, ou seja, muito para além dos ditames doutrinários impostos pelo regime político então vigente.

Um outro marco referência, no âmbito do presente estudo, reporta-se ao período do advento da democracia e do pluralismo político, induzidos a partir de Outubro de 1991. Com efeito, após a abertura económica e a consequente liberalização que se lhe seguiu, o Parlamento (Assembleia Nacional Popular) aprovou sete leis que se revelaram como o ponto de partida para a proclamação da liberdade de imprensa e o início do surgimento dos primeiros órgãos independentes, tendo sido o “Expresso de Bissau” o pioneiro, seguindo-se-lhe, três anos mais tarde, as Rádios “Pindjiguiti”, “Bombolom” e “Mavegro”. Desde então, nem a crise político-militar de 98/99, que provocou danos profundos na comunicação social, impediu que a partir de 2000 até aos dias de hoje surgissem mais de meia centena de órgãos de diferentes tipologias: imprensa escrita e audiovisual, tanto públicas como privadas e/ou comunitárias.

Ficou confirmado junto da Direção-Geral da Comunicação Social, da ANP e do CNCS (Conselho Nacional de Comunicação Social) que o quadro jurídico que rege o universo da Comunicação Social será melhorado logo que se passe à fase de implementação (com a promulgação pelo Chefe de Estado) de um pacote de leis já aprovadas pelos deputados desde 2012, a saber: Lei da televisão; Lei da radiodifusão; Lei da liberdade de imprensa; Lei da Imprensa escrita e de agências de notícias; Lei da publicidade; Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social-CNCS; Estatutos do Jornalistas; Lei sobre direito de antena e réplica política.

Mas a normalização e estabilidade dos *media* passa também, como o estudo salienta, pela consolidação dos OCS do ponto de vista organizacional, modernização do seu equipamento e pela capacitação dos seus quadros, nomeadamente técnicos e jornalistas. Os órgãos enfrentam, outrossim, algumas fragilidades, internas e externas, entre as quais se destacam:

- Inexistência de orçamentos de funcionamento;
- Administração e gestão incipientes e pouco rigorosas;
- Equipamento e material ultrapassado ou insuficiente;
- Falta de meios de deslocação e de comunicações;

- Elevados custos correntes de funcionamento (rendas, eletricidade, salários...);
- Mercado frágil e inconstante e com pouca apetência para importação de material e equipamento da área, a não ser por encomenda e com garantias certificadas;
- Empresários descapitalizados;
- Pouco ou nenhum intercâmbio ou cooperação organizada entre os pares;
- Instabilidade ditada pela ausência ou insuficiência de leis e normas que regulem a sua existência, com direitos e obrigações definidas.
- Governo sem políticas que favoreçam o seu fortalecimento;

Da parte dos técnicos e jornalistas detetam-se:

Aspetos positivos

- Aumento gradativo de profissionais com estudos superiores;
- Existência de estruturas e organizações de apoio com facilidades de adesão e filiação;
- Experiência acumulada por profissionais como mais de quinze anos de experiência;

Aspetos negativos

- A maioria dos jornalistas carece de um programa de capacitação sistematizada e especialização nos domínios das técnicas e géneros jornalísticos respetivos;
- Técnicos e jornalistas que exibem deficiências noutras áreas adjacentes como informática, línguas (português, francês e inglês) e administração;
- Acentuada apetência para confundir trabalho jornalístico com militância político-partidária;
- Prevalência de uma situação genérica caracterizada por uma cultura geral muito limitada.

Finalmente registre-se o facto de que no estudo emergiram vários outros constrangimentos que, aliás, foram devidamente levados em conta. Assim, os mesmos são evidenciados e elencados tanto no capítulo das dificuldades como no das recomendações. É o caso, a título ilustrativo, das organizações e organismos de apoio à comunicação social que devem aprimorar as suas competências e formas de ação, a fim de se tornarem referências de natureza moral, competência, ética e de organização.

O reforço dos meios e de equipamentos adequados, como ficou demonstrado neste trabalho, é incontornável, constituindo-se mesmo como condição *sine qua non* para o desenvolvimento dos *media*.

O círculo fecha-se, apelando a outras situações incontornáveis: 1 - Reforço das competências e modernização das leis; 2 - Mais e melhor organização e independência dos órgãos; 3 - Aquisição de novas tecnologias de comunicação e informação.

1. INTRODUÇÃO

O Estudo sobre os Media na Guiné-Bissau, que abrange o período de Março de 2012 a Março de 2013, foi implementado no âmbito do **Programa de Apoio aos Atores Não Estatais (UE-PAANE) – “Nô Pintcha pa Dizinvovimentu”**, enquadrado por uma Convenção de Financiamento², assinada entre a União Europeia (UE) e a República da Guiné-Bissau a 15 de Abril de 2010 no quadro do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). O UE-PAANE dá continuidade à intervenção financiada pelo 9º FED, “Reforço das Organizações da Sociedade Civil Guineense – *Nô na Tisi nô Futuru*”, visando o apoio aos Atores Não Estatais (ANE) no seu compromisso face aos desafios do desenvolvimento.

O UE-PAANE está estruturado em dois eixos de intervenção: 1º Eixo – Apoio Institucional; 2º Eixo – Financiamento das Iniciativas dos ANE. O presente Estudo sobre os Media é enquadrado pelo 1º Eixo de Intervenção do UE-PAANE que visa acompanhar os ANE num percurso de reforço institucional potenciando a tomada de consciência do papel que devem desempenhar no processo de transformação política, institucional, económica e social do país, nomeadamente através da melhoria da capacidade de governação e conceção de intervenções que potenciem o diálogo sobre as políticas de desenvolvimento (Resultado 2 do Eixo 1).

Assim sendo, a estratégia de implementação subjacente ao UE-PAANE orienta-se pelas recomendações do **Documento Estratégico Nacional de Luta contra a Pobreza (DENARP)**, reconhecendo a importância da participação e de uma maior implicação dos Atores Não Estatais (ANE) no processo de desenvolvimento.

O presente Estudo, visa contribuir para a melhoria da qualidade da informação, participação cívica e compromisso incontornável com as normas da liberdade de imprensa, ética e deontologia profissional, através da caracterização dos *media*, bem como dos organismos relevantes do setor, e do diagnóstico das suas carências e necessidades aos níveis operacional, técnico e humano.

² N° GW/FED/2009/021/-338

Assim, definem-se como objetivos deste Estudo.

- **Caraterizar os OCS na Guiné-Bissau, através da descrição do seu percurso e trajetória no contexto histórico nacional;**
- **Diagnosticar as carências, constrangimentos e necessidades dos OCS aos níveis operacionais, técnico e humano.**
- **Sugerir um conjunto de recomendações que contribuam para ultrapassar os constrangimentos e obstáculos identificados e definição de uma Estratégia de Comunicação Social ao serviço do desenvolvimento.**

Pretende-se deste modo, reunir a informação de base que facilite os OCS a melhor desenvolver a sua organização, níveis de operacionalidade e propicie quer ao UE-PAANE, quer a outros potenciais financiadores, colaborar no desenho e financiamento de ações tendentes a contribuir para a melhoria da qualidade da informação, perfilada na ótica de participação cívica e em compromisso indefetível com as normas da liberdade de imprensa, ética e deontologia profissionais.

A elaboração do Estudo teve na sua base um intenso processo de recolha de informação, complementado com a aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas, junto de órgãos de comunicação social (rádios, jornais e televisões), públicos, privados e comunitários, organismos de profissionais e de apoio, informantes chave, ex. diretores, editores, jornalistas seniores e ardinas. Foram, assim, recolhidos 10 tipos de questionários e realizadas duas entrevistas, além de várias conversas e uma vasta consulta documental. Foram ouvidas um total de 102 pessoas.

O Estudo apresenta-se estruturado da seguinte forma:

- No capítulo subsequente à Introdução, o **Capítulo 2 – Quadro Metodológico** – são detalhados os objetivos do Estudo e a metodologia. É igualmente apresentada uma descrição do grupo alvo abrangido pelo Estudo, compreendendo os OCS (rádios, imprensa escrita e televisões), organismos de concertação e apoio, informantes chave, ex-diretores e editores e jornalistas seniores e ardinas.
- O **Capítulo 3 – Contexto Histórico - Primórdios** – foca o contexto do aparecimento dos meios de comunicação social na Guiné Bissau. Neste âmbito, são apresentadas as circunstâncias do surgimento do panorama mediático na Guiné-Bissau bem como a sua trajetória no contexto de instabilidade política, económica e social vivida no país desde a sua independência até à atualidade.
- No **Capítulo 4 – OCS: Percursos e Singularidades** – concentra-se no contexto da criação de cada um dos órgãos de comunicação social públicos, privados e comunitários bem como os principais organismos profissionais e de apoio ao sector.
- O **Capítulo 5 – Diagnóstico da Situação** – incide nos principais resultados do processo de recolha de informação junto do grupo-alvo, sendo apresentado

um diagnóstico das necessidades e constrangimentos identificadas. Neste âmbito, tendo por base o diagnóstico da situação dos *media* na Guiné-Bissau e reconhecendo o seu papel estratégico no fortalecimento do Estado de Direito e boa governação, são apresentadas as premissas da institucionalização de uma comunicação social ao serviço do desenvolvimento

- **No capítulo 6 – Recomendações – Por uma Comunicação para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau**- procede a uma abordagem dos meios de comunicação, *vis-à-vis* o papel que desempenham nos esforços nacionais que convocam todo um conjunto de atores, cujo desempenho depende a construção do desenvolvimento do país.
- **No Capítulo 7 – Conclusões** – com base nas principais conclusões que resultaram do processo de recolha de informação implementado no âmbito do presente Estudo e da sua respetiva análise avança-se com algumas recomendações e propostas concretas para fazer face aos constrangimentos e obstáculos identificados e definição de uma Estratégia de Comunicação Social ao serviço do desenvolvimento.

2. QUADRO METODOLÓGICO

Neste capítulo e como já foi referido, é feita uma descrição da metodologia usada para a concretização do Estudo, complementada pela identificação dos grupos-alvo.

2.1 Metodologia

O processo de recolha de informação do Estudo compreendeu a concretização de quatro etapas fundamentais com objetivos distintos:

Etapa	Objetivo	Métodos
Etapa 1. Auscultação junto de atores chave do sector da comunicação social	Efetuar um diagnóstico preliminar das necessidades dos diferentes OCS, tendo em vista o ajustamento da intervenção estratégica do PAANE no quadro da componente media.	<ul style="list-style-type: none"> – Seminário de Auscultação – Grupos de Trabalho – Questionário
Etapa 2. Mapeamento dos OCS e análise do enquadramento legal e institucional	Identificar os OCS, públicos e privados, de acordo com a sua tipologia (imprensa escrita, rádios, televisões).	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental
Etapa 3. Organização e implementação do processo de recolha de informação	Recolher informação de base para a elaboração do diagnóstico das necessidades operacionais, técnicas e humanas dos OCS.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental – Questionário – Entrevistas (semiestruturadas)
Etapa 4. Análise e Validação	Analisar a informação recolhida e proceder à validação das conclusões e recomendações junto de atores chave dos media.	<ul style="list-style-type: none"> – Ateliê de Validação com registo de novos contributos

A descrição de cada uma das etapas é apresentada seguidamente:

» **Etapa 1. Auscultação junto dos atores chave do setor da comunicação social**

O primeiro encontro preliminar de auscultação junto dos atores chave do sector da comunicação social foi realizado no âmbito do Seminário de Lançamento do UE-PAANE, no dia 19 de Outubro de 2011, em Bissau. O Seminário de Lançamento do

UE-PAANE teve como principais objetivos a sua apresentação e a auscultação aos Atores Não Estatais, incluindo os *media*, sobre as atividades previstas no quadro dos eixos de intervenção do UE-PAANE.

O Programa do Seminário integrou a realização de quatro grupos de trabalho temáticos, um dos quais dedicado aos *media*.

Deste grupo de trabalho, que contou com a presença de 16 organizações que operam no sector da comunicação social, resultou a sistematização de um conjunto de elementos de base para o desenho de um programa de reforço de capacidades dos OCS, nomeadamente:

- **Carências ao nível da capacidade operacional**, que se traduz em necessidades de apoio à aquisição de material fundamental à realização do trabalho de comunicação (viaturas, computadores, gravadoras, câmaras fotográficas, etc.);
- Criação de uma **base de dados para os Media** que funcione como repositório de informação necessária à concretização da sua missão;
- Criação de **sites na internet**, enquanto suporte tecnológico de difusão da informação em larga escala;
- Desenvolvimento de **ações de Marketing**, tendo como objetivo uma maior divulgação dos órgãos de comunicação social não só junto da população guineense mas também no exterior, visando a potenciação de oportunidades para o desenvolvimento de parcerias;
- Reativação dos serviços da **Agência Noticiosa da Guiné-Bissau**, em particular da sua rede de correspondentes no interior do país e a realização do seu papel na divulgação do país no exterior;
- **Reagrupamento das rádios a nível local**, enquanto mecanismo de apoio ao funcionamento das rádios comunitárias do ponto de vista da produção de informação, redução das dificuldades de manutenção e de reposição de equipamento;
- Definição da **forma de acesso aos órgãos públicos** de Comunicação Social, tendo em vista um maior equilíbrio nas temáticas abordadas;
- Identificação das principais **áreas para reforço de capacidade**: jornalismo; língua portuguesa; especializações temáticas (por exemplo, economia, educação, etc.); Informática; gestão de empresas jornalísticas;

Foram igualmente realizados Seminários regionais em Buba, Gabu e Bula. No âmbito do grupo de trabalho temático dos *media* contou-se com a participação das rádios comunitárias (RC), sendo estas os órgãos de comunicação existentes localmente.

O quadro que segue apresenta a distribuição das organizações participantes por cada um dos Seminários regionais realizados.

Local	Data	Número de organizações participantes	
		Total	Grupo de Trabalho RC e TVC
Buba	25 de Outubro 2011	32	2
Gabu	26 de Outubro 2011	40	3
Bula	27 de Outubro 2011	26	6
Total		98	11

Os principais aspetos abordados, nas três localidades, no âmbito do grupo de trabalho sobre os *media*, são sintetizados seguidamente:

Necessidades de Formação	Necessidades Operacionais	Propostas de ações a serem apoiadas pelo UE-PAANE
<ul style="list-style-type: none"> – Ética e deontologia – Técnica de recolha e tratamento de informação – Produção de programas radiofónicos; – Técnicas de reportagem; – Tecnologias de Informação; – Manutenção de equipamentos; – Gestão de Rádios; 	<ul style="list-style-type: none"> – Gravadores; – Emissores; – Retroprojektor; – Material de escritório. 	<ul style="list-style-type: none"> – Elaboração de Reportagens; – Debates radiofónicos; – Emissões descentralizadas; – Programas de sensibilização sobre temáticas diversas: agricultura, saúde, direitos humanos, género; – Criação de centro de formação regional/provincial; – Criação de plataforma de rádios provincial/regional; – Criação de jornal ou boletim informativo regional e de TV comunitária; – Programas radiofónicos nas diversas temáticas de desenvolvimento;

» **Etapa 2. Mapeamento dos OCS e análise do enquadramento legal e institucional**

O mapeamento dos OCS foi baseado na identificação, recolha e análise de documentação, incluindo legislação, estudos sectoriais e jornais editados na Guiné Bissau e visitas às redações dos OCS.

Não obstante a existência de alguns documentos de referência sobre os *media* e o seu papel e intervenção no contexto da Guiné-Bissau, cujas referências bibliográficas são incluídas no capítulo 7, verificou-se a reduzida existência de estudos de formação abrangente e atualizada sobre os órgãos de comunicação social. Desta etapa resultou a identificação do universo de atores do sector da comunicação social a serem abrangidos pelo estudo, podendo os mesmos ser agrupados de acordo com a seguinte tipologia:

- Rádios, incluindo rádios de âmbito nacional e comunitárias;

Imprensa Escrita, incluindo:

- Jornais;
- Agência de Notícias da Guiné-Bissau (ANG);

Televisões, incluindo a televisão nacional e televisões comunitárias;

Organismos Profissionais e outras de Apoio, compreendendo:

- Imprensa Nacional (INACEP);
 - Casa da Imprensa (CI);
 - Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTECS);
 - Iniciativa de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias (INFORMORAC);
 - Rede Nacional das Rádios Comunitárias na Guiné Bissau (RENARC);
 - Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau (OJGB)
 - Conselho Nacional da Comunicação Social (CNCS)
 - Autoridade Reguladora das Tecnologias de Informação e Comunicação (ARN)
- Informantes chave, um grupo de 20 indivíduos de referência vivendo ou não no país, com conhecimento e experiência no âmbito do setor da comunicação social;
 - Ardinas;
 - Antigos diretores, editores e jornalistas seniores, vivendo na capital, nas regiões e no estrangeiro.

» **Etapa 3. Organização e implementação do processo de recolha da informação**

O processo de recolha de informação abrangeu cinco grupos: os órgãos de comunicação social; os organismos profissionais e instituições ligadas ao setor; os informantes chave, sendo estes indivíduos de referência da sociedade guineense, incluído alguns expatriados; os ardinas e os ex-responsáveis de OCS.

A recolha da informação junto dos **órgãos de comunicação social** foi realizada através da aplicação de um **questionário geral** (Anexo-4), focando aspetos de natureza transversal, e **questionários específicos** (Anexos 5-6-7-8-9-10-11-12) direcionados para as diferentes tipologias de OCS e organismos sócio profissionais:

- Rádios;
- Televisões;
- Imprensa Escrita (Jornais e ANG);
- Organismos profissionais e estruturas de apoio nomeadamente, Casa de Imprensa; SINJOTECS; INFORMORAC; RENARC; INACEP; ONJB,CNCS.

Para o preenchimento dos questionários e aprofundar os conhecimentos sobre as rádios comunitárias, foram organizados **oito grupos de trabalho** que se reuniram nas seguintes localidades:

Canchungo (3 RC e 1 TVC); **S. Domingos** (5 RC e 1 TVC), **Gabu** (8 RC), **Djalicunda** (1 RC), **Mansoa** (1 RC), **Biombo** (2 RCs); **Buba** (4 RC e 1 TVC) e **Bubaque** (3 RC). A ocasião permitiu **visitas às instalações das RC locais**, incluindo o **centro de formação da Sol Mansi em Mansoa**.

Em **Bissau**, as sessões de trabalho decorreram de forma intercalada nos estúdios, nas redações e no escritório do UE-PAANE.

Nas sessões de trabalho procedeu-se à explicação do objetivos do Estudo, da estrutura dos questionários, seguindo-se a fase de respostas e de preenchimento na presença do perito. No final, em função das dúvidas e questões suscitadas com o exercício, foram prestados novos esclarecimentos.

A consulta a informantes chave (anexo 1) e **ardinas** (anexo 2) foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, cujos guiões e pautas podem ser encontrados nos anexos referidos. Perante questões previamente colocadas pelos informantes chave, face aos seus compromissos atuais e projetos de vida, acordou-se pela não revelação das suas identidades.

No segundo caso, (ardinas) procurando não inibir os inquiridos, (como se verificou nos primeiros casos), optou-se pelo registo escrito das ideias explanadas nas conversas nos cafés, nos momentos de venda dos jornais e ou nas instalações do UE-PAANE.

Com ex. editores, diretores e jornalistas seniores (Anexo 3.) o registo aconteceu durante encontros informais, através de uma pauta de entrevista, tendo a comunicação social (1974 a 2012) como pano de fundo. No anexo está patente a linha de questões que serviram de base nas conversas registadas, com pequenas *nuances* ditadas pelo percurso de cada interlocutor.

Não obstante a caracterização dos inquiridos ser detalhada no ponto 2.2, é aqui apresentado o número de inquiridos por tipologia de acordo com a sua natureza:

	Local	OCS	Público	Privado	Organizações de apoio aos OCS	Comunitário	Particulares
Rádios	Bissau	Rádios de vocação nacionais	1	5	---	---	---
	Bissau Cacheu Bijagós Gabu Bafatá Oio Quinara Tombali Biombo	Rádios comunitárias	---	---	---	35	---
Televisões	Bissau	Televisões nacionais	1	---	---	---	---
	Cacheu Bissau Tombali	Televisões comunitárias	---	---	---	4	---
Imprensa escrita	Bissau	Jornais	1	4	---	---	---
		ANG	1	---	---	---	---
Organismos profissionais e de apoio	Bissau	Organismos profissionais e ou de apoio aos OCS	3	---	5	---	---
Informantes chave	Bissau	Informantes chave	---	---	---	---	20
Ardinas	Bissau	Ardinas	---	---	---	---	10
Antigos responsáveis OCS	Bissau, Regiões e exterior	Ex-editores, diretores e jornalistas seniores					12
TOTAL GERAL	102	TOTAL	7	9	5	39	42

O processo de envolvimento dos OCS foi antecedido de um contacto prévio, através de cartas (Anexo 25), contactos telefónicos, tendo em vista o agendamento de um encontro para o preenchimento do questionário. O processo de recolha de informação nas regiões e em Bissau foi implementado durante Março e Abril de 2012, e interrompido pelo Golpe de Estado de 12 de Abril, tendo sido retomado posteriormente.

Os órgãos identificados são devidamente tratados no capítulo 5, por áreas, procedendo-se a uma análise e diagnóstico da situação, evidenciando os constrangimentos e as vias alternativas que podem ajudar a perspetivar uma comunicação ao serviço do desenvolvimento.

No capítulo das Rádios, incluindo as comunitárias utilizou-se um questionário específico (anexo-7), na Imprensa Escrita-jornais e ANG, um outro (anexo-6) e para a Televisão o terceiro (anexo-5).

Nos demais casos foram utilizados Q. Específicos dirigidos a cada realidade, num total de cinco. Em anexo constam todos os questionários. Somam 12 no total. Para além dos OCS, a Casa de Imprensa, a SINJOTECS e a RENARC, não fazendo parte do grupo dos OCS, mas pela ligação e proximidade são também, tratados neste capítulo, com base nas referencias e dados recolhidos nos questionários, entrevistas e conversas mantidas durante a elaboração do Estudo.

Toda a informação recolhida foi tida em devida conta, na leitura da situação, nas propostas e recomendações apresentadas.

» **Etapa 4. Análise e validação**

Terminada a primeira versão preliminar do Estudo, ela foi objeto de uma discussão interna na UGP, (UE-PAANE) e na DUE em Bissau. Recebidas as diferentes contribuições, as mesmas foram incorporadas num documento preliminar, tendo esta versão sido distribuída junto das diferentes entidades da comunicação social envolvidas na etapa da de recolha de informação. Neste âmbito estas mesmas entidades foram convidadas a participar em Ateliês, com o fito de promover a discussão, análise e validação do Estudo.

Nesse sentido, foram organizadas sessões de discussão que decorreram nas instalações do UE-PAANE, entre os dias 1 a 4 de Junho de 2013. As rádios e televisões comunitárias provenientes de várias regiões do país, porque maioritários, dividiram-se em dois grupos de trabalho que contaram igualmente com a participação do sociólogo do INEP, Raul Fernandes que fez a moderação dos debates e produziu notas sínteses sobre aspetos mais marcantes (Anexo 24). Os órgãos públicos e privados dos diferentes quadrantes (rádio, televisão, imprensa escrita) e as Instituições que atuam na área dos *media* tiveram também oportunidade de dar novas contribuições em painéis que o quadro a seguir ilustra, para depois procederem à sua validação.

PROGRAMA DE VALIDAÇÃO DO ESTUDO PELOS GRUPOS-ALVO

		Dia 1 - 2ª feira		Dia 2 - 3ª feira		Dia 3 - 4ª feira		Dia 4 - 5ª feira	
		Horário	Grupo Alvo	Horário	Grupo Alvo	Horário	Grupo Alvo	Horário	Grupo Alvo
Manhã	8.30	Nô Pintcha	8.30 às 12.30	6 Rádios de âmbito nacional	10.30-14.00	20 Rádios e TV Comunitárias	10.30 às 14.00	16 Rádios e TV comunitárias	
	9.30	RDN							
	10.30	ANG							
	11.30	TGB							
Tarde	15.00 - 18.00	4 Jornais privados	14.30	INACEP	15.00	RENARC	15h.00	ARN	
			15.30	SINJOTECS	16.00	CNCS			
			16.30	C. IMPRENSA	17.00	DGCS			
			17.30	OJGB	-	-			

Não participaram nos trabalhos duas rádios comunitárias, Titidjene e RC Gabu, esta por ter sido encerrada e a ARN que não reagiu aos dois convites enviados pela UE-PANE. A “RC de Bafatá” e a RC Wakilaré justificaram a ausência e validaram o Estudo, através de conversas telefónicas tidas como os seus responsáveis. O Estudo foi aprovado por 60 participantes, representando rádios e jornais privados, todos os órgãos públicos, rádios e televisões comunitárias e instituições com atividade na área dos *media*. No âmbito do Ateliê com os seus quinze painéis de trabalho, foram recolhidos diferentes comentários e sugestões posteriormente incluídos na versão final do Estudo. As contribuições mais significativas centraram-se à volta da atualização dos dados referentes ao funcionamento dos órgãos, efetivos em serviço e outras mutações operativas verificadas no tempo posterior ao início da recolha de informação e preenchimento dos questionários (março de 2011).

A maioria dos participantes também valorizou a integração do percurso histórico dos *media* no presente Estudo: *“É bom sabermos de onde saímos, como começamos e sabermos que no passado mesmo com todas as dificuldades, conjunturais e estruturais, fomos capazes de fazer coisas bem-feitas”* sintetizou o representante da Radio Comunitária Transfronteiriça de Sancola/Cambadju, ao dizer que juntava a sua voz aos que propuseram que o estudo fosse transformado num manual de trabalhos dos OCS enquanto representantes de outros órgãos, em sessões diferentes corroborando a mesma sensibilidade e perspetiva, acrescentaram que o Estudo dever ser enviado ao Governo *“para se informar da realidade do mundo dos media na Guiné-Bissau”*.

2.2 Grupo alvo

Tal como referido no ponto 2.2, o grupo alvo abrangido pelo Estudo inclui os diferentes tipos de OCS (rádios, jornais e televisões), organismos profissionais de concertação e apoio, informantes chave e ardinas e antigos diretores, editores e jornalistas seniores. Feito o levantamento dos *Media na Guiné-Bissau*, todos eles, sem qualquer exceção foram convidados a participar no Estudo. Todos os que anuíram foram considerados potenciais grupos-alvo e nessa condição entrevistados e inquiridos.

2.2.1 Órgãos de Comunicação Social (Rádios, Imprensa Escrita e Televisões)

Os órgãos de comunicação social podem ser divididos em quatro grupos quanto à sua natureza: pública, privada, comunitária e local. No quadro do presente estudo, foram abrangidos os quatro OCS **públicos** existentes à data, todos localizados na **cidade de Bissau**:

Rádios	Radiodifusão Nacional (RDN)
Imprensa Escrita	Jornal Nô Pintcha Agência de Notícias da Guiné-ANG
Televisão	Televisão da Guiné-Bissau (TGB)

No que respeita aos OCS **privados**, não existindo televisões privadas na Guiné-Bissau, (salvo as comunitárias, operando em regime experimental) foram inquiridos seis rádios e quatro jornais, todos localizados em **Bissau**. Mas as opiniões expressas pelas televisões comunitárias foram registadas e tidas como contributos para perspetivar uma nova visão para os media guineenses.

Rádios	<ul style="list-style-type: none"> - Rádio Galáxia de Pindjiguiti - Rádio Bombolom - Rádio Sol Mansi - Rádio Nossa - Rádio Jovem - Rádio Phoenix (local)
Jornais	<ul style="list-style-type: none"> - Bantaba de Nobas - Gazeta de Notícias - Última Hora - Democrata

No âmbito do Estudo foram inquiridas 35 rádios comunitárias e 4 televisões comunitárias, correspondendo as mesmas ao universo dos órgãos de comunicação comunitários existentes à data. 22 Rádios Comunitárias são membros da RENARC, sendo que destas, 20 pertencem a ONG's e três são privadas.

Das 12 RC que não integram à RENARC, nove são propriedade de ONG's e quatro pertencem a privados. Algumas emissoras fecharam as portas enquanto decorria o estudo.

O quadro que se segue apresenta a distribuição espacial das rádios e televisões comunitárias inquiridas, nas 9 regiões da Guiné-Bissau:

Região	Local	Rádio	Televisão
Sector Autónomo de Bissau	Quelele	Rádio Quelele	TVC Klele
	Bairro Militar	Rádio Cidade	---
	Antula	Rádio Antula	---
	Cuntum Madina	Rádio Voz de Cuntum (suspensa)	---
Cacheu	São Domingos	Rádio Kassumai	---
	Suzana	Rádio Eva	---
		Rádio Titidjene	---
	Ingoré	Rádio Balafon	---
	Begene	Rádio Begene	---
	Bula	Rádio Viva	---
	Canchungo	Rádio Babock	TVC Pkis Utchak
Rádio Uler Aband		---	
S. Domingos/Morcunda		TVC Bagunda	
Bolama /Bijagós	Bubaque	Rádio Djan-Djan	---
	Bº de Buba	Rádio Bijagós	---
	Formosa	Rádio Kossena (suspensa)*	---
		Rádio Fala di Urok	---
	Orango Grande	Rádio Okinka Pampa	---
Gabú	Gabu	Rádio Comunitária de Gabu (suspensa)	---
		Rádio Gandal	---
		Rádio Sintchã Occo	---
		Rádio Algodão (suspensa)	---
	Béli-Boé	Rádio Colinas Boé	---
	Pitche-Posto	Rádio Pitche	---

Região	Local	Rádio	Televisão
Bafatá	Bafatá	Rádio Comunitária de Bafatá	---
	Cambadjú	Rádio Transfronteiriça Sancola	---
	Contuboel	Rádio Wakilaré	---
Oio	Mansoa	Rádio Escola Corânica	---
	Djalicunda	Rádio Dalicunda	---
Quinara	Buba	Rádio Papagaio	---
Tombali	Lemberem	Rádio Lamparam	---
	Mampatá	Rádio Forreá	---
	Catió	Rádio Educativa Voz Tombali	---
	Cubucaré	---	TVC Massar
Biombo	Ondame	Rádio N'Djerepa Có	---
	Quinhamel	Rádio Nova (em fase de legalização) Lua Nova (encerrada)	

* Em vias de retomar as emissões

2.2.2 Órgãos Profissionais e Instituições

São considerados organismos profissionais e de apoio aos OCS, todos aqueles que disponibilizam serviços considerados essenciais à prossecução da missão dos OCS e/ou ao seu desenvolvimento. Foram abrangidos pelo Estudo oito órgãos profissionais e ou de apoio aos OCS, todos localizados em Bissau, um de natureza pública e quatro de cariz não-governamental:

Foram identificados os seguintes órgãos profissionais instituições ligados à comunicação social:

- **Imprensa Nacional (INACEP)**

O INACEP é uma empresa pública responsável pela publicação dos atos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da República da Guiné-Bissau. Para além de funcionar enquanto gráfica, funciona também, desde 2010, como editora e prestadora de serviços de comunicação ao Estado.

- **Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS)**

O CNCS é um órgão independente afeto à Assembleia Nacional Popular incumbido de velar pela liberdade de imprensa e direito à informação.

- **Autoridade Reguladora das Tecnologias de Informação e Comunicação (ARN)**

À ARN, sob tutela do Governo, compete a promoção e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação da Guiné Bissau.

Foram igualmente identificados outros órgãos de inspiração exclusivamente profissional:

– **Casa da Imprensa (CI)**

A Casa da Imprensa é uma organização sem fins lucrativos, legalizada em 2003 por jornalistas guineenses. Surgiu da necessidade de criação de um espaço de diálogo e debate entre os órgãos de comunicação e o apoio ao desenvolvimento e capacitação dos *media*.

– **Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTECS)**

Foi criado em 2005, resultando da fusão de dois sindicatos: o sindicato dos jornalistas e o sindicato dos técnicos. Atualmente tem representações em todas as regiões do país e conta com 412 membros legalmente registados. A sua principal missão é defender os interesses dos trabalhadores e a luta pela melhoria das suas condições de trabalho.

– **Iniciativa Nacional de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias (INFORMORAC)**

A INFORMORAC fruto de uma iniciativa da *Radio Nederland Training Centre* (RNTC) tinha como objetivo reforçar o papel das Rádios Comunitária na Guiné-Bissau, através da formação dos técnicos e colaboradores da rádio em áreas relevantes como a produção, locução, entrevista, edição, engenharia de som, utilização e manutenção de equipamentos, gestão de estações de rádio, entre outras. As atividades de organização começaram a diminuir em 2011 com o fim do financiamento neerlandês, tendo sido suspensas em 2012 sob a alegação de falta de recursos. Últimas informações datadas de 2013 dão conta do seu encerramento definitivo.

– **Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC)**

A RENARC é uma organização não-governamental de âmbito nacional que visa favorecer a coordenação, cooperação e intercâmbio e promoção de emissores da rádio comunitária. É constituída pelas rádios comunitárias da Guiné-Bissau sem fins lucrativos.

– **Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau (OJGB)**

A mais recente organização de jornalistas (2012) afirma-se uma Instituição representativa dos seus associados, em matéria de direitos, prerrogativas e interesses profissionais que não sejam especificamente sindicais, designadamente sempre que estejam em causa questões de caráter deontológico, em conformidade com os seus Estatutos, as disposições legais em vigor e demais normas aplicáveis ao exercício da atividade de jornalista. Esta instituição não foi reconhecida pela SINJOTECS e nem pela CI que põem em causa o processo da sua criação, alegando não ser fruto de uma ação da classe, mas sim individualizada e que nem as organizações profissionais existentes foram ouvidas ou informadas. Este argumento é refutado pelo Presidente da OJGB,

igualmente diretor-geral do semanário “O Democrata” que assevera ter cumprido as normas e a lei.

O diretor-geral da comunicação social, ouvido no âmbito do Estudo diz só ter tido conhecimento da criação da Ordem, por notícias veiculadas pelos *media*.

2.2.3 Informantes Chave

Os informantes chave do Estudo são constituídos por 20 indivíduos que foram referência no sector da comunicação social na Guiné Bissau ou que dele possuem um conhecimento privilegiado. Estão incluídos neste grupo, quadros de diferentes áreas: sociólogos, analistas, deputados, membros de organizações internacionais, sociedade civil, juristas, professores, antigos e atuais governantes. Hoje exercem funções em diferentes áreas do poder e com interesses distintos. Um acordo prévio estabelecido a pedido dos declarantes ditou a regra do anonimato, razão porque só se publica o questionário submetido que serviu de base para vários encontros individuais. (ver anexo 1.)

2.2.4 Ardinias

Não existindo um sistema consolidado de distribuição de jornais na Guiné-Bissau, o mesmo é assegurado por ardinias. São, na sua maioria, jovens os ardinias que garantem a venda de jornais na cidade de Bissau. Foram ouvidos 10 desses jovens. No total existem cerca de 15 ardinias. Antes da guerra de 98/99 constituíam um grupo de meia centena. (ver anexo 2.) Note-se que o primeiro corpo de ardinias surgiu em 1975 com o aparecimento do primeiro jornal guineense após independência

2.2.5 Antigos diretores, editores e jornalistas seniores

Conhecedores do passado dos OCS e atentos à situação atual estes inquiridos, 12 antigos diretores, editores, jornalistas seniores e técnicos da comunicação foram peça importante para uma leitura atenta da trajetória dos *media* e da situação que hoje se vive. Uma parte considerável deste grupo desenvolveu outras experiências profissionais, mas de uma forma geral nunca se distanciaram da comunicação social. (ver Anexo 3.)

3. CONTEXTO HISTÓRICO: PRIMÓRDIOS

Neste capítulo é desfiado o contexto histórico em que surgiram os órgãos de comunicação social na Guiné-Bissau. Começa por uma reflexão sobre o contexto em que apareceu a imprensa escrita e continua depois com a rádio. Desenvolve uma tese sobre o papel do PAIGC nos órgãos de comunicação social, para depois refletir sobre a forma como a instabilidade tem restringido uma comunicação social livre. Termina com uma explanação sobre os défices de tolerância que subsistem.

3.1 Da Tipografia à Imprensa Escrita

O surgimento da imprensa na Guiné-Bissau está intimamente ligado à **instalação de uma tipografia em Bolama, em 1879**, que seria mais tarde designada por Imprensa Nacional da Guiné Bissau. Nesta unidade se constituiu o **primeiro grupo de tipógrafos guineenses**, a maior parte deles, já com a instrução primária feita. Mais tarde, muitos deles acabaram por ser perseguidos, presos e alguns até mortos por alegada ligação aos nacionalistas, como é o caso de Domingos Badinca (Anexo 22), considerado herói nacional. A 31 de Outubro de 1883, foi ali, em Bolama, editada a primeira publicação – *Fraternidade* dedicada à sensibilização e recolha de fundos para socorrer as vítimas da estiagem que tinha ocorrido, nesse mesmo ano, em Cabo-Verde.

Um ano depois da criação da Tipografia, em 1880, começou a ser editado o *Boletim Oficial da Guiné* que teve uma assinalável longevidade, tendo sido apenas interrompida em 1974 com o fim do regime colonial, e a implantação da República da Guiné-Bissau. Com a instalação dos serviços públicos da jovem nação foi retomada e a sua impressão continuou ali a ser feita durante muitos anos.

Em 1920, deu à banca a terceira publicação, *Ecos da Guiné*. Seguiram-se em 1922, a *Voz da Guiné*, um quinzenário republicano independente, e em 1924 o *Pró-Guiné*, órgão do Partido Democrático Republicano. Estas publicações pertenciam a portugueses radicados na Guiné. Os conteúdos não eram mais do que o prolongamento das querelas político-partidárias, e apontamentos de nostalgia cuja temática principal era a saudade da metrópole. Não existem evidências de qualquer participação de nacionalistas guineenses, isolados ou agrupados, em formações políticas nestas atividades editoriais, embora elas aconteçam num período de forte tensão social, e tribal, e em que se desenhava uma fase da resistência política. Apesar de já existirem

relatos de ações nacionalistas organizadas, como a **Liga Guineense** (1910), as mesmas não visavam os *media* enquanto forma de intervenção social e política. Os trabalhos e as publicações sobre esta matéria René Plessiér-1989 Boletins Culturais, Anuários da Guiné-Portuguesa...) convergem nesta constatação subscrita também pelo historiador e investigador guineense Leopoldo Amado-2012, em depoimentos prestado a este Estudo.

O primeiro periódico editado e dirigido por um guineense, o advogado **Armando António Pereira**, foi ***O Comércio da Guiné***, em 1930, tendo tido, contudo, uma curta duração, com encerramento no ano seguinte. No entanto, congregou à sua volta figuras de relevo da sociedade guineense, como o poeta **Fausto Duarte** (coordenador de um dos Anuários da Guiné-1946), **Alberto Pimentel**, **Álvaro Coelho Mendonça**, **Juvenal Cabral** (pai de **Amílcar Cabral**), **João Augusto Silva** e **Fernando Pais de Figueiredo**.

Para muitos estudiosos como o historiador e catedrático Leopoldo Amado³, o facto de o jornal ser subintitulado de ***Órgão dos interesses da Colónia*** não passava de uma forma subtil encontrada para iludir a censura da época, muito implacável. Outros, como o ex-jornalista, investigador e professor de literaturas em língua portuguesa, Pires Laranjeira, chamam a atenção para o facto de este jornal não se ter afastado do discurso colonial, embora tivesse assumido a defesa dos interesses guineenses, o direito à instrução, à sua expansão e melhoria das condições de vida das populações nativas⁴. Na década de 30, ainda surgiram outras três publicações: ***15 de Agosto*** (1932); ***Sport Lisboa e Bolama*** (1938) e ***A Guiné Agradecida***.

O primeiro diário, e o único até aos dias de hoje, ***O Arauto***, (**Anexo 18**) foi publicado em 1942, sob a forma de um boletim policopiado da responsabilidade da igreja católica. No ano seguinte passou a mensário, ganhando uma nova roupagem ao ser impresso. É com esta nova imagem que mais tarde, em 1951, retoma a periodicidade diária que se prolonga até 1968, data em que deixa de ser publicado, na sequência de períodos difíceis caracterizados por dificuldades técnicas na sua tipografia em Bissau que contava com um pequeno corpo de tipógrafos guineenses.

Em 1956, em Bolama nasceu o jornal ***O Bolamense*** (**Anexo 19**), editado pela Delegação Regional da Cultura e Turismo e impresso na Tipografia de Bolama. Em 1953, Amílcar Cabral na qualidade de Diretor dos Serviços Agrícolas, situado na Granja do Pessubé

³ Leopoldo Amado in revista "*JCALP*", volume 20 e 21, julho e agosto de 1990.

⁴ Pires Laranjeira no conjunto das declarações prestadas a este Estudo (2012), considera que "O Comércio da Guiné" pugnava, por uma criouilização social, como modo de inserção do nativo na sociedade colonial, realizando um típico discurso próximo da formulação luso-tropicalista, mas perfeitamente colonialista apesar de reformista e que se podia classificar de protonacionalista. "O Comércio da Guiné", advoga Pires Laranjeira, também pugnava pela defesa da cidade de Bissau, que já funcionava como capital comercial, enquanto Bolama detinha mas só até 1931, as prerrogativas de capital. Com um discurso regionalista o jornal conseguiu congreguar um núcleo de guineenses que já começavam a nomear diferenças, a formular críticas e a preocupar-se como o futuro das populações nativas, forçando de certa, maneira os limites que o poder colonial lhes impunha.

em Bissau, criou e ajudou a animar o *Boletim Informativo*, um espaço de sensibilização e promoção da agricultura e seu valor na elevação do nível de vida das populações.

Dois anos após o desaparecimento do jornal da igreja católica (*O Arauto*), em 1968, o Centro de Informação e de Turismo da Guiné, lançou o *Notícias da Guiné*. Decorridos outros dois anos, a Guiné deixa de dispor de jornais, supostamente por razões técnicas, registando-se apenas a publicação de boletins, quase todos efémeros e tratando temáticas especializadas, como por exemplo o *Poilão (Anexo 16)*, do Banco Nacional Ultramarino e o Boletim da Associação Comercial, entre outros. Só o *Boletim Cultural, (Anexo-20)* editado pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, de 1946 a 1973, ganhou expressão e valor tanto pela sua longevidade, como pelo nível científico do seu conteúdo de carácter etnográfico, antropológico e literário. O *Boletim Cultural* totalizou um conjunto de 110 números considerados trabalhos de matiz científico.

Foram publicados três *Anuários da Guiné*: o primeiro em 1925, o segundo em 1946 e o terceiro em 1948. Porém, em Janeiro de 1972 surge um novo jornal, *A Voz da Guiné*, dirigido pelo antigo Chefe da Redação de *O Arauto*, o reverendo Cruz de Amaral, que também passou a ser, na mesma ocasião, Presidente da Comissão de Censura, órgão a que ele já pertencera e que velava pelos princípios políticos e ideológicos do regime.

Algumas revistas e jornais e editados em Lisboa chegavam a Bissau de forma selecionada e versavam assuntos da longínqua metrópole: futebol, política oficial, discursos, viagens e missões de governantes, mas sem referências à Guiné. À época, mesmo na metrópole todas as publicações, número a número, artigo a artigo, tinham de ser analisadas e aprovadas previamente pela Comissão Nacional de Censura.

Independentemente da sensibilidade e orientação política dos editores, os periódicos inventariados e editados na Guiné em nenhum momento criticavam a política colonial e nem se abriam à colaboração dos nativos. Uma incursão pelas publicações da época comprova esta afirmação. É certo que a elevada taxa de analfabetismo, (o 1º ciclo do ensino secundário só foi instituído em 1958 em Bissau funcionando no antigo Museu, atual prematura) aliada ao Estatuto do Indigenato em vigor excluíam a maioria da população (99,7% em 1961).

A Guiné constituiu uma exceção no conjunto das colónias portuguesas. André-Jean Tudesq, professor da Universidade de Bordeaux III e o investigador S. Nédélec que se debruçaram sobre a história dos jornais e rádios em África nos séculos XIX e XX⁵ concluíram que nas colónias portuguesas, à **exceção da Guiné**, a imprensa acompanhou o ciclo da metrópole e assim, também houve algumas dificuldades no período que medeia entre a implantação e consolidação do regime político corporativista de direita, entre 1828 e 1932.

⁵ Título original do trabalho: Journaux et Radios en Afrique aux XIX et XX siècles

O **Brasil** representa outra exceção, neste caso pela positiva, exibindo desde Junho de 1808 uma intensa atividade jornalística. **Cabo Verde**, em 1842, já editava o Boletim do Governo. Em 1872 passou a contar com um jornal não oficial, *O Independente*, editado na cidade da Praia. A primeira publicação em **Angola** foi o *Boletim da Província de Angola*, a 13 de Junho de 1845, ao que se seguiu a *Civilização da África Portuguesa*, a 6 de Dezembro de 1866, da responsabilidade de António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Cortês Mântua. Em **Moçambique** foi o Boletim de Governo em 1854, seguido do *Baluarto* em 1860. Em **São Tomé e Príncipe** decorria o ano de 1869 quando foi apresentado ao público das ilhas o jornal *O Equador*.

3.2 Rádio: Entre a Colónia e a Província

Para além da imprensa escrita, a Colónia da Guiné dispunha igualmente de um serviço de radiodifusão nacional. O *“Anuário da Guiné Portuguesa”*, de 1946, (**Anexo 14**) relata nas suas páginas que em Abril de 1944 foi estabelecido um serviço de radiodifusão, dependente da Repartição Central dos Serviços dos Correios Telégrafos e Telefones (CTT). Dois anos mais tarde, a 9 de Outubro de 1946, procedeu-se à reorganização da Estação que passou a designar-se de **Emissora da Guiné**.

A grande parte dos conteúdos e programas eram gravados em Lisboa e enviados para emissão local, incluindo muitos musicais. A rádio instalada em Bissau limitava-se a retransmitir os programas produzidos por Lisboa e com temas que versavam assuntos da então metrópole.

Durante muitos anos o único programa local produzido e apresentado por uma locutora portuguesa era de discos pedidos – **“Peça o que Quiser”** – para onde os ouvintes escreviam a pedir a canção desejada e a apresentadora, na medida das possibilidades, satisfazia o pedido passando a melodia desejada ou outra em substituição. A quase totalidade das músicas passadas na estação eram essencialmente portuguesas, seguindo-se sambas e marchas brasileiras, coladeiras e mornas cabo-verdianas.

A 30 de Maio de 1966 a Emissora Nacional de Radiodifusão que emitia a partir da capital portuguesa em onda curta para a Guiné desde os anos 50⁶, recebeu mandato para instalar um emissor regional na Província da Guiné e apropriar-se do material pertencente à província, sem que isso significasse o fim das emissões em onda curta que de resto se viram reforçados com uma maior potência dos seus emissores.

⁶ A publicação *“75 anos de telefonia pública em Portugal”* (2010) coordenado pelo jornalista e historiador Joaquim Vieira dá conta que em 1957, entrou em funcionamento mais um emissor de onda curta e, em 1966 em plena guerra colonial, outros quatro, também em Pegões - mas aqui, por razões acrescidas, era o desenrolar de três frentes de guerra colonial em África... As emissões para África, englobavam o Quênia, a futura Tanzânia (Tanganica e Zanzibar) o Uganda e a União Sul-Africana e também as colónias de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. A emissão para o Brasil era também destinada à Guiné Portuguesa e Cabo Verde.

Uma ténue tentativa de melhorar a programação com a introdução de programas interativos tais como o “*Programa da Manhã*” com música variada e entretenimento, os “*Ecoss da Província*” com folclore local e pequenos *flashes* noticiosos da Guiné em línguas nativas, o “*Encontro com Cabo-Verde*” ou o “*Programa da Ação Nacional Popular*”⁷, não reuniu consenso entre os apoiantes da ala mais dura do regime, e revelou-se insuficiente perante a avalanche comunicacional e propagandística do PAIGC, em crescimento como se pode verificar pela iniciativa editorial e diferentes e renovados conteúdos da Rádio Libertação referenciados neste Estudo.

Face a este desequilíbrio e ao recrudescimento da “luta armada” desenvolvida numa grande parte do território sob a forma de guerrilha, as autoridades do regime colonial entregam o papel da “resposta” às Forças Armadas através dos “Serviços de Ação Psicológica” que congregava em si a “psicologia social e militar”⁸ que durante anos estudou e analisou, entre outros aspetos, o trabalho do PAIGC na comunicação/propaganda e a sua relação com as populações.

Um serviço especializado designado de Repartição de Assuntos Cívicos e Ação Psicológica (REPACAP), criado em 1971, em Bissau, enquadrado e deu forma na radiodifusão (Emissora Oficial da Guiné portuguesa) a toda a atividade no âmbito da política da **Guiné Melhor**, como resposta a uma teoria desenvolvida pelo Governador general António Spínola que assentava numa maior visibilidade dos guinéus⁹ das diferentes camadas sociais¹⁰.

No final da década de 60, as Forças Armadas, obedecendo ao plano previamente estabelecido pela Ação Psicológica, que desencadeia uma guerra aberta de ondas visando a Rádio Libertação, a Rádio Argel e Rádio Moscovo (serviços de língua portuguesa), lança, através das antenas da emissora local, o Programa das Forças Armadas o “**PFA**” também designado por “**PIFAS**”, pelos seus apresentadores. Um dos objetivos da intervenção na comunicação e propaganda era diminuir a importância das

⁷ Ação Nacional Popular (ANP) era o partido único português criado em Fevereiro de 1970 após a ascensão à chefia do Governo de Marcelo Caetano e que apoiava abertamente o regime colonial. “ANP” substituiu a União Nacional o suporte político de Salazar.

⁸ Diz o major Miguel Garcia no seu trabalho “**O independentismo e o poder português em confronto. Guiné 1968-1972**” veiculado “in” *triplov.com* que no caso da Guiné, começaram a ser elaborados relatórios periódicos e instruções para lançamento de APSIC (Ação Psicológica) em todos os escalões... A partir de 1965 os meios para ação não escassearam... e passaram a desenvolver-se cursos, estágios, palestras e criados jornais das unidades militares e centros informativos ao mesmo tempo que se realizavam reuniões para apresentação de filmes, dísticos, cartazes e publicações de natureza variada.

⁹ Terminologia adotada na campanha da “Guiné Melhor” para substituir a expressão tradicional **guineense**, tão grata ao PAIGC e e às populações, também usada (Guinéenne) para os naturais da República da Guiné-Conacri, conhecidos na GB como “**NANIAS**”.

¹⁰ Esta política traduzia-se em dar oportunidades aos nativos na ocupação de cargos intermédios na função pública/administração, valorização das autoridades tradicionais, convocatória das conferências étnicas intituladas de Congresso do Povo da Guiné. Falava-se de “chão mancanha” ... “chão manjaca”... “chão balanta”, etc. Nestes Congressos as populações eram chamadas a discutir e a interessar-se pelos seus próprios problemas. Estes eventos eram depois retomados em noticiários e análises nos programas de rádio nas diferentes línguas locais. Segundo documentos O partido único Ação Nacional Popular (ANP) a principal base de apoio do regime de Lisboa, passou a contar com 3 deputados guinéus eleitos pelo “circulo da Província de Guiné-Portuguesa”. **O capitão de Abril, Otelio Saraiva de Carvalho** que pertenceu a Ação Psicológica **explica assim toda a filosofia**: a manobra psicológica visava exercer esforço na manutenção da adesão das populações sob controlo português, integrando-as no movimento da Guiné Melhor, através de ações de justiça social e de promoção socioeconómica, visando o abalo das populações sob controlo do PAIGC e dos seus combatentes; refugiadas nos países vizinhos; de países limítrofes (...) “*Alvorada em Abril*”, págs. 88 e 89, *Livraria Bertrand, Lisboa, 1977*.

rádios estrangeiras, incluindo a própria BBC de Londres que tinha muita audiência entre os guineenses e portugueses residentes. O “PFA” difundia programas em línguas locais e apresentava animações em direto dirigido exclusivamente aos militares.

O Programa das Forças Armadas segundo os seus responsáveis dirigia-se a toda a população, europeia e africana, e era emitida três horas semanalmente em línguas nativas: - manjaco, fula, mandinga e balanta e em crioulo. O destaque dado ao crioulo estava relacionado com a fraca penetração do português e também por ter sido uma língua amplamente vulgarizada nas antenas da Rádio Libertação. Nos anos 60 e 70, os artistas locais passaram a cantar em crioulo o que conferiu uma nova dimensão a esta língua cada vez mais utilizada por uns e outros na informação e na música. A programação tipo era orientada para a contrapropaganda e contava, já nessa altura, com colaboradores locais nas línguas nacionais, incluindo o crioulo. Apresentava programas como “África em Foco”, “Colóquio”, “Tua Terra é Notícia”, “Sete dias em foco”. Em 1971, já com a coordenação da Repartição de Assuntos Cívicos e Ação Psicológica (REPACAP), e em colaboração com o PFA, utilizando os emissores de ondas curtas e médias da Emissora Oficial da Guiné, registou-se um total de emissão de 2.320 horas como o quadro seguinte documenta. Em 1973, o crioulo duplicou a sua utilização.

QUADRO 1. PROGRAMAS DA EMISSORA PORTUGUESA/HORAS DE EMISSÃO (1971)

Programa	Horas
PFA	1.095
Voz da Província (em crioulo)	156
Balanta	158
Fula	156
Mandinga	156
Manjaco	156
Voz do teu povo	52
Guiné de hoje, Guiné melhor	183
Francês	104
Francês e Olof	52
Susso	52
Total	2.320

Fonte: Major M. Garcia- O independentismo e o poder português 19698-1972 (Tripliv visor militar)

Como já se referiu a década de 70 foi realmente o tempo das grandes mudanças operadas na parte da Guiné, controlada pelo regime de Lisboa. Os serviços de Ação Psicológica e as estruturas militares e civis criadas começaram a dar resultados.

Pela primeira vez a emissora oficial da Guiné portuguesa exibiu música guineense gravada no âmbito das atividades da REPACAP e com a participação técnica de colaboradores civis guineenses afetos à radiodifusão militar. Foi o princípio daquilo que viria a ser o *boom* de uma música moderna de intervenção como a classificava o compositor e poeta guineense José Carlos Schwarz - (in Catavento/RDN-1976).

3.3 PAIGC, o precursor de uma comunicação de matriz guineense

Se a tipografia de Bolama engendrou mecanismos e dinâmicas propícias à inovação tecnológica, laboral e social abrindo espaços para o surgimento da imprensa escrita, não é menos verdade que o PAIGC contribuiu para uma nova configuração dos *media* guineenses. Em 1964, colocando um camião emissor na fronteira sul ainda dentro da fronteira da República da Guiné-Conacri, iniciou as emissões experimentais da **Rádio Libertação** dirigidas, em português e crioulo, aos seus militantes, em particular, e às populações em geral. O crioulo, a língua mais utilizada nas antenas, ganhou uma nova dimensão, passando a ser a língua do debate político, e da comunicação.

Em 1967 a Rádio Libertação, iniciava a sua emissão regular a partir do seu estúdio instalado em Conacri, emitindo programas de carácter político, cultural, educativo e de entretenimento, incluindo músicas de artistas guineenses, sobretudo *djidius* (*griot* 's)⁹, muitas delas gravadas pelos operadores e técnicos em espaços improvisados, com recursos aos dois gravadores *Uher* portáteis de que dispunham. As suas emissões encerraram apenas a 10 de Setembro de 1974, após o reconhecimento “de jure” da independência. A *Rádio Libertação*¹¹ mexeu com todo o aparelho político e administrativo coloniais que então se viu obrigado a adotar um conjunto de medidas editoriais reformulando desta forma a sua forma de fazer rádio.

Decorridos quatro anos, após a sua fundação e ainda antes do início da luta armada¹², a 1 de Dezembro de 1960, o PAIGC criou o **Jornal Libertação**, um mensário em ciclostilo com uma tiragem de 500 exemplares. Sobre esta publicação, que durou até 1968, o fundador da nacionalidade Guineense, Amílcar Cabral, numa mensagem dirigida à primeira Conferência de Jornalistas Afro-Asiáticos, realizada em Abril de 1963, em Jakarta, dizia “... é o nosso jornal, aquele que o nosso povo lê na clandestinidade...”

¹¹ Em Julho de 1967 o “Libertação” anunciava que “as informações que continuam a chegar são encorajadoras. Sabe-se que o nosso emissor é ouvido em boas condições em todas as regiões da Guiné e nos países limítrofes. É quase certo que em Cabo Verde a estação pode ser ouvida”.

¹² O ataque ao quartel de Tite (sul) em 1963 é considerado nos documentos oficiais do PAIGC, depositados no seu Secretariado na sede em Bissau, como o início da Luta Armada de Libertação Nacional que preconizava a autonomia do território e sua independência.

e que leva as informações, como os pontos de vista dos nossos responsáveis e militantes”.¹³ Amílcar Cabral, salienta aqui a importância que estes nacionalistas conferiram desde cedo aos *media* e o seu papel no lançamento da génese da comunicação social guineense.

O desenho de uma comunicação social guineense, com todas as suas particularidades político-partidárias estava, assim, em curso. O Movimento de Libertação vai ainda mais longe e cria uma estrutura designada de **Núcleo de Jornalistas do PAIGC** que se associa à Organização Internacional de Jornalistas (OIJ) muito próxima dos países do bloco socialista e do Movimento dos Países Não Alinhados¹⁴. Alguns dos quadros que trabalhavam na ideologia e informação, nomeadamente Vasco Cabral e José Araújo, entre outros possuíam o cartão internacional de jornalista emitido pela OIJ. Ao mesmo tempo que se sustentava a via da democracia nacional revolucionária e do centralismo democrático, desenvolvia-se o conceito de “jornalista militante”, prevalecente mesmo após os primeiros anos de independência e que ainda hoje influência negativamente a ética e a deontologia profissionais estando na base de uma certa nebulosidade que subsiste confundindo a fronteira entre o jornalismo e a propaganda político-partidária, ideias e teses desenvolvidas em quase todas as publicações do PAIGC antes e pós independência, destacando-se *“O Militante”* (Anexo, 15) que depois do jornal “Libertação” e da “Rádio Libertação” e no período de 1977 a 1980¹⁵, mais vezes teorizou sobre o assunto com teses doutrinárias.

Coerente com a sua prática no passado, na pós-independência, o Departamento de Informação do Partido, assumia novas iniciativas editoriais. A revista *O Militante*, criada em 1977 pelo Conselho Nacional da Guiné do PAIGC, publicava com regularidade textos e reflexões ensinando a fazer a propaganda, agitação e informação na ótica partidária e revolucionária. Era frequente encontrar nas suas páginas textos ideológicos: *“Como combater as ideias velhas e difundir as ideias novas”* (Julho/Agosto de 1978); *“A propaganda – arma poderosa na luta ideológica”* (Maio/Junho de 1978); *“Jornalista guineense é um jornalista militante”* (Dezembro de 1978); *“O nosso jornalista é, acima de tudo, um propagandista das ideias do Partido”* (Julho de 1978). Paradoxalmente o primeiro trabalho de grande folego sobre *“A Imprensa Rural em África”* foi publicado por essa revista na sua edição de Setembro de 1978, assim como textos de reflexão

¹³ Amílcar Cabral referenciado pela revista *Militante*, edição de Junho de 1978.

¹⁴ O Movimento dos Não Alinhados foi criado em Bandung na Indonésia em 1955 convocada pela Conferência Asia Africa. A 1ª conferência do Movimento teve lugar em 1961 na antiga Jugoslávia (Belgrado). Criado com objetivo de traçar uma via independente no campo das relações internacionais que permitisse aos seus mais de uma centena de membros não se envolverem no confronto entre as grandes potências. Se é verdade que em 2004 contava com 115 membros, a queda do muro de Berlim, tirou-lhe grande parte da capacidade de mobilização e de intervenção política demonstrada durante o período da guerra fria protagonizada entre a EUA e a URSS. O seu último Secretário-Geral eleito foi Hosni Mubarak (2009-2011). Em Agosto de 2012, os “Não Alinhados” voltaram a reunir-se, totalizando 120 países e na presença de 29 Chefes de Estado e de Governo, agora no Irão (Teerão) que passa a presidir a Organização durante os próximos 3 anos. O Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon esteve presente.

¹⁵ As edições do *Militante*, de agosto de 1977 e dezembro de 1978 inserem várias páginas com textos de reflexão e de análise, em defesa do jornalismo partidário e do jornalista militante. A revista considera o jornalista como um propagandista das ideias do PAIGC.

analítica sobre o Kriol e sobre a oralidade e os valores culturais guineense. Os textos de maior defesa do kriol, advogando a tese de língua nacional foram apresentados nesta revista, durante o período em que foi editado.

Ao mesmo tempo que mantinha e reforçava os meios de informação e propaganda existente lançava outros, nomeadamente o *Jornal Blufo*, órgão dos Pioneiros do Partido, abordando temas infanto-juvenis, e o *PAIGC Actualités*, escrito em francês e com algumas edições em português, dirigido ao público internacional. Em 1960, a direção política do PAIGC lançou em Londres, a brochura *"A verdade sobre as colónias de Portugal"* uma ação preparada para "entrar" num espaço tradicionalmente amigo da política portuguesa, ou a edição das "Palavras de Ordem Gerais" (1965) que marcava os contornos da área ideológica e valores morais e éticos defendidos pelos nacionalistas armados. Funcionava como manual orientador dos preceitos do partido e por isso mesmo era difundido regularmente nas antenas da Rádio Libertação, e mais tarde, nos primeiros anos da independência, todos os dias, através da RDN, logo a seguir ao bloco de notícias das 13H00.

No período pós-independência, sobretudo nos cinco primeiros anos do chamado período de Reconstrução Nacional, o PAIGC incrementou o surgimento de diversas publicações. O surgimento da revista *O Militante*, e dos jornais *Vanguarda Juvenil*, *Blufo*, *O Trabalhador* e do *Defensor*, editado pelas FARP, então considerado o braço armado do PAIGC, permitiram ao jornal público, *Nô Pintcha*, e à rádio, *Radiodifusão Nacional (RDN)*, abrir espaços não doutrinários ou partidários com enfoque em questões de desenvolvimento e de interesse mais nacional, como economia, cultura, música e desporto, numa percentagem considerável.

O considerável lençol noticioso da **Agência de Notícias da Guiné-Bissau** com informação e notícias datadas do interior do país era um enorme serviço prestado ao país, pois proporcionava uma margem de abordagem nacional aos OCS, encurtando assim a distância da capital às zonas e regiões do interior. Tanto a RDN como o *Nô Pintcha*, conseguiam por esta via uma cobertura permanente das principais regiões e setores do país. No entanto, este contexto não era desprovido de censura, sendo por exemplo proibido abordar alguns assuntos, nomeadamente sobre a FLING ou de dirigentes e militantes que abandonassem ou fossem expulsos do PAIGC.

A primeira República, como a caracterizam os historiadores guineenses (Julião Soares de Sousa-2012) caiu devido a um golpe de Estado, a 14 de Novembro de 1980. Contudo, para além do entusiasmo e da onda nacionalista despoletada, não se produziram de imediato nem nos anos seguintes mudanças de fundo que só surgiram nos finais dessa década.

Em muitos aspetos, passados os primeiros momentos de euforia, o défice de informação aumentou e a situação dos *media* foi-se deteriorando, existindo enormes

dificuldades, nomeadamente devido à inexistência de meios e ferramentas de trabalho, como por exemplo papel.

A partir de 1985/86 a censura recrudescceu e com ela a pressão em favor da propaganda partidária contra uma comunicação ao serviço das pessoas e do desenvolvimento¹⁶.

Onze anos de guerra pela independência consolidaram o poder do PAIGC, que de 1974 a 1990 instalou o seu modelo monolítico assente no “centralismo democrático” e na “democracia nacional revolucionária”, doutrinas amplamente divulgadas pela direção política do PAIGC com destaque para formações ministradas na “Escola do Partido”¹⁷, e textos de análise divulgados na revista “O Militante”.

Durante este hiato foram vários os governos constituídos. O golpe de estado, de 14 de Novembro de 1980, conduziu Nino Vieira, a segunda figura do partido, à Presidência, que assumiu durante sucessivos governos.

Em Outubro de 1991, ainda sob o regime do PAIGC, que havia implementado dois anos antes uma política de liberalização comercial e decidido renunciar ao estatuto de Partido único, o Parlamento (Assembleia Nacional Popular) aprovou cinco leis que marcaram a mudança do regime, e que estabeleceram as bases para o funcionamento do sector da comunicação social:

- Lei da Imprensa (Lei Nº 4/91);
- Lei do Estatuto do Jornalista (Lei Nº 5/91);
- Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social (Lei Nº6/91);
- Lei de acesso dos Partidos Políticos aos órgãos de Comunicação Social (Lei Nº7/91);
- Lei da Liberdade Sindical (Lei Nº8/91);
- Lei da Greve (Lei Nº 9/91);
- Lei da Requisição Civil (Lei Nº 10/91)¹⁸.

Um ano depois, em 1992, surgiu o primeiro jornal privado, o semanário **Expresso de Bissau**, que publicou 17 números.

Seguiram-se outras iniciativas do setor privado na área da Rádio:

A primeira foi a **Rádio Galáxia de Pindjiguiti** (Maio/1995), depois a **Rádio Bombolom** (Outubro/1995) e a **Rádio Mavegro** (Janeiro/1996), esta transmitindo inicialmente só música e animação e mais tarde o noticiário central da BBC de Londres em Inglês.

¹⁶ O jornalista FJ Pereira fez denúncias na Conferência de Jornalistas em 15/10/93, outros como Baltazar Bebiano, Cristovão Mango e Barnabé Gomes registaram nas páginas do Nô Pintcha nesse período a sua insatisfação profissional.

¹⁷ Eram cursos organizados e dirigidos por formadores do PAIGC e por quadros das antigas RDA e URSS em Bissau.

¹⁸ In Boletim Oficial nº 39 de 3 de Outubro/1991

3.4 Instabilidade restringe a comunicação livre

O percurso do setor da comunicação social, desde a guerra colonial à atualidade, tem sido marcado pelas dificuldades na transição da Guiné-Bissau para a democracia. A debilidade da economia, devastada pela guerra colonial e, mais tarde pelo conflito político-militar (1998/1999), a instabilidade política, as carências de meios humanos e técnicos, debilidade do mercado, constituem verdadeiros obstáculos à implementação de uma estratégia de comunicação que contribua na promoção do desenvolvimento.

Como já descrito, até à proclamação da independência, em 1974, a comunicação social na Guiné-Bissau era essencialmente caracterizada por uma propaganda colonial, através de rádios e jornais, que dedicavam mais espaço à metrópole do que à Guiné-Bissau. O **Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)**, criado em 1956, e instrumento fundamental na luta contra a colonização, foi o precursor de uma comunicação de matriz guineense, tendo sido o “primeiro ator social guineense a usar da voz de imprensa própria, com intuítos propagandísticos e independentistas” (Évora & Sousa, 2007). Durante a década de 60 surgiram órgãos de comunicação de orientação independentista, tais como a “**Rádio Libertação**”.

O conflito político-militar de **7 de Junho de 98 a 5 de maio de 99** teve o condão afetar os OCS e jornalistas em toda a dimensão. Os prejuízos foram avultados. Primeiro porque todos os órgãos foram silenciados e depois porque muitos deles viram as suas instalações violentadas e saqueadas.¹⁹

Os jornais foram obrigados a fechar as suas portas. As rádios comunitárias deixaram de emitir. A *Pindjiguiti* e a *Mavegro* perderam parte considerável do seu equipamento. A *Bombolom* foi desde logo ocupada pelas tropas amotinadas e transformada em “Rádio Voz da Junta Militar”. A RDN perfilou-se em defesa do poder legalmente constituído. Só que esse alinhamento foi tão ideológico que a componente jornalismo colapsou dando lugar à propaganda com selo de segurança de Estado e da segurança militar. A *Bombolom* passou a ser uma trincheira de guerra de onde saíam muitas das vozes de comando codificadas que antecediam aos bombardeamentos de artilharia sobre a cidade de Bissau, apelidada nesta guerra, de Bissauzinho.

As duas rádios envolveram-se diretamente no conflito, com uma linguagem belicista intimidatória, funcionando muitas vezes como tribunais radiofónicos que não hesitavam em julgar e condenar jornalistas e cidadãos comuns supostamente por estarem do outro lado da trincheira. Toda esta situação relatada na época por correspondentes de guerra estrangeiros encontra respaldo nos registos do investigador

¹⁹ Fafali Koudawo in Pluralismo de Informação nos PALOP. Edições Principia-2000.

Álvaro Nóbrega *in* “A imprensa na Guiné-Bissau”²⁰, que ao descrever a situação falou de forma depreciativa em “*homens fardados e não jornalistas*”.

No rescaldo da guerra, todos os *Media* sofreram consideráveis perdas materiais, havendo casos como o jornal **Fraskera** que foi totalmente destruído e nunca mais recuperou. De acordo com o investigador Fafali Koudaowo, as três Rádios privadas existente antes do conflito, apenas uma retomou a emissão, apresentando programas essencialmente musicais.

As três Rádios comunitárias que funcionavam antes da guerra, nas regiões do interior, **Kassumay**, a Norte, **Lanparam**, a Sul e **Djan-Djan** nas ilhas Bijagós pararam as emissões durante um período de dois anos.

Com o final da guerra e o afastamento do Presidente “Nino” Vieira do poder, foi constituído em 1999 um Governo de Unidade Nacional, chefiado pelo jurista Francisco Fadul que havia estado do lado das forças rebeldes. A missão principal era criar as condições para a convocatória das eleições. Malam Bacai Sanha, dirigente do PAIGC, foi indigitado Presidente em exercício.

Em 2000, após o conflito militar, Koumba Yalá foi eleito Presidente da República depois de eleições realizadas em Novembro de 1999, em que derrotou Bacai Sanha. Com o ato eleitoral e a constituição do novo governo, inaugurou-se um ciclo de grandes convulsões políticas que abalaram todas as áreas de governação, com particular destaque para Justiça, Educação e **Comunicação Social**.

A pacificação que se pedia depois de onze meses de um conflito marcado por enormes perdas em vidas e material, não aconteceu. Viveu-se uma fase que no entender de A. Nobrega, no trabalho já citado, foi caracterizado por um “*governo sensível à crítica*” com evidentes sinais de autoritarismo de Estado, que “*criou um clima de autocensura e de medo em muitos dos potenciais informadores de factos noticiosos*”. O autor cita, como exemplo os casos dos jornais, “*Nô Pintcha*”, *Banobero*, *Gazeta de Notícias* que até possuíam uma acentuada componente de jornalismo de investigação, mas onde também se constatava o reflexo do condicionalismo imposto ao trabalho dos jornalistas.

Em Junho de 2001, o proprietário e editor João de Barros e o jornalista Althizar Mendes, foram levados à presença do Presidente Kumba Yala que de uma forma áspera os censurou por terem publicado um artigo sobre a corrupção no país. Ambos acabaram detidos.

²⁰ In Soronda- Revista de Estudos e Pesquisas Guineense – INEP- nº 2; 2003

Em Setembro de 2001, as tropelias às normas e às leis pelo poder instituído culminaram com a suspensão do então Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Juiz Emiliano Nosolini que na somatória final das arbitrariedades acabou sendo preso.

Foram imensos os casos de atropelos à lei e de abuso do poder contra os *media* e os jornalistas:

- i Issufo Queta e Paula Melo foram detidos e maltratados psicologicamente pelo, simples facto de terem divulgado na televisão publica (RTGB) um Comunicado da Liga Guineense do Direitos Humanos, que criticava a postura do então Primeiro-Ministro Caetano Intchamá
- ii Na mesma estação televisiva duas outras jornalistas foram suspensas por terem recusado cumprir diretivas que visavam manipular as notícias.
- iii O Secretário de Estado da Informação na época, Pedro da Costa, admitiu censurar notícias *“em nome da paz e estabilidade do país”*.
- iv O correspondente da BBC de Londres foi chamado à Segurança de Estado por ter relatado o clima tenso existente entre o Brigadeiro Ansumane Mané e o Chefe de Estado.
- v Três jornalistas da Radio Pindjiguiti foram acusados pelo Procurador-Geral da República de difamação por terem dito que *“não se podia esperar bom desempenho do novo PGR, uma vez que nas funções anteriores não fez grandes coisas”*.
- vi O mesmo PGR ordenou o encerramento dos dois únicos jornais privados existentes na altura: Diário de Bissau e Gazeta de Notícias.

As várias tentativas de controlo dos órgãos de comunicação social culminaram com a suspensão das emissões da Rádio Bombolom. Seguiu-se o silenciamento da RTP-África e a expulsão do seu delegado²¹. No ano seguinte a Organização norte-americana *“Freedom House”* incluiu a Guiné-Bissau na lista dos países com censura instalada.

A situação económica entrou em declínio de forma acentuada e a instabilidade política foi marcada em ritmo acelerado com uma sucessão inédita de Primeiros-Ministros. Em três anos, foram indigitados e exonerados quatro Chefes de Governo pelo Presidente²². Apenas um deles conseguiu manter-se em funções pelo período de um ano.

O golpe de Estado de 14 de Setembro de **2003** trouxe uma nova mudança ao governo. O empresário Henrique Rosa passa a exercer interinamente as funções de Chefe de Estado e Artur Sanhá, Secretário-Geral do PRS, é indigitado para chefiar o governo. No entanto, e apesar do novo quadro político, as relações com *os media* mantiveram-se conturbadas e a censura continuou a vigorar.

²¹ O jornalista João Pereira da Silva foi acusado de “manipulação e distorção sistemática de informação” e expulso do país em 2002.

²² De acordo com edições “Nô Pintcha” da época, em três anos foram quatro os Chefes de Governo e todos eles altos dirigentes do PRS: Caetano Intchamá (fevereiro de 2000 a março 2001); Fautino Imbali de Março de 2001 a dezembro de 2001; Alamaro Nhassé (dezembro de 2001 a novembro de 2002) Mário Pires (novembro de 2002 a setembro de 2003).

Em **2005**, após várias turbulências políticas, há novas eleições presidenciais que atribuem a Nino Vieira o cargo de Presidente da República. Em **2009**, Nino Vieira é assassinado por militares armados. O Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), Raimundo Pereira, assumiu a presidência interinamente, e foram marcadas **eleições presidenciais** antecipadas para Junho de **2009**, as quais foram vencidas por Malam Bacai Sanhá.

No dia 1 de Abril de **2010**, há uma nova tentativa de golpe de estado, desta vez contra o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. No entanto, a tentativa ode derrube do governo não se consumou. A reação dos populares que se opuseram ao process-movimento golpista em curso, tal como foi noticiado pelas rádios privadas de Bissau, teve um papel fundamental no revés do processo, saindo à rua e bloqueando as estradas, ao mesmo tempo que queimavam pneus velhos que obstruíam as vias de acesso, tornando difícil a movimentação das viaturas. As imagens auditivas das rádios que cobriram os acontecimentos em direto foram elucidativas, na opinião de dois grupos de inquiridos, as 20 personalidades inquiridas e os antigos diretores e editores e seniores. Só três deles atribuíram o fracasso da insurreição *“ao receio dos militares a eventuais reações da comunidade internacional”*.

Em março de **2011** o Presidente Malam Bacai Sanhá adoeceu e foi internado num estabelecimento hospitalar em Paris, onde acaba por falecer em janeiro de 2012. Raimundo Pereira como Presidente da ANP e à luz da lei assume interinamente a chefia do estado e é substituído no Parlamento pelo seu 1º Vice-Presidente Serifo Namadjo.

Dois anos depois da crise de 1 de Abril, concretamente a 12 de Abri de 2012, a meio da segunda volta das eleições presidenciais, o CEMGFA sob o nome de um “Comando Militar” concretiza o Golpe de Estado, numa altura em que cinco candidatos, Kumba Yalá, Serifo Namadjo, Henrique Rosa, Afonso Té e Serifo Baldé rejeitaram os resultados eleitorais alegando que tinham sido fraudulentas, embora sem nunca terem apresentado qualquer prova que sustentasse esta posição que foi igualmente rejeitada pelo Supremo Tribunal de Justiça. À frente do escrutínio estava Carlos Gomes Júnior.

Por intervenção da CEDEAO, nos finais do mesmo mês (Abril), com o respaldo de um conjunto de pequenos partidos sem assento parlamentar e com o PRS, a segunda força política e apoiante da candidatura de Kumba Yalá, acaba por ser constituído um governo de Transição não reconhecido pela maioria dos países parceiros da Guiné-Bissau. Outros três candidatos, Baciro Djá, Luis Nancassa e Vicente Fernandes, não integraram este grupo acatando, aparentemente os resultados anunciados na primeira volta pela CNE e validados pelos observadores internacionais com representantes da CEDEAO, União Africana, Nigéria, EUA, Reino Unido, CPLP e UEMOA. Serifo Namadjo é indigitado pela CEDEAO Presidente de Transição que foi empossado pelos mne da Nigéria e do Burkina Faso. O Presidente e o Chefe de Governo depostos vivem no exílio em Portugal mantendo a exigência da continuidade da segunda volta

interrompida. Um Governo de Transição constituído pelos partidos subscritores da Carta de Transição, e o Presidente de Transição comprometeram-se com a CEDEAO a convocar eleições gerais para o último trimestre de 2013.

Com este cenário de fundo, o país apresenta-se dividido. As principais forças políticas, o PAIGC e o PRS, para além de problemas internos de autêntica luta pela liderança, dão sinais claros de não se entenderem nas questões fundamentais que poderiam concorrer para alguma normalização do país, que volta a conhecer novos desaires económicos resultantes de mais uma insurreição e quebra de confiança entre os seus potenciais parceiros, fazendo que a CEDEAO assuma por inteiro numa primeira fase a despesa política e financeira.

A tendência de uma melhoria da situação económica na Guiné-Bissau que se vinha desenhando, confirmou-se em 2011 como um período de melhor desempenho económico da Guiné-Bissau. Os dados disponibilizados pelas organizações internacionais assinalam um crescimento económico acelerado que atinge 5,1 por cento. Os esforços para a estabilização das condições económicas prosseguem até ao final do ano com base na mobilização acrescida das receitas fiscais e do controlo das despesas com salários e com bens de serviço.

O golpe de Estado ocorrido a meio de eleições presidenciais sentenciou o débil processo de desenvolvimento em curso. Desde a última sublevação, vem-se assistindo a um impasse duradouro e crescente isolamento do país, propenso a situações anómalas e atentatórias à edificação de um Estado democrático. Os principais parceiros do país suspendem a cooperação e fazem depender o futuro das relações ao retorno à vida constitucional.

De novo a Comunicação Social guineense se vê a braços com mais um momento de exceção e restrição de liberdade de imprensa.

As liberdades são coartadas e alguns jornalistas perseguidos e presos por delito de opinião, denunciam as organizações de jornalistas. Tudo é estritamente vigiado e controlado, dizem as organizações da sociedade civil. O direito de manifestação é suspenso, alertam os sindicatos.

Subsistem algumas ações em regime de “clandestinidade” que deixam marcas de revolta pelas ruas e bairros da cidade, contra o ambiente de repressão instalado, inscrevendo e pintando *slogans* de denúncia e contestação. Um outro grupo composto por ONG’s, Associações, Redes de organizações, Sindicatos, insurge-se e emite comunicados sobre o mal-estar instalado devido às políticas e ações repressivas e intimidatórias desencadeadas por forças militares e outras não identificadas. A LIGA dos direitos humanos (LGDH) fala das liberdades coartadas e abusos contra os cidadãos. Uma frente opondo-se ao golpe, autointitulado de FRENAGOLPE encetou também

várias ações de denúncia o que resultou na perseguição dos seus mentores e ao espancamento do seu líder.

Do seio da sociedade civil nasceu mais um Movimento “Ação Cidadã” que organiza e anima várias conferências temáticas nos bairros de Bissau e nas regiões do interior. Tudo serve para ilustrar e condenar a situação que fere a Constituição da República e as leis em vigor que consagram as liberdades e garantias de proteção aos cidadãos. Em outubro de 2012 assiste-se a continuados atos de perseguição, espancamentos de cidadãos e dirigentes políticos e muitos procuram refúgio nas instalações diplomáticas.

Um Roteiro das organizações da Sociedade Civil para o período de Transição Política, é divulgado em nome de várias ONG’s, Associações Comunitárias, Sindicatos, Confederações sindicais, Redes de Associações Juvenis, e Liga guineense do Direitos do Homem. Além de caracterizar a situação, enuncia um conjunto de medidas a tomar com vista ao retorno da legalidade. A SINJOTECS e a Casa de Imprensa insistem nos comunicados dando conta dos atentados contra a liberdade de imprensa e à pressão ao trabalho dos jornalistas.

A Comunicação Social guineense, desde o seu surgimento, viu-se confinada a cenários de confrontação. Se, por um lado, o contexto político potenciou a utilização dos meios de comunicação social, em particular da rádio, enquanto veículos de transmissão de mensagens vorazes e condenação daqueles que se opunham ao regime político, por outro lado, o contexto económico e social, marcado por elevadas taxas de analfabetismo, ditou situações pouco abonatórias como a ausência de uma opinião pública informada e deficiente utilização da comunicação social.

Assim na mesma bitola de valores, juízos, análises e constatações, juntam-se, a já longínqua mas sempre presente colonização com o seu rasto retrógrado de consequências nefastas, mas também o regime musculado saído da chamada Luta de Libertação Nacional, (na fase do pluralismo, da democratização e da liberalização económica assistiu-se a claras situações de intolerância política, de censura e manipulação dos OCS).

Alguns estudiosos e autores²³ para explicarem razões desta situação anómala, evocam as contradições que ela incorpora recorrendo a outras causas factuais tidas como adversas ao ambiente de tolerância e da aceitação da diferença e de opiniões. Falam de uma sociedade onde a opinião é combatida e não tem espaço de incentivo.

Convocam igualmente questões de natureza sociopolítico, como o acesso tardio ao conhecimento para engendrar cadeias de explicação e razões colaterais... O surgimento tardio do Liceu (1958), a iliteracia são no entender de vários especialistas,

²³ Hildo Couto e Filomena Embaló (Literatura Língua e Cultura) na Revista Papia (2010); A. S. Lopes in Mar Além (Maio/1999) reportando o Congresso sobre Novas Literaturas Africanas/Gulbenkian/1997); Moema Parente Augel in Desafio do Escambo- Brasil - Editora Garamond/2007; Odete Costa Semedo in História, Cultura e Literatura - Editora Nandiyala/Brasil (2011)

alguns dos fatores adversos ao desenvolvimento político, económico e social, destacando, que afinal o regime segregacionista do indigenato (1933), que mantinha a maioria dos guineenses à margem da sociedade, só foi abolido de facto nos finais de 1961²⁴, data que coincide com o início da luta de libertação.

3.5 O quadro jurídico e os défices de tolerância

Apesar do ambiente aparentemente propício ao desenvolvimento do sector da comunicação social, marcado pela definição e aprovação do quadro jurídico e institucional e o surgimento de meios de comunicação privados, subsistem sinais contraditórios que passaram, nomeadamente, por uma redobrada “vigilância” sobre os órgãos públicos e privados, elevando o nível da censura e perseguição de jornalistas.

Os quadros de direção dos OCS públicos são substituídos por diversas vezes, os correspondentes de Imprensa estrangeira são rigorosamente vigiados e os delegados da Agência Lusa e da RTP são expulsos do país. Ao *Nô Pintcha*”, acusado por vários setores do partido no Poder de privilegiar na sua cobertura os partidos da oposição, foi-lhe retirado, temporariamente o apoio financeiro do Estado e obrigado a interromper a sua atividade editorial. Neste contexto, e num momento de profundas mudanças que urgia a discussão pública, os *media* foram ignorados limitando-se a veicular notícias que vinham das estruturas do governo, não existindo, assim, um debate abrangente que respeitasse os princípios da inclusão e da participação. O défice de diálogo e de abertura à opinião é notório e está registado em vários números do jornal *Nô Pintcha*, que cobriu o período que medeia a data da decisão de abertura política até às primeiras eleições democráticas, em 1994. A opacidade na divulgação de informação dificultou o diálogo na sociedade e a participação cívica, aspetos essenciais à boa governação e democracia. Apesar do contexto de instabilidade e censura, durante a década de 90, jornalistas organizados promoveram diversos eventos com debates e reflexão sobre a importância da comunicação social e a necessidade de regulamentação do sector.

A **1ª Conferência dos Trabalhadores da Comunicação Social**, realizada em **Julho de 1991**, foi promovida pela Associação de Jornalistas da Guiné-Bissau (AJGB). No quadro deste encontro resultaram um “**Memorandum**” comportando um conjunto de recomendações²⁵, que foram apresentadas ao governo do PAIGC.

²⁴ O “Estatuto dos Indígenas” que mantinha a maioria dos guineenses sujeitos a abusos como o trabalho forçado sempre que se justificasse e sem acesso à educação, foi abolido pelo ministro do Ultramar Adriano Moreira a 26 de Setembro de 1961, cinco anos após a criação do PAIGC e no mesmo ano do massacre de Pindjiguiti (3 de agosto). Todavia, a 17 de Outubro de 1946, o governo da Província introduziu algumas alterações na categoria de indígena para cidadão desde que dominasse o português, auferir de rendimentos ou bens para o sustento da família, seguisse os usos e costumes da cultura portuguesa e cumprisse os deveres militares.

²⁵ Situação da Informação na Guiné-Bissau (AJGB-1991)

De entre as várias recomendações saídas da Conferência, destaca-se:

- Necessidade de revisão da carreira de jornalista;
- Adoção de uma carreira própria para a comunicação social;
- Ajustar os salários ao custo de vida tendo em conta os efeitos sociais nocivos da política de ajustamento estrutural;
- Estabelecimento de um Acordo Geral do Trabalho;
- Eliminação da intervenção dos organismos do Estado, nomeadamente da Segurança de Estado no trabalho dos jornalistas.
- Necessidade de um apoio substancial com enquadramento legal do Estado aos OCS

A reflexão sobre a importância do enquadramento legal e institucional do sector da comunicação social na Guiné Bissau teve continuidade nos anos subsequentes. Neste âmbito, a AJGB (legalizada a 21 de Agosto de 1992), continuou a ter um papel fundamental na promoção da reflexão e debate sobre o contexto e papel dos *media*. Foram organizados diferentes seminários e colóquios que consistiram em oportunidades de reflexão sobre o estado dos *media*, a situação dos jornalistas no país e a premente necessidade de um enquadramento jurídico da atividade jornalística livre, isenta e responsável.

Destaca-se a realização, entre 1992 e 1997, dos seguintes fóruns:

- i Por uma Política de Informação Plural
- ii O pluralismo na Informação²⁶
- iii Jornalismo em período eleitoral²⁷
- iv Liberdade de Imprensa e o papel do jornalista²⁸
- v Imprensa democrática em África²⁹
- vi A liberdade de Imprensa na Guiné-Bissau

Foram ainda criados pela AJGB três grupos de trabalho para analisar a situação da Comunicação Social no país:

- **Jornada de Reflexão** - para identificar problemas e estrangulamentos;
- **Livro da Dor** - para identificar casos de perseguição, intimidação ou prisão de jornalistas;
- **Sindicato** - para estudar a viabilidade, interesse e passos a dar para criar um sindicato profissional.

²⁶ Organizado em colaboração com a ALTERNAG, PANOS, e UJAO.

²⁷ Realizado com apoio da ALTERNAG e CECI do Canadá.

²⁸ Contou com o apoio do Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS).

²⁹ Participação da GRUMEDIA na organização.

No entanto, os grupos de trabalho tiveram que ser interrompidos devido ao ambiente de pouca recetividade vigente na época e à pressão sobre alguns dirigentes associativos que se fez sentir.

Apesar do trabalho não ter resultado num documento final de apresentação das principais conclusões, os factos apurados no âmbito do grupo de trabalho serviram de base a vários eventos de debate e concertação, com destaque para as Jornadas de Informação e Comunicação, intitulada “Os Media pela paz, reconstrução e desenvolvimento”, que tiveram lugar em 2001 com o apoio da União Europeia.

Não se podendo afirmar que se vive hoje num Estado de censura permanente, a verdade é que são cada vez mais os casos de silenciamento de órgãos e até de perseguição a jornalistas como periodicamente a SINJOTECS e a Casa de Imprensa têm vindo a denunciar nos seus comunicados e conferências de imprensa. Estas situações bizarras acontecem com maior intensidade quando ocorrem sublevações militares.

O Relatório sobre a Situação dos Direitos do Homem, produzido pela Liga Guineense do Direitos Humanos para o período 2010 – 2012, enumera vários casos de atropelo à liberdade de imprensa:

- *Em 2010, o assessor de imprensa do Procurador Geral da Republica, o jornalista Mama Saliu Sané foi vítima de tentativa de rapto nas instalações da Radio Bombolom, de violação domiciliária e os e seus autores deixaram aviso de que seria morto se não deixasse de colaborar com o Procurador”;*
- *Em 2011 o governo de Carlos Gomes “instruiu a Ministra da Presidência do Conselho de Ministros a acionar diligências necessárias com vista à suspensão do semanário “Ultima Hora” na sequência de um artigo cujo conteúdo versava o envolvimento de militares no assassinato do ex. Presidente João Bernardo Vieira”;*
- *Um outro caso reporta um artigo do Diário de Bissau sob o título “Guiné-Bissau o suposto narcotráfico” publicado em Maio de 2010. Aí, o diretor da publicação viu o seu equipamento destruído foi agredido e ameaçado de morte...”;*
- *Em 2011 o jornalista da Bombolom, Infamara Conte foi retirado à força dos Estúdios e conduzido ao Estado Maior General das Forças Armadas, onde foi ameaçado e insultado, por ter feito uma reportagem sobre a apropriação indevida dos bens da população das cidades de Mansoa e Bissorã, supostamente por militares”;*
- *A seguir ao golpe de estado de 2012, o jornalista António Aly Silva foi violentamente espancado pelos militares que lhe confiscaram vários equipamentos da atividade jornalística”;* acabou por deixar o país;
- *A 8 de Novembro de 2012 o jornalista da Sol Mansi, Amadu Djaló foi detido ilegalmente por militares ao noticiar o espancamento de um deputado do PAIGC;*

- *O delegado da RTP, Fernando Gomes foi acusado de distorcer as notícias sobre o país e forçado a deixar o posto.*
- *O editor da Radio Pindjiguiti, Suma Nasil, foi várias vezes procurado e ameaçado de morte, durante o processo do golpe de estado de 12 de Abril, tendo o jornalista sido obrigado a procurar um esconderijo para salvar a pele”.*

4. OCS: PERCURSOS E SINGULARIDADES

A Guiné-Bissau, no domínio do audiovisual, conta hoje com **uma rádio pública**, a **RDN - Radiofusão Nacional**, **sete privadas**, (**Pindjiguiti, Bombolom, Sol Mansi, Nossa, Jovem, Mavegro e Phoenix**) uma televisão nacional, a **TGB**. Um novo grupo ultima os dossiês com vista à instalação de uma nova rádio local em Bissau, ainda no corrente ano, devendo chamar-se “Rádio Capital”.

Na área da imprensa escrita apresentam-se seis semanários, um público, o **Nô Pintcha**, e os privados, **Expresso Bissau, Gazeta de Notícias, Bantabá de Nobas, Última Hora e o Democrata**, lançado já com este estudo em fase de conclusão, prevendo-se para breve mais um semanário. Muitos outros órgãos foram criados e publicados durante escassos períodos de tempo.

Os jornais **Nô Pintcha**, **Gazeta de Notícias** podem ser lidos nas edições *on line*. O primeiro em www.jornalnopintcha.com (em fase de reorganização) e o segundo em www.gaznot.com.

Na área das agências só se perfila a **ANG – Agência de Notícias da Guiné** (pública), que também pode ser consultada em www.angnoticias.blogspot.com. A Televisão Nacional (TGB) pode ser vista em www.tgb.gw.com. Garantias de funcionamento regular, não existem e são os próprios promotores que alertam para o facto.

Dos inúmeros *blog´s e sites* existentes e dedicados exponencialmente à Guiné-Bissau, destacam-se:

- www.ditaduradoconsenso.blogspot.pt
- www.pasmalu.wordpress.com
- www.novasdaguinébissau.blogspot.com
- www.didinho.org
- www.lgrejadebissau.blogspot.com
- www.guinebissaudocs.wordpress.com
- www.guinebissau.wordpresse.com
- www.kriol.wordpresse.com
- <http://acaocidadao2012.blogspot.com>

No setor comunitário, perfilam-se **35 rádios, quatro televisões e um jornal**. Algumas RC têm a emissão suspensa e podem não a retomar devido a problemas técnicos e dívidas acumuladas. Depois da experiência bem-sucedida de um jornal comunitário, já referenciado neste estudo, “**O Comunitário**”, entretanto desaparecido há uma pequena e nova experiência no dinâmico bairro de Klele, onde um título em ciclostilo “**Dia a dia de Quelele**”, dirigido pelo animador **Aliu Seide** marca presença, ainda que de forma muito irregular.

O primeiro número apareceu em 2001. No presente ano não voltou a editar, mas em 2012 somou três edições. Com enfoque nos problemas da comunidade local é escrito em português e vendido a 100CFA. A tiragem é de 100 exemplares.

Neste capítulo é apresentado o percurso de cada um dos órgãos de comunicação social de forma mais detalhada. Esta secção está dividida em: i) órgãos de comunicação social públicos; ii) órgãos de comunicação social privados, iii) rádios comunitárias; e iv) organismos profissionais e de apoio aos órgãos de comunicação social.

4.1 Enquadramento Legal

A Comunicação Social guineense beneficiou das novas leis aprovadas pelo Parlamento (Assembleia Nacional Popular), a 3 de Outubro de 1991, a saber: lei de Imprensa; do Estatuto do Jornalista; do Conselho Nacional de Comunicação Social; de Acesso dos Partidos Políticos aos Órgãos de Comunicação Social; do Direito da Liberdade Sindical; da Greve; da Requisição Civil.

Como já se viu, logo no ano seguinte surgiram os primeiros media a ocupar um espaço que até aqui era monopólio do Estado. Entretanto no hiato de mais de 20 anos a dinâmica de democratização empreendida e a própria ação dos *media* ditou a necessidade de uma nova legislação que responda aos ditames dos novos tempos. Todo um processo protagonizado por jornalistas, comissões especializadas, governo e deputados procurou responder às novas exigências. No final de um trabalho parlamentar bem-sucedido, a ANP aprovou mais um pacote de leis para normalizar a atividade dos *media*. Esses diplomas que entre outros aspetos irão permitir o funcionamento legal dos órgãos privados e comunitários, aguardam desde 2011, a sua promulgação pelo Chefe de Estado o que deverá acontecer após as próximas eleições presidenciais previstas para 2013.

Quadro Jurídico da Guiné-Bissau/Legislação sobre a Comunicação Social

– Constituição da Republica

A Carta Magna revista em 1991, garante no seu artigo 56, a liberdade de imprensa e o respeito pelo pluralismo na comunicação social, cuja observância é assegurada pelo Conselho Nacional de Comunicação Social.

- **Imprensa Escrita, Rádio e Televisão** (Lei nº 4/91)
 Entrou em vigor a 3 de outubro de 1991. Define as bases gerais da imprensa escrita e audiovisual; atribui à imprensa (publicações gráficas, a rádio a televisão e, em geral qualquer forma de reprodução de escritos, sons ou imagens, destinados à difusão pública) um papel primordial numa sociedade que se pretende com pluralidade de ideias, opiniões e interesses e atribui ao profissional da comunicação social, a garantia de sigilo profissional e a salvaguarda da sua independência.
 Reafirma o conceito de liberdade do cidadão de exprimir e divulgar o seu pensamento através dos OCS. A censura é proibida e o interesse público da imprensa reconhecida. O acesso às fontes e o sigilo profissional regulamentado bem como o direito à resposta. São fixadas normas sobre a responsabilidade civil, criminal, disciplinar e crimes de abuso de imprensa.
- **Estatuto do Jornalista** (lei nº5/91)
 Entrada em vigor a 3 de outubro, regula as condições do acesso à atividade jornalística e o seu exercício. Define o acesso à profissão, a qualidade de jornalista, incompatibilidades, estabelece direitos e deveres, dimensiona as condições de emissão da carteira profissional, sanções para infratores.
- **Conselho Nacional de Comunicação Social** (Lei nº 6/91)
 Criada a 3 de outubro de 1991 define as competências, os meios jurídicos, composição dos membros, o estatuto e a duração do mandato.
 Compete ao CNCS, assegurar o exercício do direito à informação e à liberdade de imprensa, a independência dos OCS, perante os poderes (político e económico) e assegurar o pluralismo e todos os direitos que as leis consagram ao exercício da comunicação social.
- **Acesso aos OCS -Lei do Direito de Antena** (Lei nº7/91)
 Entrou em vigor a 3 de outubro de 1991. Regulamenta o acesso dos partidos políticos aos órgãos de comunicação social. Baliza os parâmetros e formas de acesso e tempo de antena dos partidos nos OCS públicos.
- **Registo de Imprensa** (Lei nº 3/92)
 Entrou em vigor a 12 de setembro de 1992 e enuncia e define todas as entidades individuais ou organizadas em empresa que devem proceder ao registo de imprensa. Sejam publicações periódicas, entidades com atividade editorial jornalística, empresas importadoras e vendas e distribuição de publicações estrangeiras, como agências estrangeiras de informação e correspondentes estrangeiros a exercer no país.
- **Novas leis aprovadas pela Assembleia Nacional Popular na IV Sessão da VIII legislatura e que aguardam promulgação do Presidente da Republica.**
 Lei da televisão
 Lei da radiodifusão

Lei da liberdade de imprensa
Lei da Imprensa escrita e de agências de notícias
Lei da publicidade
Lei do Conselho nacional de comunicação nacional (CNCS)
Estatutos do Jornalistas
Lei sobre direito de antena e réplica política

As leis ainda em vigor sobre a mesma matéria serão revogadas em simultâneo com a promulgação do novo pacote aqui enunciado.

4.2 Órgãos de Comunicação Social Públicos

Existem quatro órgãos de comunicação social de natureza pública na Guiné-Bissau: uma rádio, uma televisão, uma agência noticiosa e um jornal.

QUADRO 2. ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PÚBLICOS NA GUINÉ-BISSAU

Tipo	Designação	Ano de Criação	Atualidade	Cobertura
Rádio	Radiodifusão Nacional (RDN)	1975	<input checked="" type="checkbox"/>	Nacional (atualmente só 80%)
Televisão	Televisão da Guiné-Bissau	1989	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau
Agência de Notícias	Agência de Notícias da Guiné-ANG	1976	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau
Jornal	Nô Pintcha	1976	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau

Seguidamente é apresentado o contexto do surgimento de cada um dos referidos órgãos de comunicação de natureza pública, bem como a sua descrição.

4.2.1 Radiodifusão Nacional (RDN)

A RDN (1974) que começou por ser Rádio Bissau logo após o reconhecimento da independência pela potência administrante, rapidamente se estruturou com o fito de se afirmar como uma Estação Nacional. Entre técnicos e jornalistas contava com um corpo de 50 trabalhadores que garantiam dois períodos de emissão: das 6h00 às 8h00 e das 12H00 às 23H00. Os principais serviços dependiam diretamente do diretor: Redação; Produção de Programas; Estúdios e Régie; Programação; Arquivo/Fonoteca/Bandoteca; Centro Emissor de Nhacra. Organicamente a RDN, por sua vez, dependia do Sub-Comissariado da Informação (Secretaria de Estado).

Uma grelha de novos programas com conteúdos da responsabilidade dos jornalistas com temáticas diversificadas permitiram fidelizar os ouvintes. *“Tempos Novos”*;

“Atualidades Sonoras”, “Fala de Africa”, “Catavento”, “Protesto”, “Elevemos o Nível dos nossos Conhecimentos”, “Tempo Jaz”, “Cultura Universal”, “Atualidades Sonoras”, “Programas em línguas Nacionais”, são alguns dos novos programas que foram surgindo à medida que a RDN se consolidava com base em conteúdos como História de África, Cultura e Literatura, Processos de Desenvolvimento, Reconstrução Nacional, entre outros.

Ressalta de declarações de pioneiros³⁰ desta Rádio (um político, um funcionário de uma agência internacional, um dirigente associativo) que à data, existiam duas linhas orientadoras, podendo ser traduzidas em duas visões de Rádio e do papel dos *media*. Uma mais conservadora, que evitava a todo o custo o que apelidavam de ocidentalização da Rádio e outra mais aberta, defensora de uma informação moderna e com espaço alargado aos ouvintes. O serviço noticioso era apresentado diariamente em português, crioulo e em mais dez línguas nacionais que ocupavam duas horas ao final da tarde, altura em que os trabalhadores rurais regressavam da faina. Ao iniciar a emissão a programação consagrava o período das 6H00 às 6H30 para programas nas dez línguas nacionais mais faladas³¹.

Programas de forte teor ideológico, como as *“Palavras de Ordem do Partido”* e o *“Kor-da Sintido”*, que espelhavam o ponto de vista do sector mais duro para uns, e mais puro, para outros, pontificavam. Este último era um programa que pretendia marcar os parâmetros e a cadência política e moral inculcada pelos novos homens do poder: *“ataque a tudo o que sugeria imoralidade ou práticas ocidentais, mesmo nas coisas de menor importância, como namorar nos jardins públicos, usar saias curtas, festas privadas, etc.”* defendia o primeiro responsável da Rádio (A.B), ainda no período de transição. Furtos, roubos desvios de bens públicos lideravam a lista dos males a combater.

Os serviços noticiosos internacionais baseavam-se na informação veiculada pelas agências de notícias internacionais designadamente a **AFP** (francesa), **ANOP** (portuguesa), **Tanjug** (jugoslava), **TAS** (soviética) e **APS** (argelina), enquanto o noticiário nacional era marcado pelos correspondentes regionais da estação e da Agência de Notícias da Guiné-Bissau (ANG) e por reportagens de jornalistas da própria rádio nas suas deslocações ao interior do país.

Numa programação que destacava, além do folclore nacional, música moderna guineense³² e africana (pesquisa e divulgação) pouco divulgada antes da independência, até à música clássica de Beethoven, Mozart e jazz ao som de Miles Davies, Duke Ellington, entre outros, em pouco mais de um ano de emissão ganhou o **Prémio**

³⁰ Pediram anonimato pelas funções que hoje (2012) desempenham, um é político afeto ao Governo, outro é funcionário de uma Agência Internacional e o terceiro Dirigente Associativo

³¹ Mandinga, balanta, balanta mané, fula, mancanha, beafada, bijagó, felupe, manjaco e nalú.

³² Grande parte da música divulgada no pós independência foram gravadas nos estúdios da RDN. De Zé Carlos a Cobiana passando por Mama Djombo, Tchifre Preto e outras bandas de menor dimensão

Melhor Rádio da África Ocidental (1976) atribuído pela **URTNA** (União das Rádios e Televisões Nacionais da África).

A dinâmica radiofónica introduzida assentou em grande parte na admissão de jovens estudantes, com o ensino secundário concluído que depois de um concurso público e estágios locais engrossaram o corpo de redatores e produtores. Um dos Jornalistas-formador da Rádio foi o consagrado português Adelino Gomes que por mais de uma vez se deslocou ao país para ministrar cursos intensivos de jornalismo, locução/apresentação e fazer o seguimento *in loco* aos trabalhos em curso. De acordo com antigos responsáveis, colaboradores e jornalistas da RDN da época ouvidos neste estudo, a política de formação local (on job) do pessoal surtiu efeitos amplamente positivos e proporcionou mais e melhores competências.

A partir de 1980, a RDN entrou num período de declínio perdendo capacidade informativa que se resumia em dois únicos serviços noticiosos muito iguais e repetitivos. A grelha de programação foi perdendo inovação e demonstrando sérias dificuldades para garantir alguma periodicidade dos poucos programas que mantinha no ar. O seu universo musical perdeu variedade e inovação. Para agravar, juntaram-se outros problemas técnicos nos estúdios e no próprio Centro Emissor de Nhacra.

Só em 1985/86 a RDN ganha novo fôlego. A programação é toda renovada com programas e conteúdos mais apazíveis e de atualidade. A Redação lança serviços noticiosos de “hora-a-hora”, contra os dois únicos blocos (13H00 e 20H00) que existiam. Surgem os “diretos” que, por ausência de meios tecnológicos à data, eram feitos com recurso ao telefone. Programas de Rádio escolar, saúde e prevenção rodoviária, reformulados e emitidos em períodos de maior audiência, contribuíram igualmente para um melhor serviço às comunidades. O Centro Emissor de Nhacra foi reabilitado e melhorada a sua capacidade de emissão e cobertura do país, passando a dispor inclusive de maior conforto para os técnicos que tinham de aí pernoitar em serviço.

Uma das ações mais significativas na Radiodifusão Nacional ganha corpo com a criação do **Projeto de Comunicação Social**. O projeto foi o resultado de uma profunda discussão iniciada entre uma delegação da então **Secretaria de Estado da Informação (SEI)**, composta pelo Secretário de Estado A. Regalla e A. S. Lopes, Diretor da RDN, e uma delegação da UNICEF, dirigida pela sua Representante Residente, Gionava Visini e Verónica Luard, Oficial de Programas do Gabinete Regional em Abidjan.

Um documento produzido pela SEI, com a sua visão sobre a questão, serve de referência a uma consultoria (Julho-1986) desenvolvida pelo perito Juan Brown, contratado pela UNICEF³³ com a concordância das autoridades de Bissau. O documento

³³ Vários jornalistas, responsáveis e técnicos da área deram o seu contributo ao estudo: A. S. Lopes, Lúcio Monteiro, Ricardo Semedo, Adolfo Silva, Bassiro Djibuguei, Simão Abina, Manuel Júlio, Fernando Júlio, Lai Korobó, Sana Na Hada

aprovado pelas partes traça o plano geral da evolução do Projeto, identificando metas e atividades a desenvolver e merece a anuência de todos os Ministérios da área social, delegações de organizações internacionais no país, nomeadamente, PNUD, FAO, OMS, UNESCO, CECI (Canadá), SWISSAID (Suíça), FED, ASDI (Suécia). Daqui nasce uma abordagem diferente através de programas como Atualidades, Teatro radiofónico, Voz de Tabanca, apresentados em crioulo e demais línguas nacionais. A SEI e a UNICEF coincidiam na necessidade de uma maior aproximação às comunidades por via de espaços próprios para tratar os problemas da problemática do **desenvolvimento participativo**.

O exemplo dessa relação de proximidade com as comunidades e a abertura de espaços para abordagem e discussão dos seus problemas do dia-a-dia foi materializado em 1986 com o **Projeto de Comunicação Social**, e reforçado em 1989, após o “Relatório da Ações Realizadas e Sugestões para a Continuação do Programa” elaborado pelo Consultor da UNICEF, o brasileiro António Manoel de Oliveira cobrindo o período de segundo semestre de 1989³⁴. O Projeto foi transformado num **Gabinete Nacional de Comunicação Social** sob a tutela do Estado.

Face ao trabalho desenvolvido pela parceria Gabinete/RDN, que serviu de suporte às atividades da UNICEF na área da infância, maternidade, vacinação, ação comunitária animação rural na região de Gabu, o Representante desta Agência das Nações Unidas, Francisco Colloane, à guisa de balanço reconheceu publicamente, em 1992, o contributo dado pela Gabinete e pela RDN para que as metas³⁵ fossem atingidas.

Com ações de animação, sensibilização e consciencialização das populações, foram utilizados vários géneros, desde a simples notícia e comentários, ao teatro radiofónico, *sketches*, música, entrevistas e debates. A UNICEF, satisfeita com os resultados obtidos, garantiu o financiamento para um período adicional de quatro anos (1994/1997).

O jornal “Comunitário³⁶” na sua edição nº 24, (Ano 4- 1994), classificava esta fase como *“a re dinamização do Gabinete Nacional de Comunicação Social (GNCS) para a criação de novas estratégias tendentes à descentralização da informação e da comunicação e para diminuir a disparidade entre as regiões, sexos, os meios rural e urbano, bem como criar novas formas de abordagem na Mobilização e Comunicação Social e a autoridade da mulher e reforçar o papel dos medias tradicionais, sobretudo no meio rural...”*. Pelo conteúdo, proximidade, interatividade / sinergias, e o exercitar de várias formas de

³⁴ Este relatório é rico em informação contendo a história do projeto, cópias de programas, imagens de atividades nos bairros e no interior do país e cópias das primeiras edições do “Comunitário” em ciclostilo.

³⁵ Atingiu-se 90% de crianças com vacinas, uma ou duas vezes (BCG 94%; Poliomelite 54%; Sarampo 65%; TT 38%) e 40% das mulheres – um contributo para diminuição da mortalidade materna; a abertura de 120 poços em S. Domingos facilitou o acesso à água e mais higiene.

³⁶ Comunitário era Órgão informativo mensal do Gabinete de Comunicação Social Educativa. Era distribuído gratuitamente e a partir de uma certa altura circulava dentro do jornal Nô Pintcha. O número zero saiu em Agosto de 1989. Em Dezembro saiu o nº4.

fazer passar a mensagem, o Projeto de Comunicação Social contribuiu para o desenvolvimento de uma comunicação ao serviço das comunidades e do desenvolvimento.

A RDN, nos seus fundamentos editoriais, sustentava a necessidade de contribuir para a quebra do isolamento das populações rurais, diminuir o fosso que as separa da sociedade urbana, incentivando o diálogo, a troca de experiências e o reforço da unidade e solidariedades nacionais.

Devido aos poucos meios disponíveis e ao magro orçamento da RDN, consignado no Orçamento Geral do Estado (OGE), a via das parcerias foi o caminho privilegiado para a prossecução das grandes objetivos enunciados.

O governo guineense acabou por assumir o Gabinete, na plenitude dotando-o de um orçamento e passando a designar-se “Centro Nacional da Comunicação Social Educativa e Formação Multimédia”.

PROGRAMAS DO GNCS NA GRELHA DA RDN – FORMA DIFERENTE DE FAZER RÁDIO

Voz de Tabanca:

Tratava de informação sobre questões do interesse das comunidades, levantadas por elas ou a elas dirigida, opiniões locais de camponeses, pessoal afeto aos projetos em curso na zona, dirigentes e líderes das organizações comunitárias. Os temas iam da agricultura, à educação, passando por saneamento, ambiente e privilegiava as áreas rurais.

Teatro Radiofónico:

Dramatizava as diferentes temáticas, abordadas pelo Gabinete, tornando-as mais fáceis de assimilação, por via de uma linguagem popular bem encenada e apresentada com recurso a figuras e estilos populares fortemente caracterizadas.

Banbaram de Padida:

Abordava temas sobre a gravidez, educação, família, sociedade, alimentação, vantagens da amamentação, vacinação, doenças infecto-contagiosas, saúde materna e infantil, casamento precoce...

Atualidade:

Informação geral, sob forma de notícias, comentário ou entrevista sobre diferentes acontecimentos ligados à vida comunitária, sobretudo aqueles implementados no âmbito do projeto.

Na sequência da dinâmica empreendida, a UNESCO e a República Federal Alemã, aprovaram um projeto para a construção de três rádios locais - Catió, Bafatá e Cacheu - com data prevista de arranque para 1989/90. Esta iniciativa permitiria resolver a cobertura do país. A RDN emitia em FM a partir do Centro Emissor de Nhacra embora com curto alcance. O emissor de onda média poderia garantir a cobertura, mas devido à falta de repetidores e *relais* o sinal não chegava a muitas regiões do país. Daí a opção das Rádios Locais que, no entanto, nunca se concretizou.

Uma outra parceria que encontrou acolhimento na nova filosofia de fazer rádio, colocando-a ao serviço da sociedade e do desenvolvimento, ocorreu com a FAO, por via do projeto de **“Assistência em matéria de Comunicação no Meio Rural”** que viria a permitir à RDN uma nova aproximação ao mundo rural.

No quadro desta cooperação, entre a RDN e FAO, o marco de partida foi a formação de jornalistas da Rádio e da ANG na área da Rádio Rural em Junho de 1993, dirigida por um consultor da FAO. Do ponto de vista técnico, estava-se a apontar melhores e mais eficazes caminhos para os OCS na sua relação com o país: abertura às comunidades rurais, dando-lhes espaço de opinião; proximidade; e ao mesmo tempo auscultando técnicos e outros agentes colocados no terreno. Uma parte considerável desta visão viria a ser incorporada mais tarde nos projetos de Rádios Comunitárias que hoje proliferam no país.

Registe-se que, já em 1979, o então Ministério da Informação e Cultura, afirmava-se empenhado em desenvolver a **Rádio Rural** com a colaboração dos Ministérios da Educação e Assuntos Sociais e do Desenvolvimento Rural, tendo por objetivo a melhoria das condições de vida das populações. De acordo com, Mário Pinto de Andrade na altura Comissário (Ministro) da Informação e Cultura o desenvolvimento da Rádio Rural teria que ser apoiado por um **Centro de Estudos de Linguística** Aplicada e por um Centro de Pesquisa de Tradições Orais, cuja criação estava prevista. O Comissário explicou que se impunha o reequipamento dos Emissores, Estúdios e formação acelerada dos produtos especializados no domínio do jornalismo. A fórmula dos *“Radio Farm Forums”* tinha sido retida como princípio de uma comunicação social, devendo esses Rádios Clubes ser implantados, numa primeira fase em seis regiões.

Até 1988, a RDN viveu momentos áureos, com muitos diretos e entrevistas de rua. No entanto, a Estação volta a conhecer novos períodos de um certo conservadorismo abandonando a linha mais ousada e mais de acordo com as características da radiodifusão e a sua missão de informar e formar o grande público na hora. Mudanças na direção, perda de correspondentes no interior do país por falta de verbas, inexistência de meios de transporte foram alguns dos constrangimentos que contribuíram para a redução do dinamismo da atividade da RDN.

No quadro de uma cooperação com a **União Internacional de Telecomunicações** (UIT) a estação passou a beneficiar de um **“Plano Diretor”** desenhado a partir de um estudo técnico que diagnosticou os estrangulamentos e traçou o perfil e os novos contornos do caminho a seguir, de forma a “colocar a RDN e a Televisão pública mais próxima do público ouvinte ou seja das comunidades, para melhor servir o desenvolvimento do país” como refere o documento.

A RDN, nos seus fundamentos, sustentava a necessidade de contribuir para a quebra do isolamento das populações rurais, diminuir o fosso que as separa da sociedade urbana, incentivando o diálogo, a troca de experiências e o reforço da unidade e

solidariedades nacionais. Devido aos poucos meios disponíveis e ao magro orçamento da RDN, consignado no Orçamento Geral do Estado (OGE), a via das parcerias foi o caminho privilegiado para a prossecução das grandes objetivos enunciados.

A rádio pública que tem sido prejudicada pelas imensas mudanças na direção e perda de profissionais ao longo dos anos, há muito que está apostada numa renovação total, desde novas instalações a maior capacidade técnica e operativa. Embora, enfrentando períodos de maior dificuldade devido ao mau estado do seu equipamento, cobre todo o país. Além do Centro Emissor de Nhacra (3Kwts), tem emissores a Leste em Gabu e a Sul em Catió. O emissor de Canchungo encontra-se avariado, mas de acordo com a Direção Geral da Comunicação Social projeta-se a instalação de novos retransmissores na **região Leste**, em Gabu e Bafatá; **no Sul**, em Quebo e Catió e; **no Norte**, em Canchungo.

Nas grandes mudanças programadas o atual sistema analógico será substituído pelo digital no âmbito do projeto da sub-região. A RDN continua a aguardar pela anunciada fusão com a Televisão. -

Um passo interessante no domínio da cooperação foi o acordo assinado, em Maio de 1994, entre a RDN e a Rádio France Internacional (RFI) no valor de 100.000,00 de Francos Franceses (FF), destinados à aquisição de equipamento, e mais 50 mil FF anuais pela utilização das antenas da estação guineense e pela difusão diária de programas produzidos a partir de Paris.

No ano seguinte, a partir de Agosto de 1995, resultante de um acordo entre os governos de Bissau e Lisboa, a RDPI e a RTPi passaram a ser ouvidos e vistos no país. A televisão pública recebeu uma significativa ajuda em equipamento e formação de pessoal.

Como salienta o estudo no período que medeia 1998/1999, a RDN foi uma das vítimas do conflito político e militar marcado por uma guerra de onze meses. As condições de trabalho no meio de um conflito, em que a própria programação resulta das exigências da guerra, tudo o mais, uso e manutenção do material, horas de emissão, não são tidas em conta.

4.2.2 Imprensa Escrita

4.2.2.1 “Nô Pintcha”: Um Jornal Escola

O primeiro número do jornal “Nô Pintcha” saiu a público a 27 de Março de 1975, com uma periodicidade de três edições por semana. Órgão do Sub-Comissariado³⁷ da Informação apresentava-se com formato tabloide, de oito páginas e era editado em português. A tiragem começou em 3.500, para um ano depois se fixar, por muito

³⁷ Designação dada à Secretaria de Estado na época. Comissariado correspondia a Ministério

tempo, em 5.000 exemplares, ao preço de 5 pesos, moeda guineense na época. Saía às terças, quintas e sábados.

O **corpo redatorial** base do “Nô Pintcha” era constituído por jovens estudantes sem qualquer experiência jornalística que começaram por fazer um pequeno estágio nos Estúdios da RDN. Grande parte dos jovens terminou o ensino secundário trabalhando na Redação do “Nô Pintcha”, tendo uma parte continuado os estudos superiores no estrangeiro. A formação profissional foi conduzida “*sur place*” num processo contínuo, apoiado por quatro jornalistas portugueses ao abrigo da cooperação estabelecida entre os governos da Guiné-Bissau e de Portugal. A formação estendeu-se aos fotógrafos, que tinham um profissional a tempo inteiro na formação no terreno e na modernização dos estúdios. Elementos da secretaria da redação receberam formação em Portugal e ao regressarem à Guiné-Bissau, passaram a ocupar-se da organização dos serviços de arquivo, documentação e da formação dos seus colegas. Estes serviços eram o principal recurso de consulta dos jornalistas no cumprimento das agendas marcadas diariamente. A formação incidia no *antes*, consistindo na preparação da agenda e dos acontecimentos, no *durante*, abrangendo a cobertura e feitura do trabalho, e *no pós*, focando-se na análise crítica e redação do produto final.

Pouco mais de um ano após a sua primeira publicação o “Nô Pintcha” passou a contar com um corpo redatorial³⁸ maior e com mais secções com temas mais diversificados.

A primeira fase da vida do jornal foi aquela em que o jornal dispôs de mais **meios de trabalho**, não obstante o obsoleto parque tipográfico com duas velhas impressoras e quatro *linotypes* com problemas constantes provocados pelo desgaste dos cárteres e a falta de peças de reposição.

Uma frota com quatro viaturas permitia a deslocação regular de equipas de reportagem para os diversos pontos da cidade e de todo o país. A venda do periódico era feita nos bares, cafés, barbearias, pelas ruas da capital pelos ardinias, e levada, por viatura própria, para as regiões. Normalmente Bafatá, Gabu, Bula, e Buba recebiam-no no próprio dia. Aos governos locais (Comités de Estado) cabia a tarefa de o fazer circular pelos setores, o que nem sempre acontecia como se veio a verificar mais tarde.

Aquando do III Congresso do PAIGC, realizado em Bissau de 15 a 20 de Novembro de 1977, o jornal fez a sua primeira e única experiência, **de publicação diária** na semana da realização deste conclave. Apesar do tributo político subjacente, tratou-se de um teste técnico à possibilidade de passagem de trisemanário a diário, um cenário que já se vinha desenhando como etapa seguinte.

³⁸ 12 jornalistas; 6 fotógrafos; 1 maquetista; 3 secretárias de redação;

Outra iniciativa foi a criação das **edições “Nô Pintcha”** (1978/1979) que pretendia ser um complemento do jornal com seleção criteriosa de assuntos da vida nacional que merecessem, para além do jornalístico, uma outra abordagem editorial. Em Maio de 1978 foi editado “Guiné Bissau – O Estado Nação” uma tradução para português do discurso em crioulo do então Presidente Luiz Cabral, proferido na sessão ordinária da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular (ANP). No ano seguinte (1979) saiu uma brochura “Reflexões Sobre a Política Nacional de Informação” (**Anexo 9**), uma conferência de Mário de Andrade, na qualidade de Ministro da Informação e Cultura, por ocasião do IV aniversário do Jornal “Nô Pintcha”. Em 1980 quando se preparava a terceira publicação “Textos da Independência”³⁹, eclodiu o golpe de Estado (14 de Novembro de 1980) e o projeto foi interrompido.

Em 1980 foram editados vários suplementos como o “**Cultural**” e “**Solidariedade com Bolama**”, o “**Bambaram**”, de cariz cultural, e outro desportivo “**Staka**”, tendo estes dois últimos marcado mais a história do jornal. De 10 de Abril de 1982 a 31 de Dezembro de 1983 o “**Bambaram**” foi uma presença assídua dos leitores. Quando terminou, devido aos custos que representava foi substituído por uma secção de página inteira intitulada “**Ciência e Cultura**”. Registaram-se outras iniciativas, tais como o *cartoon* “**Bokassinho**” (9 de Junho de 1984), com sátira e crítica social, o passatempo e a banda desenhada. Estas novas secções ditaram o crescimento do jornal que passou a contar com 10 páginas. As edições de **Especial Fim de Ano** comportavam entre 12 a 16 páginas.

Relativamente à **estrutura e conteúdo**, o jornal obedecia a uma **estrutura organizada em espaços temáticos** e favorecia a veiculação de assuntos nacionais em detrimento do noticiário internacional. As matérias de âmbito nacional davam destaque às ações do Partido e do Governo, notícias das regiões, reportagens sobre visitas presidenciais ou de membros do governo, e/ou textos ideológicos mais ligados à história do PAIGC, ou à visão dos governantes sobre a “reconstrução nacional”⁴⁰. Já o noticiário internacional dava enfoque aos acontecimentos nos países africanos. Os espaços atribuídos à opinião foram crescendo discretamente: o “Nô Praça”, “Registo”, “Opinião”, são o exemplo de algumas inovações introduzidas em diferentes períodos.

Num contexto marcado por uma política de Partido Estado, o “Nô Pintcha” foi conseguindo ultrapassar fronteiras pré-definidas, indo além da cartilha do Partido. No seu primeiro ano foi, juntamente com a RDN, um dos grandes veículos da doutrina do movimento de libertação no poder. No entanto, de forma gradual, foi-se libertando do espaço vincadamente ideológico para dar lugar à vida do país no seu todo, abrangendo diversos temas de âmbito social e realidades das diferentes regiões do país:

³⁹ Tratava-se de uma compilação de abordagens, discursos e diretivas sobre diferentes áreas da vida do país, feitos por governantes.

⁴⁰ Expressão utilizada na primeira fase da independência nacional em que o Partido/Estado proclamava uma tese empreendedora e criativa para se “fazer tudo o que não tinha sido feito no regime colonial”

“problemas de água”, “saneamento”, “mulheres no desenvolvimento”, “Jogos escolares”, “Teatro Popular”, etc.

Nem todas as iniciativas editoriais colhiam a aceitação do poder, tendo responsáveis do “Nô Pintcha”, jornalistas e tipógrafos, sido chamados à Segurança de Estado ou ao Secretariado do Partido para justificar situações e opções de temas e conteúdos que o regime considerava atentatórios às linhas do Partido e à independência nacional⁴¹.

A saída de jornalistas, entrada de estagiários para nova formação, a não substituição dos jornalistas cooperantes e o envelhecimento do material de trabalho influenciaram negativamente, em alguns momentos, a qualidade gráfica e o tratamento dos conteúdos repercutindo-se na diminuição das vendas.

Verifica-se, no entanto, que os primeiros números editados do “Nô Pintcha”, na sequência do golpe de estado de 14 de Novembro de 1980 fizeram aumentar a **tiragem para 10 mil e 15 mil** exemplares em duas edições no mesmo dia. Informação sobre a lista de fuzilamentos e fotos de valas comuns foram o *leitmotiv* para tamanha procura.

Já em 1986 a tiragem reduziu substancialmente atingindo apenas os 2.000 exemplares. Em 1988, face ao agudizar dos problemas já aqui enunciados, o jornal só editou 21 números. No ano seguinte, apenas com 15 números, perde ainda o serviço informativo das regiões e não cobre com regularidade o mundo rural.

Embora disponha agora de uma página *online* é um semanário com idênticos contornos técnicos aos demais de Bissau, com uma tiragem à volta dos 500 exemplares e um formato reduzido. Num extenso artigo, um jornalista denuncia o abandono a que o jornal tem sido votado⁴², nomeadamente, resultado das carências técnicas, materiais e financeiras.

Adicionalmente, a mudança constante da direção, a volubilidade do pessoal e a concorrência da imprensa privada são aspetos que contribuem para a fragilidade do jornal.

4.2.2.2 Outras Publicações partidárias e temáticas

Apesar da tendência da época indiciar uma informação tutelada pelo governo/partido/estado, nem sempre atenta à realidade nacional no seu todo, nos anos 80 e 90 e na prossecução do figurino desenhado desde 1977, havia, para além dos órgãos

⁴¹ A própria coluna que veiculava o pensamento de A. Cabral foi censurada umas tantas vezes ao ponto de, por diretivas superiores ser simplesmente excluído das páginas do jornal. A inclusão de uma foto de mulheres durante a luta, a serem instruídas no manuseamento de armas por um guerrilheiro que mais tarde foi considerado traidor, bastou para diretor, jornalistas e tipógrafos serem chamados várias vezes à Segurança de Estado para interrogatórios e ameaças. Numa outra situação a velha impressora com problemas técnicos provocados por anos sem conta de muito uso, ao imprimir sofria folgas nas ramas e perdia alguns caracteres... Por mera coincidência, numa edição na frase unidade da Guiné e Cabo-Verde caiu uma parte da placa de chumbo e só ficou unidade da Guiné.(O texto fazia apologia à unidade entre os 2 países). Este episódio bastou para tirar o sono a muita gente, durante cerca de um mês tempo que durou a investigação policial.

⁴² BB na edição do “Nô Pintcha” de 1 de Agosto de 1992

estatizados, uma Imprensa assumidamente partidária e uma outra produzida por diferentes atores e para um público leitor mais reduzido. Mas o Partido-Estado insistia na preservação de um espaço que lhe permitia “fazer opinião”.

Numa primeira fase (até 1998) o PAIGC que dominava o panorama mediático nacional editou através do seu departamento de Informação e Propaganda do Comité Central, as seguintes publicações:

- **O Militante:** Órgão do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC (1977/1980)
- **Vanguarda Juvenil:** Órgão da Juventude Africana Amílcar Cabral - JAAC (anos 70 e 80)
- **O Defensor:** Órgão das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP)
- **Blufo:** Órgão dos Pioneiros do PAIGC. (70/80)
- **Libertação:** Jornal produzido na fase da luta armada foi reeditado após o 14 de Novembro de 80, mas foi efémero.

Após a abertura política consagrada na Constituição, as formações políticas emergentes apostaram em publicações próprias não privilegiando ações concretas para a democratização dos órgãos existentes embora utilizassem esses novos espaços para pressionar o regime. Destacaram-se os seguintes títulos:

- **Baguera, Feretcha e Kumbo:** três órgãos afetos ao Partido da Convergência Democrática (PCD);
- **Corubal: Boletim** da RGB: Resistência da Guiné Bissau (Movimento Bafata);
- **Sol Mansi: Órgão** do PRD (Partido da Renovação Democrática)

Outros títulos, órgãos de partidos da oposição que deram à banca nessa ocasião limitaram-se ao primeiro e único número.

Com orientações temáticas específicas destacavam-se já antes do processo da democratização outras edições, sendo a grande parte de forte pendor técnico, profissional e ou temático. O leque variado das ofertas editoriais sugeria uma nova situação de permuta de ideias e de aceitação das diferenças. Na opinião de um antigo membro do governo da época ouvido no grupo dos 20 declarantes neste estudo, “não mais foi do que uma ilusão de ótica, porque em boa verdade o regime não estava preparado faltava-lhe a cultura da tolerância e a aceitação de outras abordagens, mesmo no seio do conselho de ministros...”

Lista de outras iniciativas editoriais:

- **Bentem:** Ministério do Desenvolvimento Rural com apoio da FAO;
- **Revista da Educação:** Ministério da Educação;
- **O Trabalhador:** Central sindical UNTG;
- **Comunitário:** Gabinete Nacional da Comunicação Social com apoio da UNICEF;
- **Tcholona:** Grupo de Expressão Cultural (GREC), com apoio da UE;

- **O Bombolom:** Boletim do Centro de Estudos de Educação Popular Integrada;
- **Matu Malgós:** Revista ambiental da ONG TINIGUENA;
- **Cadernos Pró-Democracia:** ONG ALTERNAG;
- **Coleção de Cadernos AD:** (Associativismo, ambiente, e comunicação comunitária);
- **Diritu Malgós:** Liga Guineense dos Direitos Humanos;
- **Slimbick-M' Bick:** Revista Guineense para Desenvolvimento da Educação;
- **GUI TOURS:** Revista de turismo da Guiné-Bissau;
- **Revista da Justiça - do Ministério da Justiça**
- **Eco da Voz de Paz:** Iniciativa para a consolidação da Paz

As publicações científicas estiveram inicialmente a cargo do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e depois Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), que deu uma dinâmica ímpar à área editorial.

Do INEP destacam-se as seguintes coleções:

- **Soronda:** de caráter multidisciplinar contendo artigos diversos
- **Cacu Martel:** Teses e dissertações.
- **BISE:** Boletim de Informação Socioeconómico
- **Lala Kema:** Documentos & Trabalhos

Para além de títulos, resultantes de estudos específicos de autores guineenses ou estrangeiros, que se dedicam à Guiné-Bissau, existem com a chancela desta instituição outras publicações periódicas.

4.2.2.3 Agência de Notícias da Guiné-ANG

A Agência de Notícias da Guiné-ANG, criada a 20 de Agosto de 1975, e sustentada por uma pequena estrutura composta por uma diretora e um pequeno corpo de cinco trabalhadores, foi concebida para ser uma espécie de placa giratória de notícias sobre e da Guiné-Bissau. Garantia a entrada, nos seus serviços, de material informativo proveniente do estrangeiro e do interior do país e expedia notícias nacionais para países limítrofes diretamente, ou através, das suas agências ou por via das embaixadas guineenses no exterior. Na atualidade, esta funcionalidade está limitada, por razões financeiras.

Nos seus primeiros dez anos de existência, a ANG firmou acordos com diversas agências de notícias internacionais: AFP (francesa), TASS (URSS), APS (argelina), Tanjug (antiga Jugoslávia) e ANOP (portuguesa). Estas agências tinham correspondentes em Bissau, ou num país vizinho, que reportavam as notícias e os acontecimentos no país. Competia à ANG fornecer material informativo às suas congéneres estrangeiras.

A ANG tinha como objetivo fazer chegar a imagem do país no exterior e, ao mesmo tempo, receber, tratar e transmitir para os *media* locais o noticiário nacional proveniente de todas as regiões do país. Para tal, criou uma rede de correspondentes, começando pelas sedes regionais, alargando-se, posteriormente, às sedes provinciais. A sua tarefa limitava-se a recolher informação e enviá-las por telefone para a sede. Durante algum tempo esta missão foi cumprida.

Em 1984/85, passou a ter oito jornalistas e oito correspondentes, que produziam uma média de 30 notícias diárias sobre o país. Em 2004 registava já um total de 30 trabalhadores.

Na atualidade, devido a dificuldades técnicas e financeiras os serviços noticiosos disponibilizados pela ANG são limitados, estando a rede de correspondentes no interior do país desativada. O serviço internacional que provinha da Agência Lusa e da AN-GOP e que era disponibilizado para as redações foi também interrompido. Embora a ANG seja o órgão que mais ajudas externas recebeu, enfrenta sérios problemas de funcionamento, exibindo um quadro de pessoal avantajado, o que representa uma considerável massa salarial.

4.2.2.3 Televisão da Guiné-Bissau

A instalação da Televisão na Guiné-Bissau só foi acordada a 19 de Outubro de 1987, entre os governos guineense e português. Entre os três projetos submetidos às autoridades de Bissau (um cubano, um francês e um português), o português foi o escolhido e implementado. A proposta portuguesa afigurou-se como a mais completa. Previa uma cobertura nacional, em duas fases. A primeira tratava da formação do pessoal, instalação e receção de sinal nas zonas sem energia elétrica através de televisores alimentados por energia solar. Uma segunda contemplava, também, a construção de uma rede comunitária e respetivas infraestruturas e a contratação de 300 recetores comunitários espalhados pelo país, o que não foi concretizado. O Governo indigitou um Diretor-Geral que, por sua vez, constituiu as diferentes chefias. Jornalistas e técnicos receberam formação *sur-place* sob a orientação de professores universitários e formadores da RTP.

Na atualidade, a rede de emissão conta com um emissor principal de 10 KW, instalado no Centro Emissor de Nhacra, e dois retransmissores, um no Leste, em Gabu, e outro no Sul, em Catió. A antena do emissor principal foi instalada num mastro de 200 metros, onde está igualmente a antena da RDN.

A emissão diária era de 4H30 e assentava no pressuposto da parte guineense garantir 50 por cento da produção, sendo a outra metade produzida no estrangeiro. Aqui registaram-se também falhas de conceção, o que limitou as ofertas de programação, que passou a depender em grande parte das telenovelas, sobretudo, brasileiras e algumas portuguesas.

De início, a informação resumia-se a um telejornal às 21H00, com notícias nacionais produzidas pelos serviços de informação guineense e internacionais fornecidas pela RTP. Os espectadores infantis tinham a série Rua Sésamo. Mais tarde, a programação integrou programas temáticos, como segurança no trabalho, as reportagens da Trans-tel e magazine informativo feito, sobretudo a partir de visitas presidenciais ao interior do país ou ao estrangeiro. Entrevistas e debates (mesa-redonda) vieram melhorar a programação, dando cobertura a mais acontecimentos da vida nacional. Noites de cinema, música dança e *ballet* guineenses ocupavam o espaço de entretenimento.

A estação passou por várias tentativas de reestruturação, o que acontecia cada vez que o governo mudava a Direção. Começou por ser TVE-GB (Televisão Experimental da Guiné-Bissau), passou a RTGB (Radiotelevisão da Guiné-Bissau) sendo atualmente designada por TGB (Televisão da Guiné-Bissau).

No entanto, os constrangimentos mantiveram-se com destaque para excesso de pessoal⁴³ (mais de uma centena) e conseqüente elevada carga salarial; desgaste do equipamento e da frota automóvel; dependência da ajuda externa, sobretudo de ONG's, Agencias das Nações Unidas e de outros parceiros de cooperação da Guiné-Bissau.

A TGB no momento da recolha destas informações transmitia oficialmente durante 12 horas (das 12H00 às 24H00) mas as capacidades e os meios instalados, não proporcionam esta programação por tempo continuado. As alterações são uma constante. O projeto da fusão com a RDN, pensado e anunciado nos anos 90, continua agendado, mas sem tradução em atos, não obstante pareceres favoráveis de vários especialistas.

4.3 Órgãos Privados

Beneficiando do novo quadro legal aprovado pelo Parlamento (ANP), a 3 de Outubro de 1991⁴⁴, tal como referido no ponto 3.6 (páginas 33 e 34), surgiram os primeiros órgãos de comunicação privados a ocupar um espaço que até aqui era monopólio do Estado. No entanto, o conflito político-militar, em 1998-1999, veio anular a dinâmica então empreendida na edificação de novas empresas e Órgãos de Comunicação Social. Importa evidenciar o contexto do surgimento, dos jornais e das rádios privadas.

4.3.1 Jornais

Foi no âmbito da imprensa escrita que surgiram os primeiros órgãos de comunicação social privados. O "**Expresso de Bissau**", dirigido pelo guineense João de Barros, empresário com longo passado de editor de várias revistas e jornais em Portugal, foi

⁴³ Um estudo da Consultora "Primeira Imagem"(2004) defende que o mesmo trabalho pode ser feito por cerca de 30 elementos.

⁴⁴ Lei de Imprensa; Estatuto do Jornalista; Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social; Lei sobre o acesso dos Partidos Políticos aos Órgãos de Comunicação Social; Lei da Liberdade Sindical; Lei da Greve; Lei da Requisição Civil

o primeiro semanário a surgir em 1992, tendo publicado apenas 17 números, mas o suficiente para provocar alterações gráficas no desenho do jornal, impondo um formato mais reduzido.

Em Junho de 1996, João de Barros, reapareceu com um novo título, o **“Diário de Bissau”**, com forte componente de investigação/pesquisa, e uma tiragem de 2 mil exemplares mas que acabou por ser trissemanário e que, à semelhança de outros periódicos, é encerrado durante o conflito político-militar de 1998-1999, sendo, no entanto, retomado após o mesmo, com uma periodicidade semanal. Em 1993, surge o semanário, **“Correio de Bissau”** também de J. de Barros, que se faz um jornal referência até 2012, data em que na sequência de uma reportagem publicada sobre o narcotráfico viu as suas instalações violentadas e uma parte considerável do seu equipamento destruído, o que levou ao seu encerramento. Decorrido algum tempo, Barros retomou a publicação do Expresso.

Em 1994, nas vésperas das primeiras eleições pluralistas no país, o jornalista Fernando Jorge Pereira criou o **“Banobero”**, que chegou a ser vendido em Portugal junto da diáspora guineense. Apesar dos momentos difíceis que ditaram algumas interrupções, este jornal conseguiu angariar e fidelizar 1.500 assinantes, número elevado face às dificuldades inerentes a um mercado pequeno e já com alguma concorrência. O Jornal **“Voz de Bissau”**, do jornalista Amarido Biossé, surge em 1995. A sua edição é irregular e sucumbe ainda antes do conflito em 1998-1999. Em 1996, Ana E. Lopes Pereira, psicóloga guineense é a primeira mulher a lançar um jornal na Guiné, criando o quinzenário **“Wandam”**. Em 1997, José Rodrigues Santy criou o Jornal **“Fraskera”**. O semanário **“Gazeta de Notícias”**, do jornalista Humberto Monteiro foi apresentado ao público também nesse ano.

Apesar do surgimento de vários periódicos, na onda da abertura política e de democratização, o mercado e espaço de divulgação dos mesmos sempre se confinou à capital, deixando, assim, de fora a cobertura regional e nacional. Quase todos estes periódicos anunciaram de início, tiragens entre 2.000 e 3.000. De acordo com a informação recolhida no âmbito do presente Estudo, na atualidade, as tiragens não ultrapassam os 500 exemplares. A guerra de 1998-1999 conduziu à suspensão da edição destes jornais e os projetos dos OCS sofreram um forte revés e “a contração da paisagem radiofónica desde o início do conflito teve como resultado a regressão do pluralismo... O desenvolvimento das Rádios Comunitárias acusou também a mesma evolução negativa” reconheceu Fafali Koudawo (2000). Após o conflito surgiram novos semanários. Destaca-se, o **“Última Hora”** e o **“Bantaba di Nobas”**, ambos criados em 2007. Mesmo enfrentando sérios problemas têm, ainda assim, mantido uma considerável regularidade. Assistiu-se ao aparecimento de outros jornais cuja existência foi, contudo, irregular e efémera. As dificuldades de natureza financeira, num contexto de “baixa capacidade de aquisição de jornais e onde o único e principal mercado é

a capital” (Barros, 2011), conduziram ao encerramento de vários jornais pouco tempo depois da sua abertura.

Perante a instabilidade vivida, a implementação de planos e projetos que poderiam significar patamares mais elevados de trabalho e de comunicação foram cancelados.

Na atualidade, dos jornais referidos são apenas publicados o “**Expresso Bissau**” re-lançado após o caso ocorrido com o Correio de Bissau e a “**Gazeta de Notícias**” que, apesar das dificuldades, sobreviveram até à data.

4.3.2 Rádio

Em 1995 surgiram as rádios privadas **Pindjiguiti** e **Bombolom**, ambas em resultado de iniciativas de jornalistas.

Em 1996, foi criada a **Rádio Mavegro**, com características um pouco diferentes. Numa fase inicial a Rádio Mavegro, emitia apenas música passando, mais tarde, a garantir o serviço noticioso dos serviços centrais da BBC em língua inglesa.

À semelhança do que aconteceu com a imprensa escrita, durante o conflito militar, estas Rádios viram-se obrigadas a encerrar a emissão. As instalações foram saqueadas e perderam os seus equipamentos. A Radio Bombolom foi ocupada logo no início do conflito e transformada em Rádio Voz da Junta Militar.

Em 2001, surge a **Rádio Sol Mansi**, de âmbito nacional, um projeto da Igreja Católica, com uma forte componente de formação e de capacitação. Através do seu Centro de Formação, em Mansoa, a Rádio Sol Mansi tem dado uma contribuição única na formação de radialistas e animadores das rádios comunitárias.



Rádio Sol Mansi – imagem de uma emissão em direto “10m com Santo Egidio”

Merece destaque a Sol Mansi que arrancou com um pequeno emissor de 60W em Mansoa, possui três estúdios (Mansoa, Bafatá e Bissau) e dispõe de emissores em Bissau (1000W), Mansoa (4000W), Bafatá (2000W), Gabu (500W) e Cantchungo (1.000W).

O estúdio de Bissau é o de maior dimensão, contando com um total de 33 trabalhadores, dos quais 15 jornalistas e 10 operadores.

Os serviços de manutenção com instrumentos mínimos, garantem a conservação e arranjos dos aparelhos, incluindo computadores, evitando desta forma a assistência externa, sempre onerosa. Todos os programas e notícias são gravados e guardados no *server* de cada estúdio. A Sol Mansi ainda não conta com um um arquivo histórico, devidamente organizado.

A Rádio Sol Mansi tem parcerias estabelecidas com sete Rádios Comunitárias que têm beneficiado dos programas de formação e com algumas Agências das Nações Unidas e outras organizações internacionais que assumem o financiamento.

O quadro 3 que se segue apresenta a síntese dos principais órgãos de comunicação social, rádios e periódicos, que foram surgindo ao longo da década de 90 até à atualidade.

Em Março de 2005, a Igreja Universal Reino de Deus, apresenta a **Radio Nossa**, a transmitir a partir dos seus estúdios em Bissau, com uma potência instalada de 2.000W (dois emissores de 1000W cada).

A forte dinâmica empreendida pelas Associações Juvenis nos anos 90, antes e depois do conflito de 98/99, com assinaláveis intervenções nas comunidades com destaque para os jovens, marcadas por uma intensa atividade na área da comunicação.

Esta interação resultou na criação de uma estação radiofónica a **“Rádio Jovem”** em Agosto de 2005, com uma capacidade instalada de 350W.

Em 2010, um empresário com interesses na sub-região decidiu enveredar pela criação de uma rádio local, a **Phoenix** (muito irregular) cobrindo o perímetro da cidade de Bissau.

QUADRO 3. ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PRIVADOS

Tipo	Designação	Ano de Criação	Atualidade	Cobertura
Rádios	Rádio Galáxia de Pindjiguiti	1995	<input checked="" type="checkbox"/>	Nacional (atualmente só cobre parte do país)
	Rádio Bombolom	1995	<input checked="" type="checkbox"/>	Grande parte do país
	Rádio Sol Mansi	2001	<input checked="" type="checkbox"/>	Nacional
	Rádio Mavegro	1996	---	Bissau (suspensa)
	Rádio Nossa	2005	<input checked="" type="checkbox"/>	Nacional
	Rádio Jovem	2005	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau, Sul, Gabu e Bafatá
	Rádio Phoenix (local)	2010		Cidade de Bissau
Imprensa Escrita	Expresso Bissau	1992	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau
	Correio de Bissau	1994	---	Bissau
	Diário de Bissau	1996	---	Bissau
	Voz de Bissau	1995	---	Bissau
	Wandam	1996	---	Bissau
	Gazeta de Notícias	1997	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau
	Última hora	2007	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau
	Bantana di Nobas	2007	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau
	Banobero	1994	---	Bissau
	Democrata	2012	<input checked="" type="checkbox"/>	Bissau

Sobre o enquadramento legal e regulamentar importa lembrar que, logo na fase de instalação, estes media se viram confrontados com várias dificuldades de natureza administrativa e processual.

Embora já estivesse em vigor um quadro legal que abria espaço à participação de organizações empresariais, a ausência de regulamentação do sector da comunicação social deu margem à criação de situações ambíguas e de interpretação duvidosa e à implementação de medidas restritivas que complicavam a política de licenças e a importação de equipamentos, objeto de pesadas taxas aduaneiras e fiscais.

Perante o vazio legislativo, as autoridades optaram pela concessão de **licenças provisórias**, um sistema que ainda hoje vigora e é aplicável a toda a comunicação social.

No entanto, de acordo com alguns dos informantes chave inquiridos, o novo pacote legislativo e regulamentar já se encontra desenvolvido, aguardando-se apenas a normalização da vida governativa e parlamentar para ser homologado e tornado publico.

4.4 Rádios Comunitárias

4.4.1 Uma intervenção de proximidade

O aparecimento dos meios de comunicação comunitários, na Guiné-Bissau - rádio e televisão - remonta à década de 90, assistindo-se à sua proliferação após o conflito de 1998-1999. Apesar de, no conjunto dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), a Guiné-Bissau apresentar a constituição mais tardia dos órgãos comunicação social em geral, no que respeita às Rádios Comunitárias ela é pioneira, sendo o país que maior experiência acumulou neste âmbito.

As Rádios e Televisões Comunitárias são, pela sua natureza, importantes parceiros na **luta contra a pobreza** e reforço da coesão social, desenvolvimento socioeconómico. É o próprio “Estudos Prospetivos” do INEP-1979, a reconhecê-lo. As visitas de terreno efetuadas no quadro do estudo permitiram-nos verificar a existência de uma linha de comunicação e de sinergias a “explorar” na constelação dos *media* que se espalha por todo o país, e que usam, no seu conjunto, todas as línguas nacionais.

De acordo com um dos informantes chave inquiridos, a criação da **Rádio Rural**⁴⁵, em 1994, numa iniciativa conjunta, dos ministérios do Desenvolvimento Rural e da Informação, afirma-se como precursora das Rádios Comunitárias. A Rádio Rural que chegou a emitir em regime experimental, no período de 1993/1994 através das antenas da RDN, a partir de 2 de Agosto de 1993 em crioulo e outras línguas nacionais, bem como uma célula da **Televisão Comunitária** que ficaria agregada à **Televisão Guineense** (TVE-GB) que projetava uma rede de 300 recetores comunitários, a par da intervenção do Gabinete Nacional de Comunicação Social na RDN, foram um ensinamento sobre como fazer uma comunicação ao serviço do desenvolvimento, tal como referido pela maioria dos informantes chave inquiridos neste Estudo. O então antigo Secretário de Estado da Informação, Califa Seidi⁴⁶, enfatizou, afirmando que *os meios de comunicação comunitários surgem como iniciativas que visam contrariar a tendência de politizar a sociedade guineense, contrapondo mecanismos que levem os*

⁴⁵ As ideias e projeto remontam a 1979 e a edição Nô Pintcha de 11.02.95, deu largo apontamento sobre Seminário Nacional para Definição de uma Estratégia de comunicação Social, com apoios da FAO, UNCEF, FNUAP, PNUD, ASDI e UICN.

⁴⁶ in jornal nô Pintcha- 07.08.93

órgãos de comunicação social a participarem direta e ativamente nas áreas sociais e no desenvolvimento comunitário”.

A década de 90 foi marcada por debates e discussão em torno de metodologias e estratégias de comunicação rural e desenvolvimento. Na Guiné-Bissau, o momento mais marcante do debate ocorreu aquando da realização do **Seminário Nacional** para a definição de uma **Estratégia Nacional de Comunicação e Desenvolvimento**. A iniciativa foi organizada pelo Ministério da Informação, com o apoio da FAO, em 1995, após sete relatórios de missão feitos por consultores internacionais e um nacional, que contribuíram para definir os parâmetros e a agenda do evento, que terminou com um adoção de um **Plano de Formação em Comunicação Para o Desenvolvimento** destinado a jornalistas, técnicos, e agentes comunitários⁴⁷.

No final dos trabalhos, o Governo, representado pelo então Primeiro-Ministro Saturnino Costa, decidiu em comunicado final, pela *“inscrição da Comunicação Social para o Desenvolvimento como prioridade no programa do governo” e que a “estratégia nacional de comunicação social para o desenvolvimento sirva de quadro de referência para todos os parceiros de desenvolvimento”*. Outros pontos da sua comunicação destacavam a decisão e o apoio total do Estado a esta política de Comunicação, apoiada, desde logo, por Agências das Nações Unidas como a FAO, a UNICEF, o PNUD e outras internacionais e nacionais (INEP, Conselho Nacional do Ambiente, AJGB, GNCS e o Instituto Nacional de Cinema).

A interrupção do projeto deveu-se à lentidão, à burocracia, mudanças de governo e ao conflito político-militar de 1998/1999. Ficaram os documentos, o compromisso em comunicado oficial do governo (6 de Fevereiro de 1995) e metas por atingir⁴⁸.

Com o aparecimento, em 1994, da **Radio Voz de Quelele**, em Bissau, **Djan-Djan (1995)**, nos Bijagós, **Kassumay (1995)** em São Domingos, **Lamparam (1996)** em Tombali, **Titidjene (1996)** em Suzana e **Wakilaré (1997)**, em Contuboele, as **Rádios Comunitárias** estavam a ocupar um dos muitos espaços abertos pela dinâmica empreendida com liberalização económica, financeira e política. A Rádio Voz de Quelele marcou a sociedade guineense não só pelo trabalho pioneiro, mas também pelo seu papel interventivo e preventivo na área da saúde.

Em 1994, aquando a epidemia de cólera, esta Rádio desenvolveu um trabalho de sensibilização e informação no Bairro em que operava, registando impactos positivos ao nível saúde pública. No entanto, com o aproximar das primeiras eleições democráticas, o Governo receoso do papel que a **Voz de Quelele** podia desempenhar, junto do eleitorado do bairro, decidiu pelo seu encerramento.

⁴⁷ Relatório da FAO – “TCP/GCS/2251” de 1994 – Assistance en Matière de Communication Rural

⁴⁸ “Nô Pintcha” de 11-02-1995 notícia com pormenores as decisões então adotadas.

Uma parte significativa das Rádios Comunitárias pertence, ou está de alguma forma associada, a ONGs ou Associações que as criaram ou ajudaram na sua implementação. Numa primeira fase, de uma maneira geral foram capazes de dar corpo ao exercício da cidadania, promovendo uma informação alternativa de proximidade, dando voz às populações rurais, na esteira do direito de expressão priorizando o diálogo e a troca de ideias valorizando as línguas e culturas locais.

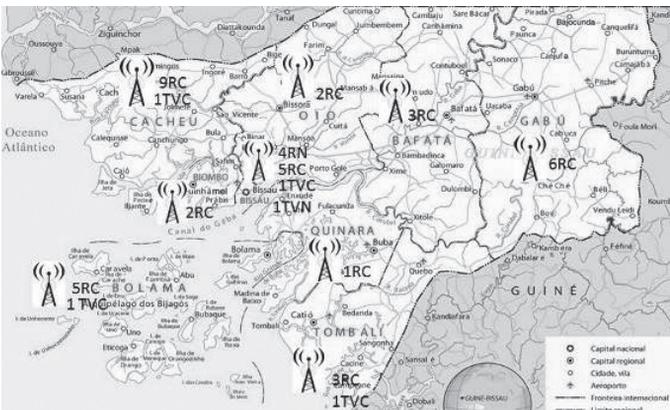
As Rádios Comunitárias têm demonstrado uma enorme capacidade para ultrapassar as contrariedades e barreiras resultantes das lacunas na lei, desconfianças e receios das autoridades nacionais e locais. No entanto, são as Rádios Comunitárias que resultam de parcerias ou iniciativas de ONG's ou Associações que apresentam uma maior capacidade para contornar os obstáculos, nomeadamente, devido à experiência consolidada destas organizações e à solidez de parcerias estabelecidas.

4.4.2 Uma localização privilegiada

A rede das Rádios Comunitárias no país espalha-se pelas **nove regiões** do país que se estende numa superfície de 36.125 Km². Atualmente existem 35 Rádios Comunitárias (algumas com emissões suspensas) e quatro Televisões Comunitárias (TVC), instaladas no Centro, Norte, Sul e Leste do país, incluindo a parte insular- arquipélago dos Bijagós, mas também em zonas fronteiriças como Cambadju/Sankorla, situada na linha fronteiriça com a norte com o Senegal onde opera a **"RC Transfronteiriça de Sancola"** e a região de Bissau.

A localização, elemento que facilita a inserção no meio, aliada ao uso das línguas locais dão uma dimensão redobrada às RC, favorecendo a comunicação nos dois sentidos: transmissor e recetor.

As bases de naturais para a apropriação estão criadas e serão determinantes no processo da construção de um desenvolvimento participativo.



As principais línguas nacionais utilizadas nesta estação nas suas emissões são: crioulo, fula, mandinga, balanta, balanta mané, manjaco, português, francês e wolof, por serem as mais utilizadas nessa região da fronteira leste habitada por populações dos dois países vizinhos (Guiné-Bissau e Senegal), que exibem muitas afinidades culturais mas que também experimentam situações de querelas próprias de zonas fronteiriças.

Sublinhe-se que as quatro televisões comunitárias existentes ainda não possuem a licença provisória para iniciar as suas atividades, (Klele; Pkis Utchak; Bagunda e Massar) por isso trabalham em regime experimental.

O quadro que se segue apresenta a distribuição das Rádios e Televisões Comunitárias pelas diferentes regiões da Guiné-Bissau.

QUADRO- 4. RÁDIOS E TV'S COMUNITÁRIAS NAS REGIÕES-EMISSÃO DIÁRIA

Região	RC + Emissões	TVC+ Emissões
Cacheu	8 (51Hrs)	2 (4Hrs)
Gabu	6 (70 Hrs)	---
Bafatá	3 (60 Hrs)	---
Oio	2 (40 Hrs)	---
Bolama-Bijagós	5 (44Hrs)	---
Quinara	1 (16h30)	---
Tombali	3 (14h30)	1 (2Hrs)
Biombo	2 (20 horas)	---
Sector Autónomo de Bissau	5(34Hrs)	1(2Hrs)
Total	35 (350Hrs)	4 (4Hrs)

A listagem de Rádios Comunitárias, segundo a sua localização, potência e grau de cobertura é apresentada no quadro 5.

QUADRO- 5. DISTRIBUIÇÃO DE RÁDIOS E TELEVISÕES COMUNITÁRIAS NA GUINÉ BISSAU

Região	Órgão	Ano de Criação	Localização	Potência	Cobertura	Membro RENARC
Cacheu	Kassumay	1995	São Domingos	300 W	Região Total	SIM
	R. Eva	2002	Suzana	250 W	30 km	SIM
	R. Títidjene	1996	Suzana	-	Suzana	SIM
	Balafon	2001	Ingoré	150 W	Setor Bigene	SIM
	R. Begene	2007	Begene	250 W	Setor Bigene	NÃO
	TVC -Bagunda	2004	S. Domingos	Emissões móveis no bairro	Setor Bigene	NÃO
	R. Viva	2003	Bula	160 W	30 Km	SIM
	R. Babock	2004	Canchungo	125 W	Região de Cacheu	NÃO
	R. Uler Aband	2006	Canchungo	250 W	Canchungo/ Setores	SIM
	TV-Pkis Utchang (aguarda autorização)	2010	Canchungo	Emissões móveis nos bairros	Bairros e comunidades	NÃO
Gabu	Rádio Comunitária	1998	Gabu	-	(suspensa há 2 anos)	SIM
	Rádio Gandal	2006	Gabu	1000 W e 250 W	Gabu e Bafatá	NÃO
	Sintchá Occo	2000	Gabu	300 W e 250 W	75 Km	SIM
	Colinas Boe	2000	Béli-Boé	500 W e 250 W	Setor Boé	SIM
	Algodão	1999	Gabu	5 W	4 Km (parado)	SIM
	Pitche	2004	Pitche-Posto	5 W	10 Km	NÃO
Bafatá	R. C. Bafatá	2000	Bafatá	500 W e 350 W	70 km	SIM
	RCT Sancela	2011	Cambadjú	300 W	75 Km	NÃO
	Wakilaré	1997	Contuboeil	300W	75Km	SIM
Oio	Corânica	2007	Mansoa	250 W	50 Km	NÃO
	Dalicunda	2001	Djalicunda	300 W	Mansabá/arredores	SIM
Bolama/ Bijagós	Djan-Djan	1995	Bubaque	500 W	Arquipélago	SIM
	R. C. Bijagós	2005	Bº de Buba	1000 W	Arquipélago	NÃO
	Kossena	2005	Formosa	25 W	Avariado	SIM
	Fala di Urok	2010	Formosa	250 W	Formosa/Nago/ Tchediã	NÃO
	Okinka Pampa	2010	Orango Grande	1000W	Arquipélago	NÃO

Região	Órgão	Ano de Criação	Localização	Potência	Cobertura	Membro RENARC
Quinara	Papagaio	2002	Buba	100 W e 500 W	100 Km	SIM
Tombali	Lamparam	1996	Iemberem	100 W e 300 W	Região e parte de Bissau	SIM
	R. C. Forrea	2000	Mampata	250 W	Região	SIM
	Voz Tombali	2009	Catió	300 W	Região Sul/Norte e Bissau	NÃO
	TV. Massar	2007	Cubucaré	Emissões Móveis Produzidas no bairro	Filmagem/projeção nas comunidades	NÃO
Biombo	N'Djerepa Có	2000	Ondame	40 W	Região	NÃO
	R. C. Nova	2012	Quinhamel	100 W	Região	SIM
Bissau	R. Quelele	1994	Klele	250W	Região/arredores	SIM
	R. Cidade	2006	Bº Militar	250W	B. Militar e B. Ajuda	NÃO
	R. Antula	2008	Antula	100W	Antula e arredores	SIM
	TV. Quelele	2001	Klele	Emissões Móveis produzidas no Bairro	Bairro Klele	NÃO
	Voz de Cumtum Madina	2002	Cuntum	Emissor artesanal	2,5Km (suspensa)	SIM

Não existindo regulamentação específica referente à criação e funcionamento das Rádios e Televisões Comunitárias, as mesmas não possuem alvará funcionando apenas com licenças provisórias. As fontes de financiamento da atividade das Rádios Comunitárias provêm, essencialmente, das organizações não-governamentais, locais e internacionais, contribuições da comunidade e vendas de serviços (comunicados, publicidade, dedicatórias).

Do total das Rádios Comunitárias, 22 integram a Rede Nacional de Rádios Comunitárias (RENARC), cuja descrição é apresentada no ponto 4.4.4. Podem ser membros da RENARC todas as Rádios Comunitárias que se identifiquem com os seus objetivos, manifestem o desejo de dela serem membros.

Não há obrigatoriedade de filiação e nada impede que no futuro surjam outras organizações similares.

A informação sobre as Rádios Comunitárias, em particular no que respeita ao seu funcionamento, à composição das equipas, tipos de financiamento, programação

dos conteúdos, apresenta unicamente os órgãos que integram a RENARC⁴⁹. Para as restantes, a informação apresentada e analisada no presente Estudo foi recolhida *in loco*, no âmbito do processo de recolha de informação implementado.

4.5 Organismos Profissionais e Instituições ligados à Comunicação Social

Tal como referido no **ponto 2.3**, são considerados organismos profissionais e de apoio aos OCS, todos aqueles que disponibilizam serviços considerados essenciais à prossecução da missão dos OCS e /ou ao seu desenvolvimento. Em 2001/2002, com a legalização da Casa de Imprensa, a AJGB, que tinha sido uma das suas promotoras, juntamente com o grupo dos 12 jornalistas, cessou as suas atividades, por decisão dos seus membros reunidos em Assembleia. A grande parte transitou de imediato para a CI.

O quadro que se segue apresenta o tipo de apoio disponibilizado aos OCS, por cada um dos organismos abrangidos pelo presente estudo, de acordo com a sua missão.

À guisa de informação, já no fecho deste Estudo, ficamos a saber que está em curso a criação de uma **Associação de Mulheres Jornalistas e Técnicas de Comunicação Social**, liderada pela jornalista Paula Melo. Uma Comissão Instaladora composta por cinco membros, procede nesta fase a um recenseamento geral e ao mesmo tempo que finaliza os Estatutos e demais documentos necessários à sua legalização, prevista para este ano (2013).

⁴⁹ RENARC: http://renarc.adbissau.org/?page_id=12 (Consultado em Fevereiro 2013 e atualizado pelo Estudo)

QUADRO- 6. ORGANISMOS PROFISSIONAIS E DE APOIO AOS OCS – TIPO DE APOIO DISPONIBILIZADO

Organismo de Apoio	Tipo de apoio disponibilizado de acordo com a sua missão
Casa da Imprensa	Apoio ao desenvolvimento técnico Sensibilização Concertação Acesso ao conhecimento e organização Monitoramento dos media (ética e deontologia)
Imprensa Nacional (INACEP)	Empresa publica tipografia
Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTECS)	Concertação e defesa dos direitos laborais
Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC)	Concertação Coordenação
Iniciativa de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias (INFORMORAC)	Formação Apoio técnico e em equipamento
Conselho Nacional de Comunicação Social	Zelar pelo cumprimento das leis que regem a comunicação social
Autoridade Reguladora das Tecnologias de Informação e Comunicação (ARN)	Regulação das tecnologias da informação
Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau <i>(ainda não foi reconhecida pelos seus parceiros – SINJOTECS e CI)</i>	Defesa dos direitos e prerrogativas profissionais

Refira-se que os OCS públicos dependem da Secretaria de Estado da Comunicação Social, cujo organigrama aprestamos no final do presente capítulo.

4.5.1 Casa da Imprensa

Em 1995, um grupo 12 de jornalistas, na sequência de várias sessões de trabalho, reflexão e contactos com vários colegas dos diferentes órgãos de comunicação social e *free-lancers*, esteve na origem da criação da Casa de Imprensa, cuja legalização acabaria por ser publicada no Boletim Oficial nº 13 de 1 de Abril de 2002.

A criação da Casa da Imprensa está ligada ao processo iniciado no início dos anos 90 no âmbito das ações associativas e profissionais promovidas pela AJGB e facilitadas pelo ambiente das reformas políticas que se anunciavam. Forçados a uma interrupção de atividades devido ao conflito político-militar de 98/99, a reativação foi marcada projeto *“Medias d’urgence en Guiné-Bissau”*, da ONG portuguesa INDE, implementado com apoio da União Europeia (UE).

Numa altura em que os OCS não dispunham de meios adequados de trabalho e enfrentavam sérios problemas com a endémica falta de eletricidade, a criação de uma organização cuja missão visava o apoio ao trabalho jornalístico surgiu como um imperativo.

Contudo, divergências insanáveis entre os dois parceiros - Casa da Imprensa e INDE – com as partes a acusarem-se mutuamente, agravadas com a saída de alguns membros do núcleo inicial para assumirem outras funções e ou para missões no estrangeiro, estiveram na base de alguma fragilização e conseqüente perda de apoios externos.

Após um período titubeante de alguma letargia, a Organização foi aos poucos, reasumindo o seu papel junto dos jornalistas, embora com visíveis dificuldades devido à escassez de recursos.

Do Secretariado em exercício (SE) fazem parte seis elementos enquanto o grupo de apoio às eleições conta com cinco outros colaboradores.

Para se entender as razões que levaram à implementação das atividades que serão enunciadas, tona-se essencial identificar os eixos principais da ação da Casa da Imprensa constantes nos documentos por ela produzida:

- Apoiar o **desenvolvimento** dos órgãos de comunicação social;
- Incentivar e **promover encontros** entre jornalistas e técnicos para identificação de problemas, troca de experiências e procura de soluções;
- Contribuir para satisfação das **necessidades de formação e documentação** dos profissionais;
- Promover o respeito pela **Ética e Deontologia Profissionais**;
- Promover e defender a **Liberdade de Imprensa**;
- Oferecer um **espaço aberto à sociedade civil** para o desenvolvimento de atividades e reflexões em prol da **democracia, paz e boa governação**.
- Contribuir na **formação e acesso ao conhecimento** dos jornalistas

Desde a sua criação e segundo o seu Secretário Executivo em exercício, a Casa da Imprensa assumiu um **papel fundamental no apoio ao trabalho jornalístico**, nomeadamente através da disponibilização de espaço e ferramentas de trabalho (*computadores, internet, impressoras, fotocopiadoras, fax*) e organização e implementação, em parceria com outras entidades, de oportunidades de formação e capacitação em áreas diversas.

Um relatório do PNUD (F. Barreto, Junho, 2004) destaca a importância dos serviços e instrumentos de trabalho disponibilizados pela Casa da Imprensa (CI) para a melhoria da *performance* dos jornalistas, em particular num contexto em que os órgãos de comunicação social carecem de recursos técnicos e materiais: “Através do

seu *Cyber-café*, a CI passou a estar ligada à Internet 24 horas/dia, com serviço disponível durante dez horas diárias, contando com cerca de uma dezena de computadores, uma impressora e uma fotocopiadora/fax⁵⁰.

Para além do seu trabalho de apoio ao desenvolvimento dos recursos humanos técnicos do sector da comunicação social, o SE destaca o seu papel no **debate e consensualização do quadro jurídico dos media** realizado em Gabu, tendo tido um contributo assinalável para as discussões que se seguiram e para a **aprovação posterior das leis pela ANP**⁵¹ que como refere este estudo aguarda pela promulgação presidencial.

Salienta-se, ainda, a importância da intervenção da Casa da Imprensa no âmbito da **defesa e promoção da liberdade de imprensa e democracia**. Em 29 de Outubro de 2001 a Casa da Imprensa não hesitou em reunir os jornalistas e condenar a ação do Ministério Público (PGR) que decidiu encerrar o **Gazeta de Noticias** e o **Diário de Bissau** e ameaçar a **Bombolom** e a **Pindjiguiti** de igual procedimento, *in nô Pintcha* edição de Novembro de 2011. Um comunicado de sete pontos emitido em 29 de Outubro de 2011, a organização já tinha criticado a tentativa de silenciar os jornalistas, dizendo "*não reconhecer à PGR legalidade para julgar, condenar ou absolver, competências reservadas aos Tribunais*".

Quanto às atividades, parcerias e colaborações realizadas é de destacar um conjunto de iniciativas. **Após as eleições de março de 2002** e a tomada de posse de uma **nova Direção** a Casa da Imprensa reestruturou os departamentos, habilitando-se a um financiamento do PNUD, no âmbito do Programa "Media e Desenvolvimento". Em colaboração com a cooperação holandesa, **SNV** e a **Swissaid**, a Casa da Imprensa organizou, em **2004**, dois **seminários sobre Cobertura Eleitoral**, destaca o relatório de Atividades de 2004-2007, a que o Estudo teve acesso.

Em **2004** em parceria com a ONG INDE e com o PNUD, a Casa da Imprensa organizou uma formação local na **área de Informática**, o que permitiu a **40 jornalistas** obterem capacidades e conhecimentos para a utilização de computadores, acesso e pesquisa de informação. Outras formações organizadas para jornalistas incidiram sobre o **Sistema das Nações Unidas e Comunicação e Autonomização da Mulher**.

O SE da Casa em exercício em depoimento ao Estudo sublinha a cooperação desenvolvida com vários parceiros e destaca a colaboração com a **Rede de Jornalistas Amigos da Criança (REJACA)**, organização com a qual a CI organizou um conjunto de Ateliês nos domínios do **jornalismo e da Convenção dos Direitos da Criança**.

⁵⁰ Francisco Barreto in Casa de Imprensa Realidades e Perspetivas (PNUD/2004)

⁵¹ Este seminário decorreu nos dias 23 e 24 de Novembro com o apoio da UE, INDE e Instituto Panos

Além de formação profissional, registou-se intercâmbio com organizações regionais, designadamente a Rede de Jornalistas para a Paz e Integração Sub-regional (REJOPI) e Rede de Jornalistas de Economia da UEMOA (RJE-UEMOA), destaca-se a sua participação no “**Projeto de Sensibilização da Sociedade Civil e Jornalistas na luta contra a Droga e o Narcotráfico**” (2010/2011), do **Ministério da Justiça**, com financiamento do **Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)** e a que se juntou igualmente o **Sindicato de Jornalistas (SINJOTECS)**.

Durante a **campanha eleitoral presidencial de 2012**, a Casa da Imprensa associou-se à **UNIOGBIS** (Gabinete da ONU na Guiné-Bissau) e à **SINJOTECS**, no **seguimento e avaliação do papel e do desempenho dos Órgãos de Comunicação Social no ato eleitoral** (Anexo-13).

A avaliação da Representação do Secretário-Geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau, concernente à parceria desenvolvida na preparação e também com apoio do Sindicato, foi positiva, assim declarou Vladimir Monteiro responsável pela Informação da ONIOGBIS em Bissau. Esta atividade foi possível graças à colaboração do **PRO-PALOP**, um projeto do PNUD financiado pela UE, e que tem vindo a apoiar os jornalistas africanos de países de língua oficial portuguesa, nos períodos pré e pós eleitoral. Foi com apoio da **PRO-PALOP** que se elaborou o Código de Conduta Eleitoral para os Órgãos de Comunicação Social.

Atualmente, a Casa da Imprensa, enfrenta algumas dificuldades organizacionais, financeiras e como admite o Secretariado Executivo em exercício, “**evidencia-se a necessidade de mudanças internas para responder às exigências estatutárias**”. De acordo com informantes chave da organização, e da Comissão que a dirige, inquiridos no âmbito do presente Estudo, está prevista a convocatória, de uma Assembleia-Geral para a eleição de novos corpos gerentes, análise e modernização dos estatutos em vigor. Este processo será antecedido pela organização de uma assembleia de fundadores para debater as ideias da renovação da Organização e criar uma comissão eleitoral independente.

A Casa de Imprensa, falando na voz do seu secretariado em exercício, pretende, após as eleições e constituição de uma nova direção, retomar a sua linha programática, que será orientada nas vertentes que se indicam:

- Formação e **aperfeiçoamento profissional**;
- Constituição de uma equipa de **formadores locais** em jornalismo;
- Criação de um **Centro de Informação e do Saber** com uma biblioteca;
- Relançamento da experiência do **Cyber-Café**;
- Criação de um **Observatório de Imprensa** que cuide da ética e deontologia profissionais e que faça o seguimento do comportamento regular dos *media* mas com redobrada atenção no período eleitoral, publicando com

- regularidade notas informativas sobre a sua observância aos princípios da liberdade, democracia, pluralismo e isenção;
- Instituição de um **Prémio Anual de Liberdade de Imprensa** em duas modalidades:
 - i) Distingção do jornalista que se destaque nesta área pela regularidade e qualidade do seu trabalho;
 - ii) Numa segunda fase distingção do *media* que se afirme por mérito dos valores enunciados. Será estipulado o valor do Prémio e elaborado e publicitado um regulamento com critérios de avaliação;
 - Constituição de um **Júri de atribuição do Prémio** composto por sete pessoas de reconhecida idoneidade moral e competência profissional;
 - Conclusão das obras da **sede da nova Casa de Imprensa** um espaço cedido pelo Estado mas que necessita de melhoramentos.

Devido ao papel multiforme atribuído à Casa de Imprensa, e às ligações a vários níveis com os OCS, SINOTECs e jornalistas, decidiu-se conferir uma atenção especial à sua intervenção neste universo, o que resultou num trabalho específico que vai para além do seu passado para o situar no presente com todas as suas potencialidades e fragilidades. É com base nesta premissa que surgiram ideias, propostas e recomendações conducentes a uma consolidação organizacional, para que a CI se apresente mais moderna, mais apta, mais transparente, mais autónoma e melhor organizada.

4.5.2 Imprensa Nacional (INACEP)

Contexto do surgimento e trajetória

Passando o Distrito da Guiné a constituir uma Província Autónoma de Cabo Verde, as autoridades coloniais decidiram criar em 1879 a Imprensa Nacional, com o objetivo único de imprimir o Boletim Oficial.

Desde que foi criada, a Imprensa Nacional tornou-se num marco da Comunicação Social na Guiné-Bissau. A Imprensa Nacional, ou Imprensa de Bolama como a chamavam os populares, passou por diversas fases. Começou a operar em 1880, com a edição do referido **Boletim Oficial da Guiné** e depois com publicações efémeras. Durante o período colonial, o pessoal da Imprensa foi alvo de perseguição pela polícia política, devido a supostas ligações de tipógrafos ao PAIGC.

Em 1978, o regime instaurado concedeu-lhe o estatuto de empresa pública, designada de **INACEP**, com personalidade civil e autonomia financeira e administrativa.

Nos anos 70, foi considerada por especialistas suecos como uma “referência” de boa gestão, organização e trabalho. No entanto, com o passar dos anos, foi entrando, de forma gradativa em declínio. O parque de máquinas ultrapassado, a ausência de

peças de reposição, a falta constante de papel, a necessidade de recorrer a mercados mais próximos, normalmente mais caros, a acumulação de dívidas por parte de clientes, sendo o Estado o maior devedor, e o excesso de pessoal concorreram para inverter o rumo traçado pela direção.

Nos finais dos anos 1970, o Secretariado do PAIGC esteve quase a chamar a si a tutela do INACEP, um processo suspenso com o golpe de 14 de Novembro de 1980. Ainda assim, este projeto foi retomado pela nova direção política, chegando mesmo, o então Presidente Vieira, a assinar um Decreto-Lei que, no entanto, não foi implementado.

Em 1992, tal como registado na edição Nô Pintcha, de 4 de Março, o então Diretor-Geral, Augusto César Tolentino, anunciava um conjunto de medidas que visavam o relançamento da Imprensa Nacional: aquisição de novo equipamento, formação do pessoal, reestruturação dos serviços e ajustamento dos quadros de pessoal às necessidades reais de funcionamento.

A promessa de reciclagem e adaptação das unidades, tornando-as capazes de editar livros escolares e outros géneros, e a fidelização de novos clientes surgidos com o advento da democracia esbarraram nas sensibilidades que sustentavam o Poder e no novo quadro jurídico. Burocracia, peso de dívidas não liquidadas e mudanças nos quadros dirigentes, em função de novos governos e novas direções da empresa, não só adiaram o projeto como complicaram os planos de desenvolvimento da empresa, marcado por um enorme passivo com o pessoal e outros credores. Pelo menos uma parte da dívida de clientes é tida como incobrável. Muitos dos devedores já não existem.

Existe um projeto de privatização da Imprensa Nacional que nunca evoluiu e tem condicionado iniciativas de reformas que capitalizem a experiência adquirida ao longo de muitos anos de existência. Todavia, com a posse de uma nova direção em Abril de 2010 dirigida pelo engenheiro Vitor Cassamá ocorreram alterações substanciais com reflexos na multiplicação das atividades e ofertas de serviços ao grande público.

A Imprensa Nacional atua como gráfica e editora e presta serviços tipográficos, aos OCS, ao Estado e ao grande público em geral, assumindo-se como a Autoridade Certificadora Oficial do Governo. Tem também disponível o atendimento público em geral sem quaisquer restrições desde que seja nas áreas em que atua. Entre os principais serviços disponibilizados pela Imprensa Nacional, destacam-se:

- **Boletim Oficial**, publicando as leis, atos normativos e administrativos e resoluções legais do Governo;
- **Parque Gráfico**: equipado para dar resposta às necessidades do mercado, incluindo a confeção de impressos, folhetos, revistas ou livros e encadernação;

- **Passaportes:** Desde Abril de 2013 passou a imprimir os novos passaportes biométricos e policarbonatos.
- **Sacos de papel:** Prepara-se para iniciar em breve a confeção de sacos de papel para combater o uso do plástico, considerado elemento poluidor. A direção conta abastecer todo o mercado nacional (estabelecimentos comerciais, mercados, farmácias etc.)

A relação desta empresa pública com os OCS é marcada pelas leis do mercado. Não há qualquer tratamento especial, não obstante no passado a INACEP ter tido uma relação de maior proximidade com o jornal *No Pincha*.

4.5.3 Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTECS)

O Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTECS) foi criado em Maio de 2005, na sequência da fusão do sindicato dos jornalistas (SINJOR- Sindicato de Jornalistas da Guiné-Bissau) com o dos técnicos SINPROCS-Sindicato de Profissionais da Comunicação Social). A origem dessas estruturas sindicais está, em larga medida, relacionada com as atividades desenvolvidas pela antiga Associação de Jornalistas da Guiné-Bissau, entidade que sempre reivindicou um sindicato para a classe jornalística, projeto depois assumido também pela Casa de Imprensa, que albergou as reuniões que deram lugar à fusão.

O SINJOTECS tem por missão primordial defender os interesses dos trabalhadores, nas questões laborais, condições de vida e salários. Na atualidade, conta com mais de 400 membros inscritos, não estando os mesmos obrigados ao pagamento de quotas. Faz-se representar nos órgãos públicos através de comités de base eleitos nas Redações. Nos órgãos privados dispõe apenas de um ponto focal.

Embora a vertente reivindicativa seja o mote principal, como se constata pelas imensas intervenções em defesa dos profissionais e dos *media*, a Organização tem contribuído igualmente para a formação e superação de jornalistas, muitas vezes em cooperação com a Casa da Imprensa e outros parceiros locais e internacionais. Destaca-se, ainda, o seu papel na promulgação e divulgação do novo pacote de leis da imprensa, assunto abordado no I Congresso realizado em Bissau, em Julho de 2011.

Um dos pontos chaves que constam da Agenda do Sindicato refere-se à atribuição da **Carteira Profissional** que durante muito tempo foi da responsabilidade da Associação de Jornalistas da Guiné-Bissau, que deixou de funcionar.

Sedeado em Bissau o SINJOTECS está associado a várias organizações internacionais, nomeadamente: a Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa (FJLP) (criada em 2009), da qual é vice-presidente; a União de Jornalistas da África Ocidental (UJAO);

a União de Jornalistas da África (UJA)⁵², da qual é membro fundador; e a Federação Africana de Jornalistas (FAJ).

Nas parcerias de cooperação sobretudo em áreas de formação destacam-se: UNESCO, PNUD, UE, SNV, SWISSAID, França, EUA, e Canadá. Com a UNIOGBIS a cooperação tem sido crescente, sobretudo, na formação e no seguimento e monitoramento dos processos eleitorais.

Na sequência do golpe de Estado de 12 de Abril, o SINJOTECS denunciou a perseguição de que os jornalistas estavam a ser alvos. Responsabilizou o Comando Militar pela segurança e vida dos jornalistas, acrescentando que a insurreição armada tinha vindo a contribuir para a limitação da liberdade de Imprensa no país, apontando casos de perseguição e de censura instalada.

De referir por último que o Código de Conduta Eleitoral para os Órgãos de Comunicação Social⁵³ foi aprovado e adotado no 1º Congresso da SINJOTECS em Agosto de 2011. Este documento serviu de base no trabalho de seguimento e monitoramento das eleições de 2012 feito em colaboração com a CI e a UNIOGBIS.

4.5.4 Rede Nacional das Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau (RENARC)

A dinâmica local e comunitária, pelos níveis da envolvimento criada, surtiu efeitos diversos. Um deles, e de maior impacto, foi a criação em Abril de 2001, por decisão do V Encontro Nacional de Rádios Comunitárias, da **Rede Nacional das Rádios Comunitárias (RENARC)** da Guiné-Bissau. Depois de ver aprovada os seus Estatutos (2004) ela foi legalizada em Abril de 2008.

A RENARC é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, constituída por Rádios Comunitárias, vocacionada para a coordenação, cooperação e promoção das Rádios Comunitárias e reforço do seu papel no desenvolvimento. Nos seus objetivos preconiza:

- Desenvolver e incrementar um **entendimento geral do conceito e papel** da rádio comunitária;
- Promover a utilização da rádio comunitária enquanto **modelo alternativo viável para a comunicação e instrumento** para o desenvolvimento, paz, justiça e solidariedade;
- **Promover e facilitar a cooperação e troca de informações e de experiências** entre os emissores da rádio comunitária e facilitar o seu acesso à informação técnica, científica, económica e cultural;

⁵² A Guiné-Bissau é membro fundador da UJA, criada em Kinshasa (Zaire) em 1975.

⁵³ Feito no quadro as actividades do PRO-PALOP, um projeto do PNUD, financiado na íntegra pela UE.

- **Defender os emissores da rádio comunitária** que respeitem os princípios da RENARC, quando politicamente ameaçados;
- Facilitar a **representação dos seus membros** na arena nacional e internacional e de os representar, se eles assim o pretenderem;

Entre as atividades promovidas pela RENARC destacam-se: a organização de encontros de Rádios e Televisões Comunitárias, o festival de Rádios e Televisões Comunitárias, as jornadas de formação, as visitas de estudo na região e os contactos com organizações internacionais relevantes para a sua atividade, nomeadamente com a Rede das Rádios Rurais dos Países em Desenvolvimento, Associação Mundial das Rádios Comunitárias (**AMARC**) e União e Inclusão em Redes de Rádios (**UNNIR**), entre outros parceiros tradicionais. Entre as atividades mais marcantes de apoio às Rádios Comunitárias, promovidas pela RENARC, e com o apoio da NOVIB, uma ONG Holandesa, destaca-se um curso em 2005 para 13 mulheres radialistas oriundas de diferentes estações. Tal como referido anteriormente a RENARC é constituída por Rádios Comunitárias, as quais estão obrigadas, estatutariamente, ao pagamento de quotas, embora a adesão seja feita voluntariamente. O não pagamento das quotas, pelos membros, é um dos principais problemas que afeta e debilita o funcionamento da RENARC. A organização conta com 23 rádios associadas. A enumeração dos membros da RENARC quanto à sua cobertura, constituição das equipas e fontes de financiamento é apresentada nos Quadros 7 e 8, que se seguem. 21 das RC afetadas à RENARC são propriedade de Associações ou ONG's e três são privadas.

Estes quadros, para cada uma das Rádios Comunitárias, membros da RENARC, apresenta as temáticas de Programação modelo. Escutas feitas às RC, e os inquéritos permitiram constatar que a grelha de programação e os temas indicados são na realidade assuntos de eleição ou de referência mas nem sempre abordadas na programação normal. Sofrem evidentes oscilações e muitas vezes dependem da solicitação de organizações que trabalham nessas áreas temáticas. Animação e música ocupam grande parte dos tempos de antena.

O mesmo acontece nos Quadro 9, que trata das mesmas questões relacionadas com as RC, não filiadas na RENARC. Entre elas nove pertencem a ONG's e quatro são privadas. Constata-se que as fontes, nos dois casos, não se pronunciam sobre a informação de teor político veiculada pelas RC.

As fontes de financiamento, apoio e as parcerias vão sofrendo alterações em função da evolução dos projetos e de novos acordos estabelecidos. O mesmo acontece com o quadro do pessoal como se explica neste estudo. Todas estas informações estão patentes nos quadros já referenciados (7-8-9 e 10), e a seguir apresentados.

O Presidente da REANARC é Talata Baldé e o seu salário é assumido pela ONG “AD”-Ação para o Desenvolvimento que também disponibilizou um espaço nas suas instalações no bairro de Quelele, onde funciona a sede da Organização.

Fazem parte dos Corpos Sociais: CONSELHO DIRECTIVO composto por cinco RC; um Conselho Fiscal, com três RC; Uma Mesa de Assembleia Geral, com três membros e um Conselho Consultivo de seis membros.

Dispõe de um Secretariado executivo, composto pelo Presidente e um voluntário que como o nome indica, não tem vencimento.

A RENARC não conta com um quadro de pessoal. A ligação com os órgãos comunitários é feita diretamente entre o Presidente e os órgãos. Quando as rádios precisam de apoio técnico, como em áreas de manutenção e equipamento, a Organização recorre aos serviços técnicos privados o que encarece o trabalho.

O ideal, na ótica das RC que a integram e ouvidos neste trabalho seria ela própria dotar-se de uma estrutura técnica qualificada que pudesse não só apoiar os membros associados em geradores, emissores e mesas de montagem, como inclusive proceder à formação *sur place*, para que, em cada órgão haja alguém para garantir os serviços mais elementares, designadamente a manutenção regular dos equipamentos.

QUADRO 7 - RC MEMBROS DA RENARC

Região	Radio	Propriedade	Cobertura (Hab.)	Licença Provisória	Criação (Ano)	Trabalhadores			Categorias			Financiamentos			Emissão (hr)	
						TT	H	M	Jorn.	Téc.	Admi.	Apoios	Venda de Serviços			
Bafatá	RC Bafatá	Associação local/Comite de Gestão	80.000	1988	2000	13	8	5	6	4	3	PLAN Internacional, RENARC, INFORMORAC, OSIWA, UNICEF, FNUAO, FAO, OMS			5	74
	Waklire	APALCOF	30.000	Não Tem	1997	6	4	2	3	2	1	ADIM, RENARC, FNUAP e contribuições da comunidade			5	61
Biombo	Lua Nova Qui-nhamel Emissão suspensa	Associação dos Jovens de Quinhamel	5.000	Não Tem	2003	6	5	1	4	2	0	Empresa Manuel dos Santos; AD; RENARC e comunidade local			5	91
	Cuntum Madina Emissão suspensa	Diário Antónimo Fernandes	4.000	Não Tem	2002	23	10	13	14	9	2	AD/ RENARC e comunidade Local			5	49
Bissau	Voz de Quelele	Associação dos Moradores de Quelele	30.000	1995	1995	20	15	5	15	5	1	AD, RENARC, INFORMORAC, OSIWA, UNICF, FNUAP e contribuições da comunidade			5	70
	Voz de Antula	Zacarias Banhade	10.000	Tem	2003	12	7	5	6	5	1	AD, RENARC e Associação AJUD (No Pensa Antula)			5	45
	Cidade-FM	Jovens Jornalistas-Equipa Capital e Associação de Moradores	Bairro Militar	Tem	2002	22	10	10	14	4	2	RENARC e Comunidade			5	48
Bijagos	Djan Djan	Casa de Ambiente e Cultura de Bubaque	35.000	1995	1995	15	10	5	8	5	2	UICN, RENARC, INFORMORAC, UNICEF e contribuições da comunidade			5	31,5
	Kossena EMISSÃO SUS-PENSA	Associação dos Filhos de Formosa	30.000	Tem	2005	7	4	3	4	3	0	AD/ RENARC e comunidade local			5	36
Cacheu	Balafor	União de Pequenos Agricultores de Ingoré	20.000	Não Tem	2001	15	12	3	10	5	1	AD/ RENARC e contribuições da comunidade			5	15
	Eva	Casa do Ambiente e Cultura de Suzana	8.000	2002	2002	18	10	8	9	6	3	AD, RENARC, INFORMORAC e contribuições da comunidade			5	91
	Kassumai	Associação Comunitária "Rádio Kassumai"	60.000	1995	1995	21	15	6	12	8	1	AD, RENARC, UNICEF, OSIWA, INFORMORAC e contribuições da comunidade			5	14
	Tititjene	Missão Católica de Suzana	8.000	Não Tem	1996	6	4	2	2	2	2	Missão Católica de Suzana			N.d	84
Viva de Bula	Uler Abaand	Cooperativa Agrícola dos Jovens Quadros de Canchungo (COA/IOQ)	80.000	Tem	2006	10	6	4	4	3	3	AD			5	14
	Viva de Bula	Associação dos Jovens Unidos de Bula (AJUB)	600	Não Tem	N.d	12	10	2	7	3	2	Missão Católica, AD, RENARC, AJUB e contribuições da comunidade			5	14

Região	Radio	Propriedade	Cobertura (Hab.)	Licença Provisória	Criação (Ano)	Trabalhadores				Categorias			Financiamentos		Emissão (hr)
						TT	H	M	Jorn.	Téc.	Admi.	Apoios	Venda de Serviços		
Gabú	Colinas de Boé	Comunidade do Boé, com a co-gestão da Divutec e ICCO	12.000	Não Tem	2004	8	6	2	6	2	2	DIVUTEC e ICCO		N	42
	RC Gabú (Emissão Suspensa)	Associação de Desenvolvimento	20.000	Não tem	N.d	30	22	8	18	8	4	REDECO; OSIWA e contribuições da comunidade		S	42
	Sintcha Occo	Centro de Formação e Informação para o Desenvolvimento	60.000	Não Tem	2000	22	13	9	12	6	4	FENU/PNUD, UNICEF e contribuições da comunidade		S	98
	Voz de Algodão de Gabú	Adul Si	3.000	Não Tem	2004	15	12	3	9	4	2	Comunidade local		N	84
Oio	Djalicunda	KAFO (Federação Camponesa)	90.000	S	2001	7	4	3	5	2	1	SWISSAID, RENARC, REDECO/OSIWA, INFORMORAC e contribuições da comunidade		S	66
Quinara	Papagaio	Associação dos Amigos da Natureza (AMIN)	67.000	2002	2002	14	8	6	8	4	2	UICN, AD, RENARC, INFORMORAC e Cooperação Espanha, OSIWA, RFI, Voz de Alemanha		S	28
Tombali	Forrea	União dos Filhos de Mampatá Forrea	500	Não tem	2000	10	7	3	4	4	2	AD/RENARC e contribuições da comunidade		S	21
	Lanpam	Associação dos Jovens Agricultores de Lemberém (AJAJ)	40.000	1996	1999	12	12	0	8	3	1	AD, RENARC, INFORMORAC e contribuições da comunidade		S	35

Fonte: RENARC http://renarcadibissau.org/?page_id=12 (Consultado em Fevereiro 2013 e atualizado mediante dados recolhidos pelo Estudo)

QUADRO 8. TEMÁTICAS PROGRAMAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS MEMBROS DA RENARC

Região	Rádio	Inform.	Agri.	Pesca	Ambiente	Saneamento Básico e Saúde	Educação	Desporto	Direitos Humanos / Gênero	Religião	Humor	Espaço Jovem	Espaço Cultural	Espaço Infantil	Opinião	Dedicatórias	Outros
Bafatá	RC Bafatá	X				X	X	X				X	X	X		X	X
	Wakilare		X		X	X	X	X				X	X	X		X	
Biombo	Lua Nova de Quinhamel SUSPENSEA)				X	X							X	X	X	X	
	Cuntum Madina	X			X	X	X		X			X		X	X	X	X
Bissau	Voz de Quelele	X			X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	
	Voz de Antula	X			X	X	X		X								
	Cidade-FM	X			X	X	X		X	X			X	X	X	X	
Bijagos	Djan Djan	X	X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	
	Kossena	X	X	X	X	X			X				X			X	X
Cachéu	Balafo		X			X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
	Eva		X	X	X	X		X						X		X	
	Kassumai		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	
	Titidjene				X	X			X				X	X		X	
	Ujer Aband		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Gabú	Viva de Bula		X			X	X	X	X				X			X	X
	Colinas de Boé		X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	
	Gabú					X	X	X								X	
	Sintcha Occo					X	X	X	X	X	X	X				X	
	Voz do Algodão					X	X		X	X				X		X	
Oio	Djalicunda		X	X	X	X	X	X	X	X				X	X	X	
	Papagaio		X	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X
Tombali	Forrea		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X
	Lamparam		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	X

QUADRO 9. RC NÃO ASSOCIADAS À RENARC (Das 12 RC não vinculadas à RENARC, nove pertencem a ONG's/Associações e outras quatro são privadas)

Região	Radio	Propriedade	Potencia Instalada	Cobertura (Hab.)	Licença Provisória	Criação (Ano)	Trabalhadores			Financiamentos		
							TT	H	M	Téc.	Admi.	Apóios
Bafatá	R.Transfronteiriça de Sankorfa	Associação de Jovens Promotores de Paz e Compreensão de Cambadju	300W	90Km	Sim	2011	15	12	3	3	0	AIDA – ACPP
	RC Nova Quinhamel	Julio Cá	100W	Cobre R. Biombo	Não	2012	5	3	2	0	0	Comunidade
Biombo	N'Djerapa Cò	Associação N'Delugan	40W	Cobre R. Biombo	Sim	2000	14	12	2			Comunidade
	Rádio C. Bijagós	Projeto FASPEBI Padre Luigi S.	1000W	Arquipélago de Bijagós	Sim	2005	10	9	1		0	UNICEF e Mon ku Mon
Bijagós	Okinka Pampa	Parque Nacional de Orango/ IBAP	1000W	Cobre Arquipélago	Sim	2010	10	5	5	3	0	IBAP, Parque Nacional de Orango, ENDA
	Fala di Urok	Associação Comunitária e Tiniguena e IMVF		Formosa Nago e Tchediã	Sim	2010						Tiniguena, IMVF
Oio	R.C. Corânica	Associação Ahulul Fahaha	250W	40 Km	Sim	2007	15	10				OMS,UNICEF, Min. Saúde, PNUD, Voz Di Paz e FNUJAP
	Rádio C. Begene	ALTERNAG	250W	Begene	Sim	2007	29	26	3			Alternag, Plan, AIDA, CNE, e Rádio Sol Mansi
Cacheu	TVC Bagunda	Associação Comunitária	-	60 a 70 Km	Sim		7	5	2			-
	Rádio C. Babock	Bombolom, Gongai	250W	Região de Cacheu	Sim	2006	15	8	5			CONGAI E BOMBOLOM
Gabú	Rádio C. Pitche	Associação Comunitária de Pitche	5W	10Km	Sim	2004	15	10	5	1	1	A.C.Pitche, Rádio Sol Mansi, Voz di PAZ e rádio Sintcham Occo.
	Gandal	Associação Comunitária de Gabu	1000W	Região Leste	Sim	2008	25	20	5			Plan, OMS, DIVUTEC, ADIC NAFAIA e Voz di Paz

QUADRO 10. ÁREAS TEMÁTICAS DAS RC NÃO ASSOCIADAS À RENARC

Região	Radio	Informação	Agricultura	Pesca	Ambiente	S. Básico Saúde	Educação	Desporto	Direitos Humanos Gênero	Religião	Humor	Espaço Jovem	Cultura	Infantil	Opinião	Dedicatórias	Outros
Bafatá	RT Sancela	X	X		X				X						X	X	X
	RC Nova Quinhamel	X	X	X	X	X	X	X					X		X	X	X
Biombo	N'Djerepa Có	X	X	X	X	X	X	X	X			X			X	X	
	Cidade FM Emissão suspensa	X			X	X	X	X	X							X	
Bijagós	Rádio Urok	X	X	X	X	X	X		X				X			X	X
	Bijagós	X	X	X	X	X	X	X	X						X	X	
	Okinka Pampa	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X		X		
Cacheu	Rádio C. Begene	X				X	X		X					X			X
	Rádio C. Babock	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
Gabu	Pitche	X	X		x	X	X			X		X	X		X	X	
	Gandal	X			X	X				X	X		X		X	X	X
Oio	Corância						X	X	X	X		X	X	X	X	X	X

4.5.5 Iniciativa de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias (INFORMORAC)

A INFORMORAC foi uma iniciativa da Rádio holandesa (RNTC), um centro de excelência no domínio dos meios de comunicação social, do desenvolvimento e da educação. A INFORMORAC, presente no Senegal, Serra Leoa, Guiné-Conacri, Libéria e República Democrática do Congo e Guiné-Bissau, trabalha com parceiros locais e colaborava com outras agências de apoio aos meios de comunicação social e com autoridades locais. O financiamento das suas atividades provém do governo dos Países Baixos e era gerido pelo seu Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Criada na Guiné-Bissau, em Junho de 2004, a INFORMORAC tinha a sua sede em Bissau e durante mais de seis anos, protagonizou um dos capítulos mais marcantes no reforço da capacidade das Rádios Comunitárias. Focada na capacitação, incidiu a sua atividade na formação especializada de técnicos, mas também na realização de seminários sobre a área temática, e no apoio institucional e material decisivo ao funcionamento das RC's.

A INFORMORAC conseguiu estabelecer uma boa articulação com a RENARC em várias áreas, em particular na organização do Festival de Rádios Comunitárias, formação de formadores em rádio e no intercâmbio e visitas de estudo a países-vizinhos. Foi também responsável pela formação de formadores da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), na área de comunicação. O financiamento neerlandês terminou em 2011. A não concretização de novas parcerias e a deterioração dos equipamentos conduziu à suspensão e posteriormente ao encerramento das suas atividades como já salientado neste trabalho.

4.5.6 Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS)

O Conselho Nacional de Comunicação Social é um Órgão independente que vela pela liberdade de imprensa e pelo direito à informação. Funciona junto da Assembleia Nacional Popular que lhe confere a posse. Os seus membros são inamovíveis durante a vigência do seu mandato.

É incumbência do Conselho Nacional de Comunicação Social assegurar: o exercício do direito à informação e à liberdade de imprensa; zelar pela independência dos órgãos de comunicação social perante os poderes políticos e económico; contribuir para garantir a independência e pluralismo de cada OCS; garantir os direitos de antena, de resposta e de réplica política; salvaguardar a possibilidade expressão e confronto através dos meios de informação, das diversas correntes de opinião e providencia pela isenção, rigor e objetividade da informação.

É presidido por um magistrado, designado pelo Supremo Tribunal de Justiça que preside e constituído por:

- três membros eleitos pela ANP, de acordo com o método que esta definir;
- dois membros designados pelo Chefe de Estado;
- um jornalista designado pela Associação de Jornalistas da Guiné-Bissau;
- dois representantes dos órgãos de Comunicação Social, sendo um setor público e ou outro do privado.

Entre si, os membros do CNCS escolhem o Vice- Presidente e o Secretário.

No pacote de leis aprovado pelo Parlamento e que aguarda promulgação do Chefe de Estado consta um diploma que vai dar uma maior possibilidade para cumprir os objetivos para que foi criado. Uma das suas fragilidades advém do facto de ter que partilhar as suas competências com o governo, sempre que este se interessar por um dossiê ou assunto. Há competências que são lhe são oficialmente atribuídas, mas que na prática são assumidas pelo governo.

Ao contrário que a lei sugere, na realidade o parecer do CNCS, não é vinculativo. A situação poderá melhorar com os novos estatutos que segundo um dos seus membros, Ricardo Semedo foram redigidos a pensar num melhor serviço junto dos média. Segundo Semedo, o CNCS passará a dispor de um setor administrativo e outro técnico para que as questões substantivas ligadas à comunicação social sejam dirimidas e resolvidas à luz das normas estabelecidas.

O CNCS conseguiu ultrapassar as suas insuficiências, na esfera das parcerias e estabeleceu uma base de entendimento com a SINJOTECS, Casa de Imprensa, CNE e a PRO-PALOP, que permitiu fazer o monitoramento das últimas eleições. Ricardo Semedo defende que havendo a modernização das leis que regem o CNCS, o país terá um órgão mais atuante em prol de uma comunicação justa e funcional.

4.5.7 Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau

A Ordem dos Jornalistas, recentemente criada (2012), afirma-se Instituição representativa dos seus associados em matéria de direitos, prerrogativas e interesses profissionais que não sejam sindicais, designadamente, em conformidade com os seus Estatutos, as disposições legais em vigor e demais normas aplicáveis ao exercício da atividade jornalista.

Um dos problemas que se colocam a esta Instituição, como já foi referido, é ser contestada pelas organizações já existentes, nomeadamente a SINJOTECS e a Casa de Imprensa que põem em causa todo o processo conducente à sua criação razão porque afirmam não se rever nela e como tal não a reconhecem. De acordo com estas duas organizações, não é conhecida qualquer atividade da Ordem desde que anunciou a sua criação.

Entretanto esta Organização na voz do seu Bastonário, o jornalista António Nhaga rejeita a acusação e diz ter cumprido as formalidades previstas na lei e trabalhar respeitando a lei em vigor. Ouvida a Direção Geral da Comunicação Social, o seu Diretor-Geral asseverou só ter tido conhecimento da Ordem, através de notícias veiculadas por alguns órgãos.

4.5.8 Estruturas do Governo ligadas à área da Comunicação Social

4.5.8.1 Autoridade Reguladora das Tecnologias de Informação e Comunicação - ARN

Criada pelo Decreto nº 5 de 2010, à Autoridade Reguladora das Tecnologias de Informação e Comunicação (ARN) compete a promoção, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação na Guiné-Bissau. Um conjunto de 128 artigos define, qualifica e atribui competências ao ARN que entre outras tarefas, gere e vela pela atribuição e uso das frequências. Em resumo, são competências da “ARN”:

- Promover o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação no país mediante a definição de um quadro jurídico adequado de acordo com as exigências da liberalização e da concorrência.
- Promover e dar ênfase ao papel das tecnologias de informação e comunicação como instrumento fundamental do desenvolvimento económico e social.
- Criar condições favoráveis à emergência e desenvolvimento dum setor concorrencial das telecomunicações e facilitar o acesso a estes serviços a melhores preços;
- Promover inovações de tecnologias e o uso de tecnologia para as comunicações.

As definições da lei que criou a ARN encontram sustentação num conjunto de 23 itens que regulamentam o acesso (universal) e demais clausulas ordenadoras.

Recentemente a ARN voltou a colocar na agenda do dia a questão da Instalação dos Filtros Harmónicos, por parte das rádios, alegadamente para impedir a continuidade de sobreposição de frequências que acaba por anular muitas estações, sobretudo aquelas que possuem menos capacidade instalada.

A “ARN” substituiu o extinto **Instituto das Comunicações da Guiné-Bissau** que tinha sido criado a 20 de Agosto de 1999. Tem personalidade jurídica com autonomia administrativa e financeira, mas é tutelada por um membro do governo desta área.

São órgãos da ARN: - O Conselho de Administração; - O Revisor de Contas; - O Conselho Técnico;- O Conselho Consultivo. O Conselho de Administração é composto um Presidente e dois Vogais devendo cada um deles ter a qualificação nas áreas - Técnica; Jurídica e Económica.

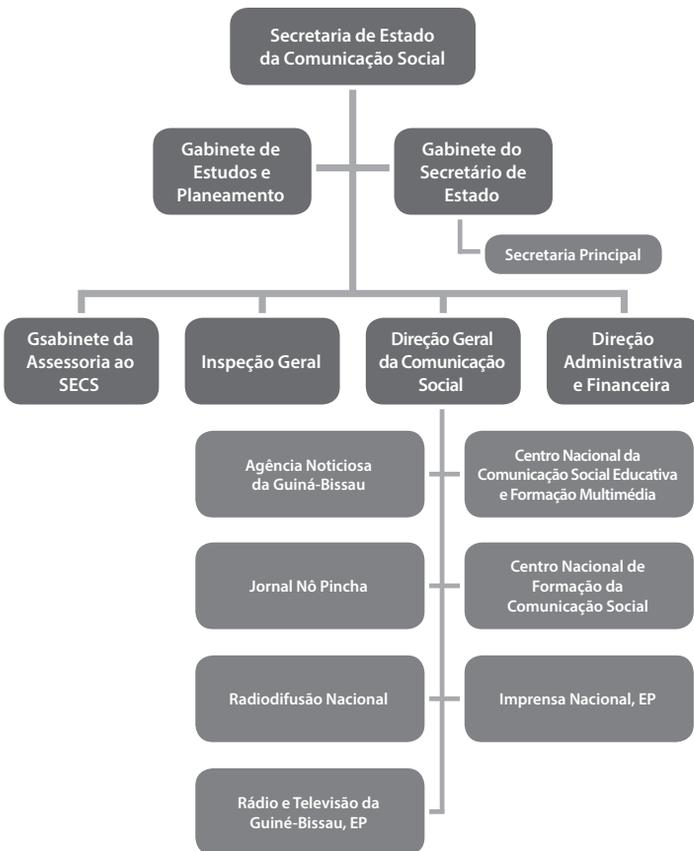
4.5.8.2 Estrutura governamental para a Comunicação Social

Existe uma Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) da qual dependem organicamente todas as estruturas e órgãos de comunicação social públicos.

No organigrama que inserimos na página seguinte figuram já o Centro de Comunicação Social Educativa e Formação Multimédia e o Centro Nacional de Formação da Comunicação Social que devem iniciar as suas atividades no próximo ano (2014) caso esta opção seja aprovada pelo Conselho de Ministros.

Na presente estrutura organizativa do governo de transição, a coordenação dos OCS e os Centros de Formação é feita pelo diretor geral da comunicação Social. O Secretário de Estado da Comunicação Social depende diretamente do Ministro da Presidência, da Comunicação Social e Porta-voz do Conselho de Ministros.

Este organigrama, segundo o depoimento do DG da Comunicação Social está a ser testado, mas será somente oficializado e implementado com a aprovação da nova lei orgânica da SECS.



5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

Este capítulo coloca em evidência os dados registados, durante a fase de auscultação e questionários e que se constituíram na fonte principal da caracterização e diferenciação dos “OCS”.

Como se explica no Capítulo-2, a informação aqui disponibilizada resulta da aplicação de 12 questionários/inquéritos diferentes junto de um grupo de diretores e seus mais diretos colaboradores, mas também das entrevistas e conversas informais com o universo multifacetado dos declarantes ouvidos, nomeadamente ex. diretores, editores e jornalistas seniores e ardinas e um grupo de declarantes que estiveram ligadas a diferentes fases da vida da comunicação social no país. Do universo coberto, resulta um total de 52 órgãos guineenses de comunicação social, inquirida além de organizações profissionais, área em que três deles, pela proximidade e ligações mereceram, tratamento diferenciado como se pode constatar pelo diagnóstico feito.

Para melhor se entender as particularidades do presente foram ainda utilizadas como elementos comparativos, algumas publicações, da fase do monolitismo e do período da abertura política.

Numa primeira fase destaca-se o diagnóstico de cada um dos órgãos de comunicação social auscultados. Merecerão igualmente particular atenção, três Organismos profissionais ligados aos OCS, a Casa de Imprensa (com um estudo especial) a RENARC e o SINJOTECS:

- Rádio pública (1)
- Rádios privadas (5)
- Televisão nacional (1)
- Imprensa escrita (4)
- Agência de Notícias (1)
- Rádios Comunitárias (35)
- Rádios Locais (1)
- Televisões comunitárias (4)
- Casa da Imprensa
- RENARC
- SINJOTECS

Uma análise dos problemas e constrangimentos comuns aos vários órgãos de comunicação social, preenche segunda fase deste trabalho.

5.1 Rádio Pública

5.1.1 Rádio Difusão Nacional – RDN (91.5/104.0 FM)

Localização e Chefia

A Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau (RDN) foi criada em Bissau em 1974. Inicialmente instalada no edifício dos CTT (Correios Telégrafos e Telefone) na Av. Amílcar Cabral passou depois para a avenida Domingos Ramos junto às instalações da Marinha de Guerra. Emite das 6H00 às 24H00 diariamente. O novo diretor nomeado na sequência do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012 é o jornalista Carlos Nhafé e o diretor de Antena, Nilson Mendonça.

Estúdios, Emissores e Cobertura

Nesta fase, a RDN cobre 80 por cento do país. Possui três estúdios semidigitais, cada um equipado com dois computadores de secretária, uma consola e equipamentos conexos. Dois são de emissão e um de gravação. Os emissores de Bissau têm uma potência de 500W; O Centro Emissor de Nhacra que retransmite as emissões de Bissau tem capacidades instaladas de – 3,5 e 2 KW; Gabu - 3,5KW; Catió – 15KW. Dois serviços de manutenção, alta e baixa frequência são coordenados pela direção técnica.

Redação, Informação e Línguas

A redação conta com quatro computadores de secretária e um computador portátil.

A RDN trabalha com 15 línguas nacionais: português, crioulo, fula, balanta, susso, mancanha, papel, bijagó, felupe, mandinga, manjaco, beafada, balanta mané, pajadinca e nalú. Os serviços informativos das 7 às 10 são de hora a hora, depois os grandes blocos, às 13H00; e 20H00 em português e às 15h00 em crioulo. Das 15H00 às 18h00 são os serviços informativos nas demais 13 línguas nacionais.

Cooperação

Tem programas de cooperação com a RFI- *Radio France International* e com a RDP – Radiodifusão Portuguesa. A RDN pretende implementar projetos de instalação de emissores em Bafatá, Buba, Farim, Cacheu e Canchungo, para garantir uma cobertura do país a 100 por cento e penetração nos países limítrofes tendo por fito a diáspora guineense. O financiamento ainda não está garantido.

Género, Formação e Salários

Dos 101 trabalhadores, 20 são mulheres. Da totalidade, 10 possuem estudos superiores, 14 cursos médios; 57 profissionais, sendo que 35 destes possuem o ensino secundário e 22, fizeram a 10^a classe. Embora não possuam um departamento de formação, a direção técnica, pontualmente dá formação aos técnicos e operadores. Oito técnicos foram formados na área da gravação, edição e digitalização. Salários pagos com a verba inscrita no OGE atingem 110.971,000CFA. Os serviços arrecadam com anúncios, recados e comunicados uma verba anual de 13.000.000 de CFA. Para o próximo ano tem estimado um orçamento de 450.037.572CFA.

Manutenção e Equipamento

Possui dois serviços de manutenção, sendo um de “BF” (baixa frequência) outro. “HF” (alta frequência). Estas duas unidades servem para reparação, conservação e manutenção do equipamento mas também para fazer formação e reciclagem do pessoal técnico afeto à estação. Os serviços da rádio são garantidos por uma viatura.

Necessidades em formação

Jornalismo de rádio: técnicas, géneros, locução e apresentação, condução e moderação de debates;

Administração: gestão, contabilidade, marketing

Arquivo e documentação: técnicas de registos, arquivo e documentação

Emissores: formação de técnicos na área de manutenção

Necessidade em material e equipamento:

Redação: computadores e servidor

Emissores: formação de técnicos na área de manutenção

Arquivo histórico: aparelhos e material para recuperação e organização dos registos feitos em banda magnéticas (bobines).

5.2 Rádios Privadas

5.2.1 Rádio Pindjiguiti (95.0 FM)

Localização e Chefia

Pindjiguiti, a primeira rádio privada propriedade do Jornalista José Rodrigues Santy foi criada a 4 de Maio de 1995. Localizada no Bairro da Ajuda (1ª fase). Face aos acontecimentos de 12 de Abril que obrigaram ao fecho temporário das rádios e tendo a estação enfrentado alguns problemas pelo conteúdo veiculado após o reinício das suas emissões, a sua administração decidiu a 18 de Abril pela suspensão das emissões, o que durou até Dezembro último e a suspensão do diretor. Uma comissão de cinco membros coordenada pelo jornalista Alfredo Gomes e integrada por Onésimo Figueiredo, Vladimir Injai, Nicásio Pereira e Adalziza da Costa passou a gerir provisoriamente a estação, que tem em Lassana Cassama e Bacar Demba, os supervisores.

Redação, Informação e Línguas

Possui seis blocos noticiosos, quatro em português, e dois em crioulo. Apresentam várias reportagens ao longo de cada emissão, além de entrevistas e debates. Nos programas de animação privilegiam a interatividade com os ouvintes. Desde a reabertura a emissão vai das 6h00 às 23h00 e não tem acordos estabelecidos. Limita-se a prestar serviço, cedendo tempo de antena a qualquer interessado desde que pague. Os temas e assuntos só são “filtrados” quando ferem o Estatuto Editorial em vigor desde 1995. Qualquer político, empresário ou outros, pode requerer um tempo de antena, que tanto pode ser de escassos minutos, como durar horas seguidas.

Estúdios, Emissores e Cobertura

Emite em duas línguas, português e crioulo das 5H00 às 24H00. Conta com dois estúdios de gravação equipados com computador, mesa de mistura e um de emissão com computador. Possui dois emissores, cada um de 1000W mas só trabalham a 900W cobrindo atualmente menos de 70 por cento do país. Não possui departamento de manutenção. Em casos de avaria do equipamento contratam técnicos. Possui um computador em cada estúdio equipado com mesa de mistura e microfones.

Género, Formação e Salários

Há sensivelmente um ano que os trabalhadores não auferem salários que vão de 30.000 a 100.000XOF, decorrente de uma dívida acumulada que a administração não sabe como resolver. A publicidade, anúncios, e comunicados perderam expressão no último ano e deixaram de ser uma fonte de receitas que ajudava e fazer face às despesas de funcionamento. Dos 26 trabalhadores, seis são mulheres. Um tem estudos universitários, 24 têm o 11º ano e um menos de 10º ano.

Manutenção e Equipamento

Não possui departamento de manutenção. Em casos de avaria do equipamento contratam técnicos. Fazem formação local para o pessoal numa média de duas formações por ano. Possui um computador em cada estúdio, equipado com mesa de mistura e microfones. Também não dispõe de meios de transporte. Cada jornalista usa o seu próprio gravador.

Necessidades de Formação e Material

As necessidades de formação indicadas para redatores e repórteres incluíram: técnicas de redação, géneros, informática, arquivo e documentação, administração, *marketing*. Foi também diagnosticada a necessidade de apoio material e de equipamento, incluindo gravadores de reportagem.

Cooperação

Contrariando a linha condutora de um passado recente, hoje, só mantém pequenas parcerias na área de prestação de serviços.

5.2.2 Rádio Bombolom (106.2-FM)

Localização e Chefia

Esta rádio privada foi criada pelo jornalista Agnelo Regalla a 2 de Setembro de 1995 em Bissau, na Av. das Nações Unidas. A direção é constituída por um diretor de Antena, o jornalista, Zique Choabi e por um administrador Tchernó Djaló.

Redação Informação e Línguas

Apresenta diariamente quatro blocos noticiosos em português e crioulo. Dois debates temáticos sobre política nacional proporcionam uma subida de audiência. Face às dificuldades financeiras que enfrentam hoje foi drasticamente diminuído o tempo de emissão para 15 horas diárias, das 7H00 às 22H00. A redação dispõe de 3 computadores e três secretárias. A direção admite ter de diminuir ainda mais o tempo de emissão para assim diminuir as despesas de funcionamento. As reuniões internas são trimestrais.

Estúdios Emissores e Cobertura

Cobre a quase totalidade do país, 80 por cento com um emissor de 1KW. Possui 3 estúdios equipados com um total de 4 computadores, 1 mesa de mistura, 1 leitor duplo CD Pitch e 1 recetor FM. Os registos magnéticos são guardados em K7 e CDS. A redação dispõe de 4 computadores.

Cooperação

Um acordo com a Rádio Voz da Alemanha permite a Bombolom transmitir diariamente o noticiário desta rádio em língua portuguesa. Mantém uma cooperação e troca de serviços com a RC Babock de Canchungo.

Género, Formação e Salários

O quadro do pessoal regista 20 elementos sendo três mulheres. Dois elementos possuem formação universitária; cinco concluíram cursos médios; 11 finalizaram o nível secundário; e dois terminaram a 10ª classe, um terminou um curso profissional. Os salários vão de 35.000xof a 100.000XOF. As necessidades em formação compreendem diferentes áreas: gestão de órgãos de comunicação; técnicas de jornalismo - redação, reportagem, animação de cabine, condução e moderação de debates, entrevistas edição manutenção de equipamentos.

Necessidades de Material e Equipamento

Quanto a equipamento e material regista-se a falta de um emissor completo; um estúdio completo; computadores c/ acessórios, gravadores p reportagem; três aparelhos de ar condicionado; um grupo eletrogéneo, peças sobressalente para manutenção de equipamentos. A Bombolom dispõe de uma viatura mas que se encontra avariada.

Conteúdos e temas

Nas emissões da Bombolom assiste-se a um pendor elevado de temas de natureza política tanto nas notícias, como nos programas e debate. Depois, bem à distância surgem outros conteúdos.—

5.2.3 Rádio Sol Mansi (90.0/101.8FM)

Localização e Chefia

Esta Estação privada, propriedade da igreja católica, criada a 14 de Fevereiro de 2001 tem a sua localização na avenida, Combatentes da Liberdade da Pátria, na Cúria Diocesana em Bissau e é dirigida pelo Padre David.

Estúdios Emissores e Cobertura

Tem uma capacidade instalada de 8.500W, repartida pelos emissores de Bissau – 1.000W; Mansoa - 4.000W; Bafatá – 2.000W, Gabu – 500W e Canchungo – 1.000W. Com esta potência garante cobertura integral do país durante 16H30, das 6H30 às 23H00. De início a SM só emitia com um emissor de 60W, num raio de 20km. Conta com três Estúdios, situados Bissau, Mansoa e Bafatá, sendo que cada um deles dispõe de duas mesas de mistura, dois computadores, quatro microfones, aparelhos para

receber chamadas telefónicas, ponte Rádio para retransmitir o sinal dos outros estúdios, leitores DVD e cassetes. Em Gabu e Canchungo, conta ainda com dois retransmissores. O estúdio de Bissau faz a diferença com 10 computadores instalados, uma impressora e um servidor. Para garantir a operacionalidade destes equipamentos e prolongar o seu tempo de vida a SM adquiriu aparelhagem e instrumentos adequados para a manutenção regular. Toda a produção radiodifundida é gravada e guardada no servidor de cada estúdio. No final de cada ano, é feita uma cópia em DVD, enquanto se perspetiva a criação de um Arquivo Histórico.

Formação e Cooperação

Se o acento tónico é posto na formação e organização, a cooperação e as parcerias, ocupam também uma parcela chave. Desenvolve ações com sete RC, Associação Voz de Paz e agências das Nações Unidas, Cáritas Alemã, FEC, LVIA, Fundação Pro Dignitate, além claro está da própria Igreja e várias pequenas organizações. Um formador contratado em Portugal por períodos de quatro meses ao ano, desloca-se a Bissau e com apoio de uma equipa de seis pessoas, desenvolve os programas de treinamento e reciclagem. O formador e os formando fazem sempre a avaliação das formações.

Pessoal, Género, Orçamento e Salários

São os parceiros que acabam por contribuir para a existência de um Orçamento. 20 por cento provém da publicidade e outros 5 por cento, de anúncios e comunicados. O restante são contributos de parceiros da própria Igreja. O quadro de pessoal é de 33 trabalhadores, dos quais, 15 jornalistas e 10 operadores. Do total de colaboradores, 10 são mulheres. Neste universo, quatro têm estudos universitários; 25 concluíram o 12º ano e os restantes não chegaram a concluir a 10ª classe. Os salários vão de 80.000 a 130.000XOF, consoante as categorias. A secção administrativa e contabilística é dirigida por um quadro com formação superior na área. Note-se que 70 por cento do espaço de antena é vendido para programas formativos. SM tem 40 correspondentes e colaboradores em todo o país que asseguram a cobertura nacional dos acontecimentos.

Redação, Linha Editorial e Conteúdos

A linha editorial segue os valores da estabilidade e paz na sociedade guineense, reforço do diálogo, inter-religioso, defesa e promoção dos direitos humanos, uma informação rigorosa e independente, promoção da cidadania, livre expressão cultural, e o respeito pelas leis do Estado.

Diariamente às 8H30 decorre uma reunião da Redação para avaliação dos trabalhos feitos e para programar a agenda. A direção reúne-se uma vez por mês e anualmente há uma assembleia com todos os funcionários. Promoção do género, direitos da criança, saúde, educação, cultura, desporto e religião (católica, evangélica e muçulmana)

são os temas predominantes na grelha de programação. Proporciona aos ouvintes oito serviços noticiosos ao dia, um desportivo, e retransmite os noticiários da Radio Vaticano e da Radio ONU. Aos domingos transmite o serviço religioso. 90 por cento dos trabalhos são feitos em crioulo, 8 por cento em português. As campanhas de sensibilização são feitas noutras línguas nacionais.

Necessidades e Carências

Entre as necessidades destacou: fraco domínio das línguas (português, francês e inglês); falta de formação jornalística específica em áreas como a política, economia, sociedade e desporto. O jornalismo de investigação foi outra das lacunas detetada no trabalho dos jornalistas bem como a ausência de um Arquivo de som e em gestão de sites, blogs. Nas dificuldades inventariadas, a estação aponta o problema da sobreposição de umas rádios por outras (filtro harmónico) e a falta de equipamento e peças de reposição no mercado local. Apontou também a recorrente necessidade de importação de tudo.

Desde a sua criação só se viram obrigados e interromper a emissão, uma vez, no dia 12 de Abril de 2012, com o golpe de Estado. O serviço de transporte e deslocação é garantido por duas viaturas.

Conteúdos e Temas

Sociedade paz estabilidade, diálogo inter-religioso, direitos humanos, cultura são os principais conteúdos e temas abordados na programação.

Projetos

A Radio Sol Mansi começou emitir através do seu site na internet (www.radisolmansi.org) nos inícios de 2012. O site inclui vários serviços: emissão on line, notícias diárias, informações gerais sobre a radio, grelha da programação. Alguns programas podem ser descarregados (podcast). De acordo com a direção da Rádio, têm uma boa audiência sobretudo dos guineenses na diáspora. Todos os dias a RSM recebe mensagens dos ouvintes no mundo, seja através do seu email ou dos contatos pessoais (sms, facebook e outros meios) dos vários apresentadores de programas. Há quem faça chamadas em direto durante os programas interativos. Embora a RKSM não tenha fundos para investir nesta área, segundo o diretor de estação os resultados são já satisfatórios e ultrapassam a expectativa.

A "SM" pretende transformar os Estúdios de Mansoa em Rádio Escola em parceria com uma instituição norte-americana. Conta à partida com um financiamento parcial por parte da ONG Pro Dignitate no valor de 200.000€.

5.2.4 Rádio Nossa (98.9FM)

Redação e Chefia

Fica situada na Av. dos Combatentes de Liberdade da Pátria junto ao Bairro de Ajuda em Bissau. Foi criada pela Igreja Universal do Reino de Deus em 2005. É dirigida pelo Diretor de antena Leopoldo Rodrigues e um administrador, Jean Carlo C. dos Santos. Apresentam três blocos noticiosos diários em português e crioulo, as duas línguas de trabalho. O acesso à net e serviços de escutas a rádios nacionais e internacional são as fontes para a preparação da informação produzida.

Estúdios, Emissores e Cobertura

Dispõe de dois estúdios, um de gravação e outro de emissão. Conta com dois emissores de 1.000W cada um, o que garante uma cobertura nacional durante as 18 horas diárias de emissão.

Cooperação e parcerias e publicidade

Não existe qualquer programa de cooperação ou de parceria. Entretanto arrecadam em publicidade uma média de 12 milhões de XOF por ano, proveniente de anúncios e programas patrocinados.

Temas e Conteúdos

Para além de uma ampla informação geral com tónica em assuntos nacionais, predominam temas e assuntos religiosos seguidos de outros de carácter social, entretenimento e lazer.

Pessoal, formação, salários e género

O quadro geral de trabalhadores regista 24 elementos, sendo três mulheres. Dos quadros, quatro tem cursos médio, um concluiu um curso profissional, 14 fizeram o 11º ano e três o 10º. Gastam mensalmente 1.228.000XOF em salários.

Equipamento e material instalado

Uma consola; três microfones, dois computadores; um filtro harmónico e dois emissores

Formação e Manutenção

Não dispõem de formação local, mas contam com um serviço de manutenção e de apoio que vela pela funcionalidade do equipamento instalado.

Organização Interna

São feitas duas reuniões diárias em que participam a direcção, redação, programação e *marketing*.

Do ponto de vista administrativo apresenta uma estrutura composta por um diretor-geral; um administrador, um diretor de *marketing* e um financeiro. Todos os anos produzem um relatório contabilístico.

Projetos

Têm prevista a montagem de novos emissores e retransmissores regionais

Necessidades e Formação

Avançam com necessidades de formação nas seguintes áreas: técnicas de jornalismo e operadores de estúdio.

Necessidade em equipamento

Foram identificadas as seguintes necessidades: computadores, UPS, mesa de mistura e materiais de escritório.

5.2.5 Rádio Jovem (102.8 FM)

Localização e Chefia

Esta rádio privada temática pertence à Rede Nacional de Associações Juvenis (RENAJ) foi criada em 2005, tem as suas instalações em Bissau, no bairro de Cuntum. Os departamentos que constituem este órgão são: Administração, Direção de Antena, e Redação. É dirigida pelo diretor de Antena o jornalista Braima Darame. Emite em período único das 07H00 às 24H00.

Estúdios, Emissores e Cobertura.

Possui um estúdio equipado com três computadores, uma mesa de mistura, cinco microfones, e três auscultadores. Tem instalado um emissor de 350W, mas cuja capacidade atual é de 300W, com o respetivo amplificador. A área de cobertura é de 300Km, compreendendo uma área que vai de Bissau, partes do Sul, Bafatá e Gabu. Possui filtro harmónico e considera as interferências na emissão como um obstáculo à qualidade de rádio que chega ao ouvinte.

Redação, Linha Editorial e Conteúdos

Os serviços redatoriais dispõem de dois computadores, móveis de secretária, e um televisor. A Redação reúne-se diariamente e a direção uma vez por semana. Possui cinco blocos informativos diários em crioulo e em português. Apresentam uma média de sete reportagens por dia.

Sendo uma rádio temática incide essencialmente nos seguintes temas: juventude e sociedade, desporto, cultura, agricultura e papel dos jovens, meio-ambiente e práticas nefastas. Uma parte considerável da emissão é ocupada com entretenimento e animação.

Pessoal, Formação, Salários e Género

O quadro de pessoal é composto por 17 trabalhadores, sendo seis mulheres. Dos quatro membros da direção uma é mulher e ocupa-se da área comercial. Quatro têm estudos superiores, seis têm formação média, e cinco têm habilitações inferiores ao 12º ano e dois concluíram o ensino elementar. Possui um Administrador e um Contabilista. O pessoal trabalha em regime de voluntariado e por isso não auferem salários, limitando-se a receber subsídios de transporte.

Cooperação

Possui cooperação com a RENAJ, Rádio Voz da Alemanha, Antena-1, MTN, ORANGE e UNICEF. Não recebe qualquer apoio do Estado mas defende a necessidade de existência de uma verba para apoiar as rádios privadas.

Necessidades em formação

Identificou como necessidades de formação: técnicas de jornalismo; condução e moderação de debates e entrevistas; locução e apresentação; língua portuguesa; realização, montagem e edição, *website* (gestão e atualização da página); manutenção e reparação de computadores e emissores/antena. Aquisição de conhecimentos no domínio de cultura geral e língua portuguesa.

5.2.6 Outras rádios

Existem duas Rádios privadas estrangeiras que ao abrigo de acordos de cooperação entre os países, retransmitem a partir de Bissau: **A RDP-Africa** (88.4) e a **Rádio France International** (94.0).

Ao abrigo do acordo existente entre os governos respetivos as suas emissões são direta e integralmente transmitidas no país. As duas estações possuem correspondentes (1 cada) em Bissau.

A France Internacional retransmite em Nhacra com um emissor de 2kw, em Gabu 1kw; a RDP possui em Nhacra um emissor de 3.5 kw, em Gabu um de 1.5kw e em Catió outro de 1.5kw. A cooperação com a estação francesa consiste na retransmissão direta e integral das emissões da RFI que como ficou registado no capítulo 4.2 no ponto 4.2.1, como contrapartida dá à RDN um montante em dinheiro, anualmente, pela instalação dos seus equipamentos em Nhacra e Gabu. O primeiro acordo foi celebrado em março de 1994 e posteriormente atualizado em janeiro de 2005.

Foram ainda identificadas através de escuta radiofónica outras duas rádios, ambas de inspiração religiosa a **“Consciencialização”** e a **“Luz”**, mas as tentativas de abordagem para registo e recolha de informações foram sempre infrutíferas.

5.2.7 Rádio Phoenix (92.0)

Em Bissau e abrangendo só a cidade, emite com alguma irregularidade a rádio “**Phoenix**” (90.0), que por indefinição concetual decidimos, pelas suas características, considerá-la “local”. Criada em 2010 é propriedade de um empresário libanês que detém uma empresa com o mesmo nome, ocupa-se de várias atividades comerciais, no país e na sub-região, entre as quais uma que se dedica a venda de pacotes televisivos (canais) e segurança.

Localização e Chefia

Tem os seus serviços na avenida Cidade de Lisboa em Bissau e é dirigida e financiada na totalidade pela empresa-mãe que ostenta o mesmo nome. Tem um diretor de antena Vladimir Sambu.

Estúdios, Emissores, Cobertura e Equipamento

O estúdio está instalado em Bissau na mesma morada e possui um emissor de 250W que garante a cobertura da capital. Não possui Filtro Harmónico, mas diz não ser afetado pela situação. Entretanto a irregularidade das suas emissões é um facto. Em 2011 e 2012 registaram-se vários períodos de interrupção. Neste momento as suas emissões estão interrompidas por avaria nos seus equipamentos. Emitem das 8h00 às 14h00 e das 16h00 às 22h00. No estúdio/redação, possuem 5 microfones; dois computadores, acesso à net; 1 mesa de mistura; 1 leitos CD e mobiliário de escritório. Um gerador, muitas vezes avariado fornece eletricidade.

Redação, Linha Editorial e Conteúdos

A redação conta com quatro pessoas a trabalhar nas áreas técnicas e informativa, uma secretária e quatro elementos afetos à direção, sendo um deles o diretor de antena. Embora não possuam um Estatuto Editorial, declaram não estar interessados nos assuntos políticos. Uma parte considerável da sua programação é ocupada por música estimada em 80% pelos seus responsáveis. Semanalmente organizam mesas-redondas. Através de escutas às das rádios e acesso à net recolhem matéria para dois serviços informativos diários em português.

Pessoal, Formação, Salários e Género

Os oito trabalhadores, (inclui direção) todos possuem o 11º ano, e todos dizem falar bem o português e o crioulo, menos bem o francês e nenhum domínio do inglês. Deste universo há uma mulher na área do secretariado. Os salários oscilam entre 35.000 a 55.000Cfa.

Cooperação

A principal parceira é a própria **Phoenix** (empresa-mãe) que financia a Radio, sem contudo estabelecer um Orçamento. Depois vem a **MTM** que desde 2012 a troco de

publicidade paga um montante não revelado. O Snack-Bar Papa Loca que quando precisa de publicidade fornece combustível, como moeda de troca. Já se registaram outras pequenas experiências publicitárias em regime de permuta de serviços.

Necessidades em formação

Técnicas elementares de jornalismo e técnica de manutenção.

Necessidades de material

1 mesa de mistura; 1 gerador e Microfones.

5.3 Televisão (TGB)

Localização e Chefia

A televisão guineense, hoje conhecida por TGB/ECP é um projeto nascido em 1987 numa cooperação com Portugal, e tendo a Estação sido criada a 24 de Setembro de 1989. Fica situada no Bairro de Luanda. Com o golpe de Estado de 12 de Abril de 2011, o diretor-geral foi substituído pelo jornalista Francelino Cunha.

Estúdios, Emissores e Cobertura

A TGB dispõe de uma potência instalada de 10 KW, mas está reduzida à expressão mínima de 1KW que só serve Bissau e arredores. Emite diariamente das 12H00 às 24H00, num total de 12 horas.

Dispõe de um estúdio onde os programas são gravados e posteriormente emitidos.

Redação, Informação e Línguas

O serviço informativo resume-se a quatro blocos noticiosos, o Telejornal, Jornal da Tarde; Últimas Notícias em português e Jornal Nacional em crioulo. A Estação não tem meios técnicos para fazer reportagens em direto. O crioulo e o português são as línguas de trabalho.

Género, Formação e Salários

Dos 140 trabalhadores vinculados ao quadro:

- 35 têm estudos superiores, sendo 14 mulheres;
- 16 têm formação média, sendo sete mulheres;
- 82 concluíram cursos profissionais, sendo 9 mulheres;
- 24 têm habilitações académicas inferiores à 10ª classe, dos quais 6 são mulheres.

Registe-se que no setor de Programas há 14 homens e 11 mulheres e na direção geral, 3 homens com curso superior e 2 mulheres. São casos únicos de um certo equilíbrio no que tange a igualdade de oportunidades num OCS.

Equipamento e material instalado

No estúdio contam com uma câmara vídeo digital, um monitor de vídeo, uma coluna de som, um micro unidirecional e um condensador para micro.

A *régie* áudio está apetrechada com uma consola, um monitor LCD, uma coluna de som e um sistema de telefone híbrido.

A *régie* vídeo tem uma mesa de mistura, um monitor LCD e uma mesa de comando de luzes.

A central técnica possui uma videocassete digital, uma videocassete BETACAM e um recetor de sinal tipo relais.

A redação tem três computadores em serviço.

Necessidades e Carências

Os jornalistas embora possuam formação académica, manifestam carências em áreas técnicas de abordagem e tratamento de matéria informativa. Indicam também necessidades em matéria de atualização, capacitação e aprofundamento de conhecimentos adquiridos em tratamento da informação/géneros/apresentação/edição/condução e moderação de debates e de entrevistas. O mesmo acontece com técnicos e operadores. A estação apresenta muitas necessidades na área do pessoal especializado, uma vez que não tem realizadores, guionistas, anotadores, operadores de câmara para estúdios. Todo o pessoal em serviço revela necessitar de atualização às novas técnicas e manuseio de equipamentos

Cooperação

Na área da cooperação para além da cooperação com Portugal, a TGB ensaia novas frentes, designadamente com a televisão pública da Gâmbia (GRTS), a TDM- televisão pública de Macau e com a ORANGE que a troco de publicidade concede cartões de telemóvel para uso dos serviços.

Custos, Orçamentos e Salários

O estado comparticipa com 12.070.222 para a rubrica salários. A publicidade fez arrecadar de janeiro a agosto de 2012, o valor de 5.627.940. (media estimada). A despesa atual com salário do pessoal efetivo (ano) é de 72.088.704, mas na previsão orçamental para 2013 está inscrito na mesma rubrica o montante de 95.605,740 e inclui pessoal em processo de enquadramento e outro em processo de promoções.

Necessidade em material e equipamento

A TGB precisa de câmaras modernas para exteriores e estúdios. Revel ainda necessitar de gerador; viaturas; retransmissores; transmissores, feixe hertziano e viaturas.

Os programas adquiridos por compra ou ao abrigo da cooperação internacional já não podem ser utilizados porque foram registados no sistema UMATIC e BETACAM e a TGB não dispõe de equipamentos para proceder à sua leitura. Pela mesma razão 12 mil casetes com registos feitos desde 1987, sobre os principais acontecimentos no país estão nas prateleiras sem poderem ser usadas ou devidamente tratadas e digitalizadas

Conteúdos e temas

Na estação televisiva, a exemplo de outros órgãos de comunicação social, a maioria dos conteúdos centra-se na informação política ao contrário da sua tradição de entretenimento de outrora.

- A **RTP-Africa** um canal pertencente à RTP (Radiotelevisão Portuguesa), com base em acordos firmados, retransmite para o país, a partir do Centro Emissor de Nhacra no país sobretudo informação referente aos PALOP e CPLP. Possui uma delegação em Bissau que garante um noticiário diário sobre o país

5.4 Imprensa Escrita

5.4.1 Nô Pintcha (público)

Localização e Chefia

Criado a 27 de Março de 1975, inicialmente trissemanário, com uma pequena experiência de diário, não resistiu às dificuldades dos custos de produção, limitação do mercado e intervenção política dos governos e passou a uma periodicidade semanal com períodos bem difíceis em que houve anos com tiragens irrisórias. É dirigido pelo jornalista Bacar Baldé (2012) e fica na avenida do Brasil.

Tiragem e Venda

Assim como os demais periódicos de Bissau, o NP tem hoje uma tiragem reduzida e só são vendidos na capital ao preço de 500XOF. A tiragem inicial que era de 5.000 exemplares foi baixando e hoje não ultrapassa a fasquia de 500.

Pessoal, Formação/capacidades

O jornal tem um quadro de pessoal de 31 elementos: 9 efetivos; 10 com contrato de provimento administrativo; 5 com contrato interno; 7 estagiários, alguns com 6 anos de trabalho. Ao nível das qualificações académicas, dois têm estudos universitários

concluídos, outros tantos frequentam o ensino superior. Dois têm o curso médio, outros dois têm o curso médio, e um com curso profissional; 11 concluíram o secundário e o restante possui menos da 10ª classe.

Género e Oportunidades

Dos 16 jornalistas em serviço, só três são mulheres, sendo nove seniores e cinco juniores. A Secretaria da Redação tem quatro mulheres e um homem; na paginação e montagem tem dois homens; no Arquivo e documentação tem 4 mulheres e na Revisão um homem.

Custos de Produção e salários

Hoje os custos de produção são de 390.800XOF; Preço de venda: 500XOF; dos salários, o governo assume o pagamento 19 pessoas e o jornal de 12 pessoas com receitas obtidas com publicidade e anúncios, num montante de 475.000XOF/mês. Os salários em vigor vão de 26.0000l a 213.000XOF.

Equipamento Instalado

Quanto ao equipamento instalado e instrumentos de trabalho registam-se: 7 computadores do jornal; 3 computadores da Casa de Imprensa, cedidos a título devolutivo; 2 portáteis; 3 impressoras (1A-3); 2 máquinas fotográficas clássicas e 2 digitais.

Necessidades em material

A direção do jornal aponta como necessidades, mobiliário de secretaria (secretarias, cadeiras, armários), aparelhos de ar condicionado e uma impressora A3. (HP LaserJet 5200 TN) e 1 gerador de 40KWA

Necessidades de formação

Pese o facto de este jornal ter apostado desde cedo na política de formação *on job*, aliada a alguma formação no estrangeiro, a sangria permanente dos quadros faz com que hoje se constate necessidades de aprofundamento de conhecimentos linguísticos, técnicas de jornalismo e de conceitos sobre política de comunicação e de desenvolvimento, cultura política / democracia / eleições / ética / deontologia e noutras áreas complementares como informática, arquivo, construção técnica e gráfica do jornal, arquivo e documentação. Gestão e administração é outra área sublinhada como de absoluta necessidade.

Jornais privados

5.4.2 Gazeta de Notícias

Localização e Chefia

Foi criado a 19 de Setembro de 1997 tem a sua Redação no bairro de Cuntum, na Av. Caetano Semedo/Estrada de Bor. É dirigido pelo jornalista Adulai Indjai e administrado por Deolinda Dabó. O “GN” dispõe de um Estatuto Editorial.

Tiragem

Tem normalmente 12 páginas. Com uma tiragem de 500 exemplares é vendido em Bissau a 500XOF.

Salários e Custos

Os salários variam entre 50.000XOF a 100.000XOF. Os custos de produção são de 100.000XOF (não inclui salários).

Pessoal e género

O quadro de pessoal é composto por 20 elementos. Sete membros da direção (seis homens e uma mulher); uma administradora; cinco jornalistas (uma mulher e quatro homens); uma secretária da redação; um montador. No total perfazem quatro mulheres.

Dois elementos possuem formação universitária, três concluíram o nível secundário e os restantes não chegaram a concluir a 10ª classe.

Necessidades em formação

Foram identificadas carências no tocante ao conhecimento de línguas (português, francês e inglês). Foram também identificadas necessidades de formação noutras áreas como informática, gestão e administração, arquivo e documentação e técnicas de jornalismo e géneros jornalísticos. Alegando o custo de vida, a GN diz que são precisas ajudas de custo para financiar deslocações aos locais de formação.

Equipamento instalado

Do equipamento instalado, para além de um computador de mesa e dois computadores portáteis em funcionamento, existem sete computadores de mesa avariados, duas impressoras avariadas, e um *scanner* igualmente inoperativo.

Conteúdos e temas

Nos conteúdos e temas lidera a política, seguida de sociedade, educação e saúde.

Necessidade em equipamento

Como principais necessidades destacam-se: computadores Machintosh, com monitores e UPS; Impressora de chapas de Impressão; *software* compatíveis com MAC/PC (*Quarkxpress 9; Photoshop; antivírus Norton Office; Scanner;* Papel de impressão de jornal; *Tonner* para Impressora *Laserjet*.

5.4.3 Última Hora

Localização e Chefia

O semanário Última Hora nasceu a 10 de Julho de 2007 e foi legalizado dois dias depois. Tem a sua sede em Bissau na zona da Chapa. Tem uma tiragem de 500 exemplares e é vendido a 500XOF. Apresenta-se habitualmente com 12 páginas. O diretor é Altizhar Mendes e Sabino Santos o chefe da redação.

Custos e salários

Os custos de produção por edição orça em 200.000XOF. Os salários vão de 50.000XOF a 125.000XOF.

Pessoal Formação e Género

Dos 25 elementos afetos, cinco são mulheres. Entre os jornalistas e a direção, um tem estudos universitários, dois têm estudos médios, dois têm cursos profissionais e cinco concluíram o secundário.

Necessidade de formação

Manifestam necessidade de superação linguística (português, francês e inglês), mas também formação ao nível da informática, construção, paginação e montagem de jornal, gestão e administração, técnicas e géneros jornalísticos.

Conteúdos e Temas

Política é a área mais abordada, seguida de saúde, educação e direitos humanos.

Necessidade em material

De entre material e equipamento necessário salienta-se: computadores; papel de impressão; chapas; câmaras fotográficas, gravadores e mobiliário para a redação.

Cooperação

A particularidade deste jornal é que ele tem procurado ser autossuficiente, razão pela qual nunca estabeleceu acordos de cooperação e parcerias com nenhuma Organização. Neste momento e face às dificuldades ditadas pela conjuntura económica e política não enjeitam este caminho.

5.4.4 Bantaba di Nobas

Localização e chefia

Foi criado a 21 de Maio de 2007. Tem a sua sede em Bissau, na Av. do Brasil, numa sala das instalações do INACEP. O diretor é o jornalista Abdulai Intombé, coadjuvado pelo editor Seco Baldé. Semanário de 12 páginas com uma tiragem de 500 exemplares é vendido a 500XOF. A direção refere a vendas do periódico nas regiões de Bafatá, Gabu e Canchungo.

Pessoal e género

Ao todo conta com 29 elementos estando oito afetos à direção; nove são jornalistas e um é estagiário, que é mulher. Conta com uma segunda mulher que é a secretária da Redação.

Custos de Produção e salários

Os custos de produção ronda os 250.000XOF. Os salários variam entre 30.000 e 40.000XOF, incluindo a direção

Conteúdos e temas

É o semanário que mais trata de matéria informativa ligada ao mundo rural e ao interior do país. Só depois surgem outros conteúdos como a política, sociedade, economia e desporto. Tem a particularidade de manter uma página na língua francesa. Nota-se um esforço editorial para manter proximidade com o mundo real e com aspetos ligados à vida das populações.

Necessidade em formação

Embora haja na redação jornalistas com conhecimentos de francês, italiano e inglês conclui-se que a maioria precisa de uma superação linguística (português, francês e inglês). Na área da formação técnica são identificadas como necessidades de formação: técnica e géneros jornalísticos, edição e editoria, gestão, administração, informática na ótica do utilizador e documentação e técnicas de construção do jornal. (desenho, paginação e montagem).

Equipamento Instalado

O jornal dispõe do seguinte equipamento: um computador de mesa, um computador portátil, dois gravadores e uma máquina fotográfica. Não dispõe de meios de transporte.

Necessidades em equipamento

Principais necessidades: quatro Computadores de mesa; dois *computadores portáteis*; dez gravadores com cassetes; cinco motorizadas, uma viatura; e cinco *pen drives*, chapas GTO e resmas de papel.

Cooperação

Por conceder espaço ao mundo rural tem desenvolvido cooperação com organizações com idênticas preocupações que se estendem ao meio-ambiente, florestas, segurança alimentar e afins. Como parceiros destacam-se o IBAB, Swissaid, UICN, além de BECEAO e BAO que aproveitam o espaço publicitário do jornal para veicular os seus anúncios e publicidade.

5.4.5 Democrata

Localização, Chefia e Redação

Este Semanário começou a circular em Bissau, em 2012 depois do golpe de Estado, embora a data da sua criação remonte ao ano anterior. Tem os serviços sediados na avenida Combatentes da Liberdade da Pátria e oficialmente indica uma tiragem de 600 exemplares. É vendido como os demais periódicos, na capital, a 500 CFA. É dirigido por um jornalista, António Nhaga e conta com um corpo de 11 jornalistas e apresenta-se com 12 páginas.

Conteúdos e temas

Privilegiam o jornalismo de investigação, temas de corrupção; política; grandes entrevistas e sociedade. Possui Estatuto Editorial.

Custos e salários

O custo de produção por cada edição orça os 530.000XOF. Os salários praticados varia entre 40.000 a 150.000Cfa.

Pessoal e género

Conta com um total de 14 trabalhadores, sendo cinco mulheres. Três dos seus elementos possuem formação universitária; quatro possuem o curso médio e outros quatro concluíram um curso profissional.

Necessidade de formação

São identificadas as seguintes áreas de formação: técnicas de notícias e géneros jornalísticos. Na área de administração é identificada como necessidade de formação: técnicas de contabilidade.

Equipamento Instalado

O jornal conta com o seguinte equipamento: computadores, *software* para paginação, *designer* montagem.

Parcerias e Cooperação

O jornal mantém relações de cooperação com vários *media* e uma parceria com várias instituições.

5.4.6 Os Ardinas

O primeiro grupo de ardinas surgiu com a publicação do Jornal Nô Pintcha em março de 1975. Não integravam os quadros do jornal e recebiam na altura, como hoje, em função do número de exemplares vendidos. Na época eram mais de 20 jovens, que três vezes por semana calcorreavam as ruas da cidade vendendo o trisemanário que também podia ser adquirido nos cafés e nas barberarias.

Nunca estiveram e nem estão vinculados à previdência social, não fazem descontos e nem têm direito à reforma. Hoje são 15 ao todo e mesmo sem condições de trabalho garantem a venda de todos os periódicos. Tentam agora organizar-se para desta forma obter a legalização na prossecução de melhores condições laborais e livre circulação nos serviços e locais públicos. Antes da guerra de 98/99 eram perto de meia centena.

5.5 As Rádios Comunitárias

A existência de **35 Rádios Comunitárias** e **quatro Televisões Comunitárias** instaladas nos diferentes pontos do país (centro, norte, leste e sul, incluindo as ilhas Bijagós e Bissau), à data deste estudo, oferecia uma situação privilegiada de cobertura total do país, tanto do ponto de vista geográfico, como etno-linguístico. Sublinhe-se que as televisões ainda não têm autorização de emissão.

Os fatores localização, proximidade, uso do crioulo e da maioria das restantes línguas nacionais em função cada localidade, são o complemento perfeito para se ultrapassar a tendência vigente da enorme concentração dos OCS (localização, conteúdos e grupos alvo) em Bissau. Não existe uma língua nacional ou local que não seja utilizada pelo conjunto das RC's.

Subsistem problemas que vão para além do domínio da informação e que são de caráter técnico/administrativo, mas sanáveis, haja decisão de operar a mudanças de conceção. As precárias condições de trabalho, falta de equipamentos essenciais, necessidade de climatização dos estúdios e manutenção dos equipamentos são alguns deles. Outros têm a ver com ausência de uma formação criteriosa e sistematizada do pessoal

em função das necessidades. Por mais pequeno que seja o órgão, impõe-se uma gestão atenta e profissional executada por quem tem formação e conhecimentos.

A política de concessão e regulação das frequências pelo **ARN** tal qual acontece é penalizante. Tem de ir além do pedido e da concessão da autorização para ser uma ação de parceria. A sobreposição das Estações, motivo de queixas constantes dos animadores mas também dos ouvintes vai ter de passar pela obrigatoriedade de instalação de **filtros harmónicos**. A aquisição e colocação destes aparelhos é uma solução técnica eficaz e de custo não muito elevado, desde que não haja especulação. Para as rádios no entanto, a sua aquisição representa um esforço que os seus parques meios não comportam, sobretudo que associada a esta decisão é exigida a elaboração de um “plano técnico” que também representa custos.

Perante este quadro, vale reconhecer que deve ser estipulado um prazo com tempo suficiente e formas de pagamento (gradativo) adequadas à realidade dos utentes que na sua maioria não têm disponibilidade financeira para mais um esforço total de investimento.

Note-se que se trata de um equipamento que não existe no mercado nacional, com a agravante de só ser fabricado num número reduzido de países. No caso concreto das Rádios Comunitárias deve-se ter em conta o vasto e diversificado serviço público que proporcionam às comunidades e os ganhos que aí advêm para o Estado.

A filosofia e as características das RC fazem delas a referência e o melhor instrumento para a implementação de uma comunicação para o desenvolvimento. Pela **proximidade** (localização e sensibilidade), pelo **advocacy** que pode desenvolver e pela capacidade natural de **mobilização social**, os três vetores que vinculam o conceito de Comunicação para o Desenvolvimento.

Esta triangulação permite “pensar global e agir local”. Razão suficiente para que para além das ONG’s e seus parceiros, seja o Estado a investir nestes órgãos, permitindo que alguns erros, insuficiências e distorções sejam ultrapassados.

i) Concetualização do projeto de rádio e funcionamento

No plano da concetualização, quiçá pela inexperiência, muitos dos aspetos técnicos/operativos que alicerçam e dão consistência à implementação de projetos de rádio, não foram tidos em consideração pela maioria das rádios comunitárias, nomeadamente no que se refere: à organização e gestão administrativa, utilização dos aparelhos e a sua manutenção; procedimentos e respetivas normas de regulamentação; critérios de admissão e gestão do pessoal. Um esforço enorme tem sido feito pela RENARC, que pese os poucos meios de que dispõe procura acudir às imensas solicitações dos seus associados, mas nem sempre ao agrado de todos.

A incapacidade de resolução de questões técnicas inadiáveis acaba por conduzir à interrupção da atividade de algumas rádios ou ao seu encerramento por falta de peças sobressalentes, avarias no emissor, ausência de serviços de manutenção, pessoal sem qualificação para certas tarefas, meios de transporte inexistentes, carências nas comunicações, custos elevados de energia elétrica, rendas de casa.

Nas reuniões e auscultação e de preenchimento dos questionários, realizadas no âmbito do estudo, com responsáveis e pontos focais apurámos que mesmo com o apoio da RENARC, que facilita os contactos, os custos de reparação de um emissor, por exemplo são muito elevados. Nalguns casos, mesmo correndo riscos do incerto, algumas RC recorreram a “especialistas” privados para obter preços mais reduzidos.

ii) Dimensão elevada das equipas – rotatividade - custos

Os dados recolhidos nos questionários deste estudo, mostram que, em muitos casos, as rádios integram equipas sobredimensionadas, logo, com exigências acima do esforço financeiro plausível. A título de exemplo, uma das rádios comunitárias inquirida, com uma emissão diária de quatro horas vincula 15 pessoas. Outras há com mais de 20 elementos que se atropelam num espaço exíguo.

Por norma não é atribuído contrato de trabalho nem existe uma remuneração fixa, subsistindo apenas uma lógica de “gratificação” quando surge algum financiamento ou pagamento por serviço prestado. *“Entrando fundos procura-se compensar com pequenas gratificações, até porque para se deslocarem ao estúdio, têm despesas...”*, foi o argumento mais ouvido pelos responsáveis das RC, durante as sessões de trabalho tidas no âmbito do estudo. Contudo analisando a grelha de programação e as horas de emissão, um exercício feito conjuntamente com muitos responsáveis, conclui-se que é possível fazer o mesmo trabalho com menos de metade do pessoal.

Todas as questões enunciadas devem ser encaradas a partir da premissa que as RC não visam lucros e assentam no princípio do voluntariado. Contudo, esta premissa acarreta alguns constrangimentos na medida em que traz consigo a instabilidade ditada pela rotatividade dos animadores e técnicos. Para alguns, aceitar o voluntariado é uma estratégia de acesso ao emprego remunerado.

A rádio, por dar visibilidade e facilitar contactos acaba por ser a porta de entrada para obtenção de melhores condições de vidas noutras áreas laborais. Adicionalmente, o princípio da gratificação resulta na absorção de grande parte das verbas recolhidas com anúncios, comunicados e prestação de outros serviços e não facilita a implementação de uma lógica de planeamento.

Impõe-se, assim, a necessidade de descortinar formas de viabilizar os projetos de rádio sem comprometer o serviço público e comunitário que deve ser assumido por outras partes beneficiárias.

iii) Qualificação do pessoal e gratificações

Dispõem de pessoal que já teve mais do que uma formação em seminários e ateliês, com domínio das línguas locais mas com insuficiências técnicas, ultrapassáveis desde que haja um programa regular de formação contínua e sistematizada e em ciclos de conhecimento diferenciados. Esta estratégia deve ser complementada com ações de seguimento e de monitoria na aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Revelam também necessidade de aprofundar os conhecimentos adquiridos. A via da especialização podia ser uma opção. A ONG **Ação para o Desenvolvimento (AD)** tem dado um contributo relevante na qualificação dos animadores das RCs, tanto intermediando junto dos seus parceiros na organização de jornadas de formação, como ao nível da produção de informação escrita e organizada. Um conjunto de 14 publicações perfaz a coleção de “Cadernos da Rádio Local”. (**ver em anexo uma lista completa-1995 a 2007**).

Percebe-se que o sistema de voluntariado que existe é posto em causa cada vez que alguém consegue obter um emprego certo. Caso não se resolva esta questão, o problema da instabilidade do pessoal que há muito se faz sentir de uma forma generalizada em todos os OCS em Bissau, acontecerá certamente, nesta área. Sem pôr em causa os princípios programáticos e orientadores das RC, este é um tema de discussão incontornável.

Não havendo uma solução para este problema, nenhum programa de formação e reciclagem resiste. Estarão as RC, a exemplo dos demais OCS a dar formação para pessoal, que sendo instável e flutuante, à primeira possibilidade deserta? Aqueles que possuem empregos mais estáveis são os que dão mais garantias de continuidade ao serviço da antena.

A RC Dalicunda, adotou uma prática que talvez não possa ser generalizada, mas é uma solução para superar a questão dos salários e subsídios. A Rádio Comunitária Dalicunda situada em Djalicunda/Mansabá na região de Oio, pertencente à “KAFO-Federação Camponesa” que cobre três regiões intervencionadas por esta ONG (Oio, Cacheu e Bafatá) encontrou uma forma singular para resolver o problema das gratificações, subsídios e salários.

Cada elemento, num total de 10, afeto à rádio integra um dos projetos da ONG e face ao trabalho que desenvolve e às funções que exerce, recebe um salário que lhe permite dar o seu contributo voluntário na estação comunitária. Este pessoal auferia salários que vão de 50.000 a 100.000CFA. Esta prática demonstrou que o facto de o pessoal trabalhar nos projetos não prejudica em nada o desenvolvimento e a *performance* da rádio que emite 12 horas diariamente.

A Rádio comunitária de Bafatá que foi criada pela ONG “Plan Internacional” que mais tarde a entregou a uma associação local que constitui um Comité, o garante a sua

gestão. Nesse quadro optou por uma política de remunerações, pagando salários ao pessoal contratado. As contas são auditadas por uma entidade externa.

iv) Programação e conteúdo

Como já ficou registado depois de uma fase inicial em que o enfoque temático era colocado no local, tem-se vindo a notar uma certa tendência e até preocupação muitas vezes dissimulada, de “cobertura nacional”, em detrimento de um melhor apuro nas abordagens locais, no alargamento e aprofundamento de parcerias com organizações que trabalham na área geográfica. Esta tendência poderá ser uma influência das rádios de Bissau, tomadas erradamente como referências ou medida padrão. Nas visitas e conversas tidas com responsáveis e colaboradores, ficou também patente uma certa apetência para seguir o lastro da informação política e partidária que, como já foi referido, asfixia os OCS em Bissau, que por sua vez limita os horizontes do seu público, encharcando-o de informação baseada na cor política.

Numa perspetiva comunitária e nas contribuições recolhidas urge reter como norma que qualquer problema em ou de Bissau deve ser visto com os olhos locais, com a sensibilidade envolvida pelo meio em que se insere o órgão. Será um erro crasso sobrevalorizar Bissau e secundarizar a realidade local com os seus problemas e êxitos. Em todos os casos a voz deve ser dada àqueles que aí vivem que são o sujeito principal da ação desenvolvida.

Ao colocarmos esta questão, que ainda não é uma realidade, aos inquiridos (20 declarantes e aos ex diretores, editores e jornalistas seniores) a reação foi clara, ***“entrar em cadeia com as ditas rádios nacionais e, ou, até as internacionais, não secundariza e nem substitui a ação local/regional que é a vocação natural das RC. Não podem é pretender um espaço que não seja o seu”***.

Sabendo das dificuldades de cobertura nacional das rádios de Bissau, uma vez que só a RDN e a Sol Mansi possuem retransmissores no interior, este serviço cabe bem na programação comunitária e pode ser um contributo importante desde que não desvirtue o local e não se afaste das comunidades e dos seus problemas quotidianos. O tempo nobre deve ser utilizado para os problemas e assuntos locais.

Constata-se ainda que hoje a programação é preenchida em primeiro lugar e abundantemente por música e animação. Nota-se que de uma maneira geral há uma vontade de não perder de vista a realidade envolvente. Mas o reforço na aproximação às comunidades e organizações locais, da tabanca à região pode ser um caminho para o alinhavar de uma programação que responda aos anseios das populações e, na procura de solução para os seus problemas, sejam estradas, *ouriques*, bolanhas, saúde, escola/educação, lazer/entretinimento, trabalho, música, justiça, farmacopeia local e tanto mais. Levar à antena o conhecimento e a sabedoria popular pode enriquecer qualquer programação e melhorar o conteúdo.

As RC's podem incentivar a criação de **Círculos de Ouvintes** para facilitar e incentivar o efeito retorno, (*feedback*) encetar uma via conducente à **apropriação**. A metodologia é variável. Tanto pode ser um círculo único como dividir-se em vários: **Círculo Jovem; Círculo di Garandesa; Círculo das Mulheres...** Porque as RC seriam tão-somente as promotoras ou facilitadoras da ideia. Caberia às comunidades decidir sobre a metodologia e organização. Estas estruturas organizativas a par de outras já existentes (tradicionalis, profissionais, sociais...) trariam mais-valia à programação e ao mesmo tempo reforçavam o fator proximidade, interesse identificação.

Nota-se, na maioria das RC, falta de rotinas na feitura de "**agenda**" em equipa, uma fragilidade organizativa que podia estimular mais discussão na escolha de temas, conteúdos e formas de abordagem. Nem todas promovem a presença das populações (representantes) nas reuniões de coordenação, planificação e de balanço. Além das ideias já aqui veiculadas, auscultações regulares junto dos potenciais ouvintes poderiam ser uma forma de melhorar o serviço público prestado.

v) **Condições de Trabalho**

Os estúdios das rádios tal como se apresentam hoje na sua maioria, não oferecem condições de trabalho, sendo espaços exíguos sem climatização, com problemas de insonorização e aparelhos deteriorados. Normalmente são casas de habitação e como tal não oferecem os requisitos técnicos que um estúdio exige.

A falta de meios de transporte e de comunicação é um fator limitativo às iniciativas editoriais e cobertura dos acontecimentos. A aquisição de bicicletas e ciclomotores poderia ajudar nas deslocações, cobertura informativa e conseqüentemente na melhoria da comunicação. Casos há em que o estúdio não dispõe sequer de uma mesa de montagem. A ausência de peças sobressalentes afeta as condições de trabalho e é uma ameaça que impõe constantes períodos de interrupção que podem ser longos.

vi) **Custos de operação - acesso a fundos e financiamentos**

O acesso a fundos e financiamentos é uma das principais dificuldades das Rádios Comunitárias. As Rádios com ligações umbilicais a ONG's são as que dispõem de um certo suporte e apoio, e que por conseguinte vão ultrapassando ou remediando os problemas resultantes da dificuldade do acesso a fundos de financiamento. Pequenas parcerias e acordos de prestação de serviços têm funcionado como "*balão de oxigénio*". Aqui e ali vão surgindo permutas bem-sucedidas que permitem resolver um dos problemas mais difíceis: o abastecimento da energia elétrica.

O **custo da eletricidade** é elevado e abastecer um gerador durante as horas de emissão com aquisição de combustível nos postos de venda é um esforço financeiro que a estrutura orçamental e contabilística de pequenas rádios não permite.

O estabelecimento de parcerias com Agências das Nações Unidas, a OMS, UNICEF, FNUAP e outras, inclusive empresas como a *ORANGE*, a *GUINÉTEL*, a *MTM*, deveriam, assim, ser concebidas de maneira a colher mais benefícios para as rádios e comunidades. Nesta ótica, a iniciativa terá de pertencer às Rádios Comunitárias que devem ser mais acutilantes, com propostas aliciantes em termos de políticas de parceria e de cooperação enaltecendo as vantagens recíprocas que tenham impacto nas suas estruturas e que contribuam no reforço das capacidades instaladas e da sua eficácia.

Situações pontuais de bons resultados, como por exemplo a **RC Sintchã Occo** que por serviço prestado viu o seu problema de **transporte em parte solucionado**, ao receber da OMS (Organização Mundial de Saúde) motorizadas, poderiam ser multiplicadas, houvesse um contexto negocial de concertação e de maior inovação e criatividade. O estabelecimento de parcerias com empresas de telecomunicações, em clara expansão no País é outro canal a explorar como fez a **RC Papagaio**, que tem garantido o **fornecimento de eletricidade** da *Orange* ao abrigo de uma permuta. Estas empresas poderiam estabelecer parcerias como, neste caso, para colmatar o abastecimento da energia elétrica, mas também no acesso a telemóveis com gratuitidade de uso (ou fixação de um *plafond*) a troco de programas de concursos e interatividade com radiouvintes. Ambas as partes ficariam a ganhar tendo por base negocial pacotes de permuta e de parceria a médio e longo prazo.

Outro caso digno de registo é protagonizado pela **Radio Comunitária de Bafatá** que com base em boas parcerias, e organização tem conseguido vencer o problema do abastecimento de energia elétrica e pagamento de salários.

Sobre a mais-valia que representam hoje os **telemóveis**, um estudo⁵⁴ de três docentes da Universidade de Boé, realizado pelos sociólogos Lucy Monteiro, Miguel Barros e pelo gestor Alexandre Na Lamba apresentam as potencialidades oferecidas pelas empresas de telecomunicações em fase de grande expansão no mercado da Guiné-Bissau. As parcerias com empresas da área podem diminuir os encargos das RC's, por via de **políticas de permuta**.

As **rendas de casa** são insuportáveis. Uma parceria consequente com as autoridades locais poderia passar por exemplo pela oferta de terreno para auto-construção ou cedência de casas pertencentes ao Estado que não estivessem a ser utilizadas carecendo de obras de melhoramento. Há casos desta natureza, protagonizado por outras organizações. É o exemplo da ONG **AMIC** que pelo serviço prestado à comunidade na região de Canchungo, na área dos Direitos da Criança, conseguiu na década de 90 que as **autoridades locais cedessem um prédio** por um **período de 40 anos**, na condição que fossem realizadas melhorias e o espaço utilizado em benefício das

⁵⁴ MONTEIRO, Lucy; BARROS, Miguel; NA LAMBA, Alexandre, "Marketing Comercial nas Empresas de Telecomunicações num contexto de pobreza: o caso da Guiné-Bissau" - In Revista Apontamentos Mediáticos -2011.

crianças. Conseguiu-se, assim ultrapassar um forte constrangimento que punha em causa a implementação das atividades programadas.

Iniciativas próprias como complemento e saída da situação de dependência podem ser uma solução. Por exemplo as RC passarem a produzir registos magnéticos com história da região onde esta inserida; recolha de músicas, contos e fábulas locais; identificação e estória de destacadas figuras locais; reportagens sobre realizações de ontem e de hoje; receitas da gastronomia local; os chás, raízes e folhas medicinais aí usadas... Pode-se multiplicar assuntos de interesse que teriam aceitação tanto no mercado interno como, como no externo com destaque para a diáspora.

A experiência vivida noutros países da sub-região como por exemplo o **Mali** que já fez escola em termos de RC deixa perceber que o futuro destas rádios poderá esta com as que enveredarem por uma situação de autonomia financeira, sem grandes dependências nem sobrecarga para terceiros. Isto não implica procura de lucros e nem cortes e muito menos o fim das parcerias conseguidas, sendo que algumas provêm de partos bem conseguidos e que estiveram na génese do surgimento das Comunitárias na Guiné-Bissau. Por exemplo, sem a ação de algumas ONG's como a **"AD"** (Ação para o Desenvolvimento), **Tiniguena** (Esta Terra é Nossa) e **Alternag** (Associação de Estudos e Alternativas) este processo certamente não teria tido o desenlace que teve.

Estar localizado no seio das comunidades rurais é uma vantagem ou mesmo uma exigência, mas não determina, só por si, a proximidade e a identificação com as populações, os atores verdadeiros do processo de desenvolvimento.

As relações criadas devem ser consolidadas e recriadas com base no princípio do interesse da representatividade, do dar e receber tendo como fito o serviço público.

O critério **"utilizador pagador"** pode ser uma norma, excetuando, claro está as comunidades que devem ser o suporte da atividade e o sujeito principal. Em bom rigor os contratos devem ser discutidos com os parceiros e atualizados periodicamente. Só assim as rádios se podem defender e sair da situação de sufoco permanente em que vivem. Algumas experiências mostram que é possível reforçar a capacidade operativa das rádios desde que haja uma boa negociação. Algumas conseguiram garantir energia elétrica a troco de serviços. A **"Comunitária de Bafatá"** e a **"Sintchã Occo"** têm sido profícuas em parecerias ativas. Não havendo uma postura negocial numa parceria dinâmica e a médio e longo prazo estarão todas em risco de seguir o destino da **"Voz de Algodão"**, parada há mais de um ano, a **"Comunitária de Gabu"** que está há dois anos sem emissão, a **Voz de Cumtum Madina**, que tem o emissor artesanal avariado, ou a **Kossena**, que não consegue retomar a emissão depois de avarias sistemáticas do seu equipamento e a **Radio Cidade** avariada há mais de um ano, mas que enquanto pôde emitir procurava no seio de um bairro conflituoso parcerias com jovens para a paziguar o ambiente e entre várias outras campanhas envolver as

comunidades na recolha de armas. Neste caso a paragem deveu-se a uma avaria, mas muitas outras prendem-se com rendas em atraso.

vii) Parcerias e Proximidade

As parcerias com as **ONG**, organizações internacionais, empresariais, instituições e serviços do Estado, que vêm sendo feitas normalmente em períodos sazonais em função das respetivas campanhas, devem ser renegociadas de maneira a que se projete nas políticas editoriais a programação de conteúdos, não de modo pontual mas de forma organizada. Por exemplo: não se pode falar de **castanha de caju** só na altura da campanha, assim como nem se pode remeter questões da saúde pública quando há epidemias.

Não se pode limitar a abordagem dos grandes temas da **saúde materna e infantil** aos períodos da campanha de vacinação da UNICEF. A pandemia do **HIV/SIDA** não pode ficar dependente das campanhas da OMS ou de outra entidade tutela.

As **práticas nefastas** que se acantonam nas comunidades em nome da tradição têm de encontrar espaço e tratamento adequado ao logo do tempo... A **cidadania**, não deve entrar na agenda só em períodos de consulta eleitoral.

Tudo o que envolve cidadania, participação, direitos humanos, tolerância, boa governação, descentralização, preservação do ambiente tem de ser levado aos tempos de antena em períodos nobres de maior audiência. Da mesma forma têm de ser utilizados os diferentes géneros jornalísticos, conforme cada caso e abordagem. Ao mesmo tempo, deve dar-se ênfase e divulgação aos aspetos positivos da diversidade cultural com destaque para factos e história local e regional.

Uma postura mais proactiva é recomendável. Não esperar que as organizações e ou empresas apareçam com as suas campanhas datadas. Vantajoso é fazer sentir aos parceiros que a rádio dispõe de espaços próprios e funcionais na sua grelha, onde podem caber as suas preocupações.

Mais acutilância e um certo **marketing e lobby**, podem favorecer uma parceria mais estendida no tempo. Por que não apresentar propostas concretas antes da reunião de planificação das Agências da Nações Unidas? Por que não abordar (com propostas concretas) os organismos do Estado antes da sua planificação e discussão do OGE?

Para ultrapassar o espirito da **indiferença e da não apropriação**, a cooperação e as parcerias devem ser alargadas às organizações locais de forma organizada e sistematizada em ações com continuidade. Autoridades e organizações tradicionais, profissionais, associações comunitárias, femininas, serviços do Estado, hospitais, escolas, clubes desportivos, recreativos, igrejas, empresas, lojas, estruturas da LGDH são todos potenciais parceiros e cada um à sua maneira pode vir a constituir-se em polos de uma boa cooperação.

Os comités de tabanca; **mandjuandades; régulos; comités de Estado, ONGs**, são todos atores a ter em conta e a incluir na agenda das parcerias de forma organizada e funcional. A **criação de Círculos de Escuta e Debate** pode ser uma iniciativa inclusiva com toda uma dinâmica própria que favorece o trabalho rotineiro que deve ser sempre renovado com base em novas e mais aprofundadas sinergias e participação.

As parcerias com as **ONG**, muitas delas promotoras dos projetos **RC**, têm funcionado e são, em muitos casos, determinantes para se manterem no ar. Inquestionável é o papel e o sentido de oportunidade de algumas organizações não- governamentais na criação e manutenção das **RC** e **TVC**. Dado adquirido também, é que a maioria delas teria dificuldades em subsistir por conta própria.

ix) **Género e oportunidades**

Entre as rádios comunitárias, o panorama não sofre alterações em relação à realidade existente nos **OCS**. Pese o facto de a **RENARC** ter já promovido uma formação de radialistas mulheres, verifica-se, no entanto, que numa amostragem feita a partir de 27 **RC**'s, constatou-se que entre 467 trabalhadores e colaboradores só 124 eram mulheres.

Registou-se um único caso de uma estação com 15 trabalhadores em que a maioria (10) era do sexo feminino. Um grande número de mulheres sofre de pressão familiar e nos locais de trabalho. O curso ministrado a mulheres 13 mulheres radialistas em 2005, não surtiu efeito e nem influiu na representatividade feminina nesses órgãos.

Nas sete reuniões realizadas no interior do país com os pontos focais e diretores das **RC**, em Canchungo, Gabu, Oio, Biombo, Bijagós, São Domingos, e Buba para o preenchimento dos inquéritos para o Estudo, só estiveram presentes duas mulheres. Em Bissau com nas reuniões de trabalho com quatro **RC** e uma **TVC**, decorreram sem a presença de qualquer elemento feminino.

5.6 **As Televisões comunitárias**

Relativamente às quatro televisões comunitárias existentes, depois de um período experimental, é chegado o momento de darem um salto e passarem para uma fase de maior organização e conseqüente atividade, esta é aposição defendida pelos quatro responsáveis. O facto de não possuírem o equipamento adequado e para garantir emissões normais conseguirem emitir, não significa que as relações com as comunidades estejam adiadas ou postas em causa. As experiências feitas em alguns bairros por três delas usando unidades móveis a que intitulam de "**Camara na Tabanka**" com tão poucos meios, são assinaláveis e podem muito bem ser o ponto de partida e constituírem-se, mesmo, como um modelo alternativo para o muito que há a fazer na **sensibilização, integração e enquadramento** dos cidadãos na luta contra a pobreza e no combate às práticas nefastas.

As TVC, **Bagunda**, (S. Domingos) TVC **PKIS Utchak** (Canchungo) e **Quelele** (Bissau) (embora aguardem ainda pela autorização das autoridades e de meios financeiros para aquisição de equipamentos a fim de dar início a emissões regulares, têm desenvolvido um amplo trabalho no seio das comunidades, com filmagens e projeções, seguidas de debate. Operam na ótica de prestação de serviços de forma pouco sistematizada. A TVC **Massar** criada em 2007, possui um emissor de 250W, com capacidade de cobertura para uma área de 30Km. Conta uma equipa de 4 jornalistas e 3 técnicos. É a única que chegou de emitir em regime experimental durante um curto espaço de tempo.

As características do país, marcadas pela elevada taxa de analfabetismo, um número elevado de práticas nefastas como a mutilação genital feminina, casamento precoce e obrigatório, infanticídio, crianças trabalhadoras e meninos di *kriason*, dão algumas indicações para uma agenda de proximidade, interventiva e de inclusão. O calendário cultural, quase sempre de costas voltadas para a época letiva é um dos muitos entraves a erradicar. A TVC pode, em articulação com as rádios, dar um contributo complementar e decisivo no combate a mentalidades e comportamentos retrógrados que se escudam nas práticas culturais. O I Encontro das TVs Comunitárias, realizado de 18 a 20 de Junho de 2010 inventariou um conjunto de preocupações que aguardam solução. São 12 pontos essenciais à guisa de recomendações, que, desde que observadas podem abrir o caminho a estas televisões no sentido de cumprirem com o seu papel de comunicarem para o Desenvolvimento. O II Encontro, previsto para o primeiro trimestre de 2012, foi adiado devido ao golpe de Estado de 12 de Abril. Pelas preocupações manifestadas por alguns, urge agendar uma **discussão sobre como tratar o binómio RC/TVC e ONG** e por aí, encetar um percurso de comunicação triangular, tendo no centro, como fulcro, as comunidades.

Como enfrentar os desafios de crescimento? Adotar um modelo em que as ONG promotoras seriam de facto as proprietárias? Ou traçar um caminho de crescimento e maturidade que resulte a médio ou longo prazo num corte umbilical? Encontrar um meio-termo assente numa dinâmica repartida em que as rádios comunitárias assumam o seu percurso, mantendo-se todavia com o “chapéu”- (ONG), num papel de facilitador e mediador? Este é um assunto que deveria ser agendado para os próximos encontros nacionais das RC e TVC.

Necessidades em material e equipamento:

Espaços adequados. Emissores, Camaras de filmagem, computadores, microfones, projetores.

Necessidade em formação:

Capacitar operadores, animadores, editores, repórteres, técnicos de manutenção e de emissão.

5.7 Agência de Notícias da Guiné-ANG (público)

Localização e Chefia

Tem as suas instalações no Centro de Imprensa na avenida do Brasil. A ANG tem um diretor geral (Salvador Gomes) e dispõe de três direções: Informação; Técnica e Administrativa.

Localização e Chefia

Desde a sua criação em 1975, a Agência de Notícias da Guiné assumiu-se como a placa giratória de informação do país para o mundo e deste para os órgãos de comunicação social locais que davam o tratamento jornalístico e veiculavam para o grande público. Todo o serviço disponibilizado pela Agência e oriundo de uma diversificada rede de agências internacionais era gratuito. Também hoje se pode aceder ao seu *site* www.angnoticias.blogspot, e consultar toda a informação produzida sobre o país.

Capacidade reduzida

A capacidade de receção de notícias internacionais ficou afetada pelo fim do acordo com as congéneres já referenciadas com as quais manteve uma longa cooperação. Hoje só tem acordo com a Agência chinesa de notícias. A falta de verbas impede a ANG de contratar um tradutor de francês-português que lhe daria outra dimensão informativa. Na fase inicial, a exemplo dos demais órgãos públicos (RDN e Nô Pintcha), a ANG beneficiava de um quadro orçamental assumido pelo OGE. Ao perder este apoio, faltou uma visão estratégica que enquadrasse a Agência na nova realidade. Há a vincar que o serviço de notícias produzido pela Redação de Bissau, continua operativo.

Cooperação

Viveu um período de grandes apoios externos que, ao cessarem, ditou a cessação de várias atividades cruciais que caracterizavam a única agência de notícias do país.

Pessoal e género

Tem um corpo de 26 trabalhadores, oito estagiários, quatro afetos à direção. 14 Jornalistas, três técnicos, cinco administrativos e três dos serviços de apoio. Um engenheiro informático, oito com estudos universitários, dois com cursos médios, nove com 11º ano, quatro com o 10º ano e três com menos de 9ª classe. Só oito são mulheres.

Necessidades de formação

Os seus jornalistas identificaram como necessidades de formação, a especialização em matérias de economia, cooperação e desenvolvimento, sociedade, justiça, direitos humanos, documentação e arquivos, informática, e gestão de empresa jornalística.

Conteúdo e temas

Como os restantes órgãos, concede prioridade aos assuntos políticos e, depois, sociedade, economia, cultura e desporto.

Orçamento e custos

O orçamento (2012) da agência é de 32.270.539,00XOF. O governo através do OGE concedeu à ANG 25 milhões XOF exclusivamente para o pagamento de salários do pessoal contratado. A ANG deixou de contar com receitas de publicidade e anúncios devido à inoperacionalidade de muitos dos seus serviços.

Equipamento instalado

Do equipamento instalado em funcionamento destaca-se: cinco computadores de mesa e um *computador portátil*; uma máquina fotográfica digital, uma viatura.

A agência destaca como necessidades de aquisição: oito computadores (dos quais dois portáteis) e duas máquinas fotográficas.

- Ao abrigo de um acordo celebrado entre governos de Portugal e Guiné-Bissau a Agência de Notícias portuguesa “LUSA” possui uma delegação na capital guineense.

5.8 A Casa da Imprensa

Uma Casa de Imprensa renovada que vá a votos, se reorganize, atualize e modernize os seus estatutos e, com novos corpos gerentes, vai ter certamente um papel de relevo a desempenhar em prol dos jornalistas e dos *media* guineenses. Pela particularidade que esta instituição assume no mundo d comunicação social e pelos constrangimentos que manifesta, ela será tratada como contributo especial num trabalho próprio à margem desta Estudo. Mais do que anomalias de carácter administrativo e de gestão, o que mais interpela a Casa de Imprensa é o facto de não ter convocado eleições no prazo previsto pelos seus estatutos e o não cumprimento do princípio da alternância.

Fortalecida do ponto de vista organizacional, com um espaço físico cedido há alguns anos pelo governo e recentemente confirmado e que será transformado em sede, logo feitas as obras de melhoramento e restauro, com todos os seus órgãos a funcionar em pleno, resultado das eleições livres e transparentes, a CI estará em condições de ocupar um lugar de relevo. Este papel passa pelo reforço das capacidades profissionais do jornalista, na observância da ética e na organização dos OCS do ponto de vista editorial, caso se venha a observar o princípio da alternância, como aconselha um dos seus fundadores, Agnelo Regalla, que sublinha que hoje ela tem de estar à altura das suas responsabilidades em toda a sua dimensão, interna e externa.

É uma Organização com referências e cuja ação no passado muito contribuiu para o pluralismo e para o surgimento de órgãos privados no país.

É com base neste fundamento que a Casa de Imprensa foi louvada em 2005 pelo Presidente da República, Henrique Rosa que atribuiu à Organização o DIPLOMA DE MÉRITO DE 1ª CLASSE, pelo conhecimento histórico da realidade sociocultural da Guiné-Bissau e consolidação do Pluralismo Democrático no País (ver diploma em Anexo 23).

Consultando o que existe da sua documentação, verifica-se que a CI esteve sempre atenta aos atos de censura e insurgiu-se contra tendências totalitárias e de controlo da informação e da comunicação, como se prova pelo seu posicionamento público face às investidas do poder executivo e militar através de notas e conferências de imprensa.

Atravessou um período desajustado e de desnorte, pouco consentâneo com os seus objetivos, provocado por uma forte sangria de quadros, mas ainda assim, soube superar e em áreas sensíveis como eleições e democracia (parcerias com ONUIGBIS e SINJOTECs) e no combate ao crime organizado e narcotráfico (IPAD e Ministério da Justiça guineense e SINJOTECs) e na formação, voltou a desenvolver parcerias em prol de uma comunicação social mais sólida e interveniente, como já foi sublinhado neste Estudo.

A experiência adquirida no seguimento e análise dos posicionamento, abordagens e tratamento de matéria informativa pelos *media*, no quadro dos escrutínios eleitorais oferecem-lhe um estatuto a capitalizar, sobretudo se tiver em conta um certo descrédito do CNCS, junto dos OCS, devido a um ruidoso silêncio em momentos que se exige observância da lei da liberdade de imprensa.

Um eventual apoio à CI deve passar pelo seguimento do processo em curso, contribuindo na organização do sistema eleitoral, aprovação dos Estatutos e na feitura de um programa exequível, de funcionamento e reforço da Organização.

Constrangimentos e futuro

O não cumprimento dos estatutos que prevê, entre outras, a realização de eleições a cada quatro anos e o deficiente funcionamento dos seus órgãos, fez recair sobre os ombros de alguns membros a responsabilidade de conduzir a Organização.

Atualmente, a Casa da Imprensa, enfrenta dificuldades financeiras e a comissão diretiva que responde por ela reconhece a necessidade premente de mudanças internas a fim de estar à altura das exigências estatutárias.

De acordo com elementos afetos à Organização e inquiridos no âmbito do presente Estudo, está prevista a convocatória de uma assembleia geral para a eleição de novos corpos gerentes, análise e modernização dos estatutos em vigor. Este processo será antecedido por contactos entre os membros e pela constituição de uma assembleia

de fundadores para debater as ideias de renovação da Organização e criar uma comissão eleitoral independente. Para a direção desta estrutura, a dificuldade de convocatória da assembleia prende-se com a dispersão dos seus membros pelas regiões do interior, agravada pelo facto de trabalharem em regime de voluntariado e não usufruírem salários.

5.9 RENARC

A RENARC, como estrutura criada por decisão das RC's e em função das vulnerabilidades exibidas por estas deve, no entendimento dos seus associados, *"reforçar a capacidade instalada e dotar-se de meios que lhe proporcionem uma prática interventiva à altura da missão confiada na coordenação e orientação das comunitárias"*.

Para lá chegar, no juízo feito por 17 do "grupo dos 20 declarantes" *"terá de sensibilizar os seus associados e membros a pagar as quotas com regularidade. Deverá encarar a possibilidade de criar outras categorias de membros e associados que, através de doações, quotas e outras formas contribuam para os fundo da organização"*. Os outros três declarantes são reticentes ao sistema de quotização e acham que *"é hora de o Estado assumir o seu papel como principal ator da consolidação do pluralismo e da democracia, financiando os media e, em particular, os RC"*.

Para o universo dos inquiridos neste Estudo, *"um dos desafios que se coloca hoje à RENARC é munir-se de condições que lhe permitam ir para além da formação, onde já enfrentou os temas mais candentes, como sejam o princípio do voluntariado e o não pagamento de salários. Terá de descodificar até onde a remuneração a troco de trabalho efetuado pode atentar contra o espírito do voluntariado e da não obtenção de lucros. Que incidência tem a não existência de salários na fixação do pessoal?"* Este é um ponto de vista compartilhado pela larga maioria das pessoas auscultadas.

Uma outra questão delicada e colocada pelos próprios animadores das RCs é a pertinência de se estabelecer algum paralelismo com a experiência das ONG's no mesmo domínio. Como se referiu neste Estudo, há uma ONG, a KAFO - Federação Camponesa de Djalicunda que assume a rádio (Dalicunda) como pertença sua e, nesse contexto, resolveu o problema dos salários e assim fidelizar os seus quadros tornando-os seus trabalhadores. Outro exemplo é a Radio Comunitária de Bafatá que não deixando de ser "não lucrativa" resolveu no âmbito de uma parceria diversificada e de venda de serviços, o problema das remunerações.

Algumas rádios sugerem à RENARC que avance para uma autonomia tal que lhe permita não depender de ajudas esporádicas e pontuais. Para o efeito defendem a ideia do incremento de um Programa de Desenvolvimento Comunitário que envolva as RC e as TVC e por esta via, beneficiar de um apoio de acordo com as suas amplas e diversas necessidades.

“A parceria com a RENARC seria melhor e facilitaria mais se fosse autónoma”, sustentou o responsável pela Radio Bijagós, Jorge Monteiro, enquanto Filipe Cardoso da Djan-Djan, lamenta o facto de a RENARC ser ela mesma dependente e de não diversificar as parcerias e a cooperação. Isto não significa que todas as estratégias tendo em vista a autonomia financeira sejam aceitáveis, como referem os responsáveis da rádio Papagaio de Buba, “quando temos de pagar mais caro à RENARC, do que a um privado, para o arranjo de um emissor, alguma coisa não está bem e tem de ser resolvida”.

Para algumas rádios comunitárias a RENARC, já fez coisas boas, mas neste momento não consegue estar à altura das necessidades. Daí que haja vozes discordantes a propor a criação de uma segunda rede ou mesmo de várias redes regionais.

A RENARC terá de equacionar a melhor forma de ajudar os órgãos comunitários a resolver os seus principais problemas e que têm a ver com a funcionalidade das RC e TVC's:

- Solucionar a questão da manutenção do equipamento (criação de uma estrutura de apoio);
- Reposição das peças e dos instrumentos de trabalho (aquisição e estocagem)
- Apoiar a formação e especialização do pessoal;
- Ajudar as RC's na clarificação de uma política de remunerações ou gratificações face aos seus princípios (não lucrativos) e a necessidade de uma maior transparência nesta matéria.
- Contribuir na definição de um Estatuto para os profissionais das RC e TVC's.
- Trabalhar na definição de uma linha editorial e de códigos de ética comum a todos;
- Repensar o pagamento de quotas e criação do estatuto de vários tipos de sócios e *sponsors*;
- Desenvolver ações de *lobbying* para obtenção de apoio e subvenções que ajudem os órgãos comunitários a melhor incrementar as suas atividades.
- Ter um projeto próprio que garanta o seu funcionamento e sensibilize parcerias efetivas.
- Incentivar as demais RC's a integrar a REDE

Localização e Direção

A Sede da Organização foi cedida pela “AD” – Ação para o Desenvolvimento – e, como esta situada no perímetro das instalações desta ONG, beneficia de energia elétrica e de outros serviços que garantem a sua funcionalidade no dia-a-dia. A direção da organização é assumida pelo presidente, que é coadjuvado por um segundo elemento que com ele compõem o Secretariado Permanente, que é eleito na Assembleia Anual. Os órgãos sociais são: Assembleia Geral; Comité Executivo; Conselho Fiscal; Conselho Consultivo.

Atividade e Orçamento

A principal função da RENARC é apoiar as atividades dos seus membros no que concerne ao enquadramento, e seguimento, o que segundo os seus associados “nem sempre efetivado por falta de verbas”. Não dispõe de um orçamento o que a faz depender muito das ajudas da “AD”.

Outros constrangimentos

Não obstante a decisão aprovada e assumida no último Encontro em Gabu que obriga cada membro a pagar uma quota anual de 500 francos CFA, verdade porém é que ninguém a paga. Segundo os seus Estatutos, os fundos da RENARC, advêm de quotizações dos seus membros, rendimento gerado pela Organização, doação de organizações locais, nacionais e internacionais, contribuição do setor privado e outras fontes de rendimento (não identificadas).

Entre as dificuldades reconhecidas reside a necessidade de um maior apoio e enquadramento das organizações-membros na sua legalização, tanto pelo notariado como pela ARN. A falta de meios financeiros impede a RENARC de apoiar os seus pares na aquisição de Filtros Harmónicos, visto como uma necessidade premente para melhorar a qualidade das emissões. Verifica-se que a RENARC dispõe de pouco espaço de diálogo com a ARN. Prova disso é não conseguir fazer-se ouvir nessa estrutura, com a qual deveria manter uma relação de proximidade, por ser uma “voz autorizada” em matéria de rádios comunitárias.

Necessidade de formação

Carências nas áreas de administração e gestão obrigam a direção a priorizar a formação dos seus membros nessas áreas, sem descurar com a capacitação nas áreas de tratamento da comunicação, feitura de notícias, manutenção e formação de técnicos de emissores e geradores. Formar uma equipa de formadores com uma boa base técnica.

Necessidades em material e equipamento

Precisa de viaturas para apoiar os seus membros nas regiões; Computadores, fotocopiadora; *scanner*, mobiliário de escritório, de forma a assegurar os serviços mínimos e, ao mesmo tempo, disponibilizar um espaço para ser usado pelos seus pares sempre que se desloquem a Bissau.

Projetos idealizados

A criação de uma Loja de aquisição e venda de equipamentos de Rádio é um projeto que está a ser estudado nesta fase para implementação, logo que surja uma possibilidade de parceria, diz o Secretariado Permanente. Formação de uma equipa móvel de formadores e técnicos para apoiar os seus associados. Realização de 2 encontros nacionais de Rádios Comunitárias. A cada dois anos realizar um encontro nacional de TV comunitárias.

5.10 SINJOTECS

Em 13 anos de existência, o Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau conseguiu marcar uma posição própria no panorama do sindicalismo e do jornalismo guineenses. Pesem as carências em material, equipamento e experiência sindical, a organização conseguiu chamar a si uma parte significativa e maioritária dos profissionais da classe e, ao mesmo tempo, ser membro de um grande número de organizações e instituições de jornalistas e técnicos da comunicação social internacionais.

Destacam-se a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), a Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa, (FJLP) da qual é Vice-Presidente, “FJLP”, Federação Africana de Jornalistas, (FAJ), União de Jornalistas da África Ocidental (UJAO) igualmente Vice-presidente. Ainda foi membro fundador da UJA – União de Jornalistas Africanos.

Organização de direção

Hoje o SINJOTECS está implantado em todos os OCS no país através de Comitês de Redação ou de pontos focais. Além de um Presidente e três Vice-Presidente, a direção que é eleita cada quatro anos, conta com mais quatro membros efetivos.

Por disposição estatutária, o presidente só pode renovar o mandato uma vez e é-lhe vedado o exercício de funções de chefia ou de direção em qualquer órgão de comunicação social. O próximo escrutínio será dentro de dois anos.

O SINJOTECS tem um Presidente, Mamadu Candé e três Vice-Presidente, Domingos Sanca para órgãos públicos; Indira Correia Baldé, para órgãos privados e Dauda Dabó para órgãos comunitários

Sede

Até 2012 manteve uma sede aberta em Bissau, no Bairro da Ajuda, mercê de um apoio concedido pelo Secretariado Nacional de Luta contra a Sida que, entretanto, deixou de funcionar. A criação de uma sede é uma das principais preocupações do sindicato. As reuniões são feitas nas Redações dos vários órgãos associados.

Pessoal e salários

Não possui pessoal profissionalizado e nem paga salários. O trabalho desenvolvido pelos membros da direção é em regime de voluntariado.

Cooperação e parcerias

Os apoios recebidos dos parceiros de cooperação têm-se cingido a área de formação. Hoje a sindicato destaca a formação como setor prioritário mas defende apoios em equipamento e material de trabalho como meio de consolidar a organização.

Os principais parceiros têm sido a UNESCO, SWSSAID, as Embaixadas de França, EUA e Canadá em Dacar, a UE, PRO-PALOP, PNUD e OSIWA que financiou a últimas eleições de 2011. Em parceria com a Casa de Imprensa e a UNIOGBIS tem desenvolvido várias ações de monitoramento dos media, destacando-se os trabalhos realizados em períodos eleitorais.

A SINJOTECS é membro da confederação geral dos sindicatos Independentes da Guiné-Bissau (CGSI-GB)

Projetos e ações programadas

A criação e atribuição de uma carteira profissional aos profissionais, em parceria com o CNCS e com a Casa da Imprensa; promover um circuito de premissas de informação para melhor cumprimento da ética e da lei de imprensa. Organizar um recenseamento geral de jornalista e técnicos com vista à constituição de um banco de dados. Cooperar com a Casa da Imprensa na construção de um centro de formação de jornalistas e técnicos de comunicação social que abarque as principais áreas da comunicação social.

Constrangimentos e Dificuldades

Dificuldades nos trabalhos sindicais no seio dos órgãos públicos. Mesmo os dirigentes sindicais têm problemas para obter licenças destinadas ao trabalho do sindicato.

A ausência de uma Sede própria é um entrave ao desenvolvimento e consolidação da ação sindical que segundo a direção se vê a braços com sérios problemas de limitação das liberdades e de censura.

A debilidade dos quadros dos OCS em áreas de gestão administrativa e contabilidade o que na ótica dos sindicatos enfraquece-os e por consequência ficam mais vulneráveis a pressões.

Tal como as demais organizações ligadas ao setor dos media, enfrenta sérios problemas de subsistência devido à falta de um orçamento de funcionamento e outras opções organizativas e administrativas.

A relutância dos parceiros em apoiar infraestruturas e equipamento, jogam contra o esforço da Organização do fortalecimento do media que vêm o órgão que mais advocacy e defesa da classe com uma estrutura frágil e vulnerável.

A SINJOTECS na voz do seu Presidente vê o surgimento da Ordem dos Jornalistas, como “uma clara manobra de dividir a classe ao tentar implantar no seio dos profissionais uma elite, em detrimento da maioria, não só pela forma como ignorou as instituições já existentes, como por utilizar o argumento do diploma de curso superior como valor único, mesmo sabendo que 97% dos colegas não possui estudos universitários, mas sempre cá estiveram a fazer o que tinha de ser feito”.

Necessidade em Formação

Capacitação nas áreas de jornalismo e técnicas; Especialização área temáticas; Formação em gestão administrativa; Reforço do conhecimento em informática e acesso à Internet, produção e gestão de *blogs* e sites.

Necessidades de Equipamento

Três computadores; Uma impressora; Um *scanner* e mobiliário de escritório;

5.11 Especificidades e constrangimentos

Exceção feita às **Rádios Comunitárias** em que, de universo de 35 órgãos só quatro se localizam em Bissau e das **Televisões Comunitárias**, em que das quatro existentes só uma se localiza em Bissau, a totalidade dos demais OCS, jornais, rádios, agência de notícias, televisão, localiza-se na capital, onde têm as suas principais fontes e para onde direcionam a sua informação. O único jornal comunitário, “Dia-a-Dia de Quelele” embora pouco divulgado e com problemas de afirmação é feito num bairro da capital.

Esta concentração de uma tão vasta rede de OCS acaba por beliscar o seu impacto quando as equacionamos numa perspetiva nacional e de proximidade, mesmo sabendo que a tecnologia moderna encurta as distâncias e faz-nos estar onde é preciso em cada instante. Acontece porém, que a realidade mostra que no caso guineense, o atraso tecnológico constitui fator limitativo. Ajuda considerável e um bom instrumento de trabalho tem sido o telemóvel, vulgarizado no país desde 2003 após a liberalização ter atingido a área das telecomunicações. Nota-se, todavia, que o serviço disponibilizado proporciona uma deficiente qualidade de som o que, em termos de rádio, que muitas vezes o utiliza para reprodução e montagem se revela inadequado. Apesar do uso do telemóvel se encontrar bastante vulgarizado, quando se trata de comunicar de, ou para o interior do país, apercebe-se que a qualidade dos serviços é questionável.

A consolidação das Rádios e Televisões comunitárias, a qualidade do seu trabalho bem como a solução dos seus constrangimentos como estatuto e salários, dependem muito da dinâmica a empreender pela RENARC, ou da capacidade dos próprios órgãos de se tornarem autossuficientes, disseminando parcerias e sinergias entre eles mesmos.

As “autoestradas” da comunicação embora com todas as condicionantes técnicas, existem, mas faltam os instrumentos de navegação. O acesso e o uso requerem além do conhecimento técnico, disponibilidade financeira que escasseia.

Por outro lado, do ponto de vista de estratégia comunicacional, a proximidade, o conhecimento, e a participação das comunidades exigem presença, como garante da apropriação popular.

No país, o acesso à net ainda é, sem dúvida, um problema técnico, embora não se possam ignorar os custos elevados face à capacidade financeira dos OCS. Durante um certo período como o Estudo referencia, a Casa de Imprensa, com financiamento externo (UE), proporcionou espaço e meios. A jusante destas questões subsiste o problema da energia elétrica, pois sem ela o acesso à net fica comprometido. Mesmo em Bissau, onde já existe mais do que uma unidade fornecedora de serviços de internet, a sua utilização não é um dado adquirido, sobretudo quando se refere aos media, cuja noção de tempo e velocidade é outra, que não a do cliente normal que pode esperar. A notícia não espera, não se adia, não se guarda. Morre, se for guardada ou adiada.

Nas visitas às regiões do país, durante a recolha de dados e informações para este Estudo constatou-se que a maioria dos OCS, não é vista nem sentida pelas populações como pertença sua, como algo que podem usar e que lhes seja útil no tempo e momento em que desejam. Nunca vimos um jornal à venda, nem nas mãos de alguém. Nos bares, restaurantes, escolas, rádios comunitárias nunca vimos um exemplar, nem antigo e muito menos recente. Por norma, alguém que tivesse um aparelho (transistor) ligado, estava sintonizado a uma rádio local ou quando muito a uma estação estrangeira, salvo pontualmente nas horas dos grandes blocos noticiosos, às 13H00 ou às 14H00.

A televisão não chega às regiões do interior. Não faz reportagens sobre o que se passa nessa enorme fatia do país, exceção feita quando acompanha algum governante ou político que assume os custos da deslocação e alojamento, o que condiciona o teor da notícia que se vê obrigada a torna-lo no objeto principal da notícia.

O mesmo se poderia dizer em relação à RDN, onde os próprios responsáveis dizem que sem dinheiro e meios não se pode estabelecer uma comunicação perfeita. Um depoimento de um ex. guarda-florestal de 73 anos (Dambi) é elucidativo: *“o meu jornal e a minha televisão são este aparelho (rádio) que comprei a seguir à independência, nos Armazéns do Povo”*.

A maior parte dos projetos, tanto na imprensa escrita como na rádio foi empreendida por jornalistas com experiência profissional adquirida no Nô Pintcha ou na RDN, mas sem formação em gestão e administração. Alguns deles passaram por esses órgãos numa altura em que o Estado assumia as despesas na sua globalidade.

Trata-se de facto de empresas jornalísticas. Daí a ideia existente no seio de antigos jornalistas e das 20 pessoas referenciadas (dois grupos de entrevistados) que usaram mais a parte emocional e jornalística do que a empresarial na gestão dos jornais. Se houve um estudo de mercado, foi falível, disseram os referidos entrevistados. Achem que prevaleceu a ideia de aproveitar a oportunidade e contribuir para a democratização. Os patrocinadores destas iniciativas apontam o dedo ao mercado, aos empresários descapitalizados e à ausência de incentivo dos governos.

Foram identificados só três casos, dois jornais, (Baloba de Nobas/2004 e Kansaré/2004), todos entretanto extintos e uma rádio (Mavegro), cujas iniciativas pertenceram a privados sem ligação ao mundo dos *media*. A Sol Mansi e A Radio Nossa são privadas, de âmbito nacional, mas ambas de inspiração religiosa como já se referiu.

Já depois do conflito político militar (98/99) e dispondo de um quadro jurídico mais favorável, embora carecendo de outras leis mais consentâneas com o momento dá-se a hora dos jornais privados. Novas publicações vão surgindo e fechando em ritmo acelerado, sem tempo para se afirmarem. Destacam-se os jornais que resistiram aos vários obstáculos, político, organizativo, financeiros: “*Última Hora*”, que vai no quinto ano e o “*Bantaba di Nobas*”, também criado em 2007 e que se mantêm. Ambos, apesar de lidarem com sérios problemas, têm ainda assim mantido uma considerável regularidade, juntamente com a *Gazeta de Noticias* e o *Nô Pintcha* que, ultrapassado o período de hibernação, voltou a circular pelas ruas da capital, sem todavia recuperar o espaço de venda de que dispunha no interior do país.

Na área da audiovisual (2001) entra no ar a **Sol Mansi**, um projeto da igreja católica que por etapas seguras, acaba por ter além da Estação Emissora, funcionando em Bissau e Mansoa, um centro de formação nesta cidade. Em 2005 entra no “Ar” a **Rádio Nossa** propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus. No mesmo ano surge a **Rádio Jovem**, propriedade da RENAJ- Rede Nacional de Associações Juvenis.

À exceção das privadas Sol Mansi e Radio Nossa, todos os OCS se deparam com graves problemas de subsistência elementar. Tiragens e tempo de emissão reduzidas, diminuição de temas, conteúdos e programas, atraso no pagamento dos salários, já de si baixos, são alguns dos indicadores da insustentabilidade da situação vigente.

Rádios, jornais (com a exceção de um semanário), agência de notícias, televisão, todos reconhecem o primado das notícias de foro político ou partidário sob qualquer outro conteúdo temático e nenhum parece preocupar-se com a situação que, dizem ir de encontro ao que o público deles espera.

Uma parte considerável dos entrevistados, a nível das direções, reconhece a subalternização de outros temas, sejam eles de carácter económico, cultural ou social. Sobressai, contudo a ideia que, por não haver o hábito de reuniões da redação para a preparação das agendas, esta situação não é discutida entre os jornalistas.

Não existem estudos (conhecidos) que avaliem o impacto dos conteúdos junto do público da Guiné-Bissau. De igual forma se desconhece como reagiriam os leitores caso o preço dos jornais baixasse.

Para os proprietários o preço de venda ao público dos periódicos é considerado relativamente baixo (500XF) enquanto da parte do público a ideia é inversa, argumentando-se no jeito *Saido Coiaté*, de um vendedor do mercado de Gabu: “Com esse

dinheiro compram-se dois pães e sobra para o açúcar com o qual se faz água pu” (refrigerante feito com água e açúcar).

Os *media* na Guiné Bissau enfrentam um conjunto de dificuldades e constrangimentos de natureza técnica, administrativa/financeira, e de conceptualização assente em pressupostos erróneos que limitam a sua intervenção encurtando o espaço de projeção e de crescimento. Por exemplo, não houve estudos de viabilidade e nem se pensou na perspetiva de negócio, obtenção de receitas. Era suposto o Estado patrocinar os atos do pluralismo e da democratização, financiando a criação e consolidação dos novos órgãos. Não passou de uma manifestação de ideias contidas em discursos políticos porque nunca materializado em ações ou programas orçamentais concretos assumidos pelo OGE. Como diz um ex-dirigente do PAIGC, hoje reformado, “só foi assumida a rubrica de salários e em relação aos órgãos públicos e com verbas consideradas pelos profissionais como irrealistas”.

No que se refere aos órgãos públicos (RDN, Nô Pintcha, TGB e ANG), as mutações estatutárias, administrativas e políticas, operadas no país, devido à liberalização do mercado e do multipartidarismo acabaram por ter consequências perniciosas do ponto de vista financeiro. Não se prepararam e nem se adequaram para os novos tempos. “Pararam literalmente no tempo”, como afirma uma das 20 figuras de reconhecido mérito na área, ouvido neste trabalho.

É que na fase inicial da independência, durante as duas primeiras republicas, (1974 a 1980 e 1980 a 1999) os órgãos públicos beneficiavam de um apoio orçamental assumido pelo OGE, com rubricas que contemplavam todas as despesas de funcionamento e produção. As receitas recolhidas por estes órgãos eram canalizadas para o Tesouro do Estado que as geria diretamente, como assegura um antigo Diretor das Finanças, hoje empresário.

O evento da democracia e o fim do partido-Estado não foi acompanhado de um trabalho de reconceptualização dos Órgãos de Comunicação e da sua autonomização editorial e financeira. Desde então vem-se assistindo à sua fragilização, e incapacidade de implementar os seus planos de trabalho com vista à criação de um novo quadro de intervenção para reverter a situação. Inicialmente, os OCS públicos conformaram-se com a contribuição do Estado em assumir a rubrica salários, mas logo constataram que os problemas de funcionamento eram bem mais do que pagar salários, ainda que baixos.

A ausência de políticas de incentivo e de apoio do Estado (governos) aos *media* no geral, é um fator adverso, ideia comungada por todos os atores da comunicação e que devia materializar-se em subvenções (anuais ou mensais) inscritas no OGE, acrescidas de políticas fiscais e aduaneiras que os isentasse do pagamentos de taxas e impostos sempre que necessitassem de importar equipamentos ou de fazer benfeitorias nos seus serviços.

Outra forma de apoio passaria pela intermediação do Estado no quadro das políticas de cooperação do governo, junto dos parceiros tradicionais de desenvolvimento do país, no sentido de que algumas verbas fossem encaminhadas para apoiar os *media* que apresentassem programas ou projetos de comunicação e desenvolvimento e que incentivassem a cidadania.

Contrariando a sua pouca apetência para apoiar o crescimento e a consolidação dos *media*, o Estado (leia-se governo) tonou-se mais presente na vida interna dos órgãos, imiscuindo-se com frequência nas opções editoriais, sobretudo dos públicos, provocando sistemáticas mudanças das direções, o que os fragiliza ainda mais, como destaca um antigo diretor da RDN.

Entre vários aspetos negativos, estas intromissões, movidas por impulsos de natureza política, acabam por interromper ciclos de cooperação que muitas vezes prejudicam projetos em curso, já que não há o hábito de passagem de testemunho (*passação*) nem tão pouco a apresentação de relatórios de atividades e financeiro e a entrega dos dossiês em curso ou a implementar. Por norma, a indicação de um novo diretor equivale à substituição de toda a equipa dirigente dos diferentes departamentos

A par da imiscuição do poder político-partidário, também a crónica instabilidade político-militar se tem revelado um dos principais entraves e constrangimentos com custos elevados, ao ponto de estar na base do enfraquecimento e até do desaparecimento de muitos OCS. Assim tem sido desde 1998, até aos dias de hoje.

Os partidos da oposição não ficam isentos, primeiro pelas críticas corrosivas sempre que uma notícia não é do seu agrado e depois pelas inúmeras tentativas de influenciar as abordagens jornalísticas.

Quando a oposição chegou ao poder multiplicaram-se os casos de perseguição e prisão de jornalistas, muitas vezes denunciados pela **SINJOTECS**, **Casa da Imprensa** e pela **LGDH**.

Outros constrangimentos, de índole organizacional, são congénitos e remontam com já se referiu à fase da criação dos próprios órgãos e empresas. As opções de sucessivos alinhavos na vã tentativa de substituir o estudo de viabilidade que devia ter sido feito ou a adoção de um conjunto de medidas corretivas, têm-se revelado insuficientes e incapazes de colmatar as debilidades organizacionais e de funcionamento. O redimensionamento dos *media* e das empresas passa pela valorização dos aspetos económicos e financeiros, além do conhecimento do mercado e da morfologia política local.

Denota-se, para além das insuficiências organizativas e de funcionamento, que os OCS não enveredam pela concertação permanente e nem adotam planos conjuntos de ação. Esta é uma fraqueza constada e que interfere negativamente na operacionalidade dos *media*. À exceção da **RDN**, **SOL MANSI**, **Rádio NOSSA**, as demais estações

experimentam os mesmos problemas na área da manutenção e conservação do equipamento.

A imprensa escrita padece dos mesmos males, no acesso aos mercados, na aquisição do papel, na construção e montagem do jornal, vendas e numa área crucial como o da administração e gestão.

Associativismo, plataformas, redes e demais formas de coordenação e ajuda mútua, não têm sido vias equacionadas para a solução dos problemas que grassam. Iniciativas pontuais não passaram de pequenas e inconsequentes tentativas de criação de uma associação de rádios.

De referir ainda as carências na área da formação com ênfase na atualização e aprofundamento dos conhecimentos e na especialização tanto no setor técnico e administrativo (audiovisuais, imprensa escrita) como no da informação e serviços de apoio. Nesta amálgama de défices, sobressai o peso considerável dos equipamentos avariados, obsoletos, uma situação agravada pela ausência de instrumentos e de aparelhos de manutenção e recuperação. A grande parte dos OCS **não dispõe** de serviços de **manutenção** e **nem de técnicos formados** nesta área.

A **instabilidade do pessoal** é notoriamente um outro *handicap* que tem custos enormes não só pela sangria em si e no que representa em termos de continuidade e qualidade de serviço, mas também porque há todo um investimento aplicado com a formação que se perde e que tem de ser reprogramado para novos recrutamentos ou para pessoal menos qualificado.

Ressaltam igualmente outros sintomas evidentes, que mais não são do que o prenúncio de um certo **atrofiamto gradativo** que tem conduzido ao desaparecimento cíclico de muitos dos órgãos criados desde o dealbar do pluralismo e da democratização. O insucesso constatado é o resultado de políticas e conceitos inadequados, nunca devidamente corrigidos.

Com défices de organização palpável assume relevo a falta de rigor no manuseamento e conservação do material o que encurta o seu tempo de vida. A ausência do espírito de responsabilização e rigor administrativo facilita um certo clima de impunidade.

A maioria dos órgãos na área audiovisual não dispõe de centros ou secções de manutenção. Não existe o sistema de requisição, entrega e controle de material. Não há livros de “registos de emissão” que fixem o comportamento dos emissores e geradores. As poucas viaturas existentes não têm “livro de bordo”, não se controla a quilometragem e o tipo de serviço feito e nem se anotam as datas de parafinação mudança de óleo, etc. O controle de entradas e saídas não está instituído, lacuna que favorece o absentismo.

Persiste uma prática que complica e agrava ainda mais todo um processo já de si difícil por depender também de fatores endógenos. Não se procedeu à identificação rigorosa da ação a implementar, face ao meio envolvente. Não se deteve nos custos reais da iniciativa e outros potenciais constrangimentos, sobretudo a indefinição de um mercado tão volátil e dependente de fatores externos.

5.11.1 Falta de disponibilidade financeira

Com suporte nas informações obtidas nos questionários e nas entrevistas depreende-se que de uma forma geral, os OCS (audiovisual, imprensa escrita) na Guiné Bissau, enfrentam constrangimentos orçamentais acentuados que limitam a capacidade de cumprimento da sua missão, culminando, não raras vezes, tal como referido em secções anteriores, no encerramento da atividade. Apesar dos meios de comunicação social públicos receberem um pequeno apoio para a rubrica dos salários, o mesmo é manifestamente insuficiente para fazer face às necessidades existentes.

A falta de recursos financeiros traduz-se na incapacidade de uma cobertura efetiva das regiões do interior do país, inclusão do mundo rural na agenda, nomeadamente, através da contratação de correspondentes nas regiões, deslocação de equipas regulares de reportagem.

A falta de recursos financeiros foi também responsável pela não contratação do serviço de correspondentes da ANG que teve de por fim a esta atividade de suma importância para o país.

Como exemplo, tomámos o “**Nô Pintcha**”, órgão público, mergulhado em problemas financeiros e instabilidade ditada por contantes mudanças diretivas. Perdeu a sua página “Regiões” consagrada ao mundo rural e deixou desaparecer a secção **Nô Praça**, que falava do dia-a-dia nos bairros da capital ao mesmo tempo que auscultava a opinião popular sobre temas e assuntos mais díspares ligados à atualidade e traçava perfis de gentes da terra.

A falta de recursos financeiros vulnerabiliza os Órgãos, tornando-os menos apetecíveis e mais dependentes de apoios duvidosos provenientes de interesses instalados, de várias origens, que por esta via obtêm tempos de antena para divulgar a sua propaganda em espaços informativos, o que salvo raras exceções, adultera a linha editorial existente.

Importa, contudo, referir que, em certos casos as dificuldades financeiras embora tenham muito a ver a ver com a conjuntura sociopolítica atual, estão também relacionadas com a ausência de uma análise de viabilidade que dê sustentabilidade à criação de um OCS. Fatores que se agravam devido ao deficiente trabalho de planeamento, administração e gestão, áreas nas quais, apurou o Estudo, existe uma carência de quadros e necessidade premente de qualificação.

Uma forma de sanar esta situação passaria pela possibilidade do Estado assumir o seu papel de principal beneficiário da ação dos *media*, sobretudo no que tange o comportamento e mentalidade das populações que devem ser sensibilizadas e enquadradas no esforço nacional no caminho do desenvolvimento.

5.11.2 Mercado pouco convidativo para os *media*

Os *media* na Guiné-Bissau operam num um mercado limitado, em constantes convulsões logo pouco convidativo não se vislumbrando capacidades e nem políticas para o reforçar e alargar para além da capital, Bissau. Em grande parte ele é fruto do tipo de governação e da excessiva centralização. A falta de dinâmica e a pouca oferta reduzem a necessidade de publicidade. De entre os OCS s mais prejudicados, sobressai a imprensa escrita, pelas razões já evocadas.

Os grandes empresários recorrem aos *media*, só em função de interesses de momento, como é por exemplo as campanhas agrícolas do tipo sazonal, ou com a sua própria imagem, com vista a futuras intervenções na sociedade.

Os agentes e comerciantes na grande praça financeira, o Mercado de Bandim, que já antes do conflito político militar 98/99, movimentavam mais de um milhão de euros/dia, não sentem e nem têm necessidade de recorrer aos jornais. Não são leitores e nem potenciais assinantes ou compradores de jornais.

Os próprios jornais têm a noção da pequena dimensão do universo que atingem, daí a baixa tiragem.

Embora estes mesmos operadores não sejam leitores assíduos, constituem um grupo forte de ouvintes assíduos, mas para isso bastam duas pilhas para manter o transístor ligado todo o dia. Se tiverem de recorrer às rádios, fazem-no não nos moldes clássicos mas como qualquer outro ouvinte utilizando a modalidade dos “Recados e Comunicados”, bem menos onerosos. Todavia, sublinhe-se, uma parte considerável deles, embora participe em avultadas transações comerciais, integra o contingente dos mais de 45 por cento de analfabetos do país e operam na área da economia informal.

O recurso à imprensa escrita, nomeadamente jornais, para adquirir informação, não é uma prática recorrente para a maioria dos guineenses, o que pode ser explicado pela elevada taxa de analfabetismo ainda existente no país, pela iliteracia e pela inexistência de bibliotecas públicas.

A maioria dos Jornais (Semanários) garante apenas a venda em Bissau, não abrangendo outras regiões que acedem à notícia essencialmente através da Rádio. No entanto, importa referir que, mesmo em Bissau, não existe um sistema de distribuição e vendas de jornais organizado e consolidado. A venda de jornais é garantida unicamente por ardinhas, que circulam na praça e nas zonas de socialização (cafés, bares, restaurantes, clandestinos). Estes vendedores admitem que embora não possuam

um mapa de vendas, entre todas as publicações a que tem mais saída é o **Expresso Bissau** seguido do **Ultima Hora**.

Assim sendo, os fatores acima descritos contribuem para limitar as vendas da imprensa escrita na Guiné Bissau. No dizer dos ardinas “o número máximo registado de exemplares vendidos, em situação especial (de muita procura) é 500”.

Também as rádios de tendência nacional sofreram uma quebra acentuada com o surgimento das Rádios Comunitárias devido aos fortes vínculos que as ligam às ONG. Estas passaram e ter nas RC, o primeiro espaço de comunicação e de passagem de mensagens deixando de ser os clientes fidelizados das grandes estações.

5.11.3 Carências Técnicas e de Recursos Humanos

Para além dos constrangimentos já referidos, existem ainda problemas comuns entre os OCS públicos, privados e comunitários que passamos a enumerar:

- Enfrentam um conjunto de limitações no que tange à capacidade técnica e humana;
- Dispõem de poucos meios de trabalho designadamente falta de equipamentos e instrumentos;
- Possuem pessoal excedentário e custos elevados de produção. Muitos deles funcionam acima das suas possibilidades);
- Enfrentam as mesmas carências no tocante ao reforço das capacidades dos colaboradores (efetivos e ocasionais).

De entre as áreas de formação mais identificadas como necessidades de formação destacam-se:

- **Jornalismo:** técnicas, géneros, ética, pluralismo, deontologia;
- **Apresentação e moderação** de entrevistas e debates
- **Montagem e paginação:** técnicas de construção do jornal, montagem e imagem gráfica
- **Línguas:** português (registre-se o fato de ser a língua de trabalho da imprensa escrita) inglês e francês;
- **Administração:** gestão, contabilidade, arquivo e documentação;
- **Informática:** tratamento de texto, acesso e utilização dos principais programas (*Word/ Excel/Access/ PowerPoint*) e acesso à net.
- **Realização** (televisão e rádio)
- **Produção** (TV)
- **Guionistas** (TV)
- **Anotadores** (TV)
- **Técnico de som** (TV)

Analisando os dados recolhidos neste estudo em questionários, entrevistas e informação documental verifica-se que de uma maneira geral, a maioria dos jornalistas

e técnicos para além dos níveis académicos, não possui uma formação profissional adequada à profissão.

Mesmo registando o número crescente de quadros com formação académica superior, o que sobressai no entanto é que entre estes nota-se uma carência de conhecimentos no exercício de uma profissão que requer uma atualização constante e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos.

As limitações impostas por uma profissão mal remunerada condicionam e agravam ainda mais a sua superação cultural e técnica. São, todavia imperativos incontornáveis que se vêm arrastando desde há muito tempo muito embora terem sido identificados atempadamente.

Em 1997 (14 de maio) a AJGB, a partir de um trabalho de A. S. Lopes apresentado em Bissau num Seminário sobre Reforço da Vida Associativa e Formação Profissional, foi então traçado o **perfil do jornalista** guineense:

1. Está em vias de terminar o ensino secundário;
2. Além do crioulo domina mais uma ou duas línguas nacionais;
3. Manifesta carências quando usa a língua portuguesa;
4. Tem alguns conhecimentos (insuficientes) da língua francesa e nenhum do inglês;
5. Não tem hábitos de leitura e não faz pesquisa jornalística;
6. Não compra livros (não há livrarias e não tem disponibilidade financeira);
7. Tem um salário baixo;
8. Muitas vezes, utiliza o jornalismo como trampolim para conseguir “contatos e bons conhecimentos” e, por esta via, obter melhor emprego;
9. Ambiciona ser conselheiro/adido de imprensa ou porta-voz de algum ministro/ministério;
10. Tem poucos ou nenhuns conhecimentos da política internacional, de questões económicas e lacunas no domínio das técnicas de jornalismo;
11. Confunde profissionalismo com militância partidária.

Perante este enunciado, (com mais de 15 anos) os 20 elementos que responderam ao inquérito especial foram unânimes em afirmar que esta caracterização contínua válida e mantém-se com a mesma crueza nos dias de hoje. A maioria de diretores, editores ou jornalistas sêniores ouvidos sobre esta mesma matéria reconheceram a prevalência desta situação, ainda hoje, ilustrando que muitas vezes o jornalista reproduz informação recebida sobre assuntos que desconhece, sobretudo quando são temas da área de económica e financeira.

Um exemplo demonstrativo aconteceu recentemente nas antenas de uma rádio, quando um locutor disse: “O ministro que falava em *off the record*, disse que...”

Relatando o que devia ser só para o conhecimento do jornalista que entrevistou o governante, passou indevidamente a ser do domínio público.

5.11.4 Definição editorial: Conteúdos e a centralidade do tema “política”

Uma parte significativa dos OCS, não dispõe do Estatuto Editorial em vigor e tal como referido no capítulo 4.2 o aparecimento de órgãos de comunicação social privados, devido ao contexto nacional, não teve reflexos positivos na cobertura do país no seu todo e a competente diversificação de temas e conteúdos. Outrossim, a complementaridade entre os diferentes órgãos e respetivas valências, é reduzida ou inexistente.

Uma análise aos periódicos no que respeita aos conteúdos e assuntos temáticos publicados permite concluir que houve até um retrocesso. Um trabalho realizado pela **AJGB**, e apresentado num Seminário em Bissau a 6 de Setembro de 1994, confirma este paradoxo e destaca a manifesta apetência pela informação política, politizada e partidária.

À semelhança do que passou a acontecer na década de 90, na atualidade, as agendas dos jornais é focalizada na temática “política” que tem Bissau como palco de ação.

Um levantamento feito em 1994, (a que este estudo teve acesso) com base em três jornais, (um público e dois privados) **Nô Pintcha**, **Correio de Bissau** e **Banobero**, e analisando cinco edições, mostra que sobre o mundo rural, direitos humanos e cultura, são raras as notícias como se pode verificar no quadro que a seguir se apresenta. Em contrapartida, o domínio de matéria de índole político-partidária é absoluto.

Este estudo fez o mesmo com quatro jornais da atualidade (o público, **Nô Pintcha**, e os privados, **Expresso Bissau**, **Gazeta de Noticias** e **Última Hora**) e num mesmo período (dois primeiros meses de 2012). Tudo o que é área social, económica, cultura e desporto, é subalternizado mais uma vez em favor da política partidária.

Os resultados da análise feita em **1994** e em **2012**, tal como demonstrado nos quadros abaixo exibidos, são semelhantes: as temáticas da política partidária dominam os conteúdos dos jornais. **A política**, em certas edições, **chega a ocupar mais de 90 por cento da informação**. Trata-se de política na perspetiva partidária o que afunila ainda mais o caudal e diversidade informativa.

Verifica-se uma prática redatorial de secundarização dos serviços de agenda que deveria ser um trabalho diário do coletivo pensado em função do público destinatário e nos problemas de desenvolvimento que se colocam no dia-a-dia no diferentes setores da vida e da sociedade.

ÁREAS TEMÁTICAS ABORDADAS POR JORNAIS DE BISSAU EM 1994 E 2012

Jornais	Temáticas 1994					
	Política	Desporto	Economia	Cultura	Direitos Humanos	Agricultura
Nô Pintcha	92	10	7	3	1	3
Correio de Bissau	50	12	4	9	2	0
Bonobero	26	8	2	3	1	2

Jornais	Temáticas 2012						
	Política	Desporto	Economia	Sociedade	Cultura	Mundo Rural-Regiões	Narcotráfico
Nô Pintcha	14	1	3	4	1	0	0
Expresso	15	1	3	2	1	0	0
Gazeta	12	1	2	3	1	0	0
Última Hora	13	0	1	1	0	0	0

Um estudo recente⁵⁵ do sociólogo Miguel Barros (2011), de análise à cobertura dos Media na área dos direitos humanos, é elucidativo quanto à situação vigente. Depois de percorrer minuciosa e comparativamente três jornais, o público “**Nô Pintcha**” e os privados “**Gazeta de Notícia**” e “**Diário de Bissau**”, regista a evolução operada na abordagem de temas ligados aos direitos humanos, mas destacando a insuficiência na cobertura.

Numa primeira fase descreve uma espécie de efeito de arrasto produzido pelas campanhas da **LGDH** de denúncia de violação dos direitos humanos e numa segunda, uma agenda própria e mais atuante.

O autor apurou, todavia, que nesta fase o que está em causa não é a notícia, mas o seu uso abusivo ou a sua falta de enquadramento (assassinato de figuras políticas), deixando o público sem capacidade de perceber o que haverá para além da notícia. De acordo com Barros, o exercício de outros géneros como artigos de opinião ou crónicas “**aparecem maioritariamente quando se trata de casos políticos**”. Ainda

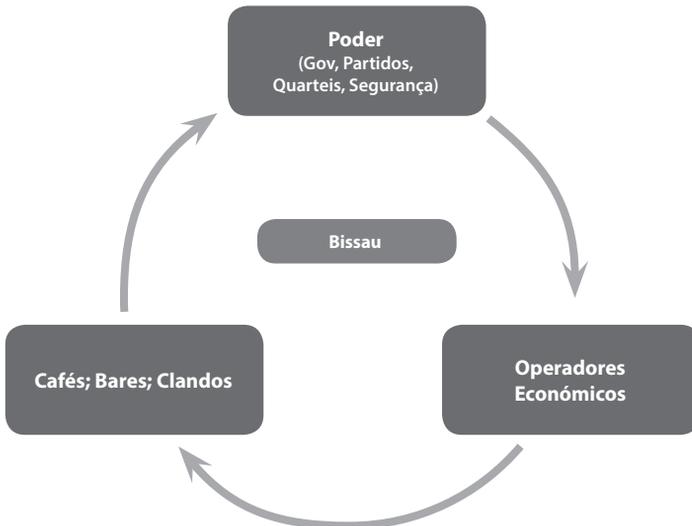
⁵⁵ “Análise da cobertura dos Media sobre questões dos direitos humanos: o caso da Guiné-Bissau”, um trabalho apresentado na 13ª Assembleia Geral da Codesria reunida em Rabat (Marrocos) de 5 a 9 de Dezembro de 2011.

segundo o autor, as rádios fazem a diferença exibindo maior rigor equilíbrio informativo.

Os OCS centrados na temática “política” acabam, assim, por estar dependentes da informação das agendas partidárias ligadas não só aos partidos e ao Governo, como também a outros sectores como o empresarial. Neste contexto, os *media* acabam por desempenhar um papel de propaganda informativa, em detrimento de um serviço publico em prol do desenvolvimento que devia ser a pedra de toque da sua linha editorial.

No plano teórico, embora façam a apologia da maior recetividade do público à matéria política, todos os órgãos estão conscientes dos valores éticos e da vantagem de uma agenda proativa que deveria incidir nas questões da sociedade e do desenvolvimento para melhor servirem o país. Temas socioeconómicos, saúde, agricultura, cultura, e mesmo desporto, sobretudo este último que encanta a maioria dos guineenses, só ganham espaços aquando acopladas à chegada ou partida de uma delegação ou na sequência de declarações de um governante.

O reforço da condição financeira dos OCS poderá contribuir para o seu reposicionamento e reaproximação ao país real, com mais presença no terreno, melhorando e diversificando abordagem editorial.



As insuficiências organizativas e editoriais são terreno propício à torrente contante do diz-que-diz e de boatos nascidos e espalhados a partir de Bissau. Na opinião de antigos responsáveis de OCS, (8 em 10) hoje desempenhando outras funções, ***“há bares e clandestinos que funcionam como parlamentos da contrainformação que normalmente fabricam factos e intrigas”***. Confrontados com estas afirmações, a maioria dos atuais responsáveis, reconhecem a existência do referido ambiente e da sua fragilidade editorial, mas rejeitam que ele encontre espaço informativo nos seus órgãos.

Os diretores em exercício de funções (março de 2012), à exceção de um, admitem que ***“jornalistas com militância partidária podem em certos momentos em função dos seus interesses políticos influenciar negativamente a informação veiculada”***.

Onze das 20 figuras referência a que submetemos um inquérito escrito sobre o estado dos *media*, não hesitaram em eleger os *“analistas e experts”* de cafés, bares e *clandestinos* como responsáveis por muita desinformação e distorção da realidade que afronta a sociedade da capital. Assinalaram também como aspeto negativo certas reportagens e apontamentos noticiosos que denotam ***“interesse de promoção empresarial e outros do que matéria noticiosa”***. Aqui, os entrevistados são unânimes em dizer que estas anomalias advêm do fraco orçamento e da permanente falta de verbas dos OCS.

As rádios, embora na ótica dos inquiridos neste estudo, diversifiquem mais o tipo de informação transmitida, também são afetadas pela situação enunciada. Referiram que embora a rádio tenha um perímetro bem maior de penetração chegando a lugares mais distantes, a verdade porém é que os radialistas estão também amarrados a essa grande ***“fonte suspeita”*** que é a capital, e a sua corte de desinformação, como caracteriza um veterano do jornalismo guineense, entrevistado no grupo dos 20. A desproporção na cobertura noticiosa é marcante. O material recolhido pelos jornalistas em Bissau por via sobretudo dos canais políticos transborda e inunda as antenas nos tempos de informação.

A televisão não escapa à regra sendo o órgão que mais se confina ao noticiário da capital e internacional chega ao ponto de reproduzir informação sem qualquer tratamento jornalístico. Muitos jornalistas estão tão empenhados nessa realidade virtual que não entendem que há mais país para além da política partidária. Assumem na prática a tese comungada pelos diretores e editores, registada neste Estudo que diz: ***“as pessoas gostam de política e a política acontece em Bissau”***.

Uma leitura atenta às páginas das publicações existentes, e escutas aos serviços informativos das rádios, permite registar uma realidade que distorce a essência da Comunicação Social: **notícia é política e política é notícia**. Assiste-se ao primado da política com a agravante dela ser determinada por agentes políticos normalmente sem qualquer sintonia com os interesses nacionais. Todos os demais temas e assuntos são secundarizados. Economia, sociedade, cultura, desporto parecem não existir.

5.11.5 Reduzida parceria. O papel do Estado e outras Organizações

Um país com as características da Guiné-Bissau, multiétnico e plurilinguístico, elevada taxa de analfabetismo, práticas nefastas arreigadas no seio das populações e pertencente ao grupo dos países em desenvolvimento, apostado em cumprir as metas do milénio, (OMD) através da implementação do DENARP II, (2011-2015) precisa de incentivar e desenvolver parcerias organizadas com os OCS, o que não tem acontecido até à data presente em prejuízo ao acesso das comunidades a uma informação que lhes diz respeito, porque atores do processo de desenvolvimento.

Analisando os questionários preenchidos pelos OCS, constata-se que presentemente não existem parcerias estabelecidas e nem apoios concedidos para a ação complementar que os *media* podem e devem desenvolver. **“O que esperam de nós?”** - interrogam unanimemente os responsáveis dos órgãos “é que se façam notícias das reuniões, que se filme, e que se passe alguns registos magnéticos dos discursos”. Um dos decanos do jornalismo guineense entrevistado neste estudo, vai mais longe dizendo que **“se o discurso do governante for reproduzido na íntegra e as câmaras mostrarem os dirigentes presentes num ato público, ninguém se preocupa se o tema ou assunto em discussão foi devidamente tratado”**. Esta forma de entender o papel dos *media*, explica o abandono a que tem sido votado pelos sucessivos governos, destacou ainda o declarante.

“A explicação das políticas e programas constantes no DENARP II, o papel de cada ator e interveniente no processo e o próprio retorno e reações das comunidades é secundarizado, porque há quem pense que tudo se resolve com reuniões e discursos de ocasião” esta opinião expressa por um antigo realizador da rádio, é subscrita pela generalidade dos atuais atores da comunicação social inquiridos. Verifica-se pelo conjunto dos depoimentos recolhidos neste estudo que os *media* não integram nenhum dos grupos de trabalho que se ocupam da implementação da estratégia adotada. Isto mesmo sabendo do impacto que eles podem ter em tudo o que ao desenvolvimento se refere, sobretudo num país com as características da Guiné-Bissau. A conjugação da informação oral, escrita e de imagem podem ser determinantes na passagem de informação e na necessidade de uma participação afirmativa das comunidades, se se pensar em termos de comunicação que exige sempre o *feed-back*.

Os *media* têm de ser parte integrante de uma estratégia global de parcerias dos Governos, independentemente da sua “cor política”. Uma estratégia capaz de se traduzir em atos concretos e programas de inclusão das populações nos desafios de Desenvolvimento - defendem os diretores dos OCS, públicos e privados (sem exceção) ouvidos neste estudo.

“O que fazer, como fazer e que tipos de apoio deve o Estado conceder à Comunicação Social?” Esta questão é vista por um funcionário de uma Agência Internacional sediada em Bissau de uma forma clara: **“o papel indefinido e ambíguo que o Estado**

vem assumindo do discurso e a prática andarem de costas voltadas é em si uma faca de dois gumes, que não inspira confiança e nem fomenta a participação, porque o apoio tem de ser concreto e com tradução em números no OGE que deve conter verbas inscritas para apoiar os media, cujo trabalho concorre para o desenvolvimento harmonioso do país. E se não for assim o próprio sofrerá as consequências do seu erro de avaliação estratégica”.

O diretor-geral da televisão nacional Francelino Cunha ilustra os constrangimentos evocando as condições de trabalho das congéneres televisivas de países vizinhos. *“Sem querer comparar a dimensão financeira e económica dos países vizinhos, há todavia elementos que permitem fazer uma leitura realística do problema. O orçamento da TV pública da Gâmbia cifra-se acima dos 3 biliões de CFA e o do Senegal anda à volta dos 2 biliões de CFA. O orçamento para toda a Comunicação Social na Guiné-Bissau, para 2012 era de 1.6 milhões de CFA”.*

Estes dados dizem muito do estado em que se encontram os *media*, cujas razões vão para além dos seus erros de planificação e deficiências de gestão e de administração, que este estudo também reteve.

Fazendo fé nas abordagens dos atores da informação e da comunicação social, o desenvolvimento da cooperação e das parcerias, peca também muitas vezes, por não se cingirem às necessidades dos órgãos. A opção de aproveitar todas as ofertas que surgem sem olhar a sua oportunidade e necessidade, ou se o gesto vai ter algum impacto nas atividades, acaba por constituir um problema e não uma solução.

Muitas vezes passa-se ao lado do substantivo, porque os interessados não procedem à identificação dos problemas e dos constrangimentos reais e para assim, melhor gerir a ajuda externa, seja financeira ou de competências. Outras vezes a ausência de critérios de seguimento e avaliação impede que a ajuda recebida seja devidamente apicada e os seus resultados multiplicados noutras experiências.

Uma parte considerável dos OCS ouvidos manifesta alguma reserva relativamente à metodologia utilizada em certos projetos de cooperação sobretudo quando se referem à formação e reciclagem. Por exemplo na ótica da Rádio *Sol Mansi*, algumas organizações, nomeadamente, as Agências das Nações Unidas *“decidem tudo e só depois se abrem a parecerias que muitas vezes não se traduzem em necessidades reais ou prioritárias”.* A *“SM”* só exclui deste grupo, a UNIOGBIS (2012) que dizem manter o diálogo em todas as fases sem impor o seu ponto de vista.

A expressão maior de parcerias e cooperação conseguidas pelos *media*, resulta de acordos concretos feitos com Organismos Internacionais a troco de serviços prestados na abordagem de temas que lhes são gratos e normalmente enquadrados no seu plano operativo e de ação.

A tradicional ajuda das ONG que dava um certo conforto aos OCS, sobretudo rádios, sofreu uma considerável alteração, a partir do momento que estas organizações se associaram ao aparecimento de rádios comunitárias. Os atuais diretores e editores vincam esta situação, dizendo-se duplamente punidos: ***“por um lado perdemos importantes parceiros e apoios e por outro sofremos as consequências da concorrência das rádios comunitárias num espaço já de si reduzido e pouco estimulante”***.

5.11.6 Jornalismo de investigação

Face às fragilidades e vulnerabilidades dos *media* confrontados por uma falta de falta de liquidez (endémica) o jornalismo de investigação é um género praticamente inexistente nos tempos de hoje. Dizem os responsáveis e os jornalistas séniores que é **trabalhoso**, obriga a consultas exaustivas, o que requer, **dinheiro**, tempo e em função do tema, pode ser mais ou menos **perigoso**.

Experiências vividas por órgãos como, **Correio de Bissau**, a **Bombolom**, a **Pindjiguiti** e **Última Hora**, entre outros, em datas diferentes, destacaram a perigosidade do tema e têm desmotivado o exercício deste género jornalístico. Não se trata unicamente de uma “vigilância” rigorosa exercida sobre os OCS, como este trabalho realça, jornalistas seniores sobretudo *free-lancers* ou correspondentes de imprensa estrangeira, foram vítimas de perseguição e de prisão.

Visto de um outro prisma, nota-se pelo tom emprestado às entrevistas, alguma contenção dos jornalistas que se acautelam na escolha de trabalhos e na abordagem de questões consideradas melindrosas. O grupo de jornalistas séniores, editores e ex-diretores, dizem haver uma prática de defesa e resguardo e um comportamento ***“subtil de gerir a profissão, deixando transparecer uma imagem de suposta moderação, como se aquele que opta pela investigação fosse por isso mesmo adepto da conflitualidade e agitação”***.

Há todavia casos de alguma insatisfação, de não resignação, nomeadamente o jornal **“Última Hora”** que tem optado, nos últimos tempos, pela investigação e recusa ao adormecimento de casos não solucionados.

Questões de segurança, perigo para integridade física, ameaças e perseguições, relacionadas com a investigação de determinados temas, como sejam, crimes e narcotráfico constituem igualmente fatores principais desmotivadores do trabalho jornalístico de investigação. Perante o clima de intimidação, os jornalistas mesmo quando não entram nos circuitos da política optam pelo trivial ou seja o *fait-divers* do trabalho rotineiro. O jornalista *free-lancer* FJ Pereira não hesitou em denunciar publicamente a forma como foi perseguido e ameaçado por investigar o narcotráfico na Guiné-Bissau.

5.11.7 Jornalismo militante/partidário

Um forte obstáculo ao pleno exercício profissional está ligado ao figurino de jornalista-militante defendido e inculcado pelo PAIGC nos primórdios da independência. Com o evento da democracia e do pluralismo esta terminologia foi substituída pelo conceito de jornalista do partido, como se o *modus faciendi* não fosse rigorosamente o mesmo, só que em regimes políticos diferentes. Estes “jornalistas” não abandonam as redações para integrar o aparelho partidário, o que poderiam fazer ao abrigo de uma licença temporária, dirigida ao comité da redação do SINJOTECS. A ética e deontologia ficam feridas perante este tipo de comportamento, acusa a Casa de Imprensa na voz do seu coordenador que promete combate cerrado às atitudes atentatórias ao profissionalismo com ética e valores deontológicos.

Registe-se todavia que no universo de **51 órgãos de OCS inquiridos**, no âmbito deste estudo, só **um jornal**, (privado e editado em Bissau) defendeu claramente que um **jornalista** em função possa ser **militante ativo de um partido político**. Outros dois disseram “Não”, mas referindo que *“as circunstâncias ditadas pela ausência de apoios criam condições para esta ambiguidade que fere a ética e a deontologia”*.

Também há quem confunda o profissionalismo com militância partidária. Aí reside outra condicionante que advém de orientações ideológicas e interesses instalados. Se é verdade que o Estado é o maior empregador, não é menos verdade que o jornalismo também é aproveitado para uma futura carreira política. Esta **dualidade de interesses** acaba por interferir na qualidade da informação produzida. Os **20 declarantes**, sem exceção, destacaram neste caso, falta de ética e ausência de supervisão.

5.11.8 Oportunidade e igualdade (Géneros)

A política de emprego e contratação do pessoal nos *media*, contradiz-se entre o discurso e a prática. As direções sem qualquer exceção fazem a apologia da igualdade de oportunidades. Mas quando se olha para o quadro do pessoal, nota-se uma presença reduzida de mulheres. Analisando o para o quadro do pessoal dos diferentes OCS, constata-se que a maioria dos postos de serviço para pessoal não qualificado como auxiliares e de limpeza é ocupada por mulheres enquanto a maioria dos cargos de direção e chefia são atribuídos aos homens.

Na área do audiovisual num universo de 284 trabalhadores, só 76 são do sexo feminino. Na imprensa escrita entre 108 trabalhadores, só 76 são mulheres. Nenhuma mulher figura (2013) como Diretora de um órgão. Nos órgãos comunitários, num universo de 467 elementos, só 124 são mulheres. O caso de uma RC que do 15 colaborador que possui, 10 são mulheres constitui exceção. Uma única vez uma mulher, Ana Emília Pereira fundou e dirigiu um órgão, o quinzenário “Wandam” em 1996.

Na abordagem deste tema e incidindo nos tempos de hoje, ressaltam algumas notas curiosas:

A **Gazeta de Notícias** tem em funções desde 2001, uma mulher, Deolinda Dabó, como administradora.

A **TGB** que na área da informação é constituída por 24 jornalistas, 11 dos quais são mulheres e possuindo todas elas formação superior. Na direção de programas a maioria dos elementos é do sexo feminino, 13 contra 8. Além disso, a Direção Administrativa e Financeira é dirigida por uma mulher desde a década de 90, em períodos intercalados e com formação superior.

Recuado no tempo vamos encontrar na década de setenta, no pós independência, Lucete Andrade quadro que trabalhou na Informação do PAIGC, durante a “Luta de libertação Nacional”, como diretora da **ANG**. Nos anos 80, Carolina Fonseca, uma das pioneiras do jornal **Nô Pintcha** passou a chefiar a Redação do trissemanário. Em 1997 Conceição Évora foi nomeada Diretora da RDN. Em 1999, Rosete Reis exerceu o cargo de Chefe da Redação da **Rádio Bombolom**. Em 2000 Paula Melo foi diretora de antena de TGB e no ano seguinte, 2001, o mesmo posto foi ocupado por Fernanda Cardoso. Na Bombolom, Rosete Reis ascendeu em 2009 ao cargo de diretora de Antena, mas por pouco tempo

De 1975 a 2009, nove mulheres atingiram postos de chefia nos OCS. De 2010 a 2013 (Março), não se registou a nomeação de nenhuma mulher para chefia de qualquer órgão público, privado, ou comunitário.

Como já se referiu está em fase de organização uma **Associação de Mulheres Jornalistas e Técnicas**. Coordenada por uma jornalista da TGB, Paula Melo, a comissão instaladora está a envidar esforços pouco visíveis para que a sua criação e legalização aconteça num curto espaço de tempo.

As 13 radialistas formadas em 2005 por iniciativa da RENARC não tiveram impacto no seio das Rádios Comunitárias.

6. RECOMENDAÇÕES POR UMA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ BISSAU

A base teórica da política prevalecente na Guiné-Bissau confere aos meios de comunicação social o papel de parceiros na construção do Estado de direito e na sensibilização pela observância dos valores nacionais, em prol da boa governação, dado o seu acesso às populações e ao seu papel numa certa pedagogia informativa pelo reforço da democracia, traduzível num contributo ímpar na divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e no seguimento da sua aplicabilidade.

O papel dos *media* na consolidação da paz e da democracia é “oficialmente” reconhecido pela sua capacidade de influenciar e potenciar a responsabilização dos governos na execução das políticas e na forma como as mesmas respondem às necessidades e direitos da população. A contradição surge quando os governos experimentam dificuldades na coabitação com a liberdade de imprensa e se “esquecem” dos apoios e meios que os OCS necessitam para dar forma ao seu mandato natural que rejeita manipulações e instrumentalização.

Pese a fragilidade e carências identificadas neste estudo e reconhecidas pela classe profissional, a prática das últimas duas décadas evidenciaram um inegável contributo e influência dos *media* na alteração de comportamentos sociais e políticos em prol do desenvolvimento e dos direitos humanos. Com melhor enquadramento, um quadro jurídico mais consentâneo com os ditames da democracia, devidamente articulados com os apoios concretos há muito reclamados, os resultados teriam sido bem superiores.

O documento nacional de redução da pobreza (DENARP-II), da Guiné Bissau, reconhece a importância destes atores enquanto parceiros no combate à pobreza, na construção da paz e no desenvolvimento nacional. Não obstante as carências de vária ordem, os *media* assumiram um papel fundamental na implementação da democracia na Guiné-Bissau, na sensibilização, comunicação e informação junto dos cidadãos, contribuindo para a sua participação cívica em vários momentos cruciais da história do país.

Da mesma forma, assumem um papel crucial na prevenção e atuação face a calamidades. A título de exemplo, vale lembrar o recurso frequente aos *media*, em particular rádios nacionais e comunitárias, para travar o alastramento de surtos de cólera através da ensinamentos sobre os cuidados a ter e noutras situações como o combate às práticas

nefastas. No entanto, constata-se que a aposta na vertente prevenção/sensibilização tem sido descurada, apesar das suas mais-valias e resultados já comprovados.

Os benefícios efetivos da intervenção dos *media* estão amplamente relacionados com a implementação de ações programadas, sistematizadas e que contribuem no *advocacy*, a **mobilização social** e **mudanças de comportamento**. Contudo, importa sublinhar uma vez mais, que não obstante alguns ganhos, os *media* guineenses enfrentam um conjunto de constrangimentos ao nível político, legal, regulamentar e de capacitação técnica que limitam a sua ação e intervenção no processo de desenvolvimento do país.

Outro aspeto contraditório e que terá de ser ultrapassado, ocorre em certos momentos e situações que reclamam a participação articulada dos diferentes atores de desenvolvimento e o Governo ignora os meios de comunicação, limitando-os à mera difusão de discursos, transmissão de comunicados de imprensa e apresentação de imagens apoteóticas dos eventos.

Como exemplo ilustrativo erve a implementação do DENARP II, que não tem contado com o desempenho dos OCS, em nenhum dos momentos do processo. Não se tem capitalizado devidamente o potencial acumulado de meia centena de meios de comunicação, espalhado pelas oito regiões do país, com capacidade de intervir nas diferentes tipologias e diretamente, nas regiões, em todas as línguas locais, proporcionando desta feita alargamento do espaço informativo obtendo contributos de outros agentes de desenvolvimento por via do *feedback*. Importa sim que os animadores, radialistas e jornalistas, passem previamente por um processo de capacitação, sobre a matéria específica, de forma, a que depois no seu trabalho possam com base no conhecimento adquirido exercitar os diferentes géneros jornalísticos, dando contributo não só na divulgação do objeto em questão, suas metas, como na produção do efeito *feed-back*, elemento fundamental para o governo perceber o grau de sintonia mantido e a perceção dos diferente atores do desenvolvimento e que medidas corretivas ou suplementares a acionar.

Face aos indicadores de desenvolvimento⁵⁶ pouco abonatórios, fornecidos por diferentes instituições mundiais, a situação na Guiné-Bissau clama por mudanças urgentes que passam pelo envolvimento e participação efetiva de todas as camadas da população e dos serviços e departamentos especializados, em perfeita articulação e coordenação. E aqui de novo ressalta o papel que os OCS podem desempenhar numa sociedade multilinguística, marcada por níveis elevados de iliteracia e analfabetismo agravados por sem-números de práticas nefastas sobretudo no tocante a crianças.

⁵⁶ O PNUD no seu relatório sobre índice de desenvolvimento humano colocou a Guiné-Bissau no 164 lugar, num total de 169 países. A Fundação Mo Ibrahim no seu último relatório (outubro/2012) sobre **qualidade de governação**, num grupo de 52 países, a Guiné-Bissau baixou para o 45º lugar.

Têm havido alguns contributos no sentido da normalização da comunicação social no desenvolvimento. Em 1995 o governo de então dirigido por Saturnino Costa assumiu a iniciativa de organizar um Seminário para a definição de uma Estratégia Nacional de Comunicação Social, como o corolário de várias atividades desenvolvidas no país desde os anos 80, tendo por referência os projetos de Comunicação Social e da Radio Rural. Uma edição do jornal *Nô Pintcha* (11.02.1995) registou os documentos produzidos e as conclusões finais que envolveram não só o governo, como alguns dos principais parceiros de desenvolvimento: FAO; UNICEF; FNUAP; ASDI e UICN.

Existe desde 2005, um **Documento de Política e Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento** elaborado por iniciativa da então Secretaria de Estado da Comunicação Social com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da autoria do antropólogo e jornalista Pedro Quadé e da socióloga Minhone Seidi.

Este trabalho corporiza um conjunto de elementos e noções necessários à implementação de uma comunicação que se perfile ao serviço do Desenvolvimento. Este documento Estratégico abre caminho à capitalização de ações empreendidas no passado e ligadas a experiências desenvolvidas nas áreas da Radio Rural (1979) e Comunicação Social Comunitária (1989), ambas referenciadas neste estudo (capítulo 4 nas páginas 37, 38 e 39).

Em função dos dados e elementos apresentados pelo estudo é mister a adoção de medidas que ponham cobro à situação de descontinuidade institucional na implementação das políticas e programas estratégicos, falta de apropriação dos decisores políticos dos mecanismos para a implementação de estratégias que viabilizem os exercícios acima referidos. Outrossim, revela-se primordial a afetação de recursos financeiros para a implementação dos planos aprovados mas que jazem nas gavetas.

A institucionalização de uma comunicação social ao serviço do desenvolvimento passará designadamente pelo desenvolvimento de um quadro legal coerente dos *media*, um código editorial que favoreça um jornalismo de proximidade, a existência de um “livro de estilo”, em particular de uma carreira jornalística, e a observância esculpida da liberdade de expressão.

A inexistência de um quadro legal moderno fragiliza os OCS, mas também o próprio governo, sobretudo tendo em linha de conta o processo desenvolvido no período pós conflito político-militar de 98/99, em que o poder se mostrou pouco sensível ao papel dos jornalistas e de outros intervenientes no processo, como sejam os animadores das rádios comunitárias. Embora o acesso aos tempos de antena esteja regulamentado por lei, as direções editoriais ouvidas neste Estudo não hesitaram em reconhecer pressões e a existência de jogo de influências nefastos a uma comunicação livre, objetiva e independente. Nos períodos de campanha eleitoral, congressos ou outras disputas políticas, recrudescer o clima de pressão e de controlo.

A prática vivenciada no período pós-“proclamação da democracia” demonstrou, com clareza, que se por um lado a legislação deve ser conformada à opção do tipo de regime oficialmente assumido, não é menos verdade que não há independência nem opções editoriais consequentes sem uma boa organização, complementada por suportes económicos e financeiros que viabilizem as empresas jornalísticas ou de comunicação. A isso junta-se a incontornável necessidade de jornalistas com formação em processo contínuo e sistematizado, dotados de conhecimento técnico, perfil ético e deontológico, compatíveis com a profissão e aos objetivos editoriais que sustentam os OCS.

Corpos editoriais, técnicos mais reduzidos e mais aptos e existência (funcional) da figura do gestor que se ocupe da parte administrativa e contabilística, deve ser uma regra a contrapor à realidade existente que não tem valorizado estas vertentes. Estas são incumbências das direções editoriais mas que os proprietários não podem subalternizar.

As medidas a empreender terão de ter um valor complementar e uma visão alargada e de conjunto. A auscultação por via de entrevistas, questionários feitas no quadro deste Estudo, evidencia a urgência igualmente de aperfeiçoar a organização interna dos órgãos (públicos, privados e comunitários), mas também gerar e capitalizar “mais-valias” resultantes das sinergias que podem ser conseguidas, logo que reconhecidos os problemas comuns e vontade coletiva de os resolver, como se te destaca mais à frente nas propostas sectoriais que são afinal o respaldo das constatações feitas.

Uma forma de contornar e ultrapassar os entraves e fortalecer os media é encetar iniciativas que favoreçam a constituição de canais e mecanismos facilitadores de ações conjuntas. Por exemplo, a criação de uma estrutura conjunta entre os órgãos, uma estrutura organizada, com regras adequadas ao mercado e aos ditames dos órgãos, para incrementar a troca de serviços, informações e conhecimentos sobre as novas tecnologias.

Esta mesma estrutura, sendo multifuncional poderia operar como uma central de prospeção de mercado, preços, qualidade, e encarregar-se ao mesmo tempo das compras de material e equipamento mais procurado pelos parceiros (papel, computadores, servidores, mesas de montagem, camaras, grupos eletrogéneos e afins). Para tal teria de constituir um fundo de maneiio (renovável) que em parte resultaria das quotizações dos seus membros e gerida pelo conjunto ou um grupo rotativo, composto pelos seus gestores.

Para se evitar a multiplicação de serviços, essa mesma estrutura poderia ser igualmente aproveitada para ações de *marketing* e de imagem. Veja-se que uma posição subscrita por uma plataforma representativa dos *media*, tem mais força e impacto do que uma reivindicação individual.

Uma das lacunas detetadas sobretudo na área da audiovisual é a ausência de um serviço de manutenção. Sem prejuízo de outros modelos a estrutura a criar poderia englobar quatro serviços:

1. Abastecimento e mercado
2. Estocagem e equipamento
3. Manutenção/conservação
4. *Marketing e lobby*

Quanto mais fortalecidos e organizados, melhor os *Media* poderão eles próprios assumir-se como parceiros de desenvolvimento e fazer cumprir a Lei de Liberdade de Imprensa. Apesar do direito de expressão estar constitucionalmente garantido, ele não tem sido respeitado em diversos momentos da história do país. Ultimamente (desde 2013), o SINJOTECs, a Casa de Imprensa e a Liga Guineense do Direitos Humanos têm-se multiplicado em protestos e comunicados repudiando atos de controlo e de censura dos órgãos públicos. O Índice da Liberdade de Imprensa de 2011-2012, publicado pela organização “Jornalistas sem Fronteiras” coloca a Guiné-Bissau, acima da verificada em 2010 (67ª posição com um índice equivalente a 18,25) refletindo uma redução no nível de liberdade de expressão como o quadro a seguir ilustra.

QUADRO 11: ÍNDICE DA LIBERDADE DE IMPRENSA 2011-2012

País	Posição	Índice	Evolução**
Cabo Verde	9	-6	++
Moçambique	66	21,50	++
Guiné-Bissau	75	26	-
Angola	132	58,43	--

Fonte: <http://en.rsrf.org/press-freedom-index-2011-2012,1043.html> (consultado em Março 2013)

** ++ e --: evolução de 10 posições; + e -: evolução de menos de 10 posições

Como que por ironia, à censura, contrapõe-se nalguns casos o espírito de facilitismo e de condescendência no que tange o cumprimento da ética, e aos valores consagrados nas leis do país, como amiúde se vem assistindo nos últimos tempos.

Quando se fala numa comunicação equilibrada, justa virada para o desenvolvimento, ressalta desde logo o papel dos *media*. O tipo de mensagens (conteúdos) que veiculam e a linguagem utilizada. O pluralismo, a diferença de opiniões, a liberdade de imprensa e a tolerância não podem ser sinónimos de libertinagem, anarquia e extremismos nem na abordagem dos problemas sociais e nem na proclamação da confissão de fé, nem no incremento de ideologias.

Nenhum *media* deve poder utilizar as antenas e nem mesmo cedê-las a quem faça uso indevido da força da comunicação para espezinhar direitos universalmente reconhecidos pelos cidadãos e consagrado na Carta Magna de Estado. Se é verdade que a maioria das Rádios de inspiração religiosa, cumprem no essencial estes preceitos, começa a haver veiculação de mensagens que entre muitas bravatas, violentam os direitos da mulher e da criança guineense, apregoando a legitimidade do **açoite** e da **punição** violenta ao mesmo tempo que defendem que “elas”, referindo-se às mulheres, “**devem estar tapadas (encobertas) de alto a baixo**”, como por exemplo se ouviu na emissão da Rádio Sensibilização na noite de 8 de Maio/2013, por volta das 21H30. Os exemplos da violência verbal veiculada a defender a violência física, multiplicam-se diariamente.

A concessão das licenças ainda que provisória deve ter por base um conjunto de requisitos que todos devem observar escrupulosamente, tendo em conta os valores éticos e deontológicos do jornalismo. Ademais o nosso comportamento pessoal ou de grupos é balizado e regulado pela Constituição da Republica e por um conjunto de convenções internacionais subscritas pela Guiné-Bissau. Um país que é subscritor da Dos Direitos Universais do Homem, da Carta Africana dos Direitos da Mulher e da Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança, entre outros não pode permitir a passagem de mensagens não desprovidas de valores como atentatórias ao edifício jurídico e moral que a sociedade e o Estado defendem e que têm respaldo na idiossincrasia guineense.

Um outro aspeto a merecer atenção é a aposta na promoção e capacitação dos órgãos de comunicação social, privilegiando a formação e a especialização enquadrada numa estratégia global de desenvolvimento dos media, visando o seu fortalecimento e a consolidação de uma maior independência traçando, desta forma, o caminho para uma maior participação destas organizações no processo de desenvolvimento humano.

Tal como referido no ponto 5, as necessidades de capacitação e formação são alargadas e compreendem, nomeadamente, normas profissionais e competências de comunicação e jornalísticas em áreas específicas, gestão de órgãos de comunicação social e competências técnicas.

Não existe na Guiné Bissau nenhuma entidade que disponibilize formação certificada e especializada na área da comunicação social ou em áreas afins. E esta situação deve ser reconvertida com o apoio do Estado e em colaboração com as organizações profissionais ligadas aos *media*.

A decisão do Governo de Transição de criar um Centro Nacional de Formação da Comunicação Social, no entender dos especialistas da comunicação social, suscita dúvidas, porquanto ela não é compaginável com a prática seguida que se resume por um lado no abandono dos OCS e por outro no recrudescimento de pressões sobre os jornalistas e nos conteúdos veiculados. O facto de a decisão não ter sido oficializada nem aprovada em decreto-lei faz aumentar a pouca credibilidade dada à iniciativa que não contou com o parecer das Instituições e Organizações da área.

Assim, com base na análise histórica do contexto que condicionou o aparecimento dos órgãos de comunicação social na Guiné Bissau (secção 3), nos percursos próprios percorridos pelos vários órgãos de comunicação social (secção 4) e finalmente com base no diagnóstico que resultou da aplicação dos inquéritos por entrevista e questionário (secção 5), é identificado um conjunto de recomendações que passíveis de contribuir para que os *media* possam assumir o seu papel ao nível da comunicação para o desenvolvimento:

Ao Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS):

- Que utilize os mecanismos postos à sua disposição para fazer valer o cumprimento da Lei de Imprensa em todas as suas vertentes, em relação a tudo e todos.
- Que crie canais de cooperação e de troca de informações regulares com o SIN-JOTECS e a Casa de Imprensa em tudo o que à liberdade de imprensa, ética e deontologia digam respeito.
- Que produza relatórios regulares sobre o estado da liberdade de imprensa no país e a situação dos OCS.

A Autoridade Reguladora das Tecnologias de Informação e Comunicação (ARN):

- Que incorpore nas suas atividades um clima de parceria e sensibilização atendendo às funções e ao papel dos *media*, em particular ao serviço público que prestam à sociedade e ao Estado. O facto de durante os sucessivos conflitos eles terem sofrido enormes perdas em material e equipamento é outra razão a ter em conta.
- Que não adote uma postura de recolha e que atenda o facto da maioria dos OCS não visar fins lucrativos, por razões inerentes à situação sociopolítica e do mercado (que se tem refletido na diminuição de espaços publicitários), o que se repercute na diminuição das horas de emissão e na menor capacidade de arrecadar receitas.
- Que convide os OCS e demais instituições profissionais ligadas à comunicação social para um debate sobre os seus propósitos, objetivos, explicando o programa que pretende implementar para assim auscultar os diferentes atores envolvidos nesta área, abrindo espaços e canais de concertação regulares que se ajustem aos princípios de colaboração e parceria.
- Que adote medidas técnicas e outras à sua disposição para impedir a entrada no espaço guineense de emissoras de países vizinhos (norte e sul) que em certos períodos chegam a “cobrir” algumas estações nacionais, pondo em causa a soberania nacional.
- As consequências das medidas corretivas de eventuais desajustes imputadas à fase inicial da regulamentação da política de licenciamento, não podem recair sobre os OCS como se tivessem sido eles os seus autores. Recorde-se que antes do surgimento das Rádios e Televisões comunitárias, já existiam outras estruturas do governo, nomeadamente o Instituto das Comunicações da

Guiné-Bissau que antecedeu a ARN e foram eles os responsáveis pelo conjunto de medidas que ditou a situação vigente.

Ao Estado (Governo):

1. Adoção de uma **política do Governo para a Comunicação Social** que fortaleça e dignifique os *media* a partir de estratégias assentes em princípios norteadores de uma comunicação independente, pluralista ao serviço do Desenvolvimento.
2. **Promulgação pelo Presidente da Republica e publicação** dos decretos-lei que corporizam o **novo quadro jurídico** aprovado pela ANP.
3. Inclusão no **OGE de verbas de apoio** ao funcionamento normal dos *media*. Esta medida responderia à convenção da UJAO - União dos Jornalistas da África Ocidental assumida pela CEDEAO e que defende maiores apoios para o desafogo dos OCS, tornando-os menos vulneráveis e menos dependentes.
4. Aplicação de políticas de **isenções aduaneiras e alfandegárias** na importação de aparelhos e equipamentos pelos *media* para o seu funcionamento.
5. Adoção de um **novo quadro orgânico** que desvincule os **jornalistas e técnicos**, da **função pública**, permitindo-lhes um tratamento adequado e condacente a uma **carreira própria**, melhores salários em função das suas qualificações profissionais.
6. Elevação dos *media* à categoria de **parceiros e atores** em todas as fases da implementação do **DENARP II**, conceção, execução, seguimento e avaliação dos planos de ação. Muitos dos problemas identificados e vistos como entraves ao desenvolvimento prendem-se com a necessidade de Mudança de Mentalidade e de Comportamento área em que os *media* devem ser chamados a dar o seu contributo.
7. Os *media de inspiração religiosa* devem ser regulados por uma lei específica que balize a sua área de ação, conteúdos e linguagem. Devido às suas especificidades, não devem ser vistos como os demais órgãos generalistas e ou temáticos.
8. Adoção pelo **Estado** de um conjunto de **medidas especiais de apoio às rádios**, de longe o meio de comunicação social dominante e mais procurada pela população em geral. Particular relevância é atribuída às rádios comunitárias pela sua posição privilegiada junto das comunidades locais com dificuldades de acesso à informação. Neste contexto, **reforçar** a capacidade dos **meios de comunicação comunitários** significa conceder os apoios concretos com vista ao acesso das populações à informação contribuindo, desta forma, para a potenciação da participação e para o seu desenvolvimento. A televisão comunitária requer a mesma atenção para que possa subir mais alguns patamares na relação com as comunidades. Estes dois órgãos não podem cumprir de maneira cabal a sua missão só com o apoio de ONG's (AD, Tiniguena, ALTERNAG e Kafo).
9. Que faça o seguimento da atuação da ARN e influencie a criação de um clima e um ambiente mais compatíveis com a realidade.

10. Conferir maior atenção aos órgãos públicos particularmente o Jornal Nô Pintcha e a ANG. Este último votada ao esquecimento, embora seja até hoje a única agência de notícias do país.

À classe jornalista e técnica:

11. Definição pela própria classe jornalística e técnica organizada de uma **estratégia de formação sistematizada**, capacitação e **certificação da atividade jornalística** através de uma **Instituição de formação** especializada de mérito académica.
12. Regulamentação da concessão da **Carteira de Jornalista**. Os diferentes parceiros da Comunicação Social (**CNCS; SINJOTECS; Casa de Imprensa**) devem chegar a um acordo, quanto aos critérios de atribuição da carteira profissional.
13. **Participação** coletiva no **esforço da Casa de Imprensa** ao seu regresso à legalidade e modernização ao serviço da classe que representa seja na área da formação, acesso ao conhecimento, como na monitoria da ação (conteúdos e práticas) dos OCS.
14. Criação e dinamização de um **Centro de Documentação, Dados e Biblioteca**. Esta estrutura deve garantir uma boa gestão e utilização do espaço e material. Uma das ações para além daquelas que são óbvias, seria a recuperação da memória escrita e audiovisual do país recolhida por diferentes órgãos: Rádio Libertação, Libertação, RDN, Nô Pintcha, RTP e outras televisões que venham a ser identificados e onde houver registos históricos.
15. Inclusão do **SINJOTECS** e da **Casa de Imprensa** ao papel atribuído ao **CNCS** de velar com afinco e rigor no cumprimento da **ética e deontologia** profissionais. Os fatores proximidade e conhecimento aliados ao facto que estas duas organizações têm estado empenhados na defesa da ética, da deontologia e ao papel de monitoramento que vêm assumindo nos escrutínios eleitorais, confere-lhes um estatuto de “valor acrescentado” que pode permitir que juntamente com o CNCS, os valores do pluralismo e da democracia sejam melhor observados e acatados. Todos os OCS devem ter um Estatuto Editorial aprovado e estando estas duas organizações representadas nas redações, torna-se mais fácil não só a existência do Estatuto como o seu melhor cumprimento.
16. **Participação do SINJOTECS** em todas as instâncias que promovam e defendam o reforço dos direitos e liberdade dos Jornalistas e técnicos. Deve o Sindicato em colaboração com a Casa de Imprensa e o CNCS velar pelos **conteúdos veiculados pelos Media**. Há que haver regras que não dependam do princípio “o que foi pago difunde-se”. Os conteúdos das mensagens, recados à notícia, tudo deve ser tratado de acordo com um Código de Conduta, Ética e do Estatuto Editorial. O caso dos dois jornalistas que perderam a vida num acidente de viação no exercício da profissão em 2005 continua à espera de uma resposta. Sete anos de espera não abonam a favor nem dos governos nem do Sindicato.

17. Estabelecimento de parcerias com organizações profissionais reconhecidas ao nível regional e internacional.
18. Criação de **Prémios Nacionais** para os *media* e para Jornalistas que se distingam pelo trabalho em prol de uma comunicação inclusiva ao serviço do desenvolvimento e da unidade nacional. Será igualmente uma forma de escrutinar a competência, o zelo, a ética e outros fatores edificantes de um jornalismo de valores ao serviço das pessoas e das comunidades
19. Definição de um **Estatuto profissional para as RC e TVC** e seu pessoal. Aqueles que não são jornalistas por não lidarem com matéria jornalistas (70%) devem ter um estatuto próprio que se coadune com o seu trabalho de Animador radialista.
20. Contribuição na criação de condições aos Ardinias na sua atividade de venda de jornais. A SINJOTECS e a Casa de Imprensa podiam contribuir na sua legalização laboral e obtenção de livre-trânsito para ingressarem nos locais públicos e serviços desde que em trabalho.

Aos Órgãos de Comunicação Social e Rádios/Televisões Comunitárias

21. Observar e fazer cumprir os princípios que regem a lei de imprensa e o estatuto editorial.
22. Adotar uma política de modernização, consolidação organizativa e funcional.
23. Privilegiar a formação do seu pessoal administrativo em áreas de gestão e contabilidade.
24. Ter uma política de admissão de estagiários mediante um programa exequível e que tenha cabimento nas disponibilidades existentes.
25. Contribuir para a dignificação dos seus quadros, com o estabelecimento de uma política de carreiras e melhores salários, (menos pessoal, mais capacitado e melhores salários) a par de uma formação continua e sistematizada.
26. Conferir espaço ao jornalismo de investigação e de pesquisa, desencorajando o sensacionalismo, o *fait-divers* a politização e partidarização da informação.
27. Contribuir na criação de canais e estruturas de troca de informações e de apoio mutuo entre os OCS. Uma das formas de materializar esta ideia é a criação de Associações ou Redes (Rádios, Jornais, Agências).
28. Possuir um regulamento interno, discutido e aprovado pela assembleia dos trabalhadores e que se situe na linha do Estatuto Editorial.
29. Optar por um estudo técnico com vista à standardização e uniformização dos equipamentos e material em uso pelos diferentes grupos de órgãos.
30. Favorecer a colaboração entre os órgãos da mesma área. Por exemplo a TGB manter um programa de parceria com as TV's comunitárias, em benefício das partes. As TVC poderiam fornecer material informativo das regiões à TGB e esta contribuir na sua formação e melhoria da qualidade de trabalho.

31. Adotar uma estratégia conjunta para o desenvolvimento e consolidação das Rádios e Televisões Comunitárias que contemple questões como o voluntariado, fidelização do pessoal; atividades complementares que resultem em receitas como é detalhado no ponto 5.5.
32. Incorporar nas suas políticas internas os princípios que sustentam o género e oportunidades, num sentido transversal.

Aos parceiros internacionais:

33. Ajudar na obtenção de um mínimo de equipamento necessário ao funcionamento das OCS, dando prioridade à aquisição e montagem de **filtros harmónicos** para erradicar o problema das sobre posições de frequências.
34. Suportar a transformação dos órgãos em empresas jornalísticas e ou de comunicação, com bases técnicas e organizativas compatíveis com as leis do mercado, sem perder de vista o componente serviço público, e a premente necessidade de atingirem a independência económica e editorial.
35. Suportar uma capacitação profissional local, sistematizada que aprofunde os conhecimentos técnicos de tratamento da informação/comunicação e alargue a perspetiva e horizonte cultural do pessoal dos OCS, tal como descrito em detalhe nos capítulos 4 da página 71 à página 104, com destaque no ponto 4.10.3. **Isto quer dizer, no imediato, organização de cursos profissionais e, a médio prazo, a criação de uma Instituição credível independente do Governo que chame a si a responsabilidade pela formação de jornalistas e técnicos bem como um Centro de Informação Documentação e Biblioteca.**
 - 35.1 Apoiar a realização, a curto prazo, de **cursos intensivos** que abordem temáticas enquadradas nas necessidades urgentes identificadas:
 1. **Rádio nível I;**
 2. **Rádio Nível II;**
 3. **Imprensa Escrita;**
 4. **Produção e Construção de Jornal e revista;**
 5. **Diretores e Editores** – Organização, Gestão, Ética, Deontologia, Política Editorial e de Informação. A formação na área de Administração e gestão deveria comportar uma segunda parte “*on job*” o que favoreceria o seguimento e a capitalização.
 6. **Informática;**
 7. **Linguas:** português/francês/inglês (privilegiar curso de língua portuguesa para imprensa escrita com destaque para editores e chefiados de redação)
 - 35.2 Apoiar a organização de um Ateliê de Cultura Geral sobre assuntos temáticos. (economia, desenvolvimento, educação, género/prática nefastas e negócios no feminino; conflitos, impunidade, crime organizado, comunicação ética e deontologia – quadro jurídico...

36. Rejeitar a situação de evidente ilegalidade institucional, sobretudo quando não se vislumbram mutações positivas que façam prevalecer as normas (ética/deontologia) e as leis em vigor.
 37. Contribuir na criação de uma plataforma comum dos *media* de prospeção dos mercados para a compra e estocagem de material, contendo serviços de manutenção, reparação e apoio, assim como outros serviços eventualmente identificados (impressão, marketing, contabilidade, etc.)
 38. Incentivar, apoiando a pretensão da SINJOTECS e da Casa de Imprensa na **realização de uma Conferência Nacional dos *Media* e Eleições** destinadas a criar as condições psicológicas e organizativas para uma cobertura integral e independente das próximas eleições previstas para este ano.
 39. Contribuir na realização de iniciativas específicas que promovam um jornalismo ao serviço das pessoas e das comunidades e a saída do isolamento internacional que caracteriza, atualmente os *media* guineenses. É importante que a voz da imprensa nacional chegue ao exterior.
 40. Atender à necessidade de seguimento e de avaliação de programas e projetos com financiamento externo.
 41. Apoiar a realização do Encontro Nacional de Rádios Comunitárias para a redefinição das suas estratégias e metodologias de trabalho.
- Recomenda-se ainda que os **critérios** a ter em conta **pelos parceiros internacionais** para **eventuais apoios** e financiamentos atendam aos seus preceitos, linhas editoriais e práticas reais:
 - Princípios enunciados no estatuto editorial ou regulamento interno. Verificar o caráter e propósitos/fitos preconizados (cidadania, inclusão, proximidade/atualidade...)
 - Tipo de informação produzida ou proposta (quando se trata de novos projetos)
 - Análise do passado editorial (conteúdo e linguagem)
 - Grau de participação do público
 - Como entende a relação entre os *media* e o(s) poder(es)
 - Géneros jornalísticos a exercitar (ao jornalismo de investigação deve ser conferido primazia)
 - Que público e universo pretendem atingir e como?
 - Capacidade instalada para garantir o apoio ou financiamento solicitado.
 - Fontes habituais (tradicionais) de financiamento e de parcerias.
 - Valorizar a localização do órgão e capacidade de veiculação de uma comunicação atenta às questões do desenvolvimento.
 - Cumprimento do código de conduta eleitoral aprovado pela classe profissional e em vigor.

7. CONCLUSÃO

Qualquer sociedade colhe ganhos comunicacionais para o desenvolvimento quando os *media* se apresentam devidamente organizados, dotados de meios materiais e humanos capazes de implementar atividades jornalísticas mobilizadoras da sociedade, plasmadas com selos de competência, ética e deontologia profissional, fatores que contribuem para a existência de um sistema de comunicação pluralista, atento à livre circulação de ideias, consubstanciados estas, em valores de tolerância, diálogo, conhecimento, cidadania, organização e proximidade. O ambiente sociopolítico torna-se mais ou menos favorável para as transformações projetadas, em função do modelo cultural e do quadro jurídico-legal adotado, na justa medida em que, a par do conhecimento, a educação e informação emergem como direitos que se interpenetram e que constituem, no seu conjunto, um domínio em que o Estado possui obrigações inequívocas perante os cidadãos.

Estes pressupostos são o contributo ou a quota-parte dos préstimos de uma área vital que, a par de outros setores sensíveis da vida nacional como a saúde ou a justiça, interpelam o Estado mercê da necessidade de tornar acessíveis e comuns, matérias que potenciem a mudança de mentalidade, de comportamentos e o fortalecimento da opinião pública. Esta é também uma premissa para afrontar desafios do combate à pobreza na prossecução das metas do milénio que, nos tempos de hoje, não podem ser subalternizadas e muito menos adiadas.

Cada caso é uma realidade própria que, por norma, se prende a razões internas de pendor histórico e político, onde sobressaem contornos socioculturais determinantes. Com este efeito, nesta época da mundialização marcada por novas dimensões geopolíticas, económicas e tecnológicas, à escala universal, experiências vividas noutras latitudes do planeta-casa, por outras sociedades, seus ganhos e perdas, não se distanciam tanto do percurso que a Guiné-Bissau tem pela frente e que as estradas e canais da comunicação/informação, desde que devidamente usadas pelos agentes próprios sem interferências externas e manipulações musculadas do(s) poder(es) facilitam o percurso do desenvolvimento.

Neste contexto, a aprendizagem acumulada pelos ensinamentos universais gera consensos quanto ao papel reservado ao Estado como parceiro, catapultando assim, nesta matéria, a emergência de uma nova visão e de uma nova prática respetiva.

Exceções há, mas são raras. Mesmo sem sair dos contornos geopolíticos da África, identificamos países com constrangimentos orçamentais devido às suas debilidades económicas, mas que investiram através do seu OGE na promoção e no fortalecimento dos OCS, porque contaram desde cedo com a adesão de parceiros incontornáveis na sua missão nacional de construção de um país onde reine o primado do saber, o respeito pelas diferenças e pluralidade de opinião, numa palavra a democracia. Mali, antes do golpe de estado de 2012, é um caso de referência mencionado, neste trabalho, pelo exemplo do Estado atento e sensível às vantagens de uma comunicação com dinâmica e abrangência nacional – uma opção ou uma modalidade que não teria sido possível materializar-se sem uma base estatutária e um quadro orçamental próprios. Mali foi tão longe que passou a fabricar um dos emissores que melhor prestação técnica tem dado nesta costa de África.

Na Guiné-Bissau, a reivindicação para que o Estado assuma no OGE uma postura oficial de apoio aos *media* é anterior à abertura política e vem sendo assumida por todas os OCS e pelo coletivo de jornalistas e técnicos representados pelas Organizações e Instituições respetivas legalizadas, estas últimas ao abrigo das leis surgidas com o advento da democracia. Como registámos através dos diferentes grupos auscultados neste estudo, esta reiterada reivindicação que emerge sempre que a classe se reúne, não pode ser entendida como um convite à dependência ou sujeição à tutela política dos governos, mas sim como uma parceria entre pares iguais.

A pressão e a tendência dos governos de limitar ou ditar regras de sua conveniência que ferem as leis em vigor existem e vão continuar a existir com ou sem esse apoio, enquanto se trabalha na mudança de mentalidade e de comportamentos. Importa é que essa verba exista e contribua na consolidação dos OCS enquanto empresas de comunicação. Ela deve ser entendida como uma contrapartida pelo serviço público prestado pelos *media*, na sua missão de formar e informar no país real. Trata-se de um país em que são os OCS, com destaque para as rádios, que substituem muitos dos serviços que são da competência do Estado ou de empresas publicas e/ou privadas. Veja-se situações peculiares como o caso dos Serviços Postais e Correios, hoje, praticamente inexistentes. Os serviços que deviam prestar às comunidades foram transferidos para a alçada dos *media*, sobretudo as rádios diariamente solicitadas a acudir a situações de emergência de vária ordem, desde agendamento de reuniões, calamidades, endemias, pragas e, até, ao simples recado de alguém que quer contactar com pessoas no interior do país, tanto para anunciar nascimentos ou falecimentos. Não há “cerimónia tradicional” que se faça sem o anúncio prévio numa estação de rádio.

Neste mesmo país, ninguém paga taxas de Rádio ou de Televisão e, face à realidade de um país empobrecido, com salários baixos e pagos com enorme atraso, é de todo irrealista pensar-se em enveredar pela via da criação de mais um imposto que certamente ficaria só no papel. Ademais, como ficou registado no capítulo 4 (4.10)

sobre as especificidades e constrangimentos o mercado é pouco dinâmico, reduzido, limitado e como tal nada convidativo. Embora usufrua benefícios da ação dos *media*, porém é que ela, até pela sua pouca desenvoltura financeira não se tem mostrado sensível em investir nesta área, até pela sua desenvoltura financeira.

Identificados os fundamentos que espelham a realidade do país e que aconselham a outra postura por parte do Estado, existe a base substantiva que tem a ver com uma convenção coletiva produzida pela União de Jornalistas da África Ocidental, que decidiu pela existência de uma verba inscrita no OGE de cada governo, de apoio aos OCS em todo o espaço da CEDEAO, organização que validou e recomendou a sua adoção por todos os Estados-membros. A Agência Intergovernamental da Francofonia (AIF) foi, igualmente, uma entidade promotora desta iniciativa.

Toda a matéria referente ao trabalho e vínculos dos profissionais da comunicação social (Estado, proprietários e profissionais dos *media*) contemplada na referida decisão é o respaldo das leis internacionais em vigor, nomeadamente as Convenções Coletivas já adotadas na sub-região.

A Declaração de Dezembro de 2000 da Conferência de Chefes de Estado e do Governo da CEDEAO vai nesse mesmo sentido, no que é secundado pelas diretivas da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ). Liberdade de informar e ser informado, garantia de condições de trabalho, de organização e associativismo, ética, deontologia, benefícios sociais, laborais, reembolsos, ajudas de custo, subsídios de deslocação, seguro, reforma, fazem parte de um conjunto de itens que destacam os deveres e as responsabilidades das partes, seja o Estado, o patronato e os profissionais.

É em sintonia com os princípios que regem esta Convenção Coletiva da UJAO-CEDEAO, que uma parte considerável dos Estados da sub-região contemplam nos seus OGE's uma verba de apoio ao desenvolvimento e consolidação dos *media*.

Contudo, com este estudo, procurou-se igualmente perceber de que forma o contexto histórico do país condicionou e continua a influenciar a atuação dos órgãos de comunicação social e o seu impacto no desenvolvimento, quer do próprio setor, como do país em si. A aplicação dos inquéritos, por entrevistas ou por questionário conforme os casos, proporcionou aos diferentes órgãos de comunicação social, a possibilidade de falarem na primeira pessoa sobre a sua perspetiva, sobre a situação atual dos OCS, designadamente os constrangimentos no que tange a recursos humanos, equipamentos e outras limitações.

Este diagnóstico realizado a partir de uma base documental e sustentado através de inquéritos, possibilitou o mapeamento das necessidades dos órgãos de comunicação social, como se constata no capítulo 4 e que, naturalmente foi atualizado e justificado nas jornadas de validação do estudo. Os grupos alvo poderão concorrer aos apoios no quadro do programa UE-PAANE, enquanto atores e beneficiários de

um processo cuja possibilidade de transformação, está diretamente vinculada à sua ação como um grupo com poder de influência.

Nesse sentido, daqui resultam pistas para os órgãos de comunicação social, para o Estado e para os demais parceiros do desenvolvimento da Guiné-Bissau sobre eventuais parcerias a realizar, ações a financiar, iniciativas a promover. É possível que o contexto mais geral, quer político quer económico da Guiné-Bissau, mas também a nível mundial, venha a condicionar a pertinência destas propostas. No entanto, eventuais constrangimentos, não podem desviar a comunicação social guineense do contributo devido ao desenvolvimento do país, devendo munir-se de um espírito vincadamente pró-ativo com base numa atitude mais empreendedora e reivindicativa que abarque a essência e o papel da comunicação social hoje no mundo prenhe de conhecimentos que se renovam e inovam a cada momento.

Parafraseando um velho camponês guineense no Encontro Regional na Província Norte em 1984, para a definição de uma Estratégia Nacional de Comunicação para o Desenvolvimento, ***“sem comunicação, não há saúde, não há educação, não há desenvolvimento. Sem comunicação não há vida”***. E mais do que nunca, corroboramos da asserção porquanto, por mais paradoxal que possa parecer, ela hoje revela-se ainda mais atual e pertinente que há 15 anos atrás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEP, Associação para a Cooperação entre os Povos. (2010). *“Media, Cidadania e Desenvolvimento – Triângulos Imperfeitos”*. Lisboa
- ACEP, Associação para a Cooperação entre os Povos. 2007 *“Democratizar a palavra para democratizar a sociedade”*. Lisboa
- AD, Associação para o Desenvolvimento. (1995 a 2017). 13 Títulos em *“Cadernos da Rádio Local”*. Bissau.
- AGUILAR, Renato; MONTEIRO, Hugo; DUARTE, Aquino (2001). *“Bandim”*. INEP-Bissau
- ANDRADE, Mário Pinto (1979). *“Reflexões sobre Política Nacional de Informação”*. Edições Nô Pintcha. Bissau
- AJGB, Associação de Jornalistas da Guiné-Bissau. (1991)- *Situação da Informação na Guiné-Bissau - Memorandum*. Bissau
- AJGB/ALTERNAG (1996). *“O Papel da Imprensa no Processo Eleitoral”*. Bissau
- AJE-GB/ALTERNAG (1997). *“Adesão da Guiné-Bissau à UEMOA”*. Editora Escolar. Bissau
- ALTERNAG/PANOS/CID/AJGB (1994). *“O Pluralismo de informação na Guiné-Bissau”*.
- BARROS, Filinto (1984). *“Política Nacional de Informação”*. in Nô Pintcha edições nrs 1083/1084/1085/ 1086/1087. Bissau
- BARROS, Miguel (2011). *“Análise da cobertura dos Media sobre questões dos Direitos Humanos: caso da Guiné-Bissau”*. Bissau
- Cardoso, Gustavo Cardoso. (2006) *“Os Media na Sociedade em Rede”*. Lisboa
- CARVALHO, Francisco Barreto (2004). *“Casa de Imprensa – realidades e perspetivas”*. Bissau
- SINJOTECS, (2011). *Código de Conduta eleitoral para os Órgãos de Comunicação Social*. Bissau
- DJALÓ, Tchernó (2012). *“O Mestiço e o Poder”*. Vega/Lisboa
- ÉVORA, Silvino L. (2007). Anuário Lusofono. Lisboa
- FAO (1994). *Seminário Nacional para a Definição de uma Estratégia Nacional de Comunicação para o Desenvolvimento*. Roma
- GARCIA, Nelson Jahr (1982). *“Que é Propaganda Ideológica”*. Editora Brasiliense São Paulo Brasil.
- HERMIDA, José (1993). *“Como ler e entender a Imprensa Económica”*. Edições Tema de Actualidade. Lisboa.
- IMBALI, Faustino; KOUAWO, Fafali; GOMES, Paulo; CARDOSO, Carlos Mendy Peter (1996). *“Estudos Prospectivos Djitu Tem”*. INEP. Bissau
- JAO, Mamadu. (1999), *“Intervenção Rural Integrada”*. INEP. Bissau
- JORNALISTAS, Associação de Jornalistas da Guiné-Bissau (1991). *“Memorandum - Situação da Informação na Guiné-Bissau*. Bissau.
- KOSTA, Kaft (2007). *“Estado Direito. O Paradigma Zero: Entre a Lipoaspiração e Dispensabilidade”*. Edições Almedina. Lisboa
- KOUAWO, Fafali (2000). *“Os Media na Guiné-Bissau”*. PANOS/Lisboa

- LAVOINNE, Yves – La Presse. Librairie Larousse. Veja - Coleção Trimédia. Lisboa
- LIGA, Liga Guineense dos Direitos Humanos. 2012. "Relatório sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau"
- LINAR, André, SCIRPO, Bertrand (1998). *"Direito, Deontologia e Ética dos Media"*. Edição Gret. Paris
- LOPES, Carlos (1987). *"A Transição Histórica na Guiné-Bissau: Do Movimento de Libertação Nacional ao Estado"*. INEP. Bissau
- LOPES, Carlos (1988) *"Por uma leitura sociológica da Guiné-Bissau"*. Editorial Economia e Socialismo. Lisboa
- MAYER, Phillipp (1987). *"Ética e Jornalismo"*. Carolina do Norte. EUA
- MELO, José Marques (1975). *"Comunicação Social"*. Rio de Janeiro
- MONTEIRO, Lucy; BARROS, Miguel; LAMBA, Alexandre (2011). *"Marketing Comercial nas empresas de Telecomunicações num contexto de pobreza. O caso da Guiné-Bissau"*. Bissau
- NÔ PINTCHA (edições de 1975 a 2012 com falhas de alguns números). Bissau
- NOBREGA, Álvaro 2003. *"A Imprensa na Guiné-Bissau"* Soronda nº 7- Dezembro. Bissau
- MILITANTE - Órgão do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC (1977 a 1980). Bissau
- PANOS, Instituto. 1995. *"Le Pluralisme de L' Information en Guinee-Bissau – Comment"?* Bissau
- PAULA, Patrícia Mota. 2010. *"Rádios Comunitárias: Voz di Povo". Experiência africana - os casos da Guiné-Bissau e Moçambique*. Lisboa
- PÉLISSIER, René (1989). *"História da Guiné"*. Volume I; II, III. Lisboa
- PNUD (1997). *"Cooperation Au Developpement"*. Guiné-Bissau
- QUADÉ, Pedro; SEIDI, Minhone Nancanha (2006). *"Documento de Política e Estratégia de Comunicação para o Desenvolvimento"*. Bissau
- RENARC- Rede Nacional de Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau. (2009) *"Manual dos Radialistas"*. Bissau
- RIVERS, William, SCHRAMM, Wilbur (1970). *"Responsabilidade na Comunicação de Massas"*. Bloch Editores. Brasil
- RODRIGUES, Adriano (2000). *"A Comunicação Social – Noção Historia Linguagem"* Vega-Universidade. Lisboa
- ROQUE, Fátima (2007). *"África a NEPAD e o Futuro"*. Texto Editores. Luanda
- SANTOS, José Rodrigues (1992). *"Comunicação"*. Difusão Cultural. Lisboa
- SILVA, Antonio Duarte (2010). *"Invenção e Construção da Guiné-Bissau"*. Edições Almedina, Lisboa
- SOUSA, Julião Soares (2012), *"Guiné-Bissau: A destruição de um País"*. Coimbra
- SOUSA, Julião S. (2011). *"Amílcar Cabral Vida e Obra de um Revolucionário Africano"*. Veja. Lisboa
- TUDESQ, André Jean, NEDDELEC Serge (1998). *"Journaux e Radios en Afrique aux XIX et XX siècles"*. Bordéus.
- UNICEF(1986). *"Projeto de Comunicação Social; Análise e Evolução do Projeto"*. Bissau
- VIEIRA, Joaquim (2010). *"A nossa Telefonia - 75 anos de Rádio Publica em Portugal"*. Edições Tinta da China. Lisboa

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 1: Guião de Entrevista com Informantes Chave
- ANEXO 2: Guião de Entrevista com Ardinas
- ANEXO 3: Guião de Entrevista com antigos Diretores, Editores, e Seniores
- ANEXO 4: Questionário-geral para Órgãos de Comunicação Social
- ANEXO 5: Questionário para Televisão
- ANEXO 6: Questionário para Imprensa Escrita (jornais e agência)
- ANEXO 7: Questionário para Rádio
- ANEXO 8: Questionário para Casa de Imprensa
- ANEXO 9: Questionário para SINJOTECS
- ANEXO 10: Questionário para INFORMORAC
- ANEXO 11: Questionário para RENARC
- ANEXO 12: Questionário para INACEP
- ANEXO 13: Monitorização das eleições (CI/Sinjotecs/CNCS/CME/Pro-Palop)
- ANEXO 14: Anuário da Guiné Portuguesa/criação da Emissora Oficial Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa (1964)
- ANEXO 15: O “O Militante”- órgão do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC
- ANEXO 16: Capa do Poilão – revista temática
- ANEXO 17: Edições do Jornal Nô Pintcha
- ANEXO 18: Capas do Jornal “O ARAUTO” (1956 e 1967)
- ANEXO 19: Primeira página do Jornal “O Bolamense”
- ANEXO 20: Capa de uma Edição do Boletim Cultural (1964)
- ANEXO 21: Edição especial AJGB/ALTERNAG- “Imprensa no processo eleitoral”
- ANEXO 22: Parte do processo do tipógrafo Domingos Badinca morto pela PIDE
- ANEXO 23: Diploma de Mérito Presidencial atribuído à “Casa de Imprensa
- ANEXO 24: Textos sínteses das RC`s de validação do estudo-media
- ANEXO 25: Cartas-convite aos OCS para participares estudo-media
- ANEXO 26: Mapa atualizada dos OCS existente no país

ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTA – INFORMANTES CHAVE

Guião de Entrevista

Informantes-Chave

1. O quadro jurídico existente s/ comunicação Social corresponde? Conhece ou tem ideias dos conteúdos do pacote recentemente aprovado pela ANP?
2. A posição dos Governos face aos “OCS” nos últimos 10 anos tem sido adequada? Dê atenção à situação atual? Houve algum período mais difícil? Em que ano? Lembra-se de episódios dignos de registo?
3. Pode identificar o melhor momento nas relações entre os media e o poder?
4. O que pode fazer o governo (medidas) para melhorar a situação dos OCS?
5. Como vê o papel da Casa de Imprensa? Pode ser melhorado? Como assim?
6. E CNCS? Cumpre o seu papel?
7. E o Sindicato?
8. E a RENARC e a INFORMORAC? Complementam-se ou é uma suplicação?
9. O que acha da política de atribuição de frequências?
10. Jornalistas-OCS/Governo/Partidos da Oposição – que tipo de relação deve existir?
11. Jornalistas com militância partidária... Concorda?
12. Que acha do nível de formação dos Jornalistas?
13. A Ética e a Deontologia são observadas nos OCS?
14. Que lacunas ou insuficiências deteta no trabalho da Imprensa escrita?
 - 14.1 E nas Rádios de dimensão nacional?
 - 14.2 E nas Rádios e TV Comunitárias?
 - 14.3 E a Televisão?
15. Identifique os principais pontos de estrangulamento da “CS” no País.
16. Sugestões para melhorar o trabalho:
17. Como analisa a relação entre as Rádios e Tv’s Comunitárias e as ONG’s? Vantagens e desvantagens?
18. Que estatuto atribui aos trabalhadores da área da Informação e Animação das RC’s? Jornalistas? Animadores? Agentes? Radialistas Explique as razões.
19. Como analisa o impacto do conflito político-militar de “7 de Junho” na comunicação social? Tanto do ponto de vista jornalístico, empresarial ou social?
20. E os golpes de Estado “endémicos”?
21. Há liberdade de imprensa?

Respondente:

Nome ou pseudónimo:

Profissão:

Funções ou Instituição onde trabalha:

Data:

NOTA: *A confidencialidade solicitada está garantida.*

ANEXO 2: GUIÃO DE ENTREVISTA/CONVERSA COM ARDINAS

Guião de Entrevista/Conversa

Ardinas

1. Situação no trabalho?
2. Há quanto tempo?
3. Salário?
4. Vendem sempre?
5. Que papel desempenham no processo da produção e venda do jornal?
6. Quais são as zonas de venda? Bairros? Comunidades? Regiões?
7. Quantidade de venda por edição?
8. Relação com leitores?
9. Relação com direção dos jornais?
10. Podiam vender mais?
11. Gostam do produto que vendem?
12. Tem sugestões?
13. Enfrentam problemas nas ruas devido ao conteúdo dos jornais?
14. Qual o título que mais vende?
15. Pensam organizar-se?

LISTA DE ARDINAS INQUIRIDOS

Nome	Idade	Média semanal de vendas	Início da atividade	Anos de trabalho	Escolaridade
1-Caramba Baldé	31	50 exemplares	2000	14 anos	2ª classe
2-Bracia Incanha	20	20 exemplares	2009	5 anos	9º ano
3-Carlitos Fafé	34	50 exemplares	1993	21 anos	7º ano
4-Ju Virgílio	17	20 exemplares	2006	7 anos	9ª classe
5-Lona	20	20 exemplares	2006	7 anos	9ª classe
6-Sidi Sanha	34	50 exemplares	1999	15 anos	5ª classe
7-Balantó Mané	30	50 exemplares	2004	9 anos	9ª classe
8-Pansau N'dau	----	50 exemplares	2000	14 anos	10ª classe
9-Bubacar Quetá	32	50 exemplares	2000	14 anos	9ª classe
10-Braima Baldé	34	50 exemplares	1990	24 anos	7ª classe

ANEXO 3: GUIÃO DE ENTREVISTA PARA ANTIGOS DIRETORES, EDITORES E JORNALISTAS SENIORES

Guião para conversa com jornalistas seniores/ex. Diretores e ex. Editores

1. Análise comparativa-Como era e como é a CS/ o antes e pós abertura política
2. Conteúdos-Qualidade de informação produzida
3. Formação e conhecimentos-Qualidade dos profissionais
4. Alterações temáticas-O porque de tanta matéria política/partidária
5. Situação/ Etica / Deontologia....
6. Fuga ou êxodo de profissionais / Salários.... Perspetivas
7. Profissionalismo e militância partidária - podem coabitar?
8. Política dos governos - Relação com os poderes
9. Ideias s/ cooperação
10. Necessidades em Formação / Que tipo...
11. Considerações gerais (Conceções/políticas/poder...)
12. Considerações Especificas (género/tipologia/organização opções editoriais)

Antigos diretores, jornalistas seniores/ex. editores auscultados

1. João Quintino Teixeira
2. Amarante Sampa
3. Mamudu Jau
4. L. Robalo de Pina
5. Ricardo Semedo
6. Carlos Nhafé
7. Aniceto Alves
8. F. J. Pereira
9. Kadija Monteiro
10. Tchumá Camará
11. Conceição Cardoso
12. Waldir Araújo

27. Que medidas podem o Governo adotar para melhorar as condições de trabalho dos meios de comunicação social?
28. Tiveram períodos em que foram obrigados à interromper a emissão? Quais foram as razões?
29. Faça um resumo do acontecido nos anos que se seguem: (2010-2011-2012)

ANEXO 5: QUESTIONÁRIO PARA TELEVISÃO

Questionário Específico/Televisão

1. Ficha de Identificação (Televisões) Ponto focal:
2. Nome do órgão:
3. Data de Criação:
4. Data de legalização:
5. Localização e contactos:
6. Tipo de Organização/Empresa:
7. Potência Instalada (Emissores)
8. Equipamento existente:
 - a. Estúdios:
 - b. Redação:
 - c. Emissores/Antena:
 - d. Outros:
9. Área de Cobertura:
10. Horas de Emissão:
11. Línguas de trabalho:
12. Número/tipo de Estúdios:
13. Total de pessoal e qualificação:
14. Jornalistas e ou Animadores: _____ Mulheres: _____ Homens:
15. Técnicos: _____ Mulheres: _____ Homens:
16. Número de pessoal que já beneficiou de Formação:
17. Tipo de formação:
18. Que balanço fazem das formações? Positivo e negativo: _____
19. _____
20. Indique as parcerias em curso:
21. Indique os pontos de estrangulamento:
22. Enuncie propostas de solução:

ANEXO 6: QUESTIONÁRIO PARA IMPRENSA ESCRITA

Questionário Específico

Jornais e ANG

1. Nome do Órgão:
2. Data de Criação:
3. Data de Legalização:
4. Localização/Contactos:
5. Tipo de Empresa:
6. Periodicidade:
7. Tiragem:
8. Locais de venda:
9. Custos de produção:
10. Preço de Venda:
11. Membros da Direção:
12. Chefe da Redação:
13. Editores:
14. Jornalistas em Serviço:
15. Estagiários:
16. Repórteres Fotográficos:
17. Mulheres: _____ Homens: _____ Seniores: _____ Juniores:
18. Secretaria da Redação:
19. Arquivo e Documentação:
20. Mulheres: _____ Homens: _____
21. Paginadores:
22. Montadores:
23. Revisores:
24. Outros:
25. Mulheres: _____ Homens: _____
26. Remuneração:
27. Colaboradores Remunerados:
28. Não Remunerados:
29. Nível de formação do pessoal:
30. Universitário:
31. Médio:

32. Profissional:
33. Secundário (12º):
34. Secundário (Inferior a 10º): _____
35. Língua de trabalho: _____ Fontes:
36. Nível de conhecimento linguístico dos Jornalistas: (Leitura/interpretação/escrita):
37. Interpretação:
38. Escrita:
39. Capacidade de Síntese:
40. Outras línguas:
41. Nível de conhecimentos técnicos:
42. Jornalistas:
43. Técnicos:
44. Outro Pessoal:
45. Material e Equipamentos de trabalho:
46. Possui Estatuto Editorial? _____ Áreas e temas prioritários de cobertura:
47. Principal obstáculo ao crescimento e expansão:
48. Propostas e soluções:

ANEXO 7: QUESTIONÁRIO PARA A RÁDIO

Questionário específico/Rádios

1. Nome do Órgão: Ponto Focal:
2. Data de Criação:
3. Data de legalização:
4. Localização:
5. Potencia Instalada:
6. Capacidade Atual:
7. Descrição do Equipamento instalado:
8. Estúdios:
9. Emissores:
10. Redação:
11. Manutenção:
12. Arquivo/Documentação/bandoteca/Fonoteca/outros:
13. Área de Cobertura:
14. Horas de Emissão:
15. Número e tipo de Estúdios:
16. Parcerias em curso:
17. Número de Trabalhadores Mulheres: Homens:
18. Áreas e categorias:
 - a. Direção: Jornalistas: Operadores:
 - b. Técnicos de Emissor/Antena: Programadores: Secretaria:
 - c. Outros Profissionais:
19. Nível de Formação do pessoal: universitário: médio: profissional:
20. Secundário (12º ano): Secundário (inferior a 10º ano):
21. Equipamento e material existente nos Departamentos (Redacção; Programas; Estúdios);
22. Possui Departamento de Formação?
23. Formador Próprio:
24. Número de formações realizadas por ano: Tipo: Beneficiários:
25. Faz-se Avaliação das formações Por quem?
26. Possui Acordos de Cooperação com outras Instituições? Quantifique:
27. Parceiros e áreas de Cooperação:
28. Análise das vantagens obtidas (Pontos fortes/frágeis das Parcerias/Cooperação):
29. Possui Orçamento Anual? Proveniência:
30. Outras Fontes de Recita

31. Publicidade/média mensal ou anual:
32. Anúncios:
33. Outras:
 - a. Conteúdos Linha/Estatuto Editorial:
 - b. Géneros Jornalísticos -
 - c. Noticiários:
34. Blocos noticiosos diários (Quantificação):
35. Reportagens:
36. Entrevistas/Debates/Mesas Redonda:
37. Animação/Entretinimento:
38. Fontes Nacionais: Internacionais:
39. Línguas de trabalho:
40. Periodicidade e tipo de reuniões internas:
41. Como está organizada a área administrativa e contabilística:
42. Produzem relatórios e ou outros docs? Descreva:
43. Nível de Conhecimentos linguísticos:
44. Português:
45. Crioulo:
46. Outras Línguas Nacionais:
47. Francês:
48. Inglês:
49. Concorde com a forma como são atribuídas e geridas as frequências?
 - a. Sugestões:
50. Identifique os principais Problemas e Pontos de Estrangulamento:
51. Propostas e ideias de solução:
52. Especificidades:

ANEXO 8: QUESTIONÁRIO PARA CASA DE IMPRENSA

Questionário/Casa da Imprensa

1. Ano de criação:
 2. Data de Legalização:
 3. O que é a "CI"? Defina:
 4. Como está organizada?
 5. Quais os princípios que norteiam a "CI"?
 6. Número de Membros:
 - a. Qual o Grupo Profissional?
 - b. Pagam quotas?
 7. Qual o objeto principal da "CI"?
- Para a "CI" o que significa Ética e Deontologia?
8. Que leitura faz a "CI" da Política Nacional da Informação?
Possuem antenas ou representantes no interior do País?
 9. Qual é a periodicidade das reuniões dos v/ órgãos dirigentes?
- Satisfeitos com a Revisão da Lei de Imprensa e Estatuto de Jornalista aprovados na ANP?
10. Como funciona o princípio da rotatividade/alternância na "CI"?
 11. Qual é v/ posição sobre as Ajudas de Custo, Per-diem e subsídios exigidos pelos nas formações locais?
 12. Identifique as áreas onde existem necessidades de formação para v/associados:
 13. No quadro da v/ Atividades em que áreas solicitariam financiamento ao PAANE?
 14. Quais são as próximas ações programadas da "CI"?
 15. Quais são os parceiros naturais da "CI"?
 16. O que consideram ser a v/ principal vulnerabilidade?
 17. No v/entender como se pode caracterizar hoje o jornalista guineense?
 18. Tiveram períodos em que foram obrigados a interromper as atividades?
 19. Quais foram as razões:
 20. Faça um resumo do acontecido nos anos que se seguem:
 21. 2010:
 22. 2011:
 23. 2012:

ANEXO 9: QUESTIONÁRIO PARA SINJOTECs

Guião/SINJOTECs

Data de criação:

Data de legalização:

Quantos membros possuem:

Pagam quotas?

1. Que objetivos persegue o Sindicato?
2. Como foi o processo da sua criação?
3. Como funciona a direção?
4. Quantos membros a integra?
5. Como é eleita?
6. Qual é o horário de funcionamento?
7. Qual é a base da política sindical?
8. Principais problemas e dificuldades?
9. Possui um orçamento?
10. Beneficia de algum financiamento / Quem? Que tipo?
11. Possui outros parceiros? Enuncie:
12. Como é desenvolvida a relação/cooperação com os OCS?
13. Existem programas de apoio ou outros em vigor?
14. Que apoios têm prestado aos OCS?
15. O serviço prestado é pago?
16. Em que áreas? Dê exemplos de diferentes situações:
17. Quais são as fragilidades dos OCS?
18. Como caracterizam a vossa situação atual:
19. Têm planos para ultrapassar a atual situação?
20. Que relação mantêm com os pode(res)? Há Censura? Aumentou? Os casos de perseguição aos profissionais - aumentaram ou diminuíram? Outros comentários?
21. Concordam com as leis em vigor?
22. O que o Estado devia fazer para apoiar os OCS?

ANEXO 10: QUESTIONÁRIO PARA INFORMORAC

Guião/INFORMORAC

1. Data de criação: Data de legalização: Quantos membros possuem:
2. Que objetivos persegue?
3. Como foi o processo da sua criação?
4. Como funciona a direção? Quantos membros a integram?
5. Como é eleita?
6. Qual é o horário de funcionamento?
7. Possui um orçamento?
8. Beneficia de algum financiamento? Quem? De que tipo?
9. Possui outros parceiros? Enuncie:
10. Como é desenvolvida a relação/cooperação com os OCS?
11. Existem programas de apoio ou outros em vigor?
12. Que apoios têm prestado aos OCS?
13. O serviço prestado é pago?
14. Em que áreas? Dê exemplos de diferentes situações:
15. Quais são as fragilidades dos OCS?
16. Como analisa hoje as RC?
17. Fale da vossa situação atual:
18. Tem um plano para ultrapassar a atual situação?

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO PARA RENARC

Guião/RENARC

1. Data de criação:
2. Data de legalização: quantos membros associados possui:
3. Que objetivos persegue?
4. Como foi o processo da sua criação?
5. Política de salários da Organização?
6. Como funciona a direção?
7. Quantos membros a integram?
8. Como é eleita?
9. Qual é o horário de funcionamento?
10. Possui um orçamento?
11. Beneficia de algum financiamento/ que tipo?
12. Que cooperação mantem? possui outros parceiros?
13. Como é desenvolvida a relação/cooperação com as "RC"?
14. Como vê a política de salários das RC?
15. Existem programas de apoio ou outros em vigor?
16. Que apoios presta às "RC"?
17. O serviço prestado é pago?
18. Em que áreas? Dê exemplos :
19. Quais são as fragilidades das "RC"?
20. Ideias sobre a progressão e o futuro das RC e TVC

ANEXO 12: QUESTIONÁRIO PARA INACEP

Guião/NACEP

Nome do Diretor Geral:

Composição da Direção (cargos):

1- Nome do órgão:

2- Data de Criação:

3- Data de legalização:

4- Localização e contactos:

5- Tipo de Organização/Empresa:

6- Departamentos:

7- Equipamento Instalado:

Tipografia:

Encadernação:

Administração:

Outros Serviços:

Total de trabalhadores:

Mulheres

Número de mulheres em cargos diretivos:

8- Principais Atividades:

(empresa)

9- Formação académica: Técnica: Estudos Superiores: Médios: Secundário:

Profissional: Elementar:

Outra:

Orçamento anual:

Salários de:

a

Cooperação:

Carteira de dívidas:

(montante da Dívida contraída por clientes em francos CFA)

Outras informações que atualizem a posição da empresa hoje:

ANEXO 13: MONITORIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES ANTECIPADAS DE 2012

Gabinete de Monitorização e Avaliação da Atividade e Desempenho dos Jornalistas e dos Órgãos de Comunicação. (SINJOTECS/CI/CNCS/ CNE/ONUIGBIS

Termos de Referência

Aquando do seu primeiro Congresso realizado nos dias 18, 19 e 20 de Agosto de 2011, o SINJOTECS aprovou um Código de Conduta Eleitoral para os Órgãos de Comunicação Social (OCS) que estabelece um conjunto de normas e de princípios éticos e profissionais que orientam a reportagem e cobertura jornalísticas durante os períodos eleitorais. Para acompanhar a sua implementação efetiva, este Código de Conduta, propõe a criação de um Gabinete de Monitorização e Avaliação da Atividade e Desempenho dos Jornalistas e dos Órgãos de Comunicação (Art. 4º - Nº1).

O referido Gabinete de Monitorização e Avaliação inclui um Painel de Supervisão integrado por cinco elementos em representação do SINJOTECS (2), da Casa da Imprensa (1), do Conselho Nacional da Comunicação Social (1) e da Comissão Nacional de Eleições (1) (Art. 4º - Nº2). A este Painel de supervisão se juntam dois representantes das Nações Unidas (PNUD e UNIOGBIS) para efeitos de apoio material e técnico, conforme decidido na reunião entre o SINJOTECS e os responsáveis dos OCS nacionais em Bissau a 14 de Fevereiro de 2012.

O Painel fará o monitoramento da cobertura das duas semanas da campanha eleitoral pelos OCS guineenses e no final de cada semana, elaborará um relatório do qual constarão as suas constatações que será enviado a todos os OCS, às candidaturas, às instituições diretamente ligadas ao processo eleitoral, aos parceiros nacionais e internacionais. Cabe aos órgãos a decisão de divulgar estes pareceres nos seus espaços ou blocos noticiosos.

Além de pôr em prática o Código de Conduta, o objetivo do Gabinete de Monitorização e Avaliação é contribuir para a realização de eleições justas e transparentes através de uma cobertura jornalística objetiva.

Quais são os OCS abrangidos?

Um total de 13 Órgãos de Comunicação nacionais serão contemplados, designadamente a televisão (TGB), sete rádios (RDN, Bombolom FM, Galáxia de Pindjiguiti, Rádio Sol Mansi, Rádio Nossa, Rádio Jovem e Rádio Voz de Quélélé) e cinco jornais (No Pintcha, Gazeta de Notícias, Última Hora, Bantaba di Nobas e Expresso de Bissau).

Como será feita a monitorização?

A monitorização será centrada sobre o número de artigos/reportagens e o espaço atribuído a cada candidato (análise quantitativa), o conteúdo (análise qualitativa), a questão do género e a diversidade. Será elaborada uma ficha por órgão que incluirá os itens acima referidos e a lista dos candidatos presentes na corrida.

- O JC foi encarregado de produzir os crachás de identificação dos membros do painel.

- Em relação à análise quantitativa, serão notados a quantidade de notícias difundidas ou exibidas e o tempo (rádios e televisão). No caso dos jornais será levado em conta espaço (página) bem como a manchete e o número de fotografias.
- A análise qualitativa versará o conteúdo das informações designadamente se a notícia foi trabalhada ou se passou-se o RM bem como o tipo de linguagem e a mensagem veiculadas.
- No tocante ao género serão analisados todos os artigos em que a mulher é destaque. Nesta parte pode-se incluir uma notícia de uma candidatura, a observação, o financiamento ou o eleitoral desde que seja a mulher a protagonista da notícia.
- Por processo eleitoral entende-se todos os artigos relacionados com o seu decurso, com exceção das candidaturas. Neste item incluem-se questões como a observação, o financiamento, os eleitores, as atividades económicas à volta da campanha (por exemplo).
Será elaborada uma ficha por tipo de OCS que incluirá o nome dos candidatos e os dados alusivos aos itens acima referidos bem como as observações constatadas durante o período de monitorização, conforme o modelo seguinte:

Nome do OCS	Análise quantitativa		Análise qualitativa			Género
Candidatos	Total artigos	Tempo (minutos)	Discurso indireto	Discurso direto	*Tipo de linguagem	
Serifo Nhamadjo						
Vicente Fernandes						
Serifo Baldé						
Ibraima Jaló						
Baciro Dja						
Luís Nacassa						
Afonso Té						
Henrique Rosa						
Carlos Gomes Júnior						
Koumba Ialá						
Processo eleitoral						
Género						

ANEXO 14: CRIAÇÃO DE EMISSORA OFICIAL DA GUINÉ

Dados recolhidos no "Anuário da Guiné" reportando à criação dos serviços de radiodifusão na Guiné (1946).

EMISSORA DA GUINÉ

14680

Estabelece na Emissora da Guiné, o serviço Mímino da Saudade entre a Guiné e Cabo Verde, nas condições que indica.

Portaria n.º 379 BO n.º 6/1952

92

Cria o serviço de radiodifusão, dependente dos CTT, com a designação de Emissora da Guiné.

Portaria n.º 86 de 09-09-1946 - BO n.º 36/1946

2741

Aprova o regulamento da Publicidade Radiodifundida na colónia da Guiné.

Portaria n.º 94 de 07-11-1949 - BO n.º 45/1949

2742

Aprova o Regulamento do Serviço de Publicidade Radiofónica Comercial.

P.M. n.º 13347 de 03-11-1950 - BO n.º 50/1950, pág. 633

- Cf. DG n.º 223, 1.ª Série de 1950

2743

Dá nova redacção aos Art.ºs 13.º a 16.º, 18.º, 19.º do regulamento da Publicidade Radiofundida, aprovado pela P. 94 de 7 de Novembro de 1949.

Portaria n.º 357 de 08-11-1951 - BO n.º 45/1951

2744

Aprova o regulamento dos Serviços da Emissora da Guiné.

Portaria n.º 382 de 14-02-1952 - BO n.º 7/1952

15141

Determina que a Comissão Orientadora da Emissora da Guiné tenha a constituição que indica.

de 24-01-1959 - BO n.º 4/1959, pág. 36

1979

Dá nova constituição à Comissão Orientadora da Emissora Provincial da Guiné Portuguesa e manda que sejam atribuídas renhas de presença, nos quantitativos que indica, aos seus membros. - Revoga a portaria de 24 de Janeiro de 1959.

Portaria n.º 1659 de 22-08-1964 - BO n.º 34/1964

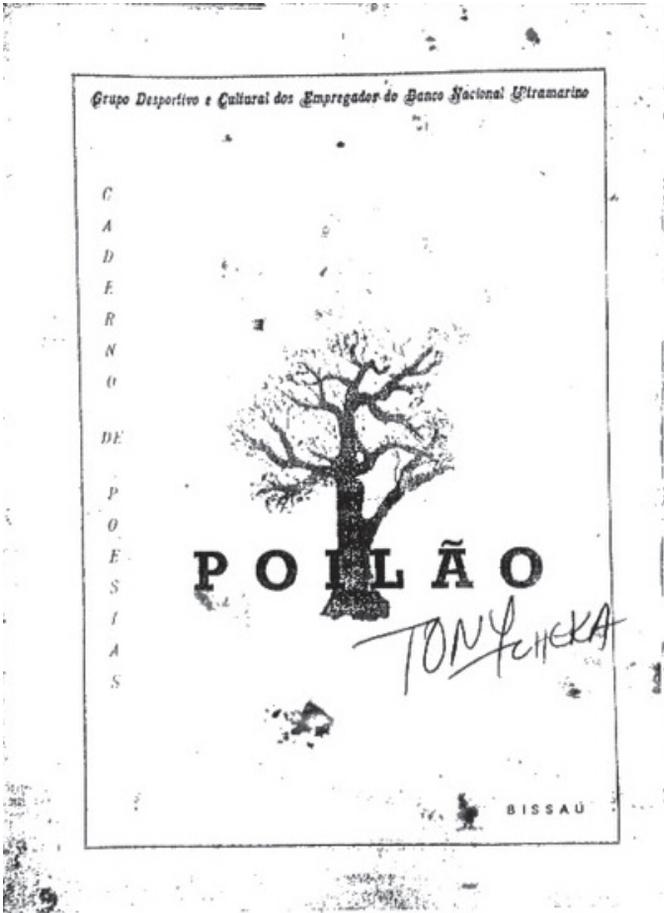
1980

Aprova o Regulamento de Publicidade Radiodifundida-Revoga as Portarias 94 e 357, respectivamente de 7 de Novembro de 1949 e 8 de Novembro de 1951.

Portaria n.º 1663 de 07-09-1964 - Spl. ao BO n.º 36/1964

ANEXO 16: CAPA DO “POILÃO”- REVISTA TEMÁTICA

Exemplar de uma edição do “Poilão” do BNU (Banco Nacional Ultramarino) dedicado à cultura



ANEXO 17: EDIÇÕES DO JORNAL NÔ PINTCHA (1979)

Exemplar (Nº2) da edição editorial do jornal Nô Pintcha que ia para além do trisemanário



ANEXO 18: CAPAS DO JORNAL “O ARAUTO”- VERSÃO ORIGINAL (POLICOPIADA) E VERSÃO TABLOIDE DE 1967

Parte da capa do Jornal diário “O arauto” versão tabloide impresso em Bissau em 1967.



QUARTA-FEIRA
7 de Dezembro 1956

ARAUTO

N.º 2740

Redacção, Administração, Propriedade e Oficinas
TIPOGRAFIA DAS MACHOES — BISSAU

DIRECTOR E EDITOR
P. JOSE MARIA DA CRUZ

Com Isenção da Responsabilidade Científica
VIGADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

Entre manifestações de alto patriotismo, o Ministro dos Estrangeiros continua a sua visita aos principais núcleos de portugueses nos Estados Unidos

HANFORD (Estados Unidos). 6 — Foi verdadeiramente entusiasmada a recepção prestada pelos portugueses desta cidade ao Ministro Paulo Cunha, à sua chegada a este importante núcleo lusobromeriano da Califórnia.

Vaquinho de automóvel, acompanhado do governador da Califórnia, Knight, o prof. Paulo Cunha, cujo curso era precedido por estudos científicos de autoconsciência, foi recebido com honras militares, prestadas por um destacamento de polícia, que se encontrava postado em frente da sede da Associação Lusobromeriana, onde se viuam bandeirolas as bandeiras de Portugal e Estados Unidos. No hall, o Ministro português foi convidado a proceder ao desceramento da Igreja de honras, assinalando a inauguração oficial do novo edifício daquela associação, recentemente construído. Ao acto assistiram, além da comitiva do prof. Paulo Cunha, as mais representativas individualidades portuguesas e americanas de Hanford, o governador do estado da Califórnia, além funcionários do governo, membros das instituições católicas e culturais norteamericanas. A noite, no Hall da Câmara Municipal, realizou-se um jantar em honra do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que reuniu centenas de lusobromerianos, da região de Visoano, Hanford e Tulare. Presente o Governador, Goodwin Knight, e esteve presente, entre outras individualidades portuguesas e americanas o Mayor de Hanford, Charles Chambers. Entre as convidadas estavam pessoas de todas as condições sociais, descendentes de portugueses, desde a mais modesta ganhão até as mais destacadas figuras do comércio, indústria, medicina e foro, etc.

Milhares de pessoas incorporam-se no funeral de D. Marcelino Franco, BISPO DE ALGARVE

FARO, 6 — Milhares de pessoas incorporaram-se no funeral do Bispo de Algarve, D. Marcelino Franco, que foi, hoje, celebrado na Sé desta cidade. As cerimónias fúnebres tiveram grande importância, celebrando-se missas de pontifical, e havendo as alobvitações do ritual. O corpo ficou depositado na cripta da Sé, onde continua em exposição aos fiéis, mais dois dias. (L.)

Amanhã, cerca das 7 horas, local, o Ministro Paulo Cunha e sua comitiva, regressam de automóvel a Fresno, mediterrâneo o avião, pelas 11, para Los Angeles. Depois do regresso ao Burbank Macintosh Airport, onde provisoriamente se irá hospedar, irá para o prof. Paulo Cunha, de regresso ao Ambassador Hotel de Los Angeles, ao mesmo tempo que o curso de recepção ao nível de Los Angeles. (L.)

Fusão das duas maiores organizações sindicais dos Estados Unidos

NOVA Iorque, 6 — Efectuou-se a fusão das duas maiores organizações sindicais dos Estados Unidos que uniram 10 milhões de operários. Trata-se da federação americana do trabalho e congresso das organizações industriais. (L.)

A VERDADE NA VIDA

Digamos palavras, outras, ao nível de Atenas a procura de um homem, a pátria de Sócrates e de Platão, onde o arte, a Liberdade e as instituições sociais hulkianas e grande altura, celebravam-se um corajoso sacrifício dos valores e no embolamento das cidades hulkianas.

A luz mística da interior de Diógenes, que se levanta por entre o hulkiano deslumbrante da civilização hulkiana e por entre o esplendor das estruturas do Acropolis, é a luz que nos ilumina para penetrar nas regiões do espírito, adquiridas pelo naturalismo pagão.

O filósofo não encontrou Atenas nas ruas de Atenas. Via milhares, dispersos em áreas despersonalizadas, cidadãos sem honra, sem palavra e sem carácter. Lembrado o os frentes hulkianas esbeltas no passado, veio então sem poder para despertar energia e resolver as dúvidas adormecidas sob as gárgulas antigas, que se palmeavam em seu interglobo doradado.

Hoje, talvez os seus restos falty de Homero, se possam que nenhum ter de acordo com o seu humanismo, em conformidade com as imposições da cons-

Monumento ao trabalho português

LORENÇO MARQUES — Um monumento ao trabalho português vai ser construído à entrada da Exposição das Actividades de Moacanik, que será visitada pelo Presidente Craveiro Lopes quando da sua visita oficial a esta Província.

O monumento, de que são autores os arquitectos Nélso Craveiro Lopes e Alberto Duarte, consistirá de dois elementos: um, estático, constituído por uma obra estática de ferro batido, com sua moldura de diamante, cercada por um arco de elemento, com nove metros de diâmetro, representando a Nação nos seus valores tradicionais e históricos; o outro, dinâmico, detendo do movimento, representando o progresso do país, será executado em tubo de aço e terá 10 metros de altura, compreendendo elementos sobressaies que giram, rotacionando pelo vento. Estes elementos, pintados com tintas fosforescentes, com as cores da bandeira nacional, da província e da cidade, darão, que do dia, que do noite (com o de quatro projectores que os iluminam) uma interessante sensação de movimento. O monumento ficará erigido numa das áreas reservadas a levantar nos terrenos situados entre o estacionamento da Avenida de República e o mar. (ANI).

ciência e os postulados das leis autênticas e positivas.
Nó várias posições bem definidas. Os homens agiram-se ao longo das espécies almas. Deram-se austeras pelas curvas fúnebras da vida social, pelas conveniências políticas e métodos partidários, que melhor servem os seus interesses, sem ajacere de justiça e moralidade dos princípios idealistas que os tem orientar e aperfeiçoar o vida da comunidade.

A experiência da vida pública alhoras com salutar os últimos da intelectualidade hulkiana.

A realidade dos índices passava com impressão de cores, sua com linhas bem articuladas, ao quadro sombrio em que está constituída a nossa época.

Temos um único espírito do conjunto, detentor ou efeito permissivo desses valores que, postergado os princípios basilares da ética, se detem para apenas pela estrutura de uma moral individualista, sempre suscitada de sofrer todos os adjectivos.

E um mundo de desconjuntura este em que vivemos.
P. Ernesto Costa

ANEXO 19: PRIMEIRA PÁGINA DO "BOLAMENSE"

Edição do "Bolamense" (Ano II-1957) impresso na tipografia de Bolama



ANO II - 1957

BOLAMENSE

Órgão de Propaganda regional, da Cultura e do Turismo

Preço: 2\$50

SEÇÃO DE PROPAGANDA, CULTURA E TURISMO
COMISSÃO MUNICIPAL DE BOLAMA

Presidente: O Sr. Dr. ...
Vice-Presidente: O Sr. Dr. ...
Membros: O Sr. Dr. ...

SEÇÃO DE PROPAGANDA, CULTURA E TURISMO
COMISSÃO MUNICIPAL DE BOLAMA

Presidente: O Sr. Dr. ...
Vice-Presidente: O Sr. Dr. ...
Membros: O Sr. Dr. ...

SEÇÃO DE PROPAGANDA, CULTURA E TURISMO
COMISSÃO MUNICIPAL DE BOLAMA

Presidente: O Sr. Dr. ...
Vice-Presidente: O Sr. Dr. ...
Membros: O Sr. Dr. ...

O Governador

Silva Tavares regressou da Lisboa e fez cordialíssima recepção no Aeroporto



"GRAVEIRO LOPES"

O Governador da Guiné em viagem de visita que durou de 10 a 15 dias, regressou ao Aeroporto de Bolama, acompanhado pelo Sr. Dr. ...

Foi breve e simples a cerimónia da transmissão de poderes que se seguiu no Palácio do Governo mas, mesmo assim, serviu para afirmar o desejo geral de intensa colaboração entre o governo e a povo que trabalha

No passado dia 1 de Outubro, chegou à Bolama, vindo de Lisboa, onde foi acompanhado pelo Sr. Dr. ...

Em nome do povo e do Estado, o Governador recebeu, no Palácio do Governo, os membros da Assembleia Nacional, os deputados e os membros do Conselho Municipal de Bolama.

Depois, no Palácio do Governo, realizou-se a cerimónia de transmissão de poderes. O Governador da Guiné, Sr. Dr. ...



Em nome do povo e do Estado, o Governador recebeu, no Palácio do Governo, os membros da Assembleia Nacional, os deputados e os membros do Conselho Municipal de Bolama.

As eleições para deputados

O momento político

O Comandante TEIXEIRA DA MOTA é o novo representante da Guiné na Assembleia Nacional

Estas eleições realizaram-se no dia 10 de Outubro de 1957. Foi um momento de grande importância para a Guiné, pois marcou o início da vida democrática do país.

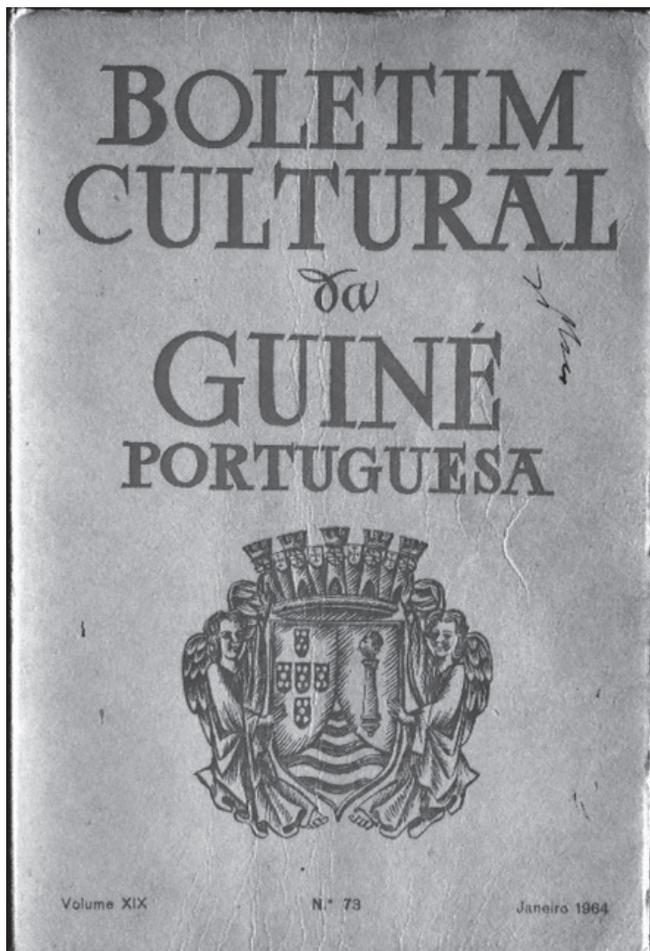
O Comandante Teixeira da Mota foi eleito deputado e representa a Guiné na Assembleia Nacional.

As eleições foram realizadas em condições de liberdade e de justiça, o que demonstra o interesse do povo guineense na vida política do país.

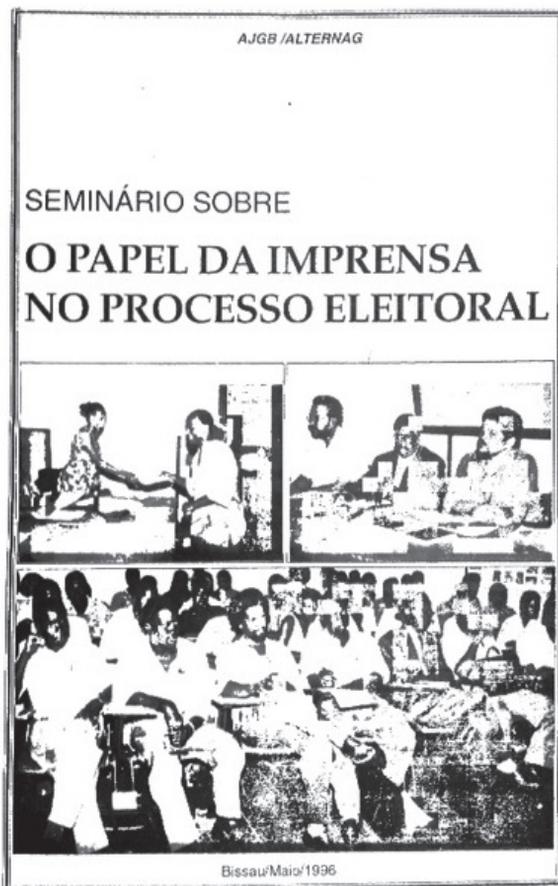
O Comandante Teixeira da Mota é um homem de elevada capacidade e de grande experiência política. A sua eleição para a Assembleia Nacional é uma honra para a Guiné e uma garantia de que o país continuará a avançar na sua luta pela liberdade e pela democracia.

Em nome do povo e do Estado, o Governador recebeu, no Palácio do Governo, os membros da Assembleia Nacional, os deputados e os membros do Conselho Municipal de Bolama.

ANEXO 20: CAPA DE UMA EDIÇÃO DO BOLETIM CULTURAL DA GUINÉ (1964)



ANEXO 21: EDIÇÃO ESPECIAL DA AJGB E ALTERNAG SOBRE O PAPEL DA IMPRENSA NO PROCESSO ELEITORAL



ANEXO 22: PARTE DO PROCESSO DO TIPÓGRAFO DOMINGOS BADINCA, PRESO E MORTO PELA POLÍCIA POLITICA PIDE/DGS

Correspondência trocada pelos serviços de saúde com a PIDE/GGS sobre a morte do tipógrafo da Imprensa Nacional Domingos Badinca. O Médico, na certidão de óbito, escrito a mão esclarece na no serem conhecidas as causas da morte. Este tipógrafo foi immortalizado numa canção da autoria do poeta e musico José Carlos S. (Zé Cabalo).

S.  R.

PROVÍNCIA DA GUINÉ
REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS
DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

HOSPITAL CENTRAL DE BISSAU

SUA REFERÊNCIA SUA COMUNICAÇÃO DE NOBRA REFERÊNCIA BISSAU - GUINÉ PORTUGUESA

409/973 16/ VII / 973

AMPLORES

Para os devidos efeitos, tenho a honra de comunicar a V.Ex^{ca} que o tipógrafo DOMINGOS FERNANDO BADINCA, detido à ordem dessa Delegação, faleceu hoje neste Hospital Central, às 6,00 horas. *na - e o martirio da morte.*

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Ex^{ca} os meus melhores cumprimentos.

A Bem da Nação. *16/ VII / 973*

O Director,

Fernando de Aragão e Barros
Tenente Coronel Médico

DIRECCÃO-GERAL DE SEGURANÇA
Delegação da Guiné
CADA Nº. *1113*
Em *16/ VII / 973*

REPARTIÇÃO GERAL DE SAÚDE
HOSPITAL CENTRAL DE BISSAU
Nº. 3803
Em 16. 7. 73
Barros

ANEXO 23: DIPLOMA DE MÉRITO CONCEDIDO À CASA DE IMPRENSA PELO PRESIDENTE HENRIQUE ROSA EM 2005

Diploma de Mérito de 1ª Classe concedido pelo Presidente Henrique Rosa à Casa de Imprensa no dia comemorativo da Independência Nacional – 24 de Setembro



ANEXO 24: TEXTOS SÍNTESES DOS PAINÉIS DAS RÁDIOS E TELEVISÕES COMUNITÁRIAS QUE VALIDARAM O PRESENTE ESTUDO-JULHO DE 2013

1º painel de validação do Estudo: *Os Media na Guiné-Bissau* com representantes das rádios comunitárias – 3 de Julho de 2013.

Após a apresentação dos objetivos da reunião pelo Perito-Media fez-se a apresentação dos representantes das várias rádios presentes (ver anexo).

Os representantes das rádios entrevistaram e enfatizaram os seguintes pontos:

- A grande maioria das rádios opera com uma licença provisória. Algumas delas, como a Radio Forea, encontra-se em fase de legalização.
- Os representantes das rádios confirmaram as informações do documento acrescentando algumas atualizações no tocante à capacidade instalada, número de técnicos e estatuto legal.
- A grande maioria não possui filtro harmónico. A principal razão invocada tem a ver com a sua fraca capacidade financeira. Muitas afirmaram ter recebido várias notificações da ARN exigindo a sua instalação. Em caso de incumprimento, para além da multa que pode situar-se entre 3 e 15 milhões de FCFA, pode-se proceder à confiscação dos equipamentos.
- O filtro harmónico deve ser instalado por um técnico especialista. Uma rádio narrou a sua experiência negativa após a instalação do filtro por um técnico-aprendiz.
- Algumas rádios colocaram o problema relacionado com emissoras ultrapassadas e inadequadas às condições climáticas. Uma rádio (Radio Cidade – Bairro Militar) procede ao aluguer da emissora por 150 000 FCFA/dia.
- Vários problemas relacionados com os equipamentos foram assinalados – escassez, roubo, destruição por alteração da corrente de alimentação e por descarga elétrica produzida pela queda de raios.
- Uma rádio (Radio C. Antula) apresentou informações sobre a propriedade que foram contestadas por vários participantes.
- A maioria funciona com geradores cuja manutenção e abastecimento em combustível se tornam difíceis devido à fraca capacidade financeira das rádios.
- A taxa regular paga à ARN no valor de 46 875 francos CFA não tem nenhuma contrapartida em serviços prestados por esta agência.
- O estatuto de jornalista da rádio comunitária não parece estar bem definida.
- A subvenção pública às rádios comunitárias deve ser colocada em relação com o trabalho social prestado por elas.
- O voluntariado dos técnicos deve ter em conta que os técnicos têm necessidades familiares e devem ser mantidos nos seus postos de trabalho.
- A formação tem sido escassa e insuficiente. Enalteceram uma formação de formadores patrocinada pela Voz di Paz que apenas foi feita numa fase. A segunda fase, segunda a informação dada, foi interrompida pelo golpe de estado de 12 de Abril de 2012.

- Assinalou-se a necessidade de transparência na gestão das rádios. As informações devem circular entre o director e os restantes técnicos.
- A RENARC está reduzida ao trabalho voluntário efetuado por um único elemento, o seu coordenador.
- Insistiu-se na necessidade de criar uma coordenação regional entre as rádios.
- O moderador teceu algumas considerações acerca das intervenções, procurando fazer uma síntese e assinalando a necessidade de reforçar a coordenação com a RENARC, como estratégia para fazer face aos problemas comuns – equipamentos, negociação com a ARN, formação. O moderador fez um apelo à procura de outras fontes de receita que podem ser adquiridas com o registo e a venda de material audiovisual como músicas populares locais, registo de debates e conferências realizadas nas regiões, etc. A formação deve ser planeada em função das necessidades identificadas e dos vários níveis dos formandos.
- A reunião contou com a presença de dois participantes da delegação da Comissão Europeia, sr. Piero Valabrega e sra. Juelma Nazareth que agradeceram a iniciativa e reafirmaram o apoio da UE às rádios comunitárias na Guiné-Bissau.
- A reunião terminou com as palavras de agradecimento e uma síntese final feita pelo Perito responsável dos media na UE/PAANE.

(elaborado por Raul Fernandes Moderador da sessão).

2º painel de validação do Estudo: Os Media na Guiné-Bissau, representantes das rádios comunitárias – 4 de Julho de 2013.

Após a apresentação dos objetivos da reunião pelo perito, fez-se a apresentação dos representantes das várias rádios presentes (ver anexo).

Os representantes das rádios entrevistaram e enfatizaram os seguintes pontos:

- Todos os intervenientes realçaram a qualidade do documento apresentado pela sua clareza e pertinência.
- Confirmaram as informações do documento acrescentando algumas atualizações no tocante à capacidade, ao número de técnicos e estatuto legal.
- Assinalou-se que o documento deve precisar melhor as funções que cabem às rádios públicas e comunitárias. Uma melhor definição das linhas de partilha entre estas duas categorias torna-se atualmente necessária.
- O consultor deve prosseguir o seu trabalho de *plaidoyer* pela causa da comunicação social em favor das rádios comunitárias. Foi-lhe proposto o título de embaixador das rádios comunitárias.
- Os responsáveis das televisões comunitárias realçaram que os problemas são idênticos aos das rádios. Têm trabalhado essencialmente nos temas de ambiente e cultura. A sua maior prestação consiste em programas de Câmara Aberta.
- Não há compatibilidade entre os sistemas dos operadores das televisões comunitárias e os da televisão nacional. Esse facto prejudica a retransmissão dos seus registos.
- O sindicato de jornalistas exclui os profissionais das rádios e televisões comunitárias.
- Realçou-se o papel das rádios comunitárias junto à comunidade. Um interveniente disse “o que a radio nacional não consegue fazer, fá-lo a radio comunitária”.
- Insistiu-se na necessidade de formar os técnicos. O animador da radio comunitária deve ser muito mais do que aquele que “tem fala bonito”.

- O jornalista deve merecer um melhor tratamento para poder fixar-se no seu trabalho. Muitos falaram da grande mobilidade dos técnicos devido à falta de condições das rádios.
- A grande maioria não possui filtro harmónico. A principal razão invocada tem a ver com a sua fraca capacidade financeira. Muitas afirmaram ter recebido várias notificações da ARN exigindo a sua instalação. Em caso de incumprimento, para além da multa que pode situar-se entre 3 e 15 milhões de FCFA, pode proceder-se à confiscação dos equipamentos.
- As empresas de telecomunicações ganham com os programas das rádios comunitárias, sobretudo, com os programas interativos onde se fazem apelos telefónicos. Sugeriu-se uma melhor coordenação entre as rádios para uma negociação com essas entidades numa lógica de vantagens mútuas.
- A ARN atribuiu licenças sem que as condições necessárias tenham sido preenchidas. Atualmente não deveria estar a utilizar medidas de coerção para remediar aos problemas por ela criados.
- Insistiu-se na necessidade de se fazer um estudo de viabilidade dos OCS e de uma estratégia adequada ao contexto.
- Há falta de harmonização e concertação entre as OCS
- Em relação às interdições que atingiram as rádios comunitárias avançou-se a necessidade de uma tomada de posição por parte das rádios comunitárias.
- O moderador fez uma síntese dos principais aspectos assinalados pelos participantes e insistiu sobre a necessidade de procurar outras fontes de receitas nomeadamente através do registo e venda de material audiovisual. Relembrou a necessidade das rádios terem maior concertação e avançarem para a elaboração de uma Estratégia Nacional para as Rádios Comunitárias que devia incluir uma análise da viabilidade das rádios e televisões comunitárias. O documento apresentado à discussão avança já alguns princípios orientadores que poderão ser retomados pela estratégia.
- A reunião contou com a presença de dois participantes da delegação da Comissão Europeia, Sr. P. Valabrega e Sra. J. Nazareth, que agradeceram a iniciativa e reafirmaram o apoio da UE às rádios comunitárias na Guiné-Bissau.
- A reunião terminou com as palavras de agradecimento e uma síntese final feita pelo moderador e pelo Perito-media da UE/PAANE.

(elaborado pelo moderador da sessão Raul Fernandes)

ANEXO 25: CARTAS AOS OCS PARA PARTICIPAREM NO ESTUDO E NA SUA VALIDAÇÃO

Carta-convite endereçado aos OCS para participar nos Ateliês de validação do Estudo.

N. Ref Nº _____/UE-PAANE/24.06.2013

Assunto: ATELIÊ DE VALIDAÇÃO DO ESTUDO “OS MEDIAS NA GUINÉ-BISSAU”

Exmos. Srs.,

Temos o prazer de convidar o Responsável da V. instituição a participar no próximo dia ... do corrente mês, pelas ... horas, na Sala de Formação do UE-PAANE em Bissau, no Atelier de Validação do Estudo “Os Media na Guiné-Bissau”.

Apraz-nos informar que a presente versão do Estudo que agora chega às vossas mãos, anexada a esta carta, identificou a situação prevalectente no seio dos Media e dos jornalistas. Sugerimos uma leitura atenta e construtiva, sobretudo no que tange a área em que o vosso órgão se insere. Toda a contribuição é bem-vinda e, como tal, será considerada e objeto de discussão. Reafirmamos que a vossa colaboração para esta nova fase de trabalhos é, para nós, de extrema valia. Recorde-se que este Estudo, conduzido pelo Perito em Media **identificou os Grupos Alvo dos medias nas diferentes tipologias** tendo traçado um quadro histórico da sua evolução e inventariado a situação vigente. Dele resultou:

- Um diagnóstico das necessidades de reforço das capacidades dos diferentes grupos alvo;
- Um programa de reforço das capacidades dirigido aos media beneficiários;
- Um programa de reforço dos Media através de ateliês, seminários e formações.

O estudo abarca também outras áreas, estruturas e instituições ligadas direta ou indiretamente à Comunicação Social Guineense, o que propicia uma visão global, fator que pode facilitar a concepção e implementação de ações complementares e por esta via, a criação de novas sinergias.

Mais informamos que está previsto uma ajuda de custo para despesas de deslocação e estadia somente para os órgãos de comunicação cuja sede se encontra fora do Sector Autónomo de Bissau, calculada conforme cada caso, tendo em conta o período de permanência em Bissau devido ao horário dos serviços de transporte.

Em caso de alguma dúvida ou necessidade, por favor contactar: António Soares Lopes (Tony Tcheka), Perito-Media (telemóvel: 553 62 96 / 619 54 18; email: corubal@hotmail.com). Havendo necessidade de novos contactos recorreremos às rádios. Sugere-se que havendo contribuições relacionadas com o Estudo, que sejam apresentadas por escrito, tão logo quanto possível.

Com os meus melhores cumprimentos,

A Coordenadora do UGP do UE-PAANE

Ana Forjaz

Carta convite aos OCS para participação no Estudo

Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu

PAANE - Programa de Apoio aos Actores Não Estatais
10º FED/ Decisão Nº 21 338



À

Assunto: Realização de um Estudo s/ os Media

Com o objetivo de dar continuidade ao processo já iniciado no quadro do UE-PAANE – Programa de Apoio aos Actores não Estatais, marcado pela realização do Seminário de Lançamento do Programa de Apoio aos Actores não Estatais num hotel da capital, a 19 de Outubro de 2011 e por contactos posteriores, diretos, ou por telefone, uma nova fase do trabalho em curso, irá identificar a situação prevalecente e determinar caminhos e formas de construção de uma parceria eficaz, assente no reforço das capacidades dos atores intervenientes na área dos Media.

Pela presente solicitamos a v/ colaboração para um **Estudo de base sobre os Media na Guiné Bissau**. Este Estudo, conduzido pelo Perito-Media irá **identificar os Grupos Alvo, nas diferentes tipologias e dele resultará igualmente:**

- **A história e o percurso dos *media/comunicação social* no país;**
- **Um diagnóstico das necessidades de reforço das capacidades dos diferentes grupos alvo;**
- **Um programa de reforço das capacidades dirigido aos *media* beneficiários;**
- **Um programa de reforço dos *media* através de ateliês, seminários e formações**
- **Um conjunto de recomendações para dentro e fora dos OCS, incluindo parceiros de cooperação e o próprio governo.**

O trabalho enunciado abará também outras áreas adjacentes, como sendo estruturas sócio-profissionais e instituições ligadas à Comunicação Social, com vista a alargar o espaço de abordagem em favor de um maior entendimento deste setor tão determinante no processo de desenvolvimento do país. Junto a esta carta, anexamos um formulário/questionário que deve ser preenchido com o nosso apoio presencial.

Assim, gostaríamos de solicitar o agendamento de um encontro nas v/ instalações durante a semana em curso. Voltamos a entrar em contacto através do telefone para uma nova troca de informações, e marcação do dia e hora da v/disponibilidade.

Aceite os melhores cumprimentos

Tony Tcheka

(Perito-media)

corubal@hotmail.com

(tm- 5121037/6615663)

ANEXO 26: MAPA ATUALIZADA DOS OCS EXISTENTE (2014)

RÁDIOS DE VOCAÇÃO NACIONAL

Rádios de vocação nacional (6)	Região de Bissau	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
1 – Radiodifusão Nacional	Bissau	91	Nacional	Mama Saliu Sane	55864045	Estado	1975	Adobe Audition; Sound; Forge; Itunes, Winamp	
2 – R. Pindjiguiti	Bissau	95	Nacional	Lassana Cassamá	5422828	GRU.MEDIA	1995	Adobe Audition; Itunes; Virtual DG; Winamp; VLC; Forge; Nero	depoimentos
3 – R. Bombolom	Bissau	106.2	Nacional	Tcherno Djaló	5341215	Bombolom Lda.	1995	Adobe Audition; Winamp; Virtual DJ; (Computador com placa de som, Input/output, Hibrid-teif.)	
4 – R. Sol Mansi	Bissau	101.8	Nacional		5341237	Igreja Católica	2001	Kool Edit; DJ Pro	
5 – R. Jovem	Bissau	102.8	Nacional	Braima Daramé	5537798	RENAJ	2005	Adobe Audition, Itunes, Winamp	
6 – R. Nossa	Bissau	98.9	Local	Constantino Gomes	5995985	Igreja universal Reino de Deus	2005	Forge, Itunes, virtual dj, Winamp, Zara Radio, VLC, Real Player,	

RÁDIOS COMUNITÁRIAS POR REGIÃO

BISSAU

Rádios comunitárias (34)	Região de Bissau (4)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
7 – R. C. Voz de Quelele	Bissau	104.8	Local	Dauda Dabó	5208843	Associação Moradores de Quelele	1994	Adobe Audition, Winamp, Itunes, Ciberlink Power2GO, VLC Media Player	
8 – R. C. Antula	Bissau	107.4	B. Antula	Nelson D. da Silva	5237135	Zacarias Nandigna	2006	VLC, Virtual, Winamp	
9 – R. C. Cidade	Bissau	105.6	B. militar e B. ajuda	Miguel Lima	5222021	Nicásio B. Perreira	2006	Itunes; virtual DJ; Media Monkey; Winamp	
10 – R. C. Voz de Cuntum	Bissau	103.8	Local	Mayerson Indi	5229262	Diário António Gomes	2002	–	Emissor avariado

BIOMBO

Rádios comunitárias (34)	Região de Biombo (3)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
11 – R. C. NDjerapa Có	Ondame	103.7	Região	Álvaro F. da Silva	6553333/ 5295419	Associação de N'Delugan	2000	Virtual Video, VLC, Media Player	
12 – R. C. Nova	Quinhamel	106.8	Região	Julio Cá	5189919	Julio Cá	2012	--	
13 – C. Lua Nova	Quinhamel	106.8	85km	Negado da Silva	6556577		2003	--	Emissão Suspensa

GABU

Rádios comunitárias (34)	Região de Gabú (5)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
14 – R. C. Gandai	Gabú	104.7	Gabú e Bafatá	Adulai Baldé	5711243	Assoc. Comunitária de Gabú	2006	Adobe Audition; Media Player, Itunes, Winamp, Nero, S.Forge	
15 – R. C. Sintchá Occo	Gabú	96.7	75 Km	George Sambú	5177434	GRU.MEDIA	2001	Adobe audition Itunes, Virtual DG, Winamp, VLC, Forge, Nero, VLC	
16 – R. C. Colinas de Boé	Beli-Boé	107.3	Sector de Boé	Amadu Sané	6425344/ 5509447	DIVOTEC	2000	Adobe Audition, Itunis	
17 – R. C. Voz Algodão	Gabú	INDEFINIDA	VARIA	Sancun Bá Camará	6253938/ 5499549	Adul Si	1999	--	Emissão suspensa
18 – R. C. Pitche	Pitche	102.4	10 Km	Allton B. Sane	5464190	Assoc. Comunitária de Pitche	2004	--	

BAFATÁ

Rádios comunitárias (34)	Região de Bafatá (3)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
19 – R. C. Bafatá	Bafatá	105.5	70 Km	Zeca B. Sama	5508768	Comunidade de Bafatá	2000	Adobe Audition Nero Media Player VLC	
20 – R. C. T. Sancola	Cambadjú	97.0	75 Km	Braima Baldé	6867127/ 9281551	Assoc. de Jovens Promotores da Paz e Compreensão de Cambadjú	2011	Adobe Audition VLC Media Player, Winamp	
21 – R. C. Wakillaré	Contu boel	90.5	75 Km	Miguel M. Baldé	6907921	Assoc. APALCOS	1997	Adobe Audition	

TOMBALI

Rádios comunitárias (34)	Região de Tombali (3)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
22 – R. C. Lamparam	Lemberem	104.8	Região e parte de Bissau	Abubacar Camará	5525362	Assoc. de Jovens Agricultores	1996	--	
23 – R. C. Forreá	Quebo	104.5	Região	Bacari Manpata	6891247	Assoc. Impres Indríco	2000	--	
24 – R. C. Voz Tombali	Catió	103.1	Região Sul/Norte e Bissau	Júlio Quintino Bidanti	6648355	AJEC	2009	Windows Media, Winamp, Adobe Audition, VLC, Media Player, Itunes	

BOLAMA - BIJAGÓS

Rádios comunitárias (34)	Região de Bolama - Bijabós (5)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
25 – R. C. Kosena	Formosa	107.0	Emissor avariado	Tchutchto Tavares	6770391	Assoc. ANI-MOTO	2005	--	Emissão suspensa
26 – R. C. Fala de Urok	Formosa	104.4	Formosa/Nago/Tchediã	Malan S. Camará	5345376	Associação Comunitária e Tiniguena e IMVF	2010	Adobe Audition, Media Player	
27 – R. C. Bijagós	Bubaque	105.2	Arquipé-lago	Domingos Mar-tinho	6100420 5141156	Padre Luigi Scantamburlo	2005	Kool Edit, Virtual DJ, Adobe Audition	
28 – R. C. Okinka Pampa	Orango Grande	93.0	Arquipé-lago	Sabino Pereira	5244085/ 6623323	Parque Nacional de Orango/ IBAP	2010	Winamp, virtual DJ, Adobe Audition, Media Player	
29 – R. C. Djan-Djan	Bubaque	104.2	Arquipé-lago	Felipe Cardoso	6881516	Assoc. Rádio Dajin-Djan	1995	Media Player, VLC, Media Mutchetem	

QUINARA

Rádios comunitárias (34)	Região de Quinara (1)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
30 – R.C Papagalo	Buba	93.1	Região	Luis da Silva	5803475	Assoc. AMIN	2002	Adobe Audition, Kool Edit, Sound Four, Media Player, Winamp, VLC, ITUNES	

OIO

Rádios comunitárias (34)	Região de Oio (2)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
31 – R. C. Corânica	Mansóa	107.0	50 Km	Mamado Alfa Djaló	6668166	Assoc. Ahulul Fahahe	2007	--	
32 – R. C. Dalicunda	Mansaba	103.5	Mansabá e arredores	Francisco Yero Embaló	6190573	KAFO- Federação camponesa	2001	Adobe Audition, Winamp, Itunes, Cberlink Power-2GO, VLC	

CACHEU

Rádios comunitárias (34)	Região de Cacheu (8)	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
33 – R. C. Kassu-mai	S.Domingos	104.8	Região	Bala Sané Sambu	5427864	ONG AD	1995	Adobe Audition Virtual DJ, VLC,	
34 – R. C. Eva	Suzana	90.0	30 Km	Bernardo Djibuguel	5953275	Assoc. CAC	2002	Kool Edit	
35 – R. C. Balafo	Ingoré	96.6	Sector de Bigene	Cesar Cumuca	6677990	APG	2001	-	
36 – R. C. Bigene	Begene	101.6	Sector de Bigene	João M. da Silva	5406886	ALTERNAG/A. C. de Begene	2007	Virtual Video, VLC, Adobe Audition-, Media Player	
37 – R. C. Babock	Canchungo	99.6	Região de Cacheu	Idlissou Cassamá	5558585	Bombolom, Gongai	2004	Kool Edit, s. Forge, Adobe Audition, Cam Studio, Adobe Media Player, itunes, VLC, Virtual DJ, Winamp	
38 – R. C. Ufer Aband	Canchungo	103.0	Canchungo e Setores	João Maria (jean mary)	5406886 6619059	Coop COAJQ	2006	Kool Edit, Adobe Audition Player, VLC, USD Show, Winamp	
39 – R. C. Títidjene	Suzana	90.0	Sector de Suzana	Carlos Ambona	6652051	Padre Zé Fumagalli	1996	Aura Sip; Kool Edit, DJ-PRO, JXP, JFP, Oto Phomic	
40 – R. C. Voz do Rio Cacheu	Cacheu	107.5	Cacheu e arredores	Sana Mané	5485804	Comunidade de Cacheu	2013	Adobe Audition, Winamp, VLC	

RÁDIOS LOCAIS

Rádios locais	Região	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
41- R. Phoenix	Bissau	90.0	Local	Vladimir Sambu		Empresa Phoenix	2011		Emissão Suspensa
42- R Luz	Bissau					Assembleia de Deus			Emite mas não dá depoimentos
43- Sensibilização	Bissau					Grupo Muçulmano			Emite mas não dá depoimentos

TELEVISÃO NACIONAL E COMUNITÁRIAS

Televisões	Localização	Frequência	Cobertura	Diretor	Contatos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
44 – Televisão da Guiné-Bissau (1)	Bissau	500W	Local	Paula Melo	5921031	Estado	1989	IMAC, FINAL CUT	
45 – TV Quelele	Bissau	Emissões móveis produzidas nos bairros	Bairro de Quelélé	Demba Sanhá	6881866	Assoc. de Moradores de B. Quelélé	2001	Adobe Premier Pro CS4	Emiss. móveis nos bairros
46 – TV Massar	Cubucaré	250W	Filma-gens/projeções produzidas nas comunidades	Antunes Sanca	6271750	ONG-AD	2007	--	Emiss. móveis produzidas nos bairros
47 – TV Bagunda	S. Domingos	Emissões móveis produzidas nos bairros	Sector de Bigene	Fernando C. Sanhá	6794444	Assoc. Comunitária	2004	Premier proCS4	"
48 – TV Canchungo (Pikis – Utchang)	Canchungo	Emissões móveis produzidas nos bairros	Associação de Bairros e Comunidades	Armando Sampa	6723121	Associação	2010	Premier pro CS4	"

IMPRENSA ESCRITA

Jornais (7)	Cobertura	Diretor	Contactos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
49 – Nô Pincha	Bissau	Bacar Baldé	5368372	Estado	1975	QuarkXpress	
50 – Expresso de Bissau	Bissau	João de Barros	5323829	João de Barros	1992**	Sabe-se que tem tudo o que os outros têm mas não deu informações	
51 – Gazeta de Notícias	Bissau	Fadel G. da Silva	5551159	Humberto Monteiro	1996	QuarkXpress 7.3	
52 – O Democrata	Bissau	António Nhaga	6468957	António Nhaga	2012	QuarkXpress V.4	
53 – Bantabá di Nobas	Bissau	Abdulai Ntombé	6908703	Abdulai Ntombé	2007	QuarkXpress 7.4, Adobe photoshop	
54 – Última Hora	Bissau	Althizar Mendes Pereira	6961302	Sabino Lopes/ Althizar Mendes	2007	QuarksXpress/ photoshop	
55 – Donos da Bola	Bissau	Pedro L. Mendes	5900670	MENCARPLU/SARL,	2013	Quark Xpres .V 4, V.7; photoshop	
40 – R. C. Voz do Rio Cacheu	Cacheu e arredores	Sana Mané	5485804	Comunidade de Cacheu	2013	Adobe Audition, Winamp, VLC	

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Agência de Notícias (1)	Cobertura	Diretor	Contactos	Propriedade	Ano e criação	Software	O.B.S
56 – Agência de Notícias da Guiné-Bissau	Bissau	Salvador Gomes	6627962	Estado	1975		



Guineense, nascido em Bissau, **António Soares Lopes Jr. (Tony Tcheka)**, perito-media da UE/PAANE- Programa da União Europeia de Apoio a Atores Não-Estatais, desde 2012, desempenhou funções diretivas na Comissão Executiva da Organização Internacional de Jornalismo, é um dos pioneiros do

jornalismo guineense, fundador e presidente da Associação de Jornalistas da Guiné Bissau-AJGB e do primeiro Sindicato de Jornalistas criado na Guiné-Bissau. É Vice-Presidente da AEGUI- Associação de Escritores da Guiné-Bissau.

Consultor e analista internacional trabalhou para a BBC de Londres, Voz da América; Voz da Alemanha, Rádio TSF, RDP, Jornal Público, agências TANJUG, ANOP, LUSA e para as revistas literárias "LUSOGRAFIA" e "Tcholona", e para a televisão pública portuguesa - RTP. Foi diretor do trissemanário Nô Pintcha e da RDN e Editor da revista "África Lusófona" em Lisboa.

Foi consultor do UNICEF, Swedish Save The Children, APN-Noruega, INFORMORAC, IPAD-Ministério guineense da Justiça, tendo prestado consultorias em Angola, Moçambique, Perú, El-Salvador, Bolívia, Guatemala... É autor de várias obras literárias e trabalhos sobre jornalismo e comunicação social.

Financiado pela União Europeia através do Programa UE-PAANE – Programa de Apoio aos Actores Não Estatais "No Pintcha Pa Dizinvloventu"



O conteúdo é da exclusiva responsabilidade do UE-PAANE, não devendo, em circunstância alguma, ser tomado como expressão dos pontos de vista da União Europeia